DIÁLOGOS E PRÁTICAS NO CAMPO DA PESQUISA QUALITATIVA

Maria Augusta Mundim Vargas
Auceia Matos Dourado
Maria Salomé Lopes Fredrich
(organizadoras)

EDITORA BARLAVENTO

Maria Augusta Mundim Vargas
Auceia Matos Dourado
Maria Salomé Lopes Fredrich
(organizadoras)

DIÁLOGOS E PRÁTICAS NO CAMPO DA PESQUISA QUALITATIVA

EDITORA BARLAVENTO

Ituiutaba, MG
2021

© Maria Augusta Mundim Vargas, Auceia Matos Dourado, Maria Salomé Lopes Fredrich, 2021.

Editor da obra: Anderson Pereira Portuguez.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez
Créditos da imagem: Bordados da artista ucraniana Ludmila Lysiak. Disponível em: http://merosmero.blogspot.com/2011/11/entrelacados.html
Diagramação: Cárita Ferreira Lima
Revisão: Caroline Barbosa Lima, Germana Correia Oliveira, Isis do Mar Marques Martins, Josane Cristina Batista dos Santos, Maísa Matias de Oliveira Souza, Márcia da Silva Lisboa, Rafael Zilio, Sueli Dunck, Vanessa Santos Góes, Viviane de Souza

Editora Barlavento
CNPJ: 19614993/0001-10. Prefixo editorial: 87563 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilè Asé Babá Olorigbin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da Editora Barlavento:
Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)
Pareceristas:
Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez
Prof. Dr. Ricardo Lanzarini
Prof. Dr. Rosselvet José Santos
Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior
Profa. Cláudia Neu
Prof. Dr. Giovanni F. Seabra
Prof. Mestre Bruno de Freitas
Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Diálogos e práticas no campo da pesquisa qualitativa. Maria Augusta Mundim Vargas, Auceia Matos Dourado, Maria Salomé Lopes Fredrich (org.). Ituiutaba: Barlavento, 2021, 608 p.

ISBN: 978-65-87563-12-1

1. Pesquisa. **2.** Pesquisa Qualitativa. **3.** Goegrafia Cultural
I. VARGAS, Maria Augusta Mundim. **II.** DOURADO, Aucéia Matos. FREDRICH, Maria Salomé Lopes.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Maria Augusta Mundim Vargas
Auceia Matos Dourado
Maria Salomé Lopes Fredrich **06**

PREFÁCIO
Maria Geralda de Almeida **18**

Parte I – Abordagens propositivas

Práticas interdisciplinares e ação de extensão: memórias de experiências no Recôncavo da Bahia
Maria Lúcia da Silva Sodré 28

Percurso metodológico para estudo da relação entre a cultura acadêmica e socialização no ensino superior
Lucyana Sobral de Souza
Marcos Paulo Sobral 75

Caminhos da pesquisa: em busca dos territórios da energia eólica no Brasil
Vanessa Santos Costa 102

Categorias analíticas da Geografia nas políticas públicas de turismo
Joab Almeida Silva
José Wellington Carvalho Vilar 152

Marcas na paisagem do povoado fazenda velha (MG): interpretações como subsídio a realização de inventários toponímicos
Jéssica Poliane Gomes dos Santos
Ana Carolina Santos e Silva
Joao Lourenço dos Anjos
Jose Antônio Souza de Deus
Maria Augusta Mundim Vargas 182

Parte II - Experiências e partilhas

Olhares e contemplações do cotidiano: tecendo reflexões sobre a expansão da cidade e modos de vida, em Areia Branca e no Mosqueiro
Maria Teresa Nobre
Virginia Alexandre
Daniele Ribeiro Alves
Larissa Santana Cunha 226

O mar vai bater no meio do rio: cadê o ribeirinho?
Maria Augusta Mundim Vargas 257

Memória e história do sertão alagoano: reflexões sobre a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais
Rafael de Oliveira Rodrigues
Roberta de Sousa Mélo 303

Migração em suas abordagens metodológicas: balanço e novos desafios
Isis do Mar Marques Martins 339

Parte III - Vivências e memórias

Entre vínculos e identidades: encontros e reencontros na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Vila Bananeiras, Arapiraca - AL
Felipe Santos Silva
Auceia Matos Dourado 371

"A família dela é quase toda Grilo e Matão": tramas territoriais, vivências e expressões das territorialidades no quilombo Pedra D'Água – PB
Maria Salomé Lopes Fredrich 418

"Como é bonito ver as coisas do meu quilombo": identidade territorial e o coco de roda na comunidade negra do Ipiranga, Paraíba – PB
Amanda Christinne Nascimento Marques
Maria Geralda de Almeida 465

Dentre rios, afluentes e córregos: nas águas da memória, as professoras mergulham no universo de suas histórias
Anderson Teixeira de Souza
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto 502

Quando anarquistas encontraram *gauchos:* origens de uma cultura política rebelde no sul do continente americano
Rafael Zilio 552

AUTORES E AUTORAS 598

APRESENTAÇÃO

Toda coletânea tem sua razão de ser, desde o primeiro impulso que leva à sua organização até os sedimentos propulsores das intenções em (re)viver, (re)discutir, (re)analisar, (re)significar o tema central que tece o encontro de autores com a exposição de suas obras. Como num *continuum*, esta coletânea (re)afirma o compromisso de um grupo que se expande em encontros acadêmicos com pesquisadores da Geografia Cultural e áreas afins desde 2004, quando se institucionalizou o Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade & Cultura no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Diálogos e práticas no campo da pesquisa qualitativa trazem em seu "DNA" o (re)fazer, (re)criar e (re)organizar temas e textos que se fazem e se realizam por caminhos metodológicos qualitativos e atados pela transversalidade. As pesquisas, dissertações e teses produzidas são, pois, divulgadas, colocando-se em relevo as metodologias distintas.

Observa-se, nesse breve espaço temporal, que os procedimentos qualitativos já não mais se afirmam como oposição ao método positivista, sobretudo ao se relativizar a oposição objetividade *versus* subjetividade, redirecionando o pesquisador como instrumento no contexto do "caminhar" metodológico. A posição não é cômoda e exige consciência e atenção: consciência de que os métodos e as metodologias não são caminhos de verdades absolutas e atenção no fazer e no trilhar com exposição clara e honesta dos procedimentos da pesquisa. É nesse patamar de exercícios acadêmicos que se encontramos os impulsos para a

organização de mais uma coletânea, cônscias de que pesquisar se faz, dentre outros, pela compreensão, contestação, confrontação, confirmação de fatos e fenômenos alinhados pelos distintos métodos.

Diálogos e práticas no campo da pesquisa qualitativa é introduzido pelo texto de Maria Geralda de Almeida, muito apropriadamente sinalizando atenção para com as concepções, atitudes e posturas dos pesquisadores, em sintonia com as partes que se entrelaçam, quais sejam: Abordagens Propositivas; Experiências e Partilhas, e Vivências e Memórias.

A primeira parte – Abordagens Propositivas – reúne cinco textos alinhados por estudos cujas metodologias, vivências e levantamentos documentais, são colocadas como experiências e reflexões para novas propostas. Maria Lúcia da Silva Sodré inicia apresentando "Práticas interdisciplinares e ação de extensão: memórias de experiências no Recôncavo da Bahia". Ela entende que os sentidos da extensão nas Instituições de Ensino Superior, públicas, são revelados durante a formação, ao se proporcionar encontros dos envolvidos no processo de ensino e aprendizado com a realidade social. Nesse texto, traz as vivências com agricultores familiares de um povoado e com estudantes, professores e administradores de uma escola gestada pela prefeitura do município baiano de Cruz das Almas. As atividades são descritas resguardando-se a interação necessária entre todos os participantes, expondo ao leitor o encadeamento entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O relato traz as memórias de ações extensionistas, mas, também, certezas que representam muito tanto para os atendidos quanto para os discentes e docentes, pois todos executaram exercícios de ciência e cidadania, válidos nesse ou em outro tempo, assim como em outros espaços.

O “Percurso metodológico para o estudo da relação entre a cultura acadêmica e a socialização no ensino superior”, realizado por Lucyana Sobral Souza e Marcos Paulo de Oliveira Sobral, é didático e esclarecedor no que concerne à dupla identidade de estudantes universitários de cursos de formação de professores, no caso, do curso de Biologia. Partem dessa premissa de que são estudantes ao mesmo tempo que se formam professores, para, em seguida, descreverem a pesquisa pautada pela etnometodologia – teoria de raciocínio sociológico prático proposta por Garfinkel (1967) –, com aplicação de questionários e registros pontuais. Pela exposição detalhada dos passos metodológicos, quais sejam, a leitura flutuante, a categorização e a interpretação dos questionários de acordo com a análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977), eles mostram a tessitura da “nova” identidade, ou seja, de ser estudante universitário em formação para ser professor, e, assim, descortinam a experiência.

Vanessa Santos Costa expõe, em seu texto “Os caminhos da pesquisa: em busca dos territórios da energia eólica”, com ênfase nos aportes teóricos e metodológicos tomados para a realização de sua tese de doutorado. A política nacional e a complexa rede empresarial, acadêmica, de serviços etc., inerentes à implantação de parques eólicos no país, são expostas na cuidadosa pesquisa documental e bibliográfica que dá peso e corpo analítico ao seu estudo. Ela explica que as informações sobre a espacialização e as características técnicas dos parques eólicos, foram acrescidas de uma imersão no campo e, por amostragem, visitou um dos parques mais antigos, um dos menores e um situado no complexo eólico mais promissor. O chão da pesquisa foi percorrido com olhar acurado, amparado por entrevistas, anotações de diários, fotografias e muitas visitas. Assim, ao expor a organização do estudo, desde o planejamento

até as análises, contribui mostrando as ligações entre o conceito-chave de território-rede e os procedimentos, numa demonstração de que os caminhos da pesquisa foram exitosos.

O texto seguinte também apresenta reflexões sobre categorias da Geografia. Joab Almeida e José Wellington Carvalho Vilar contribuem com "Categorias analíticas da Geografia nas políticas públicas do turismo", ao tratarem dos macroprogramas voltados para o turismo e implementados no Brasil após a década de 1990. Eles expõem as políticas públicas para os espaços turísticos de forma interescalar e com demonstrações de articulações, como, por exemplo, com outras políticas voltadas para a cultura e os esportes. Os levantamentos bibliográfico e documental, ancoram a pesquisa, ao mesmo tempo que demonstram zelo para com as buscas, os achados, as leituras e as análises. Ressalta-se, dessa forma, a contribuição dos autores ao abordarem os programas pelo alinhamento singular da análise focada em suas prioridades espaciais, convidando o leitor a refletir sobre aqueles direcionados aos lugares, às regiões e aos territórios, categorias tão caras ao fazer geográfico.

O texto que encerra a primeira parte desta coletânea corresponde ao relato interpretativo de parte de uma pesquisa realizada por um grupo de discentes pós-graduandos e docentes imbuídos na realização de um percurso etnogeográfico. São eles: Jéssica Poliane Gomes dos Santos , Ana Carolina Santos e Silva, João Lourenço dos Anjos, José Antônio Souza de Deus e Maria Augusta Mundim Vargas, responsáveis pela elaboração do texto "Marcas na paisagem do povoado Fazenda Velha: intepretações como subsídio à realização de inventários toponímicos". A escala da paisagem do lugar é destacada tanto quanto a apreensão de múltiplos territórios pela observação atenta realizada com auxílio

de imagens de satélite, entrevistas, fotografias e oficinas. No percurso etnogeográfico, a toponímia do povoado é enfatizada no texto como itinerário e pistas geográficas para a consecução de inventários toponímicos.

A segunda parte – Experiências e Partilhas – segue privilegiando experiências de estudos com abordagens participativas, seja pela exposição do chão da realidade estudada, seja pela reflexão de temáticas que motivam a reflexão e a ação dos pesquisadores.

Com um trabalho de campo realizado entre 2010 e 2012, em povoados situados na Zona de Expansão de Aracaju, Maria Teresa Nobre, Virginia Alexandre, Daniele Ribeiro Alves e Larissa Santana Cunha se propõem a realizar um estudo sobre o processo de deslocamento populacional para a região e a exploração turística das áreas litorâneas e ribeirinhas e sua relação com as mudanças nos modos de vida dos povoados. O texto intitulado "Olhares e contemplações do cotidiano: tecendo reflexões sobre a expansão da cidade e modos de vida, em Areia Branca e no Mosqueiro" faz o cruzamento entre o olhar das pesquisadoras da/na região e o olhar "nativo", guiado pelo método etnográfico, convocando para o debate outros discursos e outras práticas. "O campo nos comovia, nos movia e nos ensinava", essa foi a direção das pesquisadoras na leitura do objeto de estudo, buscando articular os aspectos macro e microssociais encontrados no campo.

Assumindo sua opção por uma Geografia que escolheu para gosto e gozo da vida, Maria Augusta Mundim Vargas faz uma análise sobre os sentidos de ser ribeirinho enquanto uma palavra de quem usa as águas e enquanto uma vivência com os

sentidos do rio São Francisco, observando “os de dentro” e “os de fora”. Com o título indagativo “E o mar vai bater no meio do rio: cadê o ribeirinho?”, ela desenvolve uma categorização com distinção de três tipos de ribeirinho, quais sejam, o que vive em suas margens e se refaz cotidianamente; o que se distanciou e tem o rio em suas lembranças, e aquele cidadão urbano ou rural que consome as águas do rio pelo abastecimento de adutoras. Toma essa categorização para refletir sobre planejamento, gestão e governança que incidem sobre o ser ribeirinho usuário das águas que as tem como recurso e o ser ribeirinho como sentido da existência. Entre “os de dentro e os de fora”, ela sinaliza o possível reconhecimento do rio São Francisco como herança, modo de vida, fonte de significados e representação das experiências e das histórias individuais e coletivas.

O texto de Rafael Oliveira e Roberta Mélo, “Memória e história do sertão alagoano: reflexões sobre a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais”, foi construído tendo como referência o projeto de extensão Memória e história: um inventário do patrimônio cultural da cidade de Santana do Ipanema/AL. Os autores apresentam as principais nuances do desenvolvimento do projeto, no que se refere à metodologia utilizada e aos resultados da intervenção. Além de uma exposição minuciosa sobre as transformações metodológicas no campo do patrimônio cultural nacional, os autores expõem de forma detalhada a importância da utilização de metodologias qualitativas de cunho etnográfico e participativo, a exemplo do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais –, metodologia essa que foi utilizada no projeto. Assim, o uso do INRC possibilitou mobilizar alunos e professores de escolas públicas da cidade de Santana do Ipanema, Alagoas, visando o objetivo maior, que é a identificação e a proteção de elementos culturais da cidade. Como

produto, o projeto organizou uma exposição fotográfica representativa do sertão alagoano, especialmente com as referências culturais do município.

Isis do Mar analisa o fenômeno da migração e suas abordagens metodológicas à luz das Ciências Humanas, trazendo, no texto "Migração em suas abordagens metodológicas: balanço e novos desafios", as tipologias das abordagens de tal fenômeno de forma complementar. Para a autora, a compreensão das metodologias de análise da migração e do migrante é um processo social e científico dentro do espaço/tempo. Nessa compreensão, destaca duas perspectivas: a dialética e a histórica, além das contribuições de Abdelmalek Sayad, que concebe a migração como um fato social total (movimento, mobilidade, relações sociais e políticas). Para uma análise contemporânea do fenômeno, traz os conceitos de desterritorialização e seu par indissociável, a reterritorialização, a partir das análises de Gilles Deleuze, Felix Guattari e Rogério Haesbaert. Como método de abordagem, a autora utiliza o estudo das estratégias de mobilidade e permanência em grupos migrantes, buscando compreender as dinâmicas dos processos migratórios pelo caminho da multiplicidade.

A terceira parte – Vivências e Memórias – traz o desfecho da coletânea com estudos que abordam a memória pelas identidades e narrativas de sujeitos entrevistados e por documentos levantados, que marcam as multidimensionalidades alicerçadas nas (re)existências e experiências com o mundo, com a "vida". São abordagens e procedimentos distintos que enriquecem as múltiplas teias de possibilidades de articulação e conexão entre fenômenos de distintas dimensões.

“Entre vínculos e identidades: encontros e reencontros na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Vila Bananeiras, Arapiraca/AL”, de Felipe Santos Silva e Auceia Matos Dourado, versam sobre a festa rural alagoana como elemento de afirmação das identidades territoriais em Vila Bananeiras. Os autores embrenham-se pelas pesquisas documental, bibliográfica e de campo, a partir das quais denotam a religiosidade como criadora de cenários que assumem uma dimensão simbólica para aqueles que se apropriam da festividade. Além disso, enfatizam o território como categoria central nas suas reflexões. Vila Bananeiras, nesse caso, se faz e se refaz enquanto espaço construído que marca “os jeitos, as práticas, as crenças e o saber-fazer dos seus moradores” e como expressão que imprime “forte influência e poder” no território religioso em relação à sua área de abrangência. No decurso da pesquisa, os autores assinalam a festa como elemento cultural particular na trama da tríade território - identidade - cultura.

Maria Salomé Lopes Fredrich refaz a trajetória de parentesco dos ancestrais de Manuel Paulo Grande, no artigo “A família dela é quase toda Grilo e Matão: tramas territoriais, vivências e expressões das territorialidades no quilombo Pedra D’Água/PB”. O texto se faz e se recompõe em meio a um diálogo que transita pela transversalidade, em um processo investigativo tecido pelo entrelaçamento de procedimentos variados, desde o acolhimento aos documentos, das narrativas dos sujeitos, ao prazer da observação no campo. Os leitores interessados no tema, irão se debruçar sobre uma pesquisa que expressa direções das formas dinamizadas nos territórios de circulação e articulações entre comunidades quilombolas localizadas no Agreste paraibano. A autora denota que as comunidades Pedra D’Água, Grilo, Matão e Matias estão envoltas em tênues fios, tramas de parentesco,

demandas de ordem simbólica pautada na questão étnico-racial, no modo de viver entre comunidades, circunstâncias com destaque para as sociabilidades e solidariedades recíprocas que as conectam.

‘‘Como é bonito ver as coisas do meu quilombo’’: identidade territorial e o coco de roda na comunidade negra do Ipiranga, Paraíba/PB”, escrito por Amanda Marques e Maria Geralda de Almeida, transita, tal como o texto anterior, pela multidimensionalidade territorial de quilombo do estado da Paraíba, fortalecido por meio da memória, das letras das músicas e dos corpos do grupo da comunidade negra Ipiranga. Entram em cena de modo bastante efetivo as vozes da comunidade, que se reportam às histórias de ocupação do território, à fronteira étnica do grupo, ao modo de vida, aos costumes. Nas letras das músicas, as autoras encontram a fonte de investigação, nos versos e nas rimas, que imprimem e marcam as territorialidades quando as mulheres e os homens territorializam o espaço da dança, do trabalho, das brincadeiras e da relação com a terra. Consideram o sentido de território para esses grupos como sendo reportado a uma identificação íntima e de permanência tradicional com o lugar.

Anderson Teixeira de Souza e Raylane Andreza D. Navarro Barreto assumem, no artigo “Dentre rios, afluentes e córregos: nas águas da memória, as professoras mergulham no universo de suas histórias”, o movimento dos rios e das águas como metáfora para delinear os espaços, os tempos e as experiências vividas e experenciadas por nove professoras atuantes na década de 1980, na cidade de Aracaju. Nas “Águas da Memória”, os autores acionam como dispositivo as vozes dessas mulheres e reemergem e se encantam pelo prazer em ouvi-las em

meio a um liame que os conecta à metodologia da história oral, modo de fazer pesquisa traçado pela interdisciplinaridade e pela transversalidade. Para o aguçamento da análise e da interpretação, partem da perspectiva da memória individual como reveladora da história, da cultura e da identidade, ou seja, compreendem a memória como "fragmento" da vida do próprio sujeito e na relação dele com o mundo.

O artigo seguinte, de Rafael Zílio, "Quando anarquistas encontraram gaúchos: origens de uma cultura política rebelde no sul do continente americano" versa, de maneira fecunda, sobre o encontro colonial entre dois mundos, Europa e América. O olhar do autor se volta à chegada do anarquismo à região *gaúcha* com o fluxo migratório vindo da Europa para a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e o início do século XX. Apresenta proposições analíticas a fim de abordar as conjunturas histórica e geográfica, as repercussões no campo simbólico-cultural e a produção artística e intelectual (a música, a literatura e os manifestos) emergidas a partir desse contato. A proposta é demonstrar que o encontro entre esses dois universos perpassou contradições e resistências, insurgindo um tipo de identidade sócio espacial *gaúcha* designado pelo autor de "*gaúcho*-anarquista", ou um "anarquismo à moda campeira".

A breve exposição dos artigos nos autoriza reafirmar o compromisso do Grupo Sociedade & Cultura em expandir os encontros acadêmicos ao mesmo tempo que agradecemos aos vinte e seis autores que aceitaram nosso convite para participarem desta coletânea com seus diálogos e suas práticas. É, pois, pela abordagem qualitativa que expandimos o encontro acadêmico ao computarmos dezesseis instituições de filiação dos autores situadas em todas as regiões do país.

É oportuno salientar o predomínio das vinculações a instituições de ensino superior, mas há que se destacar a participação de profissionais de secretarias estaduais e municipais, seja como discente em formação ou como pesquisador dos grupos e núcleos de estudos e pesquisas. Estes surpreendem pela diversidade temática, o que de certa maneira é encontrado nos artigos. Observamos grupos alinhados com análises espaciais que se desdobram em estudos regionais de gestão territorial de áreas específicas como turismo, migrações, regiões costeiras, e até em recortes escalares com atenção às cidades. Há os que se apresentam dedicados às identidades e à formação de territórios com ênfase na cidadania, no trabalho, na emancipação social, na agricultura familiar e, ainda, os que se distinguem tanto pela abordagem geral – o "olhar sociológico e a educação curricular" – quanto pela dedicação à "produção de subjetividades e à cultura corporal".

Reafirma-se, ainda, nosso entendimento de que as abordagens qualitativas se inserem num *continuum*, pois as mesmas não surgiram subitamente como um novo transformador de metodologias, mas como uma sucessão de mudanças que foram ocorrendo, sobretudo no pensamento humanista, e trouxeram uma ampla discussão sobre a posição do pesquisador frente ao objeto de estudo. Essa e outras questões, tais como as generalizações, permanecem alimentando o debate que incide sobre como, quando, por que, quanto etc. se deve adotar procedimentos e instrumentais qualitativos.

No mais, registramos que *Diálogos e práticas no campo da pesquisa qualitativa* encerra uma coletânea publicada em tempos de uma pandemia que aportou sobre a Terra e que vem alterando os diálogos e as práticas com nossos pares e com os sujeitos das

pesquisas e, certamente, está a exigir outros procedimentos de abordagem qualitativa. Como um *continuum*, estão postos novos desafios. Que se expandam ainda mais os encontros acadêmicos!

As organizadoras

PREFÁCIO

Diálogos e Práticas no Campo da Pesquisa Qualitativa

Esta coletânea tem uma essência ímpar para refletirmos sobre a abordagem da pesquisa qualitativa. Dirigida pela geógrafa Maria Augusta Mundim Vargas, o propósito dos autores é nos aportar o valor desse tipo de pesquisa para uma compreensão contextual, estrutural e fenomenológica das ações, dos eventos e das situações presentes na realidade. Sem dúvida, seus diversos textos beneficiam-se do reconhecimento e aceite dos procedimentos qualitativos, para nos oferecerem lições reveladoras da complexidade do processo do conhecimento científico.

A orientação qualitativa – que também poderia ser qualificada de humanista ou de interpretativa na medida em que ela se fundamenta sobre o que pode ser dito/construído juntos/interpretado das relações humanas – não se baseia somente no método. Em nosso entendimento, a pesquisa qualitativa constitui, essencialmente, uma concepção alternativa de investigação da realidade, na qual o pesquisador, que é também observador, torna-se interpretador e dá qualidade à interpretação diante da complexidade de determinado problema.

Por conseguinte, convém lembrar que todo trabalho científico é baseado em uma concepção, atitudes e postura do pesquisador. Como esclarecem Thietart et al. (2003, p. 15, tradução nossa), "[...] todo trabalho de pesquisa repousa, com efeito, sobre uma certa visão de mundo do pesquisador que utiliza

métodos, procedimentos, propõe resultados visando a prognósticos, compreender, explicar ou construir".

Essa questão evidencia o que Mechanic (1989) procura alertar sobre a pesquisa qualitativa, alegando que o modo como se efetuam conceituações e a organização das observações se espelha na "biografia social do observador", fragilizando a coleta de dados e o conjunto da análise. Isso, no entanto, é refutado por outros pesquisadores, que argumentam que o observador possui uma experiência vivida (RICOUER, 2004) e um conhecimento rico da realidade.

Também, a favor desses pesquisadores, convém refletir sobre o que Bourdieu (2008, p. 30) refere: "[...] uma boa parte do que o sociólogo trabalha para descobrir não está ocultada, no mesmo sentido que aquele que as ciências da natureza visam revelar". Nas Ciências Sociais e/ou Humanas descobre-se, frequentemente, o que se tornou invisível em virtude do excesso de visibilidade. De fato, muitas das relações que o pesquisador desvenda não são invisíveis, pelo contrário, "[...] elas estão bem à vista [...]" afirma ainda o mesmo autor.

Ademais, há de se considerar que a "descoberta" raramente é fruto exclusivamente do trabalho de um pesquisador. A "descoberta" e o seu reconhecimento constituem uma tarefa cujo êxito depende das relações sociais e da ação de uma coletividade mais ampla (PIRES, 2008). O pesquisador tem um duplo papel no procedimento investigador quando é, também, observador. Os sujeitos, atores, instituições são protagonistas importantes e é das relações destes com o pesquisador e vice-versa que se promoverão o sucesso e o reconhecimento da "descoberta".

Algumas descobertas significativas, embora não tenham cunho científico, resultaram de ações de movimentos sociais e ampliam o conhecimento da realidade.

As características básicas da pesquisa qualitativa, para Pires (2008), Cassel, Symon e Johnson ([1994] 2018), consistem: a) no foco na interpretação – geralmente, o pesquisador qualitativo busca ainda a interpretação dos próprios sujeitos-participantes da situação sob estudo; a orientação é para o processo e não para o resultado, visto que sua ênfase está no entendimento e interpretação ; b) no destaque à subjetividade, pelo fato de o foco de interesse ser justamente a perspectiva dos sujeitos-participantes envolvidos com o contexto interpretado; c) na flexibilidade de adaptação no processo de conduzir a pesquisa – o pesquisador deve se atentar para as diversas situações existentes e as imprevistas; a flexibilidade permite a definição progressiva do próprio objeto estudado, evitando a sedimentação, *a priori*, dos caminhos que o pesquisador irá seguir; d) na sua capacidade de se ocupar de objetos complexos como as instituições sociais, os grupos estáveis ou ainda os objetos invisíveis, furtivos, difíceis de apreender, ou fatos e objetos perdidos no passado; e) na preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência; f) na capacidade de englobar dados heterogêneos, de combinar diferentes técnicas na coleta de dados – a pluralidade metodológica permite ter uma visão mais global e holística do objeto de estudo, pois cada método oferecerá uma perspectiva diferente. Em um estudo qualitativo são os dados quantitativos que se incorporam.

Duas outras características relevantes da pesquisa qualitativa são destacadas por Pires (2018): a) a capacidade de

descrever em profundidade vários aspectos importantes da vida social relativos à cultura e à experiencia vivida, evidentemente por permitir ao pesquisador usar procedimentos que ressaltam a observação e a experiência vivida; b) a abertura para o mundo empírico, geralmente pela valorização da exploração indutiva do campo de observação, assim como o interesse para a descoberta de "fatos inconvenientes", na expressão de Weber, ou de "casos negativos".

Além dessas características, o que faz a pesquisa qualitativa diferenciar-se de outras abordagens decorre de sua exigência de ruptura epistemológica entre investigadores e sujeitos-participantes investigados. É o que propicia que uns e outros suspendam sua visão de mundo e possam comprender a visão de mundo dos demais. Esse acercamento à posição do outro, que deve existir desde a fase inicial de campo, é essencial para definir os papéis que pesquisadores e sujeitos-participantes investigados desempenham no desenvolver da pesquisa.

Pode-se deduzir que na pesquisa qualitativa o que dificulta a análise é a possibilidade de serem usados vários métodos, ou mesmo de não se definir o método, e assim ter de lidar com uma variedade de informações, tendo em vista que a adoção na pesquisa de diferentes dados e sua singularidade refletem o estilo e a experiência de cada pesquisador. Nesta, em particular, diversifica-se a forma de realizar a análise, razão pela qual, geralmente, a pesquisa qualitativa é considerada interdisciplinar e/ou multidisciplinar. É consenso entre os pesquisadores da pesquisa qualitativa que a análise concerne, sobretudo, ao processo de extrair sentido das informações (TESCH, 1990).

A preocupação do pesquisador que emprega essa forma de investigação é buscar interpretar os fenômenos de acordo com os significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Para tanto, utiliza, como método, a fenomenologia, alinhando-a com os temas e linhas de pesquisa. Ressalta-se a preferência pela etnografia, sobretudo na Antropologia, e, na Geografia, a etnogeografia. Para Claval (2003, p. 21), esta significa "[...] compreender os conhecimentos geográficos e as interpretações do ambiente que as sociedades que ocupam tal ou qual lugar desenvolveram". Vale assinalar que, nesta coletânea, prevalecem as interpretações com base na abordagem etnogeográfica.

Conforme já pontuado, a pesquisa qualitativa implica a utilização e coleta de uma grande variedade de materiais e dados – entrevistas, relatos de experiência pessoal, mapas sociais, histórias de vida, textos históricos, imagens, romances, biografias, filmes, sons, sabores, para citar alguns – que desvelam o cotidiano, situações com os significados e os simbólicos na vida das pessoas. Em suma, a pesquisa que costumamos nomear como qualitativa está regida por uma ordem da diversidade: de métodos, de enfoques, de posições epistemológicas, de construções metodológicas.

A ocasião é propícia para comentarmos sobre um componente raramente abordado no que tange à pesquisa qualitativa. Refiro-me à escrita, considerada como uma dimensão importante na pesquisa, desde o processo de sua construção, e não somente na sua difusão. Como salienta Goody (2007, p. 213), "[...] a escrita pressupõe um processo de reflexão profunda, consiste em transpor o pensado para um papel, para transmitir a criação do pesquisador, e facilita a distinção e o enunciado de questões". Castellotti (2012) pondera que para o pesquisador, ao usar uma

abordagem qualitativa/interpretativa, torna-se fundamental a escrita, posto que ela constitui e espelha a pesquisa de vários aspectos. Ou seja, é pela escrita que o pesquisador constrói o sentido que ele atribui ao observado, e é também a escrita que revela o significado produzido difundido, público e conhecido. Sendo assim, a escrita permite a confrontação, alimenta a continuidade e a transformação da pesquisa pelo debate. Pode-se mesmo afirmar que a escrita forja seu poder de intervenção. A esse respeito cabem as palavras de Charmillot (2010, não paginado, tradução nossa):

> Buscar caracterizar a escrita de uma pesquisa é, de uma parte, tomar posição na maneira de pensar a ciência, mais precisamente, pensá-la como portadora e produtora de valores e, então, reconhecer sua dimensão política. Pensar a escrita da e na ciência é assumir a responsabilidade de pesquisador.

Quem pesquisa e precisa escrever tem a clareza de que a escritura é árdua, é batalha, é luta com os significantes, salienta Zuleta (1994), pois a escrita é uma arena de forças: no texto falam múltiplas vozes que nem sempre identificamos, que nem sempre controlamos, e essas vozes falam de modos particulares. Em nossos textos, pensamos ter a fala. No entanto, no texto emergem as vozes que concedemos à palavra e vozes que sussurram – também quem o escreve sabe –, vozes que foram silenciadas diante da opção do que relevar ao produzir nosso texto (PEREZ-ABRIL, 2009).

Desse ângulo, o texto, o artigo de pesquisa, o relatório, diria, poderiam ser vistos como esse campo de forças, como as marcas que dão conta dessa luta com as palavras, com os dados, uma vez que nesse processo a escrita contém as pegadas de uma

prática. Barthes (1987) alerta que o texto é a grafia de uma prática. Em nosso caso, a prática qualitativa investigativa.

Para finalizar, enfatiza-se que esta bela produção sobre a pesquisa qualitativa, que engrandece esse modo de ver, não descreve nem reapresenta a realidade. Cada texto está produzindo uma realidade. Trata-se de produção que se gera na linguagem, transmudada em escrita, pois a forma da realidade produzida depende do sistema de palavras que são escolhidas para esse falar. Assim como diz Pérez-Abril (2009), sob essa perspectiva, na prática investigativa, criam-se mundos, objetos simbólicos. Isso porque, ao decidirmos realizar a pesquisa, quando formulamos de maneira clara uma pergunta investigativa, abrimos um caminho para a realidade a ser conhecida por meio da escrita.

Tardes quentes de agosto de 2019.
Em Goiânia, GO.
Maria Geralda de Almeida

Referências

BARTHES, R. **El susurro del lenguaje.** Barcelona: Paidós, 1987.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo: Ed. USP, 2008.

CASSELL, C.; SYMON, G.; JOHNSON, P. Evaluative practices in qualitative management research: a critical review. **International Journal of Management Reviews**, v. 20, n. 1, p. 134-154, 2018.

CASTELLOTTI, V. Recherches qualitatives: épistémologie, écriture, inlterprétations en didactique des langues. *In:* GOÏ, C. (Dir.). **Quelles recherches qualitatives en sciences humaines?** Approches interdisciplinaires de la diversité. Paris: L'harmattan, 2012. p. 29-44. (Collection Espaces Discursifs).

CHARMILLOT, M. **L'écriture scientifique existe-t-elle?** Les aspects concrets de la thèse, 2010. Disponível em: http://act.hypotheses.org. Acesso em: 21 jun. 2019.

CLAVAL, P. A evolução recente da geografia cultural na língua francesa. **Geosul,** Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 7-25, jan./jun. 2003.

GOODY, J. **Pouvoirs et savoirs de l'écrit.** Paris: La Dispute, 2007.

MECHANIC, D. Medical sociology: some tensions among theory, method and substance. **Journal of Health and Social Behavior,** v. 30, p. 147-160, 1989.

PÉREZ-ABRIL, M. A propósito de la legitimidad en la investigación cualitativa. **Revista Internacional de Investigación en Educación,** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, v. 2, p. 235-240, 2009.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In:* POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 43-93.

RICOEUR, P. Discours et communication. *In:* D'ALLONNES, M. R.; AZOUVI, F. Paul **Ricoeur I**. Paris: Cahiers de l'Herne**,** 2004.

TESCH, R. **Qualitative research:** analysis types and software tools. Basingstoke: The Falmer Press, 1990.

THIÉTART, R. A. et al. Fondements épistémologiques de la recherche. *In:* THIÉTART, R. A. et al. **Méthodologie de recherche en management.** Florence: Dunod, 2003.

ZULETA, E. **Elogio a la dificultad y otros ensayos.** Cali: Fundación Estanislao Zuleta, 1994.

Parte I:
Abordagens propositivas

Práticas interdisciplinares e ação de extensão: memórias de experiências no Recôncavo da Bahia

Maria Lúcia da Silva Sodré

Introdução

Participar desta coletânea que versará sobre "Diálogos e Práticas no Campo da Pesquisa Qualitativa" através das memórias de experiências vivenciadas no campo da extensão é gratificante, sobretudo, por acreditar que a prática da extensão não está dissociada do ensino e da pesquisa através do envolvimento direto e indireto com a sociedade. Essa questão é importante para não reforçar as narrativas de que a extensão é a responsável pela inserção na sociedade, e, assim, desresponsabilizar o ensino e a pesquisa desta aproximação.

Por outro lado, participar desta coletânea é também muito prazeroso, pela possibilidade, de alguma maneira, de regressar à Universidade Federal de Sergipe (UFS), sentimento também vivenciado no "III Seminário: Tempos e espaços da pesquisa qualitativa", ocorrido em dezembro de 2018, com minha participação na Mesa "Percursos teórico-metodológicos: diálogos interdisciplinares", ocorrida nessa instituição. Assim, retornar a essa universidade é uma grande satisfação, justificada pelas relações profissionais e de amizade estabelecidas entre os anos de 2008 a 2013. É reviver boas experiências.

O objetivo deste texto é apresentar a memória de ações de extensão, não no período em que estive na UFS, mas as experiências vivenciadas entre os anos de 2014 a 2017 na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mas que, no entanto, vale destacar, foram frutos das atividades de pesquisa e ações de extensão desenvolvidas no meio rural no Alto Sertão Sergipano, que representou o meu alicerce na academia, e, portanto, nas atividades de ensino, pesquisa e de extensão, e, por que não dizer, nas experiências de vida.

A universidade tem passado por vários desafios, mas ela constitui o espaço mais adequado para o desenvolvimento da pesquisa científica e, por consequência, o da extensão. No projeto pedagógico das instituições de ensino superior, está colocada a importância da indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão, esta com a missão de proporcionar uma relação transformadora entre universidade e sociedade, que é fundamental para a construção do conhecimento.

E, na perspectiva do aluno de graduação, a relação indissociável deve proporcionar uma formação mais completa e diferenciada, capaz de lhe possibilitar novas atitudes frente a novos desafios, com posicionamentos crítico e criativo, o que só é possível vivenciando a realidade na prática, em que a extensão representa um espaço potencial.

E nesse intuito, Dias (2009, p. 42) destaca que:

> [...] compreender as atividades de extensão e de pesquisa como expedientes vitais aos processos de ensino e de aprendizagem na graduação requer proposta de formação fortemente articulada à vivencia do real e imersa na própria

> realidade, fundada em uma relação dialética entre teoria e prática.

Não obstante, fazer extensão não é uma tarefa fácil, até porque ainda é uma ação pouco valorizada nas instituições de ensino. Portanto, é uma tarefa árdua e complexa, muito desafiadora, exige um comprometimento com a formação integral do docente e do discente, e destes, novas posturas com inserção direta na comunidade, como mecanismo de aproximação entre a universidade e a sociedade (SANTOS, 2012).

Nesse contexto, a interdisciplinaridade, definida como a interação recíproca entre disciplinas e campos diversos de conhecimento, mas com objetos de estudos comuns, se apresenta como ferramenta fundamental nesse cenário. (RUAS; ARAUJO, 2017).

A interdisciplinaridade, através das memórias das ações de extensão, com foco no meio rural, assim como através de implantação de hortas no meio urbano, que serão apresentadas nesta coletânea, se explica na articulação e nos conteúdos da Sociologia Rural, com as áreas das Ciências Agrárias, e, assim, gostaria de ressaltar a importâncias dos alunos bolsistas e voluntários das Ciências Agrárias, que, ao longo desta caminhada, estiveram como mecanismo fundamental. Sem eles, não seria possível desenvolver a extensão rural.

Contextualizando as vivências da extensão

O processo de extensão pode ser definido como um espaço de formação e de produção de conhecimento com a integração do ensino e da pesquisa, e então, pode-se afirmar que não é possível realizar ações de extensão dissociada do ensino e pesquisa, como destacados. A extensão ainda pode ser definida como ferramenta que possibilita a formação dos acadêmicos, além de ser um campo para enfrentamento dos problemas que envolvem a sociedade direta e indiretamente.

É nesse cenário que serão apresentados resultados de projetos de extensão desenvolvidos com alunos das Ciências Agrárias da UFRB na interlocução e interdisciplinaridade com a Sociologia Rural, sob minha coordenação.

Tais áreas de conhecimento são colocadas a serviço das respostas aos diversos problemas enfrentados pelos agricultores, que serão aqui destacados e compartilhados no estudo o qual envolve atividades de produção e de organização social, vinculadas ao meio rural através do projeto de extensão intitulado: "Fortalecimento da organização social e do processo produtivo: ações de extensão no povoado Sapucaia, Cruz das Almas – Bahia", como também, a prática de extensão no contexto urbano, por meio da produção de hortaliças, mais especificamente em uma horta escolar, com o projeto de extensão: "A ação da extensão na promoção de horta escolar: produção agroecológica e tecnologias sociais". Ambos os projetos foram desenvolvidos no município de Cruz das Almas, situado no Território do Recôncavo da Bahia.

Na primeira parte, ao apresentar as aventuras da extensão no campo da atividade de produção da agricultura familiar e da

organização social, os resultados destacados apontam a importância da ação da extensão para a atividade produtiva e de mercado, somada ao processo associativo para o fortalecimento da agricultura familiar. No segundo momento, o sentido da ação de extensão respalda na compreensão do processo de produção associado às vivências lúdicas, situada no contexto da horta escolar, onde esta ação despontou como mecanismo importante com envolvimento de alunos do ensino fundamental, pelo acesso à alimentação saudável e pela construção dos novos espaços, como o lúdico, a partir da horta.

Produção familiar e organização social

Pensar na produção de base familiar traz alguns desafios, sobretudo, frente às dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar ao longo dos anos no contexto do desenvolvimento rural e das políticas públicas, na atividade de produção e de comercialização de seus produtos. E nesse cenário, identificar e compreender formas alternativas de produção, novas relações de trabalho e de relacionamentos faz-se necessário.

Por outro lado, o meio rural aponta sua revalorização, a partir de novas dinâmicas de produção alternativa, da pluriatividade das unidades de produção, nas novas abordagens de desenvolvimento enfatizando o papel das organizações internas e de mediações externas (Universidade, ONGs e Governo). Dessa forma, a agricultura familiar, sem dúvida, vem ocupando, nas últimas décadas, espaços no debate sobre a agricultura brasileira e configurando-se como uma "[...] grande diversidade de situações

de ruralidade no interior do próprio mundo rural brasileiro[...]" (WANDERLEY, 2004, p. 61).

No entanto, para que se entendam as particularidades do mundo rural, não basta uma análise interna do próprio mundo rural. É necessário situá-lo no contexto geral da sociedade e entender como e por que essas particularidades se reproduzem, em cada caso. Cabe, portanto, sinalizar que a Bahia ocupa a 6ª posição do PIB do país, é o sexto Estado mais rico do Brasil. Todavia, é o 20º no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Contudo, a Bahia cresce, mas não se desenvolve.

Algumas condições, historicamente, foram utilizadas para justificar a falta de investimento em políticas públicas básicas de saúde, educação, geração de trabalho e renda, entre outras, agravando a situação de pobreza e exclusão a que vem sendo submetida à população. Não obstante, muitas regiões da Bahia trazem em si grande potencial natural, cultural e humano capaz de tornar a região desenvolvida e sustentável.

Cabe destacar, também, que o Estado da Bahia representa o que possui o maior número de agricultores familiares no país - são 665.831 estabelecimentos de agricultores familiares distribuídos no Estado. Apesar disso, outro dado interessante é a pouca representatividade dos agricultores familiares na Bahia associada às organizações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e Jurídicas (MDA, 2016), ou seja, àqueles agricultores familiares, vinculados à associação ou cooperativa.

Compreendemos que agricultores familiares isolados, não organizados em alguma forma associativa, podem ter maiores dificuldades de cumprir as exigências do mercado, assim como

acessar as políticas públicas que podem lhes possibilitar melhores condições vida.

Entre os povoados dos municípios do Recôncavo da Bahia encontra-se o Povoado de Sapucaia, localizado no município de Cruz das Almas. Esse povoado possui uma população ativa de agricultores familiares desenvolvendo suas atividades de produção com garantias de segurança alimentar e venda para o mercado, mas que, também, vem sofrendo, ao longo dos anos, carência de políticas de convivência com a realidade de seu território, e no seu processo associativo.

Pensar no meio rural significa pensar também nos jovens que povoam esse campo e na sua perspectiva de ficar ou sair. Dessa maneira, o jovem rural precisa enxergar novas dinâmicas que tenham como objetivo transformações e alterações no campo de possibilidades com condições de lhes favorecer um campo de oportunidades. Carneiro e Castro (2007) apontam que, diante dos problemas do meio rural, os jovens passam a formular projetos de vida que incluem a saída do campo, buscando novas oportunidades. Eles, muitas vezes, são invisíveis aos olhos das políticas públicas e sem perspectivas de mudança de vida.

Todavia, nos últimos anos, algumas ações vêm sendo desenvolvidas, no sentido de fortalecer e capacitar agricultores familiares e os jovens residentes neste campo tão diversificado, as diversas políticas públicas, que envolve dentre outros aspectos os mercados institucionais e ações de extensão são bons exemplos. Porém, outras ações ainda são necessárias.

Foi neste contexto que se inseriu a proposta do projeto de extensão que foi desenvolvido entre os anos de 2014 a 2016,

intitulado “Fortalecimento da organização social e do processo produtivo: ações de extensão no povoado Sapucaia, Cruz das Almas/Bahia, apresentando o papel da extensão rural no comprometimento da “transferência” de conhecimentos técnicos e científicos para sociedade, a partir de uma visão interdisciplinar e participativa na integração do tripé ensino-pesquisa-extensão e na interação entre conhecimento e experiências da academia com o saber popular acumulado entre gerações.

As ações propostas neste projeto tiveram como objetivo central contribuir para o fortalecimento das unidades familiares tanto no processo produtivo quanto organizacional, com a potencialização e o fortalecimento das tecnologias de produção já disponíveis, estruturando melhor a produção, a geração de emprego e renda, visando às melhorias nas condições de vida para as famílias e os jovens residentes nesse campo.

Nesse aspecto, foram discutidas, com as famílias, alternativas produtivas que promovessem a sustentabilidade do ambiente através da utilização de tecnologias alternativas, como o uso das práticas agroecológicas. Além disso, discutiu-se, também, a importância da reestruturação da associação comunitária como ferramenta fundamental para mudanças e, assim, contribuir para fortalecer o aspecto organizacional já existente no Povoado Sapucaia, mas desativado há 8 anos.

A justificativa dessa ação se respaldou por acreditar que a agricultura familiar, embora tenha enfrentado diversos desafios, vem demonstrando um desempenho considerável nas estatísticas, representando um setor econômico e social estratégico para o desenvolvimento rural sustentável (FRANÇA, 2009; MATEI, 2014; SCHNEIDER, 2006) e, em vista disso, importante

fortalecimento institucional dos agricultores familiares, assim como dos seus filhos, residentes no campo.

Metodologicamente, o público-alvo foi dez unidades familiares no povoado, que têm na agricultura familiar uma das suas principais fontes de renda e, também, os jovens filhos desses agricultores. No povoado, as principais culturas produzidas são mandioca, inhame, aipim, milho, feijão, olericultura, além da atividade de criação de pequeno porte como aves, apicultura, pescado e suínos, somados à criação de gado.

Do ponto de vista da dimensão de infraestrutura social, o povoado possui características urbanas como casas de alvenaria, energia elétrica, rede telefônica, igrejas, serviços de transporte, escolas, postos de saúde. Ademais, esse povoado está muito próximo do município de Cruz das Almas, a cerca de 5 km.

As ações desenvolvidas pelo projeto foram realizadas através da articulação de oficinas e minicursos com a capacitação, assessoria e troca de informações e conhecimentos técnicos que envolveram ações de planejamento, de avaliação e de monitoramento do processo produtivo, além da reestruturação e do fortalecimento do processo organizativo interno.

Cabe destacar que as ações realizadas no povoado foram demandas pela própria comunidade, com plataformas de ações capazes de solucionar ou amenizar os problemas enfrentados cotidianamente pelas famílias e de fortalecimento de práticas e tecnologias de produção já desenvolvidas pelos agricultores, como a apicultura, a produção vegetal e a produção da farinha. Ações estas que possuem o objetivo de tornar a experiência produtiva no desenvolvimento humano-local-sustentável-integrado, na

expectativa de promover a segurança alimentar e melhores condições de vida.

Considerando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, as demandas identificaram-se por intermédio de uma pesquisa de campo via observações participantes e travessias, sobretudo, para conhecimento e análise dos aspectos do solo, produção vegetal e animal. Esses instrumentos de coleta foram associados às entrevistas semiestruturadas e, então, a abordagem foi qualitativa, ao acreditar que a investigação qualitativa é estabelecida pelas relações íntimas que envolvem pesquisador e pesquisados. A câmera fotográfica também foi uma grande aliada no trabalho de campo e nas ações de extensão realizadas.

A pesquisa de campo se realizou com os agricultores familiares e com jovens residentes no campo. Estes, vale destacar, tiveram como demandas principais a necessidade de capacitação técnica nos cursos de tratorista e de cerca elétrica, justificadas pelas necessidades de sua inserção no trabalho, dentro e fora do povoado.

É importante deixar claro também que os bolsistas e voluntários, a partir de sua inserção neste projeto, tiveram a possibilidade de gerar produtos acadêmicos, como monografias, relatórios, resumos, artigos, além de participação em eventos científicos, com a apresentação em pôster e comunicação oral. A participação dos estudantes em todas as atividades foi de extrema importância para dar respostas às demandas do campo, mas também pelo seu processo de crescimento e formação acadêmica, através da sua inserção via iniciação científica, pois acreditamos que a parceria de aprendizagem ensino-pesquisa-extensão se constitui em uma experiência indissociável, e de fundamental

importância para formação acadêmica e profissional, como estabelecido no projeto pedagógico da UFRB.

Por outro lado, cabe destacar ainda que a relação ensino-pesquisa-extensão via extensão universitária através do contato direto com o agricultor familiar, e, seus filhos ganhou relevância, precisamente, por proporcionar ao aluno das Ciências Agrárias envolvidos no projeto, uma proximidade empírica dos problemas enfrentados pelos agricultores, buscando, com estes, uma solução.

E assim, como parceira de uma mesma experiência, incluiu o respeito entre os diálogos e saberes teóricos/técnicos e o envolvimento dos próprios sujeitos da ação, com a valorização do saber local, transmitido entre gerações, como instrumento importante no desenvolvimento da agricultura familiar, da autonomia, da autoestima dos agricultores e da valorização de sua cultura e trabalho.

Os frutos desta ação apontaram importantes resultados para as unidades familiares, com implicações diretas na melhoria do sistema produtivo, tais como na produção de abelhas, pescado, bovinocultura, hortaliças, mandioca, feijão, milho, batata, entre outros. Ainda na atividade produtiva, foi realizada uma avaliação da água para identificar possíveis contaminações e causas de mortandade de peixes, apontadas pelo agricultor. Ocorreu uma visita técnica à estação de piscicultura para conhecer as potencialidades e os limites da atividade de pesca, em que distribuíram alevinos para os agricultores.

Do ponto de vista do mercado, uma grande vantagem para os agricultores foi a sua participação em uma feira realizada aos

domingos no próprio povoado, com a parceria de projetos da UFRB e da secretaria de agricultura do município.

As capacitações técnicas através de oficinas teóricas e práticas foram muito importantes para o sistema de produção, pois possibilitaram para os agricultores e seus filhos cursos de tratorista e de cerca elétrica. Essas ações foram demandadas pelos agricultores, sobretudo, pelos jovens, vislumbrando alternativas para a entrada deles no mercado de trabalho.

Finalmente, uma grande ação se desenvolveu no povoado referente ao processo da organização social e, nesse caso, conseguiu reestruturar e reorganizar a associação do povoado, que estava desativada há oito anos. Incluiu também a formulação do seu estatuto e estabeleceu nova diretoria através do processo eleitoral, que teve dois jovens do povoado como presidente e vice-presidentes eleitos.

Por conseguinte, aconteceram reuniões diversas e oficinas teóricas que discutiram a importância do associativismo para agregação dos agricultores e mudanças de vida, além de oficinas práticas com exercícios de reelaboração do estatuto, características e funções de cada membro da diretoria, e outros aspectos. Dessa forma, destacou-se nestas ações o atendimento das demandas do povoado, de forma interdisciplinar.

Em atenção à interdisciplinaridade, este projeto articulado com outras áreas de conhecimento, como apresentada, permitiu a sua atuação efetiva nos espaços rurais, atuando em áreas diferentes, circunscrito ao povoado da Sapucaia, compreendendo seus limites e as potencialidades, além de favorecer uma formação acadêmica relacionando teoria e prática aos discentes.

Compreendemos que a falta de interação entre as disciplinas, trabalhadas de forma isolada na academia, com fronteiras bem definidas, tende a comprometer o ensino à pesquisa e à extensão, fora não dar conta de entender a complexidade dos fenômenos sociais estudados. Portanto, as ações deste projeto possibilitaram a superação de uma formação acadêmica e profissional ainda fragmentada e setorizada, realidades em muitas outras instituições de ensino.

Abordagens as quais integram diferentes disciplinas são requeridas pelos problemas da sociedade, entre os quais, o meio rural. Autores afirmam o caráter interdisciplinar do meio rural (JOLLIVET, 1998, MENDRAS, 1958) e, nesse sentido, o meio rural é um campo de investigação para diversas ciências, para integração das dimensões socioeconômicas, produtivas, histórica, geográfica, técnica, ambiental do meio rural. Logo, a Sociologia não pode se constituir como disciplina autônoma para a compreensão do campo.

É importante enfatizar alguns registros fotográficos das principais ações realizadas pelo referido projeto de extensão, como já destacado, demandado pelos agricultores familiares, que envolveram atividades de produção vegetal e animal (Figura 1 – A -L); ações de capacitação (Figura 2 – A - E) e ações de organização social (Figura 3 – A-B) com temas diversos, que traduzem na interdisciplinaridade entre a Sociologia Rural com as diversas áreas, sobretudo, das Ciências Agrárias.

Figura 1: Atividade de produção vegetal e animal

A - Produção diversificada

B- Preparo do solo, sistema de irrigação e área plantada

C - Áreas de plantio de mandioca com adubação agroecológica

D- Produção agroecológica de hortaliças

E - Transformação da mandioca em farinha – participação da equipe de extensão

F- Apresentação da criação de abelhas com e sem ferrão

G- Multiplicação da colmeia de Uruçu

H- Visita à Estação de Piscicultura - Pedra do Cavalo

I- Visita ao cacimbão para coleta de água com o intuito de análise devido à mortandade dos peixes

J- Visita com professores de Engenharia de Pesca e entrega da análise da água

L - Feira para escoamento da produção no povoado da Sapucaia

Fonte – Trabalho de campo (2014 – 2016).

Figura 2: Ações de capacitação

A- Oficina teórica e prática do curso de tratorista – professor convidado da UFRB

B - Explicação dos princípios de funcionamento do trator e prática com pulverizador mecanizado

C- Prática com plantadeira de mandioca e regulagem e utilização da semeadora

D- Prática de utilização da máquina distribuidora de calcário e colheita mecanizada de milho

E- Parte teórica e prática do curso de cerca elétrica

Fonte – Trabalho de campo (2015).

Figura 3: Organização Social

A- Primeira reunião com a Associação visando a sua restruturação e oficina teórica sobre a importância do associativismo

B- Votação das propostas de alterações do estatuto da associação e posse da nova diretoria

Fonte – Trabalho de campo (2015).

Produção e vivências lúdicas: experiências com horta escolar

No segundo momento deste texto, as experiências de extensão aqui relatadas terão como foco ação respalda na compreensão da atividade de produção e vivências lúdicas, situada no contexto de uma horta escolar, com formação prática para produção de alimentos e cuidados com o meio ambiente, com o envolvimento de alunos do ensino fundamental.

Essa ação foi fruto de um projeto de extensão intitulado "A ação da extensão na promoção de horta escolar: produção agroecológica e tecnologias sociais". E nesse contexto, o da produção de horta nas escolas, ressalta-se que muito se tem falado da importância do consumo de alimentos saudáveis, como frutas e vegetais livres de agroquímicos.

Embora uma parcela da população esteja consciente dessa importância, alguns condicionantes têm se apresentado para o consumo reduzido desses alimentos, entre eles, a falta de hábito de alguns. Por outro lado, observa-se que as crianças representam grande veículo que pode favorecer o consumo de tais alimentos na rotina diária das famílias, por isso, o incentivo às crianças nas escolas pode ser um canal para tornar essa necessidade uma realidade das famílias (MORGADO; SANTOS, 2008).

Outro aspecto que merece ênfase refere-se à falta de tempo dos pais no preparo de alimentos mais saudáveis, restando-lhes a opção pelo incentivo ao consumo de alimentos industrializados. Exemplo são os sucos de frutas naturais substituídos pelos sucos de "caixinha", os biscoitos industrializados em substituição aos bolos caseiros, os quais podem ser feitos, por exemplo, com vegetais, como é o caso do bolo de cenoura. Outro fator que pode influenciar esse consumo é o contato social com os colegas nas escolas, que optam por biscoitos para o lanche. Isso pode despertar competição e gosto semelhante.

Somada a esses fatores, as propagandas veiculadas na TV também têm um apelo considerável nas preferências das crianças. Entende-se que a realidade aqui mencionada se constitui um problema social, entre outros aspectos, a desnutrição e o sobrepeso em crianças. Acreditamos, pois, que a extensão, um dos tripés da Universidade, pelo compromisso social pode ser uma alternativa de ação que proporcione mudanças nos hábitos alimentares de crianças, somada à atividade lúdica de produzir.

Tomando como base o caráter interdisciplinar no contexto das Ciências Agrárias e da Sociologia, com projetos de múltiplas dimensões (sociais, produtivos, tecnológicos, econômicos,

ambientais, culturais e humanísticos), é que se insere à proposta deste projeto de extensão a construção de uma horta escolar, visando, além da produção diversificada de hortaliças, livres de agroquímicos, despertar nos alunos atendidos pelo projeto, o incentivo ao consumo de alimentos saudáveis, o respeito ao ambiente, somado à atividade lúdica na ação de produzir.

Falar em alimentação saudável é falar sobre alimentos livres de agroquímicos. Nessa perspectiva, a agroecologia, enquanto matriz disciplinar integradora, com capacidade de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, entra neste projeto, pois congrega em seu conceito perspectiva de produção livre de agroquímico, proteção ao ambiente, uso de tecnologias sociais e sustentáveis, envolvimento da população na atividade, garantia da segurança alimentar e nutricional e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida da população atendida (CAPORAL et al., 2006).

Vale destacar ainda que a alimentação, aqui discutida, não se constitui apenas quanto ao seu aspecto nutricional, mas também enquanto compreensão social e cultural, e de valorização do trabalho do homem no campo, sobretudo, do agricultor familiar.

A ação deste projeto serviu como modelo para outros projetos em escolas do município, como, por exemplo, na Escola Associação Pestalozzi, que também está em processo de desenvolvimento a partir de junho de 2018, sob a minha coordenação.

É neste contexto que se insere a proposta deste projeto, apresentando-se o papel da extensão no comprometimento da "transferência" de conhecimentos técnicos e científicos, a partir de

uma visão interdisciplinar e participativa. Este projeto consistiu em contribuir para o desenvolvimento de aprendizagem de crianças do ensino fundamental da importância dos alimentos, do conhecimento sobre o solo, conhecimento dos alimentos e como ele é produzido, visando ao fortalecimento da interação entre as crianças e a Universidade pelas experiências da produção e do consumo de hortaliças.

Metodologicamente para a execução, foi definida a Escola Municipal Tadeu da França, localizada em Cruz das Almas, Bahia, que possui em média 180 alunos distribuídos em 9 turmas no turno matutino e vespertino. A estrutura física da escola é composta por nove salas de aula, uma cozinha, um depósito, uma diretoria, um hall com parques e três banheiros.

Quanto ao corpo técnico, esta é formada por professores, merendeira, diretora e ajudante de serviços gerais. Essa escola possui uma área externa de aproximadamente $60m^2$, propícia para a implantação da horta. O público-alvo direto deste projeto foi composto por 48 alunos, entre 5 e 7 anos, que faziam parte do projeto Todos pela Educação, e, por causa disso, passavam todo o dia na escola, realizando todas as refeições lá.

O trabalho foi desenvolvido nos anos de 2015 e 2016 e iniciou com uma primeira visita à escola com toda a equipe do projeto para uma conversa informal com a direção da escola, com os professores e os alunos na faixa etária entre 5 e 7 anos como potenciais para participar da ação. No primeiro encontro, foi apresentada a equipe de trabalho, as propostas do projeto da horta escolar, assim como buscou conhecer as histórias de vida dos alunos e suas preferências alimentares.

Posterior a esse momento houve uma visita à escola, especificamente, para o levantamento dos dados que permitiram diagnosticar as características de infraestrutura do local como tamanho, condições de acesso à água, insumos necessários para instalação dos canteiros, tipos de hortaliças mais propícias às condições locais, e outros aspectos.

Foi importante também buscar na teoria existente atualização da revisão de literatura sobre a temática em questão como horta escolar, hábitos alimentares, educação ambiental, etapas do processo produtivo e horta escolar como atividade lúdica.

Entre as técnicas de pesquisa de campo disponíveis, utilizou-se conversas informais para ouvir atentamente alunos e o corpo da equipe da escola, suas percepções para traduzir em significado, enfatizando a importância da abordagem qualitativa neste cenário, momento em que as relações informais entre pesquisador e campo foram enfatizadas. Aqui também a ação de extensão foi precedida pela pesquisa. A câmera fotográfica também teve uma contribuição importante, pois permitiu captar visualmente a paisagem do espaço do antes e do depois, e as relações nele estabelecidas.

Posterior a essa etapa, aconteceram reuniões da equipe para listar quais as ações de planejamento seriam necessárias para a confecção da horta, discutindo quais insumos adequados para iniciar o projeto e em quais quantidades, qual adubo, os tipos de utensílios e equipamentos. Isso incluiu também a quantidade de garrafas PET que seriam necessárias para ser colocadas na bordadura dos canteiros, contornando-os, e para confecção das hortas verticais suspensas nas paredes.

Além disso, a atividade em questão foi importante, pois apresentou aos alunos que a reutilização das garrafas PET poderia evitar que fossem descartadas no meio ambiente de forma inadequada. Para o preparo dos canteiros, fizeram a escolha do local da horta em acordo com a direção da escola e obedecendo às exigências técnicas agronômicas para sua implantação.

Metodologicamente, houve oficinas teóricas contendo temas como educação alimentar e ambiental, a importância nutricional das hortaliças, apresentação de alguns vegetais, suas principais características, a importância do consumo para a saúde, a pirâmide alimentar e os aspectos envolvidos no processo de produção, assim como a importância da reciclagem de resíduos sólidos, e meio ambiente.

As oficinas foram apresentadas em Power Point, com slides didáticos, bem coloridos com o uso exclusivamente de figuras, considerando a faixa etária e a escolaridade do público, procurando trabalhar com as crianças de uma forma lúdica.

Fez parte também das oficinas práticas, atividades artesanais com recipientes inorgânicos, como papel, plásticos e tecidos. O objetivo foi confeccionar um espantalho colocado no meio da horta como guardiã, protegendo-a, e mostrar aos alunos que é possível reaproveitar matérias que seriam descartadas como lixo.

Foi solicitado aos discentes que passassem a separar garrafas PET em suas residências e levar para a escola, pois elas seriam utilizadas para a confecção dos canteiros, assim como caixas de ovos servindo de recipientes para plantar as sementes e

produzir as mudas que posteriormente foram transplantadas nos canteiros.

As ações práticas foram as medições dos canteiros, a quantidade de matéria orgânica necessária, a preparação dos canteiros com a colocação das garrafas PET, a adubação e a preparação das sementes. No momento de reorganização do espaço da horta, os alunos estavam presentes e inseridos em todo o processo. As etapas seguintes foram o plantio da semente nas cascas de ovo e, posterior a esta etapa, o transplante das mudas para os canteiros, com a participação dos alunos.

Os alunos foram divididos em grupo e ficaram responsáveis, juntamente à equipe do projeto, pelas atividades da horta para que as crianças participassem de todo o processo. Outras atividades desenvolvidas com as crianças foram a limpeza e a rega dos canteiros e o cultivo das hortaliças.

O tratamento de doenças e pragas que aconteceram na horta aconteceu com fórmulas caseiras, com base em princípio da agroecologia, a partir de avaliações agronômicas da equipe do projeto.

Em termos de oficina prática, o estudante de Agronomia foi fundamental para o desenvolvimento das atividades de produção vegetal e na interação entre o homem e a planta, como ferramenta de novas descobertas para os alunos do ensino fundamental, mostrando a importância dos vegetais na alimentação e a preservação ambiental.

Semanalmente, ocorreram visitas intercaladas entre os bolsistas e voluntários de extensão, que deram as assessorias

necessárias para a correção de todo o processo produtivo. No monitoramento semanal, identificaram problemas e encaminharam soluções. Nessa etapa, o aluno, ao verificar um problema no processo produtivo da horta que não tivessem condições técnicas de propor uma solução no momento, era encaminhado à sala de aula como um estudo de caso, para serem discutidas com os professores as possíveis soluções, concretizando, assim, o tripé da aprendizagem ensino-pesquisa-extensão, como experiência indissociável, trazendo respostas para a atividade de extensão e viabilizando o compromisso entre universidade e sociedade.

Ao final do primeiro ano de projeto, foi realizada uma confraternização junto aos alunos, com alimentação retirada da própria horta, como torta, sucos e bolos. A Justificativa desta ação residiu, entre outros aspectos, no fato de que, ao aproveitar o espaço ocioso da escola, garantiu a instalação da horta e a inserção de uma diversidade de alimentos servidos na escola, o conhecimento sobre a importância do consumo de hortaliças para as crianças, da compreensão da importância de preservação do meio ambiente, do aproveitamento de resíduos e sua reciclagem. Além da interação dos alunos no processo de produção das hortaliças, por meio de oficinas teóricas didáticas e práticas, pelo apreender a fazer, fazendo.

É importante deixar clara a importância para os bolsistas e voluntários, pois, a partir de sua inserção, foi possível colocar em prática elementos da teoria visto em sala de aula, além disso, tiveram a possibilidade de gerar produtos acadêmicos, como monografias, relatórios, resumos e artigos, associados à participação em eventos científicos via apresentação de Pôster e Comunicação Oral. A participação dos estudantes em todas as atividades foi de extrema importância para o seu processo de

crescimento e formação acadêmica, através da sua formação via iniciação científica e o conhecimento de aspectos na atividade prática.

As principais etapas da implantação da horta na escola e os principais resultados serão apresentados a partir dos registros fotográficos que envolveram processos metodológicos de implantação e as etapas seguintes como a limpeza da área, construção dos canteiros, plantio, produção, diversidade de vegetais, colheita, limpeza, rega, oficinas teóricas e práticas, e por fim, o enriquecimento da alimentação escolar com as hortaliças produzidas pelo projeto que promoveu a reeducação alimentar.

As culturas implantadas como coentro, couve, rúcula, alface verde e roxa, cenoura, beterraba, cebolinha e a salsa demonstraram um bom desenvolvimento. Durante o desenvolvimento das culturas, observou-se pragas, como formigas e lagartas. Para o tratamento das formigas, empregou-se arroz pré-cozido e borra de café, e o controle manual de lagartas.

Percebeu-se a importância da horta com a introdução de hortaliças na alimentação das crianças, incentivando a interação entre elas. A horta teve excelente desenvolvimento dos vegetais plantados, contribuiu para a conscientização ambiental e alimentação de qualidade para as crianças.

Essa ação ressaltou a atividade de produção da hortaliça como aspecto lúdico para as crianças, através do manuseio e tratamento das hortaliças, portanto, a horta escolar representou um novo espaço, o lúdico, onde as crianças puderam se divertir com as pinturas dos pneus e das garrafas PET, na limpeza da área, na rega, na colheita e na alimentação.

Tal resultado apontou o quanto foi importante essa ação de extensão, principalmente por possibilitar conhecimento sobre as hortaliças e alteração de hábitos alimentares nas crianças através da alimentação saudável, que, inclusive, foi uma experiência levada para as famílias, conforme conversas informais. Os vegetais produzidos serviram para a alimentação escolar diária das crianças que ficam em tempo integral na escola.

E, como já destacado, os resultados também apontou, do ponto de vista dos bolsistas, grande contribuição para a sua formação acadêmica e profissional possibilitando vivências interdisciplinares nas ações práticas e na sua execução, na busca pela superação, como também já apontada, uma formação acadêmica e profissional ainda fragmentada, com oportunidade de passar por várias etapas da produção.

Em atenção à interdisciplinaridade, este projeto articulado com outras áreas de conhecimento, tanto das Ciências Agrárias quanto a Sociologia, favoreceu um fator essencial à formação acadêmica dos bolsistas envolvidos, permitindo-lhes a ampliação do acesso ao saber na associação entre teoria e prática no processo de interação entre a universidade e a sociedade, com socialização de novos conhecimentos e metodologias.

Na sequência, seguem os registros fotográficos vinculados à atividade de ação de extensão na horta escolar (Figura 4 A-G) que envolveu reconhecimento do local, limpeza, construção dos canteiros, adubação, plantio, limpeza das espontâneas, pintura dos pneus, colocação do “guardião da horta”, colheita, brincadeiras ao redor dos canteiros e alimentação das crianças.

Figura 4: Atividade de ação de extensão na horta escolar

A-Limpeza da área e a construção dos canteiros

B -Organização dos canteiros, adubação e semeadura

C-Plantio direto com crianças e canteiros organizados com placas identificando as hortaliças

D- Canteiros em pneus coloridos e canteiro cercado com garrafa PET colorida

E- Produção diversificada e colheita com as crianças

F-Colheita pela merendeira da escola e crianças se divertindo em frente aos canteiros

G- Alimentação durante o almoço com produtos da horta

Fonte: Trabalho de Campo (2015 e 2016).

Considerações finais

O principal objetivo deste texto foi evidenciar as memórias das atividades de ação de extensão em dois projetos distintos, mas com intenções semelhantes, e tornar evidentes os resultados diretos e indiretos para os distintos públicos atendidos pelos projetos, a saber, os agricultores familiares e alunos de uma escola de ensino fundamental. Além disso, serviu para demostrar os resultados destas ações à equipe do projeto, principalmente, para os bolsistas e voluntários que participaram no desenvolvimento das atividades.

Trazer as memórias das atividades de ação de extensão desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2016 na UFRB, no contexto da agricultura familiar, assim como na horta escolar, é vivenciá-las mais uma vez, é reviver o momento de pensar no projeto, elaborar e planejar as etapas, de forma que funcionassem com os resultados esperados. É pensar, também, na equipe, de suma importância, para a realização das atividades. Vale ressaltar a importância da equipe dos alunos bolsistas e voluntários das Ciências Agrárias, que me acompanhou ao longo dos meus projetos de pesquisa e de extensão.

Torna-se imprescindível relatar o quanto os projetos desenvolvidos no povoado da Sapucaia, com a agricultura familiar, assim como, na horta escolar na Escola Tadeu França, trouxeram benefícios não apenas para o público diretamente atendido pelo projeto, nem apenas aos alunos da UFRB envolvidos, mas também, para mim, enquanto coordenadora, e o que na prática essas experiências representaram para o meu crescimento profissional e pessoal. Foram experiências e vivências que levarei por toda a vida, assim como as experiências nos projetos de pesquisa e de extensão vivenciadas nos espaços do território do Alto Sertão sergipano. O início de tudo.

Ao destacar a importância desses projetos no processo de integração com o povoado Sapucaia e com as crianças do ensino fundamental, saliento as contribuições do projeto para a melhoria de vida dos agricultores atendidos, através da assessoria técnica e extensão rural nas suas atividades de produção e de mercado, na restruturação do processo organizativo, somada à produção de hortaliças e construção de novo espaço de vivência com mudanças nos hábitos alimentares e o lúdico no envolvimento da produção, em atendimento aos objetivos de ambos os projetos. Foi relevante,

também, para a formação profissional dos alunos caracterizada pela interação entre teoria e prática, fundamentada no processo interdisciplinar, somada à percepção quanto ao seu comprometimento via ensino-pesquisa-extensão em relação às questões sociais, com a proximidade dos problemas enfrentados no campo e na cidade.

A reflexão e o aprendizado que ficaram dessas ações é a importância para todos os envolvidos, no entanto, a extensão ainda é superficialmente valorizada, sem a devida importância que merece nas instituições de ensino superior. Esse quadro tem mudado, mas precisa avançar ainda mais. A certeza existente é que ainda há muito para se fazer e entender que a sociedade a qual enfrenta grandes desafios em diversas áreas necessita de projetos distintos e equipes interdisciplinares para dar respostas aos seus anseios.

No entanto, embora os desafios sejam grandes, o pouco que conseguimos realizar faz toda a diferença e representa muito para os atendidos. Representa o olhar para o outro. Há sempre uma atividade de extensão e pesquisa a ser realizada com o intuito de criar novos espaços, dar respostas à sociedade, somar um pouco para mudança nos rumos de vidas e vivenciar novas experiências, que só a prática nos permite. E a receita é simples, pois depende, de docentes e discentes comprometidos e dispostos a dedicar um pouco do seu conhecimento fundamentando a relação entre universidade e sociedade.

Referências

BALÉM, Tatiana Aparecida. Extensão e desenvolvimento rural. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: **Rede e-Tec** Brasil, 2015.

BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF: MDA, 2016. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_BA.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia:** matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006.

DIAS, A. M. I. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, v. 1, n. 1, p. 37-52, ago. 2009.

FRANÇA, C. G. et al. **O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

JOLLIVET, M. A "vocação atual" da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, 1998.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MENDRAS, H. Sociologie du milieu rural. *In:* GURVITCH, George (dir), **Traité de sociologie**, Paris, Presses Universitaires de France, 1958.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira; DESLANDES, Romeu (Orgs.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.

MORGADO, F. S.; SANTOS, M. A. A. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis**. Revista Eletrônica de Extensão**, n. 6, 2008, 10 p.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir e escrever. In: _____. O trabalho do antropólogo. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

PAULA, J. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul/nov 2013.

RUAS, Franciele Pires; ARAÚJO, Rafaele Rodrigues de. O todo e as partes como forma de expressão de pontos de vista sobre interdisciplinaridade em ciências. **Interdisc**, São Paulo, n. 11, pp. 01-151, out. 2017. Disponível em http://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade. Acesso em: 30 jul. 2018.

SANTOS, M. P. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, 2012.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. Identidade social e espaço de vida. *In:* WANDERLEY, M. de N. B. **Globalização e desenvolvimento sustentável**: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas- SP: CERES, 2004.

Percurso metodológico para estudo da relação entre a cultura acadêmica e socialização no ensino superior

Lucyana Sobral de Souza

Marcos Paulo de Oliveira Sobral

> Todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel [...] é nesse papel que nos conhecemos a nós mesmos.
>
> (GOFFMAN, 1985)

Introdução

Ser estudante do ensino superior representa para alguns jovens e adultos um sinônimo de conquista e de glória frente às dificuldades enfrentadas diariamente para permanência na universidade. Estar na universidade se apresenta como uma busca por uma qualificação superior inicial, na tentativa de ingresso no mundo do trabalho, gerando a conquista de uma renda própria financeira, ou mesmo a possibilidade de acessar bens e serviços anteriormente não alcançados. No entanto, até que se almeje essa condição, o estudante precisa lidar com uma engrenagem complexa que lhe requer aprendizado de um novo ofício – o de ser estudante universitário – interpretando e compreendendo códigos,

novas posturas e regras que passam a serem requeridas no campo universitário. Pensando nessa questão, o presente estudo buscou compreender como estudantes do ensino superior de uma universidade pública lidam com a dinâmica de formação, a relação com o saber e o aprender e estabelecem redes de conexões socializadoras em prol da construção de uma dupla identidade: uma identidade de estudante universitário e uma identidade docente em formação. A metodologia adotada no estudo pautou-se na perspectiva qualitativa e como instrumento de pesquisa aplicou-se um questionário com perguntas estruturadas buscando captar como o/a estudante de um curso de formação docente lida com o saber, a linguagem, a socialização, os espaços de aprendizagem e de formação. A partir de um processo específico de afiliação estudantil viabilizada através interações com colegas na universidade e com a dinâmica de formação, o estudante precisa se envolver e assumir pra si o ofício de ser estudante, sendo, portanto, fundamental, a vivência de uma pedagogia da afiliação (COULON, 2008). Nessa direção, a análise de como os estudantes vivem e explicam seus modos práticos de lida e de convivência na universidade constituem o corpus da referida pesquisa, são detalhes da vida cotidiana universitária que contribuem para compreendermos o modo prático adotado pelos estudantes para permanecerem na instituição, em um processo ora mediado por ajustamentos ou por desajustamentos na vida acadêmica. Para referenciar esse estudo utilizamos as contribuições de Claude Dubar (2005), Saeed Paivandi (2014), Alain Coulon (1995; 2008), Adir Ferreira (2014) e Bernard Charlot (2000; 2001). Os estudos desenvolvidos sobre a relação estabelecida entre estudante e instituição formadora tem revelado que tornar-se membro do ambiente de estudos (PAIVANDI, 2014) pode contribuir para que o estudante desperte a vontade pelo o saber, socialize-se e estabeleça relações de afiliação estudantil.

O *corpus* da pesquisa e a base de sustentação do estudo

O trabalho foi realizado numa universidade pública que oferta o curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, onde se aplicou questionário estruturado com questões abertas e fechadas intentando alcançar o objetivo central da pesquisa: compreender como estudantes do curso de Ciências Biológicas lidam com a experiência de formação e socialização na universidade e quais os condicionantes da cultura acadêmica contribuíram para uma boa relação com a universidade – com os códigos nela gestados – impulsionando ou não à constituição de um novo ofício de estudante e de uma identidade docente. O trabalho de análise constituiu-se da construção de uma rede de interpretação buscando destacar elementos dos sujeitos investigados que pudessem contribuir no entendimento sobre a maneira adotada pelos estudantes para explicar as experiências vivenciadas. Para isso, selecionamos fragmentos escritos, categorizamos e realizamos as análises.

A chegada à universidade é o confronto com o novo mundo, o acesso a regras de funcionamento, de pertencimento a grupos de estudo, de convivência, ou grupos de trabalhos, é o contato com didáticas diversas e práticas que poderão ou não contribuir para a constituição de uma identidade docente, por isso, compreender o sistema de etnométodos utilizados pelos estudantes para explicar o cotidiano vivido na universidade e prover as interações com os outros, torna-se uma ferramenta valiosa para analisar as estratégias utilizadas pelos indivíduos para concretizar suas operações cotidianas, neste caso, na condição de estudante universitário. Essa perspectiva é pautada no viés etnometodológico, uma corrente teórica desenvolvida por Harold Garfinkel (1967) que a conceitua como a "teoria de raciocínio

sociológico prático", nessa direção reconhece que todo ator social possui a capacidade de analisar as convivências que realiza, o novo mundo social que convive, ou seja, é o reconhecimento e a valorização da subjetividade dos atores sociais, visto que este é o objetivo maior da etnometodologia. (COULON, 2008, 2017)

O caminho metodológico adotado

O trabalho de pesquisa foi desenvolvido em turmas que cursavam o 2º período do curso noturno de Licenciatura em Ciências Biológicas oferecido em uma universidade pública do país. Optou-se pelo trabalho de aplicação de questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas. Além desse primeiro trabalho de coleta utilizamos elementos da pesquisa etnográfica por meio de registros pontuais de como os estudantes explicavam e expressavam a maneira de como lidavam com a experiência universitária. Para isso, o diário de campo tornou-se um instrumento de extrema utilidade para tomar nota de demonstrações explícitas sobre como o estudante percebia a vivência na universidade, seu grau de ajustamento à dinâmica, facilidades e ou dificuldades percebidas, problemáticas de identificação e outras situações representativas da relação estabelecida entre cultura acadêmica e a socialização no ensino superior.

Foram aplicados 34 questionários com os estudantes. Eles se encontravam na faixa etária dos 18 a 39 de idade. Após a aplicação do instrumento de pesquisa, iniciamos a análise do conteúdo dos dados por meio do processo de leitura flutuante do material (questionários e registros de diário) onde marcamos os

elementos mais significativos tomando, como exemplo, a regra da representatividade (BARDIN, 2011) com o intuito de evidenciar contribuições elucidativas para as nossas reflexões.

Após o manejo do material emergia o processo de categorização, insights e interpretações de como os estudantes representavam a vivência com a universidade, com os professores, os novos colegas, os códigos, a linguagem, dentre outros aspectos.

O trabalho mesmo sendo de base qualitativa foi complementado com a perspectiva quantitativa por meio da interpolação de dados estatísticos que permitiram dialogar com outras informações, essas necessárias às análises desenvolvidas.

No processo de seleção do material cada questionário foi identificado por meio do código E – para identificar estudante, acrescido da numeração de 1 a 34.

Em busca da construção de uma nova identidade: ser estudante universitário

Estar numa universidade pública é para muitos brasileiros ainda uma realidade distante, embora saibamos que ter o ensino superior aumenta as chances de empregabilidade e de renda. Por diversas justificativas e situações, estudantes que concluem o ensino médio não conseguem galgar o ensino superior ou quando o alcançam, optam inicialmente por cursos que conseguirão ingressar tendo em vista a pontuação máxima obtida através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não necessariamente sendo uma nota suficiente para àquele curso que tanto almejava,

mas sim por ter sido o que foi possível pleitear. Há também aqueles estudantes que relatam a dificuldade de entrar na universidade tendo em vista o grau de conhecimento e de preparo de estudantes advindos de escolas particulares em relação àqueles oriundos da rede pública, descortinando a difícil realidade enfrentada por estudantes ao pleitearem o ENEM em condições de desvantagens em relação aos estudantes de escolas particulares, conforme relatou uma estudante: "*Muito difícil entrar na universidade "pública" por conta da competitividade, existem pessoas mais preparadas e que cursaram a escola privada. Tentei entrar 3x, fiz ENEM 3x".* (E9, 21 anos, casada, destaque da estudante).

O relato da estudante revela a dura realidade no que diz respeito ao nível de capital cultural diferenciado possuído pelos estudantes de escolas públicas e da rede privada. Pelas deficiências já identificadas na entrada, a persistência de pleito no ENEM é indicativa de que o ingresso a tão sonhada universidade torna-se ainda mais difícil para estudantes das classes populares, tornando para esses a concretização da aprovação um elemento muito representativo de sua vitória frente às dificuldades enfrentadas, mas que não findam por aí, há de se reconhecer outro desafio já destacado no comentário da estudante, o fato de ser "pública", não garante ao estudante o acesso a todo o instrumental e bens necessários para cursar uma universidade de forma gratuita. O que dizer do transporte para a universidade, moradia, acesso a internet, reprodução de xérox de material, alimentação, preparação de modelos didáticos e outros recursos para a realização de atividades avaliativas nas disciplinas e a participação em eventos, entre outros custos? São despesas que surgem no trânsito da universidade que nem sempre poderão ser custeados pela universidade por meio dos seus programas de assistência

estudantil (não disponível para todos) necessitando do desembolso do estudante. Nesse processo, estratégias individuais os estudantes buscam colocar em prática sendo a socialização com os novos colegas uma etapa importante para a convivência e lida na universidade.

Conforme assevera Paivandi:

> Toda socialização constitui um fenômeno interacional e um processo de aquisição de saberes que se impõem ao desenvolvimento de trocas e novos laços sociais. [...] A socialização é um processo que permite ao estudante se apropriar do papel dos outros e de construir assim seu "Eu" enquanto estudante. Levar em consideração o papel do outro remete ao processo de adaptação mútua, de apropriação recíproca dos papéis que se realizam nas interações visíveis e invisíveis do ambiente universitário. Esse processo de adaptação permite a interiorização de atitudes, de dispositivos, de valores, de crenças e de expectativas. (2014, p. 50)

Ao perguntarmos, por exemplo, como o estudante viabiliza os gastos com material didático, transporte, entre outras despesas na universidade, os estudantes citavam as estratégias diversas, seja de maneira sozinho ou no coletivo buscam: "pego carona", "controlo das despesas para ter quando precisar", ("tenho que me policiar"), "utilizo a bolsa família"... esses foram alguns do relatos reveladores das difíceis condições financeiras dos estudantes e que por isso buscam alternativas para lidar com a situação.

Além dessas estratégias que dizem respeito ao mantimento e custeio das despesas universitárias e de estabelecimento de vínculos sociais com os pares outras condições precisam ser

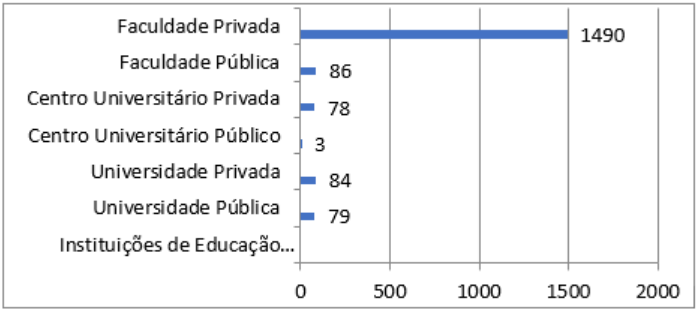
desenvolvidas tendo em vista uma maior autonomia do estudante na universidade. De acordo com Ferreira (2014), não basta estudar, há de se considerar a necessidade do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem (learning s*trategies*) e de estudo com vistas a *autoformação* do estudante, por meio do incremento de sua liberdade para acessar condições que visem uma postura diferenciada em relação aos estudos e ao ambiente universitário, buscando informações com colegas veteranos para reconhecimento de uma linguagem e de um ritual específico já existente na universidade e que permite menos tropeços e estranhamentos e mais adaptações frente às adversidades que se apresentem.

Com interesses distintos, perspectivas ainda em processo, expectativas duvidosas em relação a um curso de formação de professores, por exemplo, Ciências Biológicas, estudantes ingressam repletos de inquietações e de imagens iniciais sobre a universidade: será que vou gostar do curso?, das "cadeiras" a serem cursadas"?, como serão os professores? e inclusive associa uma ideia do curso muito mais bacharelesca do que realmente ao que ele se objetiva que é formar professores.

Dados do Censo da Educação Superior revelados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), destacam que no ano de 2017 existiam 2.448 instituições de ensino superior sendo a Rede de Educação Superior Brasileira composta em sua maioria pelo setor privado correspondendo a 87,9% do total, seguida de 4,5% da rede federal, 5,1% estadual e 2,6% municipal. Chega a ser assustadora a diferença, justificada por um processo de expansão das faculdades privadas incentivadas pela ausência de mecanismos regulatórios que provessem, principalmente no decênio (2003-2013), um

controle e a avaliação das instituições superiores que surgiram no período (MEDEIROS; SOUZA, 2018). Em 2003, por exemplo, existiam 1.859 unidades de ensino superior e no ano de 2013 aumentou para 2.391, englobando instituições privadas e públicas. Desse total, o quantitativo de instituições privadas cresceu consideravelmente conforme podemos observar nas figuras 1 e 2:

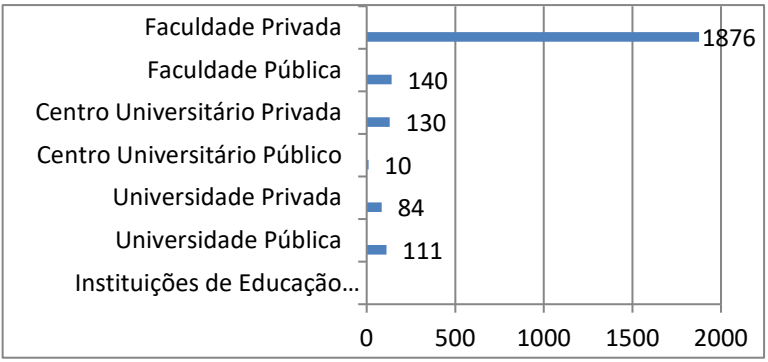
Figura 1 - Demonstrativo do crescimento de Instituições de Educação Superior



Fonte: MEC/Inep (2003).
Organização: SOUZA, Lucyana Sobral de; SOBRAL, Marcos Paulo de Oliveira, 2019.

O ano de 2003 foi um momento muito fértil de expansão principalmente das instituições privadas, fruto do incentivo de reformas educacionais no ensino superior, advindas com a implantação do Prouni, Fies e do REUNI, estímulos a mais para o crescimento da rede privada de educação superior pelas possibilidades de parceria entre rede privada e rede pública por meio da modalidade de financiamento do ensino superior.

Figura 2- Demonstrativo do crescimento de Instituições de Educação Superior



Fonte: MEC/Inep (2013).
Organização: SOUZA, Lucyana Sobral de; SOBRAL, Marcos Paulo de Oliveira, 2019.

Em comparação com o ano de 2003 é possível reconhecer na figura 2 um acréscimo no número de universidades públicas saltando de 79 para 111, Centros Universitários públicos de 3 passaram 10, Faculdades públicas de 86 para 140 novas unidades. Já a rede privada em relação a 2003 se manteve com 84 universidades, centros universitários cresceu de 78 unidades para 130 e faculdades saltou de 1.490 para 1.876 novas instituições.

Diante desse panorama representativo de que as instituições públicas se encontram em desvantagem em relação às privadas, é notório que aqueles que conseguem ingressar no setor público conquistam uma grande vitória, almejaram vagas disputadas, embora para alguns possam não ser especificamente na área que desejariam, mas são representativas de um status social. Para outros significando o acesso do primeiro membro da família aprovado para uma universidade. Há ainda tantos outros jovens,

mulheres, mães solteiras ou casadas que destacam o fato de que para chegar à conclusão do curso dependerá de um trabalho de conciliação entre trabalho e universidade, uma relação entre trabalho doméstico e privado, de luta diária contra o cansaço, o sono, as demandas de estudo, a necessidade de uma maior autonomia, de integração com a arquitetura acadêmica, reconhecimento de sua linguagem, e da identificação com o curso e com a formação docente. É preciso então construir as possibilidades para uma afiliação estudantil desenvolvendo o ofício do estudante universitário de um curso de formação docente. Para isso, estar atento aos sinais, desde o início do 1º ano de curso, que os jovens demonstram em relação ao seu grau de ajustamento à universidade é fundamental para a construção de uma caminhada rumo a uma harmonização integrativa entre estudante e universidade e todo o leque de conhecimentos e aprendizados que se fazem necessários.

Assim, a construção da identidade docente, paulatinamente passa a ser complementada com outra identidade: a de estudante universitário. Nessa direção a identidade do estudante torna-se fruto, conforme preconizou Dubar (2005), de um só tempo estável e provisório, mediado por processos de socialização que viabilizam a construção de uma identidade social: ser estudante universitário e de uma identidade profissional: ser professor de Biologia ambos mediados por uma "transação "interna" ao indivíduo e uma transação "externa" entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage." (DUBAR, 2005)

Nessa direção, os primeiros períodos de um curso tornam-se reveladores de elementos representativos que podem significar o grau de engajamento do estudante, pertencimento com o curso e à formação escolhida ou de distanciamento, evidenciando sérios

problemas de estranhamento até a não identificação, gerando a saída do "jogo" por meio de um abandono ou evasão da formação universitária.

Como tudo começou: traços de um processo de des/ajustamento à cultura acadêmica

Segundo dados do (INEP/MEC/DEED, 2017) os cursos de bacharelado continuam concentrando a maioria dos ingressantes da educação superior (60,1%), seguidos pelos cursos de licenciatura (20,1%) e de tecnólogos (19,1%). Esse dado revela que cursos voltados para a formação de professores não chegam nem à metade do total de ingressos no curso superior, carregam estereótipos estigmatizados, não sendo considerados cursos de prestígio social, tal como Direito, Medicina, Odontologia que são os cursos mais concorridos no exame do ensino médio gerando uma especialização social dos cursos superiores como afirma Ferreira (2016, p. 166):

> [...] Essa lógica de restrição das escolhas é percebida pelos próprios estudantes das famílias de baixa renda. Em um estudo com os jovens de 17 a 20 anos que fizeram a prova do Enem em 2007, a partir da resposta à questão "que profissão escolheu seguir?", dentre daqueles que escolheram a profissão de professor do Ensino Fundamental e Médio (apenas 5,2% dos respondentes), [...] o perfil estava fortemente associado à realidade social das famílias populares: "a probabilidade de o candidato escolher a profissão de magistério é três vezes maior para aqueles com menor renda familiar em relação àqueles com maior renda familiar [...]

A realidade de desigualdade social se observa segundo Ferreira, já na escolha do curso. Geralmente, curso da área de licenciatura é desvalorizado é subjugado e renegado a uma segunda categoria, ficando destinado para os estudantes das classes mais desfavorecidas que não disponham de um capital cultural e social para pleitear outras formações. Outra situação é que muitos estudantes não reconhecem a formação de professores como área atrativa, visto as condições precárias de trabalho em muitas escolas da rede pública; a necessidade de completar a carga horária em mais de uma escola para ter um salário que possa suprir as suas necessidades; a precarização e a desvalorização são elementos que acabam por afastar os estudantes dos cursos de formação para professores, destinando assim as licenciaturas para última opção de escolha.

Mesmo com um taxa menor de presença nos cursos de licenciatura, aqueles que ingressam nesta modalidade ainda precisam lidar com um percurso longo de identificação com o curso, com as demandas de ajustamentos a um novo modus operandi, superando elementos complexos que desafiam o estudante universitário, pois poderá vivenciar momentos distintos do seu processo de adaptação a nova realidade que margeiam o estranhamento, a aprendizagem e a afiliação estudantil. (COULON, 2008)

Segundo Coulon (*ibid,* p. 68) os ingressantes no curso superior, se deparam com certa ruptura entre os conhecimentos que já possuíam e os novos que lhes são requeridos, ou seja, os modos como lidavam com o conhecimento antes de ingressarem na universidade já não são mais os mesmos, novas interfaces com o saber, vocabulários, linguagem acadêmica, o conhecimento da área específica dentre outros conhecimentos passam a serem

requisitados. Para esse autor, este novo aprendizado logo no início do curso é representativo de uma verdadeira ruptura com o passado, de descobertas e de vivência daquilo que ele denominou de fase de estranhamento promovendo um verdadeiro "desencaixe" (BAUMAN, 2010) no estudante universitário.

Imaginemos ainda o fato, de considerar a preexistência das particularidades do perfil de estudante que faz parte do referido curso, são jovens, trabalhadores, que residem distantes da universidade, que chegam às suas residências altas horas da noite no retorno da universidade, alguns lidam com diversidades bem particulares como, por exemplo, a administração de lares, ser mãe solteira, entre outros condicionantes que os desafiam nessa longa caminhada de se fazer pertencente à universidade e mais do que isso com a dificuldade de permanência diante das condições que vivenciam.

Ao perguntarmos, por exemplo, aos estudantes do curso investigado, "Como você caracteriza a sua chegada à universidade? (Relate as suas dificuldades)" uma estudante responde: "sou filha de mãe solteira, ela é a provedora do lar e por mais que a universidade seja gratuita há necessidades por trás que requer dinheiro o qual muitas vezes não posso suprir". (E10, solteira, 19 anos)

Continuamos a questionar: como você viabiliza os gastos com transporte, alimentação, material didático e demais taxas? Ela responde: "Espero ser contemplada com o auxílio [a estudante não especificou o tipo de auxílio], só assim poderei me manter na universidade. (E10, solteira, 19 anos, acréscimos nossos)

Essa realidade em torno da dificuldade financeira foi evidenciada em alguns relatos dentre questionários obtidos dos estudantes que cursam o 2º período da Licenciatura em Ciências Biológicas. Eles optaram pelo curso de Licenciatura noturno, único horário oferecido na instituição, mas também pela possibilidade de conciliar com o trabalho no turno oposto, ou mesmo por não exercerem atividade remunerada no momento, dessa forma, aguardam o surgimento de uma vaga de emprego como destaca uma estudante do curso: "**oportunidades,** assim espero: ter um emprego, ser independente, ajudar minha família e me realizar profissionalmente e pessoalmente". (E9, casada, 21 anos, grifo nosso)

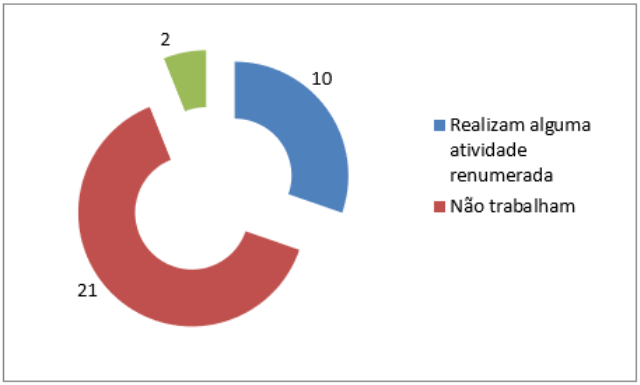
Estando em um curso noturno, caso surjam oportunidades de trabalho os estudantes poderão agarrá-las, mas, no entanto, terão que aprender a administrar até as triplas jornadas em determinadas situações, por exemplo, lidar com a universidade, o trabalho fora e o trabalho doméstico, alterando significativamente a relação estabelecida com o saber, o espaço e o tempo de aprendizagem, impactando na relação que o indivíduo passa a estabelecer entre liberdade e dependência como afirma Bauman (2010, p. 48):

> Cada um de nós enfrenta diariamente problemas que demandam reajustes ou questionam nossas expectativas. [...] Cabe, portanto, pensar nas relações entre liberdade e dependência como um processo contínuo de mudança e negociação cujas interações complexas são iniciadas ao nascermos e só se encerram quando morremos.

Nesta direção, estudantes trabalhadores ou não precisam desenvolver uma postura socializadora, organizativa, proativa e responsável que possa dar conta de um melhor acompanhamento

das demandas institucionais e acadêmicas, acessando editais de assistência que sejam do seu interesse e que possam minimizar as dificuldades para permanência e conclusão do curso. De acordo com o perfil dos estudantes consultados (figura 3) a maioria não trabalha e por isso contam com a ajuda de familiares para custeio de despesas.

Figura 3- Demonstrativo de atividade desenvolvidas pelos estudantes



Fonte: trabalho de campo, 2018.
Elaboração: SOUZA, Lucyana Sobral de; SOBRAL, Marcos Paulo de Oliveira, 2018.

Conforme a figura 3, observa-se que 21 estudantes não trabalham, 10 exercem alguma atividade remunerada e 2 estudantes são beneficiários de bolsa auxílio: 1 com participação em projeto de extensão e 1 exercendo atividade como bolsista, dessa maneira, espera-se desses estudantes o reconhecimento de que um novo ofício de estudante precisam ser desempenhado, além de uma postura mais autônoma para acessar serviços,

estudos, realizarem pesquisas, frequentarem a universidade para acesso a internet em caso de dificuldades em seu lar, criando assim uma rotina de estudos que o possibilite superar um estágio de estranhamento ou de contato com o desconhecido: novos códigos, linguagens, sistemas de matrícula, aprendendo a transitar nos espaços e a movimentar-se nos setores com os quais precisará manter contato ao longo de sua jornada universitária para que possa contribuir com a sua permanência na universidade.

É um novo tempo que se aproxima o tempo da afiliação (COULON, 2008) perceptível pela familiaridade intelectual do estudante com os conhecimentos aprendidos na universidade e pelo desenvolvimento de novas competências que são necessárias ao processo de se tornar um estudante universitário e de constituir-se na formação docente.

Uma travessia necessária: do anonimato ao ensaio de um processo de afiliação e de constituição docente

A socialização exerce um papel fundamental no cruzamento entre as experiências sociais do indivíduo com aquelas originárias do ambiente social, tal como se observa, por exemplo, na universidade. Assim, argumenta Ferreira (2014, p. 128) sobre a socialização como sendo ao mesmo tempo:

> a) o espaço de desenvolvimento consciente de competências, relações, identidades e disposições; b) o campo inconsciente de incorporação de representações do mundo e de si mesmo. Igualmente, a socialização é um percurso existencial permanente que é impulsionado por contínuas atualizações (involuntárias e racionais,

> oportunistas e intencionais), distanciando e alterando os indivíduos da socialização primária originada no convívio familiar e nos anos da infância, constituindo progressivamente uma mudança social.

Para Ferreira, a socialização permite a configuração de um processo consciente do estudante universitário quando ele reconhece, por exemplo, a importância de todo o impacto que a universidade lhe provocará em sua vida pessoal e profissional necessitando organizar o seu tempo para o estudo. Já de maneira inconsciente percebe-se quando há uma incorporação de elementos subjetivos do se fazer estudante universitário, por meio de uma linguagem, por exemplo, uma forma adotada pelos estudantes para facilitar uma comunicação com os colegas. Dessa maneira visualiza-se uma interpretação e representação específica de situações e elementos relacionados à vivência na universidade.

Conforme assevera Coulon (2008) quando o estudante interpreta elementos do contexto universitário e atribui um sentido que lhe é favorável, criando um processo que ele denominou de "categorização", indicativo de uma aprendizagem de um membro competente que "categoriza o mundo da mesma maneira que seus semelhantes".

Vejamos esse exemplo captado em relatos pontuais do cotidiano universitário, retratando a linguagem adotada pelos estudantes que recebem bolsa permanência, um auxílio que integra o programa de Assistência estudantil da universidade (destinada aos estudantes que se autodeclaram indígenas ou quilombolas e comprovam declaração da referida comunidade a qual fazem parte). Para questionar sobre o pagamento da bolsa permanência, estudantes beneficiados fazem uso de uma analogia para

simplificar a comunicação e questionam: “A quilombola caiu?”. Essa é uma maneira de categorizar uma realidade de maneira para que logo seja reconhecida pelos seus semelhantes e por aqueles que partilham do mesmo universo. Ao invés de perguntarem se o pagamento da Assistência permanência já foi realizado eles adotam uma linguagem específica e reducionista, adotada por aqueles que partilham da mesma ideia. Isso acaba gerando um esforço de aprendizado também por parte da secretaria, do setor de assistência ou dos professores para que consigam entender o que de fato o estudante está querendo expressar.

Além do processo marcante de engajamento com a universidade e de reconhecimento da comunicação nela gestada é possível perceber que quando se domina os códigos do trabalho intelectual, cristalizados em um conjunto de regras, em sua maioria das vezes informais e constituídos na socialização contribui-se para a marcação de um processo de aprendizagem e afiliação estudantil permitindo o avanço nos estudos e porque não dizer de construção de uma identificação com a docência.

Segundo Coulon (2009) a fase de aprendizagem compreende um período de “latência”, de aprendizado dos rudimentos do ofício: “de debutante, o estudante se torna aprendiz”. Completa o autor:

> [...] sua angústia inicial será sucedida por uma fase de familiarização progressiva com a instituição, uma adaptação em relação aos códigos locais e pelo início do trabalho intelectual, que devem , em princípio, levá-lo a se tornar um membro competente da comunidade universitária e a ser reconhecido como tal. (COULON, 2009, p. 147)

Com o advento das novas demandas intelectuais, os estudantes percebem modificações na sua rotina familiar e profissional, há de se impor um novo ritmo de estudos e de engajamento intelectual com a universidade, buscando acessar mais a internet para estudos, realizar novas leituras e desenvolver uma reorganização do seu tempo e espaço destinado para as atividades universitárias.

Essa situação foi percebida nos relatos dos estudantes, ao responderem o questionamento: *De que forma o acesso à universidade causou mudanças na sua rotina familiar ou profissional?*

> Depois da universidade eu passei a ter ainda mais organização familiar. Antes a minha rotina era praticamente cuidar da casa, ajudando minha mãe, e agora não mais.
>
> (E6, solteira, 19 anos)
>
> O compromisso maior com os estudos semanalmente.
>
> (E7, casada, 24 anos)
>
> Tudo é mais corrido agora, tenho pouco tempo para ficar com eles [familiares].
>
> (E9, casada, 21 anos, acréscimos nossos)

Para um estudante que realiza atividades de cuidados com a família, ou possuem responsabilidades relacionadas às atividades laborais que executam em paralelo com a o curso de Biologia na universidade, a situação se torna ainda mais complexa, sendo necessário administrar o horário que reservará para realizar as

atividades de estudos, visto que, no turno noturno estará na universidade. Com isso, aqueles que se reconhecem na função de um estudante universitário e do seu ofício terá que recorrer às diversas estratégias para acompanhar a rotina de estudos e trabalhos que são solicitados. Um recurso muito importante nessa atividade é o fortalecimento dos laços de sociabilidade estabelecidos com os amigos de curso ou mesmo como estudantes veteranos, os primeiros para um apoio, socialização das informações sobre as aulas, realizarem atividades e trabalhos, grupos de estudos, para compartilharem alegrias ou tristezas, ou mesmo socializarem vivências que extrapolam os muros da universidade. Já os estudantes veteranos contribuirão com informações sobre editais, oportunidades, os professores, sua maneira de avaliar, as exigências pedagógicas, buscam assim a adoção de certa "didática profana" para lidarem com a dinâmica universitária ou mesmo melhor se prepararem quando chegarem a sua vez, como bem afirma Ferreira (2014, p. 124):

> [...] como reforço da "didática profana", desde o seu ingresso nos cursos, os estudantes descobrem os potenciais benefícios educativos oriundos da socialização acadêmica com colegas, grupos, professores e com o funcionamento organizacional da instituição. Assim são transmitidas as práticas de estudo mais correntes, como ler-e-reler várias vezes os textos das disciplinas, memorizar diretamente as resenhas sintéticas dos colegas ou especular com os estudantes de períodos anteriores sobre o perfil de ensino e avaliação dos professores. [...] Igualmente os grupos de "motivação" formados pelos veteranos do curso, eficientes divulgadores de truques e formas para a realização de tarefas e para como negociar com os professores, são importantes contrapesos dos estudantes para ajudá-los a superar os problemas advindos de uma precária ou inexistente orientação pedagógica.

Há estudantes que demoram um pouco para de fato aprenderem o novo ofício e se afiliarem à dinâmica universitária, desperdiçando com isso oportunidades, pela falta de integração com a rotina e com os processos de aprendizagem na universidade ou mesmo no desenvolvimento desta "didática profana". Ao perceberem, por exemplo, depois que perderam a oportunidade de pleitear um edital de monitoria como voluntário, e que tal condição lhe oportunizaria computar horas como atividade complementar – exigidas na sua matriz curricular – revelam ao mesmo tempo um desconhecimento e um tropeço do seu processo de aprendizagem. Por isso a socialização se mostra como um recurso importante de familiarização, um suporte ao aprendizado e acesso a informações e recursos mesmos que obtidos na informalidade do cotidiano universitário, mas que podem viabilizar o pleito a condições que lhes permitam um melhor ajustamento e permanência na universidade.

Com esse processo de afiliação aflora-se o reconhecimento do papel da formação escolhida, traçam-se expectativas ao longo do curso e são fomentadas novas perspectivas associadas à docência por meio da construção de uma identidade docente e da relação que passa a ser estabelecida com o saber (CHARLOT, 2000), fazendo com que o estudante questione suas expectativas futuras, o ofício que irá seguir a imagem que faz de si mesmo e o próprio ato de aprender, pois, como assevera Charlot (1996, p. 48-49):

> [...] embora o indivíduo se construa no social, ele se constrói como sujeito através de uma história, não sendo, assim, a simples encarnação ao grupo social ao qual pertence. [...] aprender é se apropriar do saber, construir um sentido, saber como se conduzir em qualquer circunstância [...].

Essa relação ressaltada por Charlot está associada ao que ele denominou de *relação epistêmica com o saber*, algo que pode ser percebido em alguns relatos dos estudantes, como por exemplo, quando perguntamos: *O acesso à universidade favoreceu algum tipo de mudança de hábito ou comportamento na sua vida pessoal e acadêmica?*

Dizem os estudantes:

> Sim, estou crescendo como pessoal e profissional.
>
> (E10, solteira, 19 anos)
>
> Sim, você se torna ainda mais responsável, seus sonhos crescem, você acredita mais em si, apesar da vontade de desistir por ser cansativo.
>
> (E9, casada, 21 anos)
>
> Sim, aprendi a gostar de ler, criei esse hábito.
>
> (E3, solteiro, 21 anos)

Nos relatos acima destacamos o teor da responsabilidade ressaltada, pois impulsionaram novas posturas do estudante em relação ao saber (CHARLOT, 2000) e ao aprender (PAIVANDI, 2014) direcionando o estudante na mobilização de uma nova conduta enquanto estudante universitário diante das demandas que impactam diretamente sobre a aprendizagem dos estudantes.

Para Paivandi (2014) o estudante desenvolve uma "perspectiva" de aprendizagem, o autor adota o termo "perspectiva" para expressar o "ponto de vista sobre a realização

na qual o estudante é o autor". Assim, a experiência universitária é expressa pelos estudantes de maneiras diversificadas, diante das condições imediatas vividas por meio da socialização; das condições de acesso para a realização dos seus estudos; de uma articulação entre vida pública e privada; no acesso aos editais de assistência estudantil, dentre outros elementos, que contribuem para que o estudante se mobilize ao saber e ao aprender desenvolvendo novas perspectivas de aprendizagem.

Nessa direção descreve Paivandi (ibid. p. 50):

> As perspectivas estão ligadas à ação e permitem aos estudantes construir espaços de realidade no interior da universidade. A relação como o aprender constitui a base de um modus vivendi entre o estudante e a universidade e o desenvolvimento de uma perspectiva mostra como os estudantes mobilizam esquemas de ações coerentes para realizar as tarefas ligadas aos seus estudos. O caráter situacional da perspectiva convém ao encaminhamento escolhido, pois os estudantes têm a tendência a desenvolver sua perspectiva por meio de uma atividade de construção e estabelecimento de uma nova identidade.

Novas estratégias passam a ser construídas com vistas à apropriação do estudante sobre este universo peculiar e desafiador que é o ambiente universitário.

Considerações Finais

Quando pensamos em um curso de formação docente logo desejamos a formação de profissionais que possam contribuir com

a ressignificação do ensino e de práticas que fomentem um ensino de qualidade para a população, nos diversos níveis e modalidades em que se possa atuar. Pensando em um curso de Licenciatura em Biologia, os dados revelaram que nos primeiros períodos existem instabilidades que desafiam a maneira como o estudante lida com o saber e com o aprender. Mediados por instâncias socializadoras descobrem possibilidades estratégicas que facilitam seu processo de afiliação com o ambiente universitário e fortalece a construção de uma identidade docente, mas ao mesmo tempo se reconhece o processo de dificuldades ou tropeços, erros e acertos que fizeram os estudantes se constituírem no ofício de um estudante universitário. Vale salientar que a relação com o ambiente de estudos (professores, currículos, vivências estudantis, experiências formativas) e com elementos socializadores vividos pelos estudantes, são muito particulares, a relação de cada sujeito com o saber e com o aprender é única, no entanto, são entremeadas por elementos condicionantes que impactam no processo de pertencimento e de identificação com o curso escolhido, embora alguns tenham recorrido inicialmente a um curso de licenciatura tendo em vista a escolha e condições que lhes restaram, todo arcabouço intelectual e socioemocional vivenciado por meio da experiência formativa vem possibilitando o direcionamento de novos olhares e sentidos em relação a docência, mediados por um processo cada vez mais afiliado e de partilha com uma linguagem comum.

Referências

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARDIN, Laurence**. Análise de conteúdo**. Tradução Luís A. Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. INEP. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Ministério da Educação (MEC). **Censo da Educação Superior Notas Estatísticas 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, A. **Etnometodologia e Educação**. Tradução Ana Teixeira. São Paulo: Cortez, 2017.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução de Andrea Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, Adir Luiz. Como a relação entre capital cultural e formação no ensino superior aparece para os universitários?. In: DOMINGOS SOBRINHO, Moisés; ENNAFAA, Ridha; CHALETA, Elisa. (coords.) **La educación superior, el estudiantado y la cultura universitária**. València: Editorial Neopatria, 2016.

FERREIRA, Adir Luiz. Socialização na universidade: quando apenas estudar não é o suficiente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, p. 116-140, jan./abr. 2014. https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20641/1/socializacao%20na%20sociedade_2014.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

MEDEIROS, Lívia C. C. L. de; SOUZA, Lucyana Sobral de. A expansão do ensino superior privado no decênio 2003-2013 e sua Relação com orientações do banco mundial. In: XI ENFOPE e XII FOPIE, v. 11, n. 1., 2018, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/9112/3753. Acesso em: 27. jul. 2019.

PAIVANDI, Saeed. A relação com o aprender na universidade e o meio ambiente de estudos. Tradução de Adir Luiz Ferreira. *In:* **Revista Educação em Questã**o, Natal, v. 48, n. 34, p. 39-64, jan/abr. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestaorticle/view/5729/4701. Acesso em: 25 mar. 2019.

Caminhos da pesquisa: em busca dos territórios da energia eólica no Brasil

Vanessa Santos Costa

Introdução

Na atualidade, a pesquisa qualitativa obtém destaque entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos relacionados com os seres humanos e suas relações sociais estabelecidas em diversos espaços. A palavra qualitativa origina-se de *qualistas e* significa essência. Portanto, a qualidade é essencial para aquilo que é visto como importante e determinante. Ela sinaliza o horizonte de intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos, que é sua busca de profundidade e plenitude (SILVA; RAMIRES, 2013).

O presente artigo apresenta parte da tese de Doutorado, intitulada "Novos Territórios da Energia Eólica no Brasil:

apropriações e conflitos”[1]. Nossa motivação para a escolha deste tema partiu da carência de estudos geográficos sobre a formação dos novos territórios advindos da implantação de empreendimentos eólicos no Brasil, suas apropriações e conflitos socioespaciais multiescalares.

Partimos da suposição de que a implantação de parques eólicos forma territórios pelas redes, relações, conexões e ligações que são estabelecidas entre os atores e os sujeitos envolvidos na cadeia de produção, considerando as seguintes questões: os parques eólicos trazem uma nova configuração espacial pela introdução de torres que proporcionam mudanças e originam uma “nova” paisagem. A implantação de parques eólicos é uma construção espacial que se estabelece pela atuação do Estado, por meio de políticas públicas voltadas para a inserção da energia eólica no Brasil. A instalação dos parques eólicos traz redes empresariais, institucionais, normativas em várias instâncias – controle, operação, formação, entre outras que convergem e formam novos territórios. Novos atores e sujeitos se envolvem em conexões e ligações com os atores e sujeitos para os locais de instalação. Essas ligações se dão em várias escalas e conduzem a observação em nosso estudo de uma produção de território-rede multiescalar. Na implantação de parques eólicos, surgem conflitos políticos, econômicos e culturais decorrentes do processo de suas apropriações.

---

[1] Tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), defendida em 2019, sob a orientação da Profª. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas. A pesquisa contou com o auxílio de bolsa financiada pela Capes no período de 06/2017 a 06/2018.

Neste artigo, apresentamos os esforços que abriram os caminhos para a construção da pesquisa. Assim, oferecemos ferramentas capazes de relacionar o teórico e o empírico, bem como os aportes teóricos metodológicos construídos ao longo do nosso estudo. Para tal, abordamos o conceito de território-rede considerando o seu papel na realização dos fluxos que circulam por meio da infraestrutura e da dinâmica socioeconômica no espaço geográfico. Nosso propósito foi compreender como essas redes (re)constroem o território, dando-lhe dinâmica e movimento. E o conceito de paisagem veio auxiliar na construção e consolidação dos territórios da energia eólica como uma expressão da sua marca no tempo e espaço.

A construção metódica da pesquisa, as ferramentas, os instrumentos e procedimentos se deram por dois vieses. Primeiro, pela necessidade de refletir e sistematizar o estudo, sob o entendimento das redes, com temáticas relacionadas à formação territorial que contribuiu para que chegássemos a nossa categoria basilar de análise, o território-rede, território formado por redes, que reflete as mudanças socioespaciais e as dinâmicas humanas.

E segundo, pela abordagem qualitativa que possibilitou debruçar sobre os aportes teórico-metodológicos para melhor tratamento e análise dos dados coletados, bem como intimidade com o objeto de estudo. É a exposição dos caminhos metodológicos que conduziu a elaboração deste artigo. De forma didática, apresentamos cinco partes, além dessa introdução e das considerações finais que se encadeiam desde o planejamento até a realização da pesquisa. As duas partes que se seguem trazem, mesmo que suscintamente, as ligações entre conceito-método-procedimento. Em consonância, seguem a exposição da

organização da pesquisa e dos instrumentais utilizados de forma a expor os olhares e as observações pelas técnicas adotadas.

Uma breve contribuição geográfica acerca da implantação de parques eólicos no Brasil

As discussões teóricas concentraram-se nas abordagens acerca do conceito de redes e das categorias território-rede e paisagem discutidas em estudos geográficos. Elas ajudam a explicar e/ou compreender a organização espacial, a distribuição dos fixos e fluxos que compõem a cadeia produtiva do setor de energia eólica do país no que diz respeito à operacionalização das interações espaciais entre o governo, as empresas responsáveis pela implantação desses empreendimentos, os fornecedores, os prestadores de serviços e a comunidade de entorno no espaço geográfico local, regional, nacional e internacional.

Procuramos compreender a evolução do conceito de redes considerando o seu papel na realização dos fluxos que circulam por meio da infraestrutura e da dinâmica socioeconômica no espaço geográfico. Nosso propósito é compreender como essas redes (re)constroem o território, dando-lhe dinâmica e movimento.

A escolha pelo conceito de território-rede se justifica em função das particularidades do objeto de estudo, na busca pela compreensão das configurações espaciais decorrentes da instalação de parques eólicos no Brasil. Na atualidade, o conceito de território tem se destacado não apenas na geografia, mas também em outras áreas das ciências sociais por ser fruto dos

novos aspectos sociais e políticos, contribuindo para o exercício de reflexão dessas mudanças.

Desse modo, buscamos pensar o território no seu sentido relacional que traduz a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa entre processos sociais e o espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido. Além disso, esse sentido relacional implica considerarmos que o significado do território não apenas se vincula às ideias de enraizamento, estabilidade, limite, fronteira, fixidez, mas também às ideias de movimento, de fluidez, de conexão (HAESBAERT, 2002).

Para adensar nossas reflexões, realizamos uma revisão bibliográfica que possibilitou ampliar o diálogo com as ideias de vários autores. De acordo com Cervo e Bervian (1983), essa etapa é obrigatória, por ser de natureza teórica. Através dela, tomamos conhecimento sobre a produção científica existente, o que nos auxilia na busca de colher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema o qual se procura resposta ou que se quer experimentar.

Com relação ao território, buscamos nos estudos e reflexões produzidas por Haesbaert (1997) na obra "Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste" - fruto de seu doutorado, dialogar com os aportes das ciências Sociais e a Filosofia. Ele revisita o conceito na Geografia e áreas afins para afirmar que o território se constrói em processo de apropriação material e simbólica imerso em relações de dominação e/ou de apropriação; que se desdobra num *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica". E, por sua

vez, permite a conformação de vários territórios integrados em um único território que se estabelece pelas redes de circulação, fluxos de pessoas, mercadorias, informações e geram **territórios-rede**, que não distinguimos claramente onde começam e onde terminam. Evidenciou-se à formação dos novos territórios da energia eólica em conformação ao território-rede, justificando a relevância dessa obra, o que nos conduziu a outras produções de Haesbaert (1995; 1997; 2002; 2003; 2004; 2007; 2009; 2014 – Destaque nosso).

Ainda sobre o arcabouço teórico acerca do território, dialogamos com outros autores, tais como: Santos (1979; 1994; 1997; 2000; 2002), Raffestin (1993), Saquet (2003), Souza (2001; 2009; 2013). Alguns autores privilegiaram o conceito na perspectiva integradora do território, priorizando a interface entre o político, o econômico (dimensão material e imaterial) e o cultural. Em comum, eles trazem a concepção do território como resultado da apropriação, quer seja pelas relações de poder, quer seja pela dimensão simbólica, e chamam a atenção para a existência de novos territórios que se sobrepõem no espaço geográfico de maneira multidimensional e multiescalar.

Raffestin (1993) e Souza (2001; 2009; 2013) concebem o território como relação de poder. Raffestin *op.cit*., em sua obra "Geografia do Poder", dialoga com Foucault e projeta o poder sob a perspectiva multidimensional, que vai desde a atuação do Estado até as simples situações da vida cotidiana. Já Souza *op.cit.* entende o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, ou seja, o território é visto prioritariamente como um conjunto de relações sociais, um campo de forças.

A concepção trazida por Santos (1979,1994; 2000; 2002) nos permitiu analisar o território pelas horizontalidades (ou seja,

lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e pelas verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais). Segundo esse autor, o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede sendo estes constituídos por uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão de sua verticalidade. Mas, além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de todos. Todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço de todos (SANTOS, 1994).

A contribuição de Santos nos é valorosa no sentido de compreendermos que o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 1994).

Para sedimentar nosso olhar sobre as redes, buscamos elucidá-lo pelo entendimento de outros autores, desde Hagget e Chorley (1969), Hagget, Cliff e Frey (1977), Latour (1991), até Dias (1995; 2001; 2007), Castells (1999), Corrêa (1997; 2007; 2011), Lencioni (2006), Silveira (2003 e 2018), Souza (2013) e Castilho (2017; 2018). As diversas concepções trazidas pelos autores acima mencionados nos permitiram compreender o papel das redes nas transformações socioespaciais na implantação dos parques eólicos no Brasil. Frisa-se, na tese, o entendimento de redes pela organização dos pontos e nós que se estabelecem entre

os locais e que, como afirma Dias (1995), podem ser material (autoestradas, cabos de telefone, transporte) e, segundo Lencione (2006), podem ser imaterial - ondas de rádio e sinapses. As três dimensões sugeridas por Corrêa (2011), organizacional, temporal e espacial, nos permitiram compreender que, para a implantação dos empreendimentos eólicos, é necessário haver o entrelaçamento das ações do governo com as instituições privadas, com a participação das comunidades locais, seja pela fluidez rápida ou lenta dos fluxos que se dão de maneira multiescalar.

Também fizemos uma imersão nos conceitos de técnica e tecnologia para entendermos a evolução dos antigos moinhos de ventos até a construção dos aerogeradores contemporâneos. Para tal, foi feita leitura dos estudos dos seguintes autores: Spengler (1931), Ortega y Gasset (1939), Mumford (1967), Latour (1991), Santos (1994), Hobsbawm (1996), Neves (2002), Castilho (2017). Alguns trazem o conceito de técnica sob a perspectiva das necessidades humanas que libertam o homem fazendo com que ele domine e explore a natureza. Santos (1994) estabelece uma periodização gradativa do meio pela transformação das atividades humanas, desde o meio natural, passando pelo meio técnico e finalmente alcançando o meio técnico-científico-informacional. Já Hobsbawm (1996), Neves (2002) e Castilho (2017) nos apresentam a tecnologia com a união e o aprimoramento entre a técnica e a modernização dos objetos, o que se denominou de aparatos tecnológicos.

Como dito, a paisagem foi formada em nosso estudo pela marca que deixa no tempo e no espaço, além de ser uma categoria valorosa na geografia que nos permitiu compreender a dinâmica e transformações ao longo da história, tal como analisada por Berque (1998). Para apreendê-la, utilizamos ainda as contribuições

dos seguintes autores: Troll (1950), Dardel (1952), Bertrand (1968), Fremont (1974), Tuan (1980), Sauer (1998), Cosgrove (1998), Masi (2000), Salgueiro (2001), Castro (2002), Ferrara (2002), Corrêa e Rosendhal (2007), Pilon (2010) e Kelting e Lopes (2011). As diversas interpretações da paisagem nos possibilitaram considerar novos olhares, cujas abordagens se envolvem ora num caráter científico rigoroso e ora numa perspectiva para a sensibilidade e experiência vivida pela pesquisadora.

Para a compreensão dos parques eólicos, a revisão bibliográfica baseou-se nos principais autores que discutem a temática desde as abordagens técnicas às políticas de implantação da eólica como uma das fontes energéticas da matriz brasileira. Entre outros, citam-se: Dutra (2001; 2007), Adalbó (2002), Tolmasquin (2003), Simioni (2006), Pereira (2012), Oliveira (2012), Camillo (2013). Além dos sites: Associação Brasileira de Energia Eólica – Abeeólica –, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI –, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia – CERNE –, Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL –, Empresa de Pesquisa Energética – EPE –, Ministério do Meio Ambiente – MMA –, Ministério de Minas e Energia – MME. Os documentos públicos de referência foram: Marco Regulatório da Energia Eólica (2009; 2011), Plano Nacional de Energia – PNE 2030 –, Plano Decenal de Energia – PDE 2010 –, Relatório Ambiental Simplificado – RAS , bem como Leis, Resoluções e Decretos voltados para o setor energético brasileiro e meio ambiente e reportagens de jornais e mídias digitais relacionadas à temática.

Assim, nosso caminho com conceitos e categorias consolidou nosso interesse em analisar a implantação de parques eólicos por estarem inseridos num território-rede que se desdobra num *continuum* e os elementos da paisagem contribuem para expressar as transformações ocorridas ao longo desse processo.

Pressupostos da pesquisa

A nossa pesquisa desenvolveu-se pela abordagem qualitativa e, de acordo com seus pressupostos, procuramos respostas mais seguras aos problemas levantados bem como mostrar os fatos e possibilitar sua aplicação prática. Buscamos a contribuição dos seguintes estudiosos: Thompson (1984), Triviños (1987), Minayo (1994), Godoy (1995), Bardin (1997), Demo (1998), Gil (1999), Andrade (2002), Silva e Grigolo (2002), Oliveira (2005), Rosa e Arnoldi (2006), Goldemberg (2007), Cellard (2008), Eco (2009), Pêssoa (2012), Silva e Ramires (2013).

Segundo Goldemberg (2007, p. 13), "[...] a pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância."

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa é capaz de incorporar o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto em seu advento quanto em sua transformação como construções humanas significativas. Já Demo (1998) destaca que a introdução aos métodos qualitativos no âmbito das ciências

humanas e sociais se apresentou como uma reação à "ditadura do método" introduzida pelas ciências naturais, em que o legado formal que deu sustentação ao conhecimento científico não poderia ser abandonado. Para o autor, somente a compreensão daquilo que puder ser minimamente sistematizado, ou seja, se não houver perfil lógico, sistemático, recorrente, ao menos regular, não pode ser abordado cientificamente. Por isso, a ciência trabalha melhor com quantidades do que qualidades. Estas são reconhecidas e são, novamente, moda, mas não são mais complicadas de ser manejadas pela pesquisa científica. Para ele, a dicotomia entre o quantitativo e qualitativo não é real, pois:

> Pode-se, no máximo, priorizar uma ou outra, por qualquer motivo, mas nunca insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra. Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual (DEMO,1998, p. 92).

Já Silva e Ramires (2013) destacam a posição do pesquisador frente ao que se estuda.

> A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas (SILVA; RAMIRES, 2013, p. 25).

Os pesquisadores qualitativos estão, pois, mais preocupados com o processo para alcançar compreensão e resultados, por terem o ambiente natural como fonte direta dos dados deles, e dão maior destaque a interpretação do fenômeno em estudo. Contudo, essa maneira de se chegar aos resultados gera conflitos e tensões internas e cria desafios para os pesquisadores qualitativos, pois devem definir com segurança um referencial teórico-metodológico que melhor responda ao empírico da sua pesquisa e construa um conhecimento que seja validado e aceito no âmbito científico.

Pela análise qualitativa, um fenômeno pode ter melhor compreensão no contexto em que ocorre e do qual é parte, se for analisado de maneira integrada. No entanto, o pesquisador vai a campo na busca de "captar" o fenômeno em estudo por meio das pessoas envolvidas nele, levando em conta todos os pontos de vista importantes. Assim, vários tipos de dados são coletados e analisados para que a dinâmica do fenômeno seja entendida (GODOY, 1995). Com base em diversas questões que vão se ampliando no decorrer do estudo, a abordagem qualitativa pode ser conduzida por caminhos diversos. Godoy (1995) nos aponta dois caminhos além da pesquisa documental: o estudo de caso e a etnografia. Para ela, a pesquisa documental pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições relevantes no estudo de alguns temas, uma vez que os documentos são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos (*Ibdem,* 1995).

A opção por esse arcabouço de investigação deve-se pela maneira relacional das interações entre natureza, território-rede e paisagem pelo aporte metodológico que está em evidência, mas, sobretudo, pela coerência epistêmica que nos fornece a pesquisa

qualitativa. A relevância à pesquisa documental dá-se frente às dificuldades de se proceder os levantamentos de campo, desde o que se refere a deslocamentos até as informações de uma gama considerável de atores envolvidos – instituições e empresas. Por outro lado, dados coletados em documentos oficiais no percurso da pesquisa nos levaram a sublinhar esse procedimento conforme exposto no decorrer do texto. Em nossa investigação, foi dada a maior relevância à análise documental em virtude da quantidade de dados levantados em documentos, relatórios e sites oficiais ligados à temática em questão. E, também, pela dificuldade de obter acesso direto a pessoas ligadas às instituições as quais contribuiriam na realização da pesquisa.

No entanto, nosso estudo foi realizado de maneira integrada, dialogando com áreas afins. A busca por "novos" caminhos mostra que a ciência é dinâmica e que o conhecimento se produz a partir da interdisciplinaridade/multidisciplinaridade com as áreas afins. Essa integração entre diferentes conhecimentos possibilitou criar saberes diferenciados e importantes (PÊSSOA, 2012). A pesquisa também é exploratória e descritiva. Exploratória porque visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, e é descritiva pelo fato de buscar caracterizar o fenômeno (GIL, 1999).

Andrade (2002) ressalta algumas finalidades primordiais da pesquisa exploratória: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se deseja investigar; facilitar a delimitação do tema; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto. Como nosso tema é relativamente novo na Geografia, apoiamo-nos na pesquisa exploratória para a construção dele. Entretanto, em nosso estudo,

a atitude da pesquisadora foi o elemento central, pois ela não se assemelha a uma máquina que executa movimentos previamente calculados, mas a alguém que trouxe consigo atributos como criatividade e sensibilidade qualidades fundamentais por esta ser o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e intepretação dos dados coletados.

Instrumentos da pesquisa

Como já colocado, nossa pesquisa é primordialmente documental. De acordo com Godoy (1995), a ideia de se incluir o estudo de documentos enquanto possibilidade da pesquisa qualitativa pode, num primeiro momento, parecer estranha, uma vez que este tipo de investigação não se reveste de todos os aspectos básicos que identificam os trabalhos dessa natureza. Porém, como a abordagem qualitativa não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ao contrário, baseia-se na criatividade e atenção do pesquisador, é possível propor trabalhados que explorem esse tipo de enfoque. Para Godoy *op.cit*., frisa-se que a pesquisa documental representa uma forma a qual pode se revestir de um caráter inovador, trazendo importantes contribuições aos estudos qualitativos.

Desse modo, os documentos podem se constituir em uma rica fonte de dados, e, ainda, no exame de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, o pesquisador pode buscar novas interpretações ou interpretações complementares acerca do fenômeno estudado. Por meio da pesquisa documental, o pesquisador pode ter em mão uma riqueza de informações que possibilita extrair e resgatar significados os quais poderiam se

perder ao longo dos tempos. A análise de documentos permite ao pesquisador maior compreensão do fenômeno estudado, pois:

> [...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Através do documento escrito, o pesquisador tem em mãos vastas informações que permitem o conhecimento do passado do fenômeno estudado, e pode também contar com dados históricos que possam ter influenciado, e muito, no estágio em que o fenômeno se encontra. Cellard (2008) afirma que, por meio da análise documental, torna-se possível a observação do processo de amadurecimento e/ou evolução de indivíduos, grupos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. E, ao se acrescentar a dimensão de tempo e compreensão do fenômeno estudado, torna-se possível compreendê-lo por suas raízes históricas e concepções iniciais.

Devido a suas características, a pesquisa documental pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1999), a principal diferença entre esses tipos de pesquisa é a natureza de ambas. Na bibliográfica, utilizam-se as contribuições de vários autores sobre determinado tema. Já a documental baseia-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados segundo os objetivos da pesquisa, o que constitui a maior parte dos documentos levantados para a

construção de uma matriz que se constituiu, basilar para as análises de nossa pesquisa e que será apresentada mais adiante.

A pesquisa documental pode integrar um rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou ser o único delineamento utilizado. Seu uso justifica-se pela maneira de organizar as informações dispersas, dando-lhes nova importância como fonte de consulta. Aqui, foi fundamental, porém, integrar outros procedimentos adotados.

De acordo com Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental procura selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e dar-lhe algum valor, para assim contribuir com a ciência e também para que outros pesquisadores possam ter acesso servindo de consulta para novos estudos. Assim, procedemos para a construção de citada matriz.

Gil (1999) classifica a pesquisa documental em dois tipos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Os de primeira mão não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. Os de segunda mão de alguma maneira já foram analisados, a exemplo dos relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. A matriz que construímos apresentam dados de primeira mão e, para analisarmos algumas informações, nos valemos de dados de segunda mão.

Para Godoy (1995), três aspectos devem ser levados em consideração na pesquisa documental: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a análise. A escolha dos documentos não deve ser realizada de maneira aleatória, mas em função de alguns

propósitos, ideias ou hipóteses. Logo, após a seleção, o pesquisador deverá preocupar-se com a codificação e análise dos dados.

Nossa pesquisa teve início com a coleta de dados em sites oficiais, documentos, teses/dissertações/artigos e reportagens ligadas à temática que nos auxiliaram na produção dos materiais, análise e tratamento dos dados coletados. Os sites oficiais foram: i) segundo as instituições: Abeeólica, ANEEL, ABDI, EPE, MME, MMA, entre outros; ii) segundo documentos públicos: o Marco Regulatório para a geração de energia eólica no Brasil, PNE e PDDE; (iii) segundo as normas: leis, resoluções e decretos, iv) teses/dissertações/artigos e v) reportagens de jornais e mídias digitais. Essas fontes nos permitiram fazer uma análise sobre a Política da Energia Eólica no Brasil, sobre a construção do território-rede nesse processo, bem como auxiliar a compreensão das apropriações e conflitos existentes na instalação de parques eólicos no país. Com o auxílio das etapas da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), foi possível realizar uma seleção criteriosa do material utilizado, bem como o tratamento dos dados.

A princípio, no período de 2015 a 2017, delineamos a construção da matriz de dados sobre os parques eólicos instalados no país com a coleta de informações em site de ministérios e da Agência reguladora. A montagem foi muito lenta, pois, para encontrar os dados, dependíamos das informações "contidas" ou que deveriam estar contidas em sites oficiais da Aneel, por exemplo, bem como das empresas gestoras e, desse modo, alcançamos, em dois anos, os dados de apenas 64 parques.

Todavia, foi um processo de descobertas quali-quantitativas importante para se "adentrar" no emaranhado

institucional afeito à energia eólica no Brasil e identificar, por exemplo, que as informações mais difíceis, ou melhor, menos divulgadas são: tecnologia do aerogerador, quantidade de torres, rede de transmissão e proprietários. Em paralelo, durante esse período, as teses, dissertações e artigos levantados foram importantes para identificar a produção acadêmica e verificar as inovações na análise socioespacial.

No processo do nosso estudo, em 2017, foi mantido contato com a Associação Brasileira de Energia Eólica – Abeeólica -, que nos disponibilizou dados os quais demonstram a distribuição dos parques eólicos no Brasil desde 1992 – data do primeiro parque eólico, até fevereiro de 2019. Assim, reforçando o caráter documental da pesquisa, anunciamos as informações do banco de dados da Abeeólica como matriz para nossas análises.

O acesso a essa matriz nos fez observar e confirmar que o maior quantitativo de parques eólicos no Brasil encontra-se na região Nordeste por ter boa incidência de vento. Ela também nos permitiu verificar que o maior número de empresas que subsidiam esses empreendimentos é de capital estrangeiro reforçando nosso entendimento de que, apesar dos avanços nesse setor, o país ainda se apresenta de maneira tímida no quesito indústria/tecnologia eólica.

Essas informações nos permitiram estabelecer critérios para realizar as viagens de campo em algumas localidades no Nordeste que se constituíram como amostra dos parques eólicos. São eles: (i) O parque eólico de Sergipe, localizado no município de Barra dos Coqueiros, por se tratar de estudo realizado em nossa pesquisa de Mestrado; por estar localizado no litoral e ser um parque de pequeno porte. (ii) Os parques eólicos instalados nos

municípios cearenses de Aracati, Beberibe e Fortaleza, por tratar-se de um complexo de grande porte; por ser um dos primeiros a serem instalados e por ocupar grandes extensões do litoral. (iii) O complexo eólico que vem sendo instalado desde 2012 nos municípios de Caetité e Guanambi (Povoado Morrinhos) no Estado da Bahia; por situar-se em altitudes mais elevadas do semiárido.

A pesquisa de campo

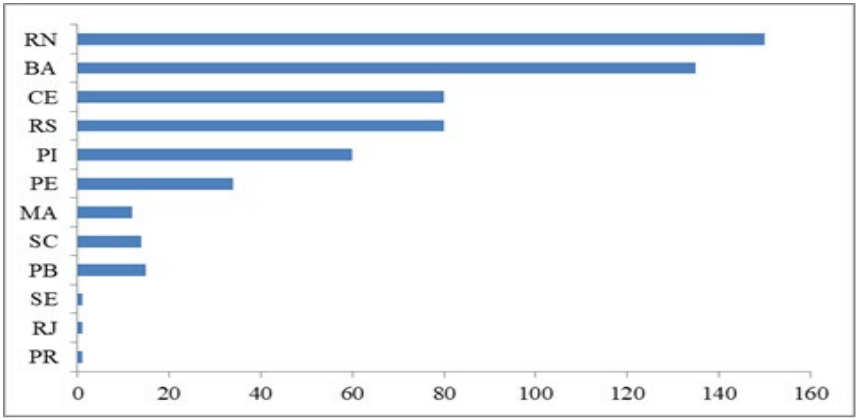
Embora os levantamentos bibliográficos e documentais constituíssem os pilares de nosso estudo nos permitindo reunir muitas informações sobre a temática em questão, realizamos trabalho de campo nas áreas que definimos intencionalmente como amostra. A imersão do campo foi feita para auxiliar nossa reflexão e análise sobre a paisagem criada pelos parques eólicos, mas também para checar as apropriações, os conflitos, as relações por parte dos sujeitos/comunidades afetadas e dos atores empresariais e institucionais envolvidos com a implantação e gestão dos empreendimentos. Os momentos que antecederam o campo foram de relevância para o refinamento dos instrumentos de obtenção dos dados e para pensar em quais procedimentos deveríamos executar em nossas viagens de campo.

Adotamos a viagem de campo em nossas atividades, por entendermos que, em um universo de 583 parques eólicos instalados no Brasil como apontados na matriz, seria necessário o aprofundamento da pesquisa que nos daria suporte para a análise. Desse modo, utilizamos a observação direta com auxílio de diário de campo, registro fotográfico e aplicação de entrevistas.

Ressaltamos, aqui, nossa dificuldade na realização do campo, uma vez que buscamos analisar realidades situadas em três Estados diferentes em que pesem os recursos necessários e a distância a ser percorrida.

Segundo a matriz, até fevereiro de 2019, o Brasil possuía 583 parques eólicos instalados, totalizando 14, 71 GW, distribuídos em 12 Estados brasileiros. Em construção, até essa data, há 75 parques e 115 com autorização para a construção. Os Estados que lideram a quantidade de empreendimentos de energia eólica em MW são: Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Piauí, como mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantidade de empreendimentos de energia eólica por Estados.



Fonte: ABEEÓLICA, 2019.
Organização: COSTA, Vanessa Santos, 2018

Os dados constantes no documento fornecido pela Abeeólica referem-se a: (i) ano de instalação; (ii) nome do parque; (iii) localização; (iv) potência (MW); (v) status (operação/construção/contratado); (vi) proprietário; (vii)

tecnologia; (viii) viabilização, contratação (leilões/mercado livre); (ix) quantidade de turbina; (x) subestação, entre outros. Essas informações foram transportadas para uma matriz Excel que possibilitou a análise e o cruzamento dos dados, conforme visualizado no quadro 1.

Quadro 1 – Extrato dos dados fornecidos pela Abeeólica: 1992- 2019.

Ano	**Parque**	**Localização**	**Potência em MW**	**Situação**	**Proprietário**	**Tecnologia**	**Contratação**	**Quantidade de aerogeradores**	**Subestação**
2016	Santana I	Bodó – RN	30	Operação	Força Eólica do Brasil	Gamesa	Leilão A-3 2014	15	CHESF
2015	Verace 25	Santa Vitória do Palmar – RS	7,1	Operação	Eletrosul	GE	Mercado Livre	04	Eletrobrás Eletrosul

Fonte: ABEEÓLICA, 2019.
Organização: COSTA, Vanessa Santos, 2018.

Realizamos uma leitura criteriosa de todos os empreendimentos instalados em que pesem o tempo de instalação, a situação geográfica, a produção e a restrição legal, o que auxiliou, entre outras, a definição de critérios para estabelecer a amostra, conforme visualizados no Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios para seleção da amostra.

CRITÉRIOS	
1. a) Mais antigos (+ de 4 anos)	1. b) Mais recentes (2 anos)
2. a) Situados no litoral	2. b) Situados no interior
3. a) Pela pequena produção de MW	3. b) Pela grande produção de MW
4. a) Proximidade de comunidades	4. b) Distante das comunidades
5. a) Localizados em área de restrição ambiental	5. b) Não estão localizados em área de restrição ambiental

Fonte: ABEEÓLICA, 2019.
Organização: COSTA, Vanessa Santos, 2018.

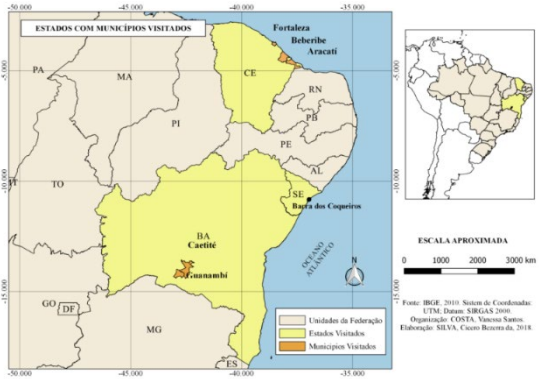
Esses critérios permitiram a seleção da amostra e a definição de nosso trabalho de campo conforme demonstrado no Quadro 3 e na Figura 1.

Quadro 3 - Empreendimentos eólicos selecionados para o estudo.

ESTADOS	MUNICÍPIOS	CRITÉRIOS
Bahia	Caetité e Guanambi	1.a; 2.b; 3.b; 4.a; 5.a
Ceará	Aracati, Beberibe e Fortaleza	1.b; 2.a; 3b; 4.a; 5.a
Sergipe	Barra dos Coqueiros/SE	1.b; 2.a; 3.a; 4.a; 5.a

Fonte: ABEEÓLICA, 2019.
Organização: COSTA, Vanessa Santos, 2018.

Figura 1: Localidades visitadas



Fonte: Trabalho de campo, 2016 e 2018.
Organização: COSTA, Vanessa Santos. Elaboração: SILVA, Cicero Bezerra da, 2019.

A observação direta fez-se necessária e serviu como complemento para a análise, tendo como base relatos dos atores e sujeitos envolvidos no processo. Para Gil (1999), a observação tem como objetivo a descrição dos fenômenos, devendo o pesquisador, antes de coletar os dados, realizar estudos exploratórios com o intuito de elaborar um plano específico para a organização e o registro de informações, com o intuito de uma posterior análise da situação.

Elaborar um roteiro do diário de campo possibilitou a anotação de observações referentes aos parques eólicos e às localidades visitadas, tais como: data, local, dia da semana, turno, se houve registro fotográfico, se foram aplicadas entrevistas, observação da área (infraestrutura) e ao final foi elaborado o registro do término do campo, com observações gerais e

específicas. Segundo Triviños (1987), o diário de campo também é um instrumento de registro de pesquisa:

> [...] as anotações realizadas no diário de campo, sejam elas referentes à pesquisa ou a processos de intervenção, podem ser entendidas como todo o processo de coleta e análise de informações, isto é, compreenderiam descrições de fenômenos sociais, explicações levantadas sobre os mesmos e a compreensão da totalidade da situação em estudo ou em um atendimento[...] (TRIVIÑOS, 1987, p. 155).

O registro fotográfico foi realizado em todas as etapas das viagens de campo. Utilizamos a fotografia como instrumento metodológico no levantamento das imagens, por propiciar riqueza na informação, reflexão científica e oferecer ao leitor condição de perceber as nuanças de representação, além de contribuir na articulação da forma e conteúdo. (GURAN, 2012).

As entrevistas foram realizadas com o intuito de colher informações primárias através dos atores e sujeitos envolvidos nesse processo. A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre o pesquisador e entrevistado, além da obtenção detalhada de descrições sobre o que se está pesquisando (OLIVEIRA, 2005). Foram elaborados quatro roteiros de entrevista semiestruturados com questões abertas de caráter individual, aplicadas aos gestores dos órgãos públicos, a Abeeólica, aos empreendedores da iniciativa privada responsáveis pela implantação do parque eólico e aos moradores/representantes das comunidades de entorno. Além do perfil/identificação do entrevistado, o roteiro foi norteado pelos seguintes conteúdos: Processo de implantação do parque eólico: institucional/governamental/ normativo; Seleção da área:

compra/concessão; Tecnologia e Relações institucionais/Relações com proprietários dos terrenos/Comunidades ao redor.

A organização do encadeamento das perguntas obedeceu às sinalizações de Bardin (1977) e foi útil na etapa de interpretação. Isso foi feito para as entrevistas bem como para as reportagens (jornais e mídias digitais) consideradas pelas seguintes palavras/conteúdo-chave: apropriação, conflito, tecnologia, relacionamento entre empresa e comunidade local, condicionantes ambientais e geração de emprego.

As entrevistas se fizeram, assim, necessárias para a compreensão das motivações econômicas e políticas de se instalar um parque eólico, bem como entender o processo de licenciamento que resultou em nossa análise a observação e reflexão sobre as mudanças ambientais, social, cultural, políticas e econômicas.

Além das entrevistas com representantes de empresas, órgãos públicos e líderes políticos, também foram realizadas entrevistas com estudiosos acerca do tema, lideranças, moradores mais antigos que nos auxiliaram com dados complementares no momento do campo e contribuíram, mesmo que em caráter informal, para ampliar o conhecimento sobre a realidade dos parques eólicos no Brasil. De maneira mais ou menos formal, os temas dos roteiros apresentados foram tocados nessas entrevistas.

As visitas para a realização das entrevistas com moradores das comunidades próximas foram muito prazerosas, pois percebemos o envolvimento das comunidades estudadas. Muitas das vezes, os entrevistados deixavam seus afazeres para dialogar conosco, além das crianças que gentilmente, mas também por

curiosidade, acompanhavam-nos nos percursos pelas comunidades. Isso ocorreu em todos os campos, mas, de maneira especial, nos municípios do Estado da Bahia (Figura 2).

Figura 2 - Acolhida positiva da entrevistada - Comunidade Morrinhos-Guanambi/BA.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Foto: COSTA, Vanessa Santos.

Segundo Rosa e Arnoldi (2006, p. 49 e 50), para que as questões elaboradas se efetivem, existem algumas táticas que provocam maior retorno e coleta de dados mais completa, tais como: (i) tática do silêncio muito importante, pois o entrevistador deve saber o momento adequado para introduzir a sua fala ou questionamentos; (ii) tática da animação e elaboração, a animação abrange todo tipo de observação, ruídos e gestos que permitem ao entrevistador demonstrar ao entrevistado que este deve continuar falando. A elaboração implica não só em animar o entrevistado, mas também pedir que ele se estenda respondendo sobre o tema;

(iii) tática da reafirmação e repetição: consiste em se obter informações adicionais, por meio da repetição de expressões emitidas pelo entrevistado, com formulação de perguntas diretas; (iv) tática da recapitulação**:** maneira de o entrevistador levar o entrevistado a relatar, de novo, algumas trajetórias de sua vida, organizadas cronologicamente; (v) tática do esclarecimento: permite ao entrevistador solicitar ao entrevistado que detalhe uma sequência de passos, ou, em determinado momento do relato, solicitar que discorra e verbalize sobre o que acaba de referir.

Essas avaliações foram observadas em nosso campo, com destaque para o silêncio, ao respeitar o entrevistado sem interrupções desnecessárias; a da animação e elaboração ao "provocar" continuidade ou retorno da fala do entrevistado; da reafirmação ao enfatizar determinados fatos ou informações fornecidas, assim como solicitar recapitulação e esclarecimentos. Nesse contexto, ancoramo-nos, ainda, em Thompson (1984), que destaca:

> O entrevistador há de aprender a animar a entrevista, a escutar e a não interromper nunca, mas, por outro lado, a surpreender com perguntas diretas, tendo em mente sempre uma sequência de tópicos, de modo que o entrevistado possa ser animado e guiado com cuidado ao longo da investigação. Assim, por intermédio da entrevista, conseguirá melhores resultados do que o questionamento estruturado rigidamente (THOMPSON, 1984, p. 54).

Com o uso dessas táticas, realizamos nossas entrevistas observando e respeitando atentamente a emoção e os sentimentos de cada entrevistado que nos relatou suas vivências, quer seja pelo fato de gerir/trabalhar no parque eólico, ou pelo fato de estar inserido num raio de aproximação desses empreendimentos e

obter ou não benefícios em suas experiências. Para citá-los, foi solicitado permissão de uso de suas falas e imagem, resguardando suas identidades.

Os trabalhos de campo realizados nesses estados e municípios nos permitiram compreender a dinâmica no processo de instalação dos parques eólicos desde a forma como foram apropriados, o relacionamento das empresas com as comunidades locais e os diversos conflitos de ordem política, econômica e ambiental.

Paralela às viagens de campo, realizamos entrevista com os engenheiros da ABEEÓLICA (via e-mail) e da Universidade Federal de Sergipe, do curso de Engenharia Elétrica, que nos auxiliaram na compreensão dos termos técnicos da energia.

Olhares e observações

A pesquisa qualitativa possibilita gerar um grande volume de dados que carece de organização para se chegar à compreensão do fenômeno. Reforça-se que cada pesquisador é livre para escolher seus instrumentais de pesquisa que podem ser: observação, entrevistas livres e/ou semiestruturadas, levantamento de dados primários, questionários, diário de campo, mapas mentais, croquis, fotografias, descrição, entre outros, desde que seja feita a escolha mais adequada dos instrumentais e, consequentemente, o tratamento dos dados seja realizado de maneira a responder às questões do estudo.

Como já mencionado, em nossa pesquisa, optamos pelo levantamento bibliográfico e documental, viagem de campo com auxílio da observação direta, diário de campo, registro fotográfico e realização de entrevistas. A etapa das entrevistas compreendeu a fase mais longa do campo. Os entrevistados assinaram um termo de consentimento para a divulgação de informações e imagens nos resultados da pesquisa. E, apesar de não ter sido elaborado um cronograma sistematizado, foi possível realizar 26 entrevistas, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 - Entrevistas realizadas entre 2013 e 2018.

ATORES E SUJEITOS*	QUANTIDADE DE ENTREVISTAS (FORMAIS/INFORMAIS)	LOCALIZAÇAO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento do município de Barra dos Coqueiros - SE Nota 1	01	Sergipe	2013
Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA	02	Sergipe	Maio a Agosto de 2016
Empresa Evolua	01	Sergipe	Maio a Agosto de 2016
Moradores da Comunidade Praia do Jatobá	03	Sergipe	Maio a Agosto de 2016

Diretor-técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica - Abeeólica	02	Sergipe (via internet)	Julho de 2017 e Outubro de 2017
Engenheiro Eletricista[Nota 2]	01	Sergipe	Outubro de 2017
Professor do Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Sergipe/ UFS e Consultor de Projetos de Parques Eólicos[Nota 3]	02	Sergipe	Maio de 2018 e Outubro de 2018
Trabalhadores de parques eólicos	02	Ceará	Novembro de 2016
Analista Ambiental da Empresa Renova	01	Caetité/Bahia	Junho de 2018
Representante do Museu do Alto Sertão da Bahia – MASB	01	Caetité/Bahia	Junho de 2018
Representante da Prefeitura de Caetité	02	Caetité/Bahia	Junho de 2018
Professor do Curso técnico (eólica)	01	Caetité/Bahia	Junho de 2018
Moradores	02	Caetité/Bahia	Junho de 2018

Morador da sede de Guanambi, mas tem propriedade em Morrinhos	01	Guanambi/ Bahia	Junho de 2018
Terceirizada da Empresa Renova	01	Guanambi/ Bahia	Junho de 2018
Comunidade de Morrinhos	03	Povoado Morrinhos/ Guanambi-BA	Junho de 2018
Total de Entrevistas	26 entrevistas		

Fonte: Trabalho de Campo, 2013 a 2018.
Organização: COSTA, Vanessa Santos, 2018. * Atores como representantes institucionais e empresariais; sujeitos como moradores do entorno dos parques.

Nota 1: Utilizamos uma entrevista com a Secretária de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento do município de Barra dos Coqueiros - SE realizada em nossa dissertação de Mestrado (2013) por ser de importância para nossa análise no questionamento sobre competências dos órgãos públicos no processo de licenciamento ambiental, no Capítulo 4, item 4.2.

Nota 2: Os diálogos realizados com o engenheiro eletricista contribuíram no entendimento das dúvidas de cunho técnico/tecnológico referente aos aerogeradores e por ter experiência como consultor de projetos eólicos.

Nota 3: A experiência do professor (do curso de engenharia elétrica) e consultor de projetos de energia eólica nos ajudou na compreensão da temática, principalmente no quesito de regulamentação dessa fonte energética no país e também questões técnicas.

A escolha pelos entrevistados moradores nas comunidades próximas dos parques eólicos deu-se de maneira aleatória, à medida que íamos avançando nos estudos e nas viagens de campo e que encontrávamos pessoas para dialogar sobre suas experiências vividas na implantação dos parques eólicos.

Registramos nossa gratidão pelo auxílio em nossa pesquisa, por terem nos deixado adentrar em suas casas, escritórios e pela doação do seu valoroso tempo. Destacamos que todos os campos foram solitários, desafiadores e, ao mesmo tempo, prazerosos pelo acolhimento e disponibilidade das pessoas entrevistadas.

Para o grupo de entrevistados – atores ligados a órgãos públicos e empresas –, utilizamos as palavras Entrevistado ou Entrevistada (por questões de gênero), seguido de um número que indica ordem, ou seja, a sequência da realização das entrevistas, instituição (órgão público ou empresa), função, localidade e ano de realização da entrevista. Ex.: Entrevistada 01 – Adema – Gerente de Fiscalização ambiental – Aracaju/SE – 2016. E, para o grupo de moradores das localidades, utilizamos a sequência: Entrevistado (a), número de ordem, localidade, função de trabalho e ano de realização da entrevista. Ex.: Entrevistado 04 – Comerciante – Morador da Praia do Jatobá – Barra dos Coqueiros/SE – 2016. As entrevistas com o diretor-técnico da Abeeólica foram realizadas via internet e presencial em sua participação no Evento Energias de Sergipe realizado pelo Sebrae no Estado em 2016.

Chamamos a atenção para as entrevistas realizadas no Estado de Sergipe no ano de 2016. Buscamos visitar o parque eólico do município da Barra dos Coqueiros com o intuito de verificar sua operacionalização, uma vez que o visitamos na fase de implantação. Nosso objetivo foi analisar como as atividades do parque influenciavam diretamente na vida das pessoas e também no que diz respeito à geração de energia e ao meio ambiente. Salientamos que tentamos manter contato com a atual empresa responsável pelo parque eólico, a Statkraft Renováveis S.A, via telefone e e-mail, solicitando entrevista e realização de campo,

porém não obtivemos êxito, pois os representantes alegaram que, devido à mudança considerando a empresa ser sediada em Florianópolis, não poderiam nos informar sobre o empreendimento naquele momento.

No Ceará, realizamos observação direta e pudemos verificar a dinâmica da implantação de empreendimentos eólicos no litoral e percebemos que o fato de esse Estado ter sido o pioneiro nesse tipo de atividade, ocorreram muitos equívocos, principalmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental. Também conversamos de maneira informal com dois trabalhadores em parques eólicos e com os quais colhemos informações sobre suas vivências.

O campo na Bahia teve por objetivo analisar a dinâmica no semiárido. Por ser um dos maiores produtores de vento do Brasil, quando todos os seus empreendimentos estiverem operando, será o maior parque eólico da América Latina. Lá, tivemos a oportunidade de conhecer diversas realidades, dialogamos com representantes da Prefeitura de Caetité, empresas, trabalhadores, pessoas das cidades (Caetité e Guanambi) e da comunidade de Morrinhos (Guanambi). Buscamos manter diálogo com os representantes da empresa Renova Energia, pela relevante representatividade neste segmento no município. Porém, a empresa havia vendido dois parques eólicos que formavam o complexo, o Alto Sertão I e II e que o Alto Sertão III estava em fase de negociação. Desse modo, não poderia nos conceder entrevista formal, mas que estava à disposição para nos ajudar na pesquisa, no sentido de indicar pessoas para que pudéssemos entrevistar, fornecer apoio material e apresentar algumas ações realizadas pela empresa na fase de implantação do empreendimento.

Também participamos de uma palestra que estava sendo realizada na Biblioteca de Extensão e tivemos a oportunidade de conversar com os representantes da Prefeitura (vereador e secretário de Cultura) que se mostraram conhecedores e interessados na temática. Em nosso giro pela cidade de Caetité, conversamos com moradores da sede que nos relataram suas experiências e vivências com a chegada desses empreendimentos.

Nas entrevistas realizadas em Guanambi, pudemos observar duas realidades distintas com relação à implantação dos empreendimentos eólicos. O morador de Guanambi que tem propriedade no Povoado Morrinhos nos trouxe um relato de insatisfação e prejuízo que teve em sua propriedade com a instalação do parque. Já os entrevistados no Povoado Morrinhos nos relataram satisfação com a mudança de vida com a chegada dos parques eólicos.

Considerações finais: entre observação e sistematização – desvelando a realidade

Após a compatibilização do levantamento documental e do retorno do campo, surgiu uma das etapas mais importantes da pesquisa: a sistematização dos dados. Nesse momento, o pesquisador tem a oportunidade de relatar e analisar suas impressões, observações, estranhamentos, enfim, tudo aquilo que pulsa a sua memória.

Em nossa investigação, escolhemos a análise de conteúdo, proposta por Bardin 1977 por conter:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Apesar de ter privilegiado as formas de comunicação oral e escrita, não exclui outros meios de comunicação. E qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode ser decifrada pelas técnicas da análise de conteúdo, pois pressupõe que, por trás do discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar (GODOY, 1995).

A análise categorial é a mais antiga e também a mais utilizada. De acordo com Bardin (1977, p. 53), "[...] funciona por operações de desdobramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógico". As categorias podem ser construídas conforme os temas que surgem no texto. Para classificá-las, é necessário identificar o que têm em comum no texto. A autora classifica essa técnica em três grandes etapas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos dados e interpretação. A primeira etapa consiste na fase da organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação. A segunda etapa, os dados são codificados nas unidades de registros. E a terceira se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos a partir das semelhanças e diferenciações, com posterior reagrupamento, em função de características comuns.

O percurso metodológico que escolhemos para investigação científica está exposto didaticamente no Quadro 5, subdividido em cinco etapas que englobam instrumentos e técnicas adotados.

Quadro 5 - Síntese das etapas metodológicas da pesquisa.

ETAPA 1: SELEÇÃO DO MATERIAL		
ATIVIDADES	**AUTORES**	
Definição do objeto	Eco (2009)	
Estado da Arte: Revisão Bibliográfica	Cervo e Bervian (1983) e Demo (1985)	
Pesquisa Documental	Godoy (1995), Gil (1999) e Cellard (2008)	
Definição da Amostra	Definição de Critérios: tempo de instalação, localização (litoral x interior), produção e presença de comunidade local	
ETAPA 2: COLETA DE DADOS		
ATIVIDADES AUTORES	**TIPO**	
Pesquisa Documental	Documentos Públicos: Relatórios, Planos e Matriz	Marco Regulatório (2009); PNE 2030; PDE 2010; EIA/RIMA, RAS, entre outros
	Mídia Digital: Sites (14) e Reportagens de jornais (25)	ABEEÓLICA, ANEEL, EPE, CEPEL, MME, MMA, entre outros.
Campo: Bahia, Ceará e Sergipe	Observação	Gil (1999)
	Diário de campo	Triviños (1987)
	Registro Fotográfico	Guran (2012)
	Entrevistas (26)	Oliveira (2005) e Rosa e Arnold (2006)

ETAPA 3: ANÁLISE		
ATIVIDADES AUTORES	**TIPO**	
Pré-análise	Organização do material	Bardin (1977)
Exploração do Material	Codificação dos registros Fluxogramas, gráficos, quadros, mapas, matriz em excel, organogramas e tabelas	
Inferência e Interpretação	Categorização dos registros	
ETAPA 4: REDAÇÃO DA TESE		

Organização: COSTA, Vanessa Santos, 2018.

O desafio de estudar a formação de território-rede pela implantação de parques eólicos no Brasil, suas apropriações e conflitos nos fez produzir técnicas e instrumentos de pesquisa que foram estabelecidos de acordo com cada objetivo traçado.

Desse modo, apresentamos que a busca pelos territórios da energia eólica no Brasil percorreu um longo percurso, desde o estado da arte, considerada relevante para o início de qualquer tipo de pesquisa, passando pela coleta dos dados, trabalho de campo e análise.

Salientamos a importância da pesquisa documental em nosso estudo, pois, devido à quantidade significativa de empreendimentos eólicos no país, seria impossível realizar trabalho de campo em todas as localidades instaladas. Como foi

impossível coletar pelas fontes primárias as informações de cada parque eólico, a análise dos documentos oficiais permitiu que chegássemos à matriz que nos deu suporte para definição das áreas onde foram realizados os trabalhos de campo.

Também, há o entendimento do território-rede, pela espacialidade das áreas de bons ventos definindo nós (melhores ventos no Nordeste) e malhas de parques nesses espaços, assim como o entendimento: das conexões verticais de empresas, de capital estrangeiro, de tecnologias e de incentivos fiscais e normativas do governo brasileiro; das conexões horizontais na geração de paisagens "marca" pelo predomínio das torres, pelas paisagens "marca" nas comunidades com o surgimento de serviços; das conexões formadoras das paisagens dominantes advindas das empresas e do capital estrangeiro; da geração de paisagens residuais nas marcas de um cotidiano e de vivências que não mais ocorrem. Assim, observamos a espacialização, as conexões verticais e horizontais que se dão pelo *continuum* processo de construção dos territórios por apropriações e conflitos.

Entre o que imaginamos e o que realizamos, havia uma ponte enorme. Sabíamos o que queríamos encontrar em nosso caminhar; encontramos além do que imaginamos; encontramos, na realidade, experiências vividas, desafios, apropriações e conflitos.

Referências

ABDI. Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Atualização do mapeamento da cadeia produtiva da indústria eólica no Brasil**. 2017. http://inteligencia.abdi.com.br/wp-

content/uploads/2017/08/2018-08-07_ABDI_relatorio_6-1_atualizacao-do-mapeamento-da-cadeia-produtiva-da-industria-eolica-no-brasil-WEB.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

ABEEÓLICA. Associação Brasileira de Energia Eólica. **Processo de desenvolvimento de um parque eólico**. *In:* Cadeia de Valor SEBRAE, 2017. I Fórum Energias de Sergipe em outubro de 2017.

ANEEL. Banco de informações de Geração. Capacidade de Geração do Brasil, **Agência Nacional de Energia Elétrica**, Brasília, setembro de 2018. Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 03 set. 2018.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração SFG. **Manual de fiscalização da geração (2004)**. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/livros/-/asset_publisher/eZ674TKh9oF0/content/manual- de-fiscalizacao-da-geracao/656835?inheritRedirect=false. Acesso em: 10 maio. 2018.

ADALBÓ, Ricardo. **Energia eólica**. São Paulo: Artliber, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:** noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasil: Edições 70, 1997.

BERQUE. A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In:* CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-91.

BERTRAND, George. Trabalho publicado, originalmente, na **"Revue Geógraphique des Pyrénées et du Sud-Ouest"**, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: Paysage et geographie physique globale. Esquisse méthodologique. Paisagem e Geografia Física global: esboço metodológico. Tradução Olga Cruz. 1968.

CAMILLO, Edilaine Venâncio**. As políticas de inovação da indústria de energia eólica:** uma análise do caso brasileiro com base no estudo de experiências internacionais. 2013. 192 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências/UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 1.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). **Scripta Nova: Revista Eletrócnica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 16, n. 418, nov. 2012: Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418-67.htm. Acesso: 20 maio. 2018.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 2017.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. *In:* YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.121-140 (Coleção Turismo).

CCEE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **Comercialização de energia**. Disponível em: http//www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/o-que-fazemos/comoccee_atua/comercializacaodeenergia?_afrLoop=696477981617209#%40%3F_afrLoop%3D696477981617209%26_adf.ctrl_state%3D4vp7a50wh_41. Acesso em: 10 abr. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. *In:* POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEPEL. **Centro de Pesquisas de Energia Elétrica**, 2001. Disponível em: http://www.cepel.br/. Acesso em: 05 maio. 2013.

CERNE. Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia. **Vestas prepara inauguração de fábrica de naceles e hubs no Brasil**. [post]. 13 nov. 2015. Disponível em: http://cerne.org.br/vestas-prepara-inauguracao-de-fabrica-de-naceles-e-hubs-no-brasil/. Acesso em: 20 fev. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações geográficas: percursos no fim dos séculos. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. Grupo de Estudos Urbanos. **Cidades**, v. 9, n. 16, 2011. p. 199-218.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSGROVE, Denis. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagen humanas. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CRESESB – Centro de Referência para Energia Solar e Eólica. **Tutorial energia eólica**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/content.php?cid=tutorial_eolica. Acesso em: 10 dez. 2018.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra:** natureza da realidade geográfica**.** Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva,1952.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil-platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Vol. 1.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In:* DIAS, L.C; SILVEIRA, R.L.L da (Orgs): **Redes, sociedade e territórios**. Santa Cruz do Sul, UNISC, 2007.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. *In:* CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. *In:* CASTRO, I. E. de et al. (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p. 141-162.

DUTRA, Ricardo Marques, TOLMASQUIM, Maurício Tiommo. 2001. Estudo de viabilidade econômica para projetos eólicos com base no novo contexto do setor elétrico. *In:* **Anais...** IX Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, 2001.

DUTRA, Ricardo Marques. **Propostas de políticas específicas para energia eólica no Brasil após a Primeira Fase do PROINFA**. 2007.

426 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia 2030**. Disponível em: http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-165/topico-173/PNE%202030%20-%20Outras%20Fontes.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

EPE, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2010**. Brasília. Disponível em: http://www.epe.gov.br/PDEE/Relat%C3%B3rio%20Final%20do%20PDE%202024.pdf. (2015a). Acesso em: 10 maio. 2017.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Os lugares improváveis.** *In:* YÁZIGI, Eduardo (org.) Paisagem e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002. 226 p. p. 65-82 (Coleção Turismo).

FREMONT, Armand. **Les Profoundeurs des Paysages Geografiques. Autour d´Ecouves dans le Parc Regional Normandic- Maine.** L´Espace Geografique, 3(2), Paris: 127-136, 1974a. Tradução Portuguesa Almedina, Coimbra.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas***,* São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica**: notas e reflexões. http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf, 2012. Acesso em: 20 mar. 2016.

GWEC/ABEEÓLICA. Analise do Marco Regulatório para Geração de Energia Eólica no Brasil Sumary, Report, **Global Energy Wind Council/Associação Brasileira de Energia Eólica**, Brussels, Belgium, São Paulo, Brasil, 2011. Disponível em: http://gwec.net/wp-content/uploads/2012/06/2ANALISE_DO_MARCO_REGULATORIO_PARA_GERACAO_EOLICA_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 15 mar. 2016.

GWEC/ABEEÓLICA. Analise do Marco Regulatório para Geração de Energia Eólica no Brasil Sumary, Report, **Global Energy Wind Council/Associação Brasileira de Energia Eólica**, Brussels, Belgium, São Paulo, Brasil, 2009. Disponível em: http://gwec.net/wp-

content/uploads/2012/06/2ANALISE_DO_MARCO_REGULATORIO_PARA_GERACAO_EOLICA_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 24 jun. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Concepções de território para a entender a desterritorialização. *In:* HAESBAERT, R. **Território, territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: PPGEO-UFF; AGB-Niterói, RJ: 2002. p .17-38.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, 29: 11–24, jan. v 29, nº 1, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de (Orgs.). **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000300017. Access, 2007. v. 1. Acesso em: 10 maio. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAGGETT, Petter; CHORLEY, Richard John. **Network Analysis in Geography**. London: Edward Arnald, 1969.

HAGGETT, Petter; CLIFF, Andrew David; FREY, Allan. **Locational Analysis in Human Geography.** London: Edward Arnald, 1977.

KELTING, Fátima Maria Soares; LOPES José Lindemberg Sousa. **Vislumbrando Paisagens.** Fortaleza: Expressão, 2011.

HOBSBAWN, Eric. **A revolução francesa.** Tradução Maria Celia Paoli. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaios de antropologia simétrica. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1991.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. *In:* SILVA, J.B da; LIMA, L.C;

ELIAS, D. (Orgs). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume. 2006.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Pesquisa sobre licenciamento ambiental de parques eólicos.** Ano 2013. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/164/_publicacao/164_publicacao26022010101115.pdf. Acesso em: 10 maio. 2014.

MASI, Domenico de. **O ócio criativo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MME – Ministério de Minas e Energia; EPE – Empresa de Pesquisa Energética (2009), **Participação da fonte eólica nos leilões de energia elétrica 2009-2018**. Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticas/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/mme-define-a-sistematica-para-realizacao-do-leilao-de-energia-nova-a-6-de-2018. Acesso em: 20 maio. 2018.

MUMFORD, Lewis. **The Myth of Machine:** technics and human development. New York: Harvest Books, 1967.

NEVES, Joana. **História geral:** a construção de um mundo globalizado. Disponível em: http://pt.wikiquote.org. Acesso em: 05 maio. 2018.

OLIVEIRA, Adilson de. Planejamento elétrico: uma agenda amigável com a natureza. In: **Energia Eólica**. VEIGA, José Eli da (Org.). São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

ORTEGA Y GASSET, J. **A meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano: Argvmentvm: Tessitura, 1939/1963/2006.

PEREIRA, Osvaldo Soliano. Energia eólica: segunda fonte de energia elétrica do Brasil. *In:* **Energia eólica**. VEIGA, José Eli da (Org.). São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

PESSÔA, Vera Lúcia S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GEOUERJ**, Rio de Janeiro, ano 14, nº 23, v, 1, 1º semestre de 2012 p. 4-18. ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021. Disponível em: http:www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj. Acesso em: 20 jan. 2018.

PILON, André Francisco. **A educação ambiental em quatro dimensões de mundo: uma proposta ecossistêmica.** Disponível em: https://www.academia.edu/3764341/A_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_em_Quatro_Dimens%C3%B5es_de_Mundo_Uma_Proposta_Ecossist%C3%AAmica_Environmental_Education_in_Four_Worlds_Dimensions_An_Ecosystemic_Proposal_. Acesso em: 24 abril. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 112 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e Geografia**. Lisboa: Finisterra. 2001.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec,1994.

SANTOS, Milton**. Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção**.** São Paulo: Hucitec, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST, 2003.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. *In:* CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-91.

SILVA, Magda Valéria da; RAMIRES, Julio César de Lima. O discurso do sujeito coletivo e os impactos da Mitsubishi na cidade de Catalão/Góias. *In:* RAMIRES, J. C de L; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e pesquisa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 337-355.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. **Caderno Pedagógico.** Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes e Território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Biblio 3W: Revista Eletrócnica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. VIII, n. 451, jun. 2003: Disponível em: http://ww.ub.edu/geocrit/sn/b3w-451.htm. Acesso em: 05 mar. 2016.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; FELLIPE, Ângela Cristina Trvisan (Orgs). **Territórios, Redes e desenvolvimento regional:** perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, 2018.

SIMIONI, Carlos Alberto. **O uso da energia renovável sustentável na matriz energética brasileira:** obstáculos para o planejamento ampliação de políticas sustentáveis. 2006. 300f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - PRODEMA – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da "revolução molecular" à política de escalas. *In:* MENDONÇA, Francisco et al. (Orgs): **Espaço e tempo:** complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPENGLER, Oswald. **O homem e a técnica**. Lisboa: Guimarães Editores, [1931]1993.

TOLMASQUIM, Maurício Tiomno. **Energia renovável:** hidráulica, biomassa, eólica, solar e oceânica. Rio de Janeiro: EPE, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROLL, Carl. **Die geographische Landschaft und ihre Erforschung**. Studium generale, n.3. (1950) p. 163-181.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio
ambiente. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

Categorias analíticas da Geografia nas políticas públicas de turismo

Joab Almeida Silva
José Wellington Carvalho Vilar

Introdução

O turismo pode transformar as relações sociais entre os homens e deles com a natureza. Apesar de ser apresentado como atividade capaz de dinamizar a renda e o emprego por meio do intercâmbio social provocado pelas viagens, o turismo contemporâneo enfrenta sérios problemas, visto que a sua exploração não observou critérios essenciais de uso do espaço, como planejamento e ordenamento territorial.

No Brasil, a análise das políticas públicas de turismo utiliza, entre outros recursos, instrumentos de planejamento que reúnem critérios e diretrizes nacionais orientados pela Embratur e pelo Ministério do Turismo, cujos desdobramentos nas unidades da federação apresentam, para cada momento histórico da sua construção e replicação, a adoção de diferentes categorias analíticas da geografia.

A análise sobre as políticas públicas de turismo no Brasil leva em consideração quatro macroprogramas estruturantes: Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR),

Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e o Projeto de Competitividade do Turismo - Destinos Indutores do Turismo Nacional.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) foi responsável pela implementação do PNMT em meados da década de 1980. Em meados da década de1990, a região Nordeste do Brasil é influenciada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a política de *cluster* para a criação de áreas beneficiadas com o financiamento público, chamadas Polos de Desenvolvimento Turístico no PRODETUR. Com a criação do Ministério do Turismo – MTur, em 2003, a EMBRATUR, que concentrava a Política Nacional de Turismo, limitou-se à competência de promoção internacional e qualificação da atividade. O Ministério do Turismo, então influenciado pelas recentes aplicações do PRODETUR, viabilizou a elaboração de orientações e diretrizes políticas e operacionais para o turismo, organizadas no Plano Nacional de Turismo (PNT), que chegou à sua quinta edição em 2018 – 2022 definindo como estratégico o Programa de Regionalização do Turismo (PNMT), uma versão revisada sobre o antigo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Em 2008, o MTur disseminava uma nova orientação nacional, na qual os municípios, notadamente as capitais, eram tomados como centralidades indutoras do desenvolvimento turístico regional, quando foi instalado o Projeto Destinos Indutores do Turismo. Essas adequações no desenvolvimento das políticas públicas chamam atenção para o uso de categorias geográficas, com aparente tentativa de melhorar a apropriação das políticas por parte dos agentes de produção do setor, ora adotando o lugar, ora a região, depois o territórionas abordagens e

transformações realizadas no desenvolvimento das políticas de turismo, mais recentemente.

Numa leitura geral sobre os programas inseridos no Plano Nacional de Turismo, fica difícil identificar a categoria geográfica fundante da Política Nacional de Turismo. Não obstante, cada fase do turismo brasileiro contou com a priorização de uma categoria analítica da geografia, e neste sentido é possível registrar diferentes fases, nas quais se percebe a valorização da região, o destaque do lugar ou a priorização do território.

Este repertório da Política Nacional de Turismo motivou o desenvolvimento deste estudo com foco na análise da adoção de categorias analíticas da geografia nas políticas públicas de turismo no Brasil. Para tanto, utiliza-se o método de pesquisa qualitativa, compreendendo o fenômeno no contexto em que ocorre (GODOY, 1995), incorporado à técnica de levantamento bibliográfico para fundamentação dos temas principais: políticas públicas de turismo e categorias analíticas da geografia.

O estudo também incorporou a análise documental, envolvendo instrumentos de planejamento dos órgãos oficiais de turismo como diferentes versões do Plano Nacional de Turismo, Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), Relatórios Anuais do Projeto Destinos Indutores do Turismo no Brasil e Plano Estadual de Turismo de Sergipe.

O presente trabalho é um dos resultados da Tese de Doutorado intitulada “Organização Sócio-espacial do Turismo de Aracaju/SE: A governança como diferencial competitivo” (Silva, 2019). Para o alcance dos resultados foi abordado teórico-conceitualmente o tema das políticas públicas de turismo, seguido

da análise sobre as categorias lugar, região e território em suas compatibilidades com macroprogramas do turismo brasileiro.

Políticas Públicas para o Espaço Turístico

À medida na qual a sociedade democratiza e se conscientiza de seus problemas e desafios mais urgentes, as políticas públicas se articulam com outras políticas (privadas e institucionais) e direcionam atividades de mercado e de cidadania (BRASIL, 2009). Para o turismo, o nível de articulação e interação com outros setores da economia se intensificou a partir da década de 1990, especialmente pela criação de instrumentos de planejamento que orientaram o crescimento do setor apontando sua relação com a cultura, esporte e atividades produtivas associadas. Estes instrumentos de planejamento e ordenamento do setor, normalmente são fruto de políticas públicas de turismo que estabelecem diretrizes e critérios de instrumentalização.

Miliband (1982) destaca que o Estado como sujeito multiplicador das diversas pressões conflitivas, as quais são geradas por grupos que buscam poder, é responsável pela formação de políticas democráticas e pluralistas muito evidentes nas sociedades industriais modernas. A prática de planejamento exige do governo uma perspectiva de organização de médio e longo prazo, cuja aceitação social é fundamental para o uso e consolidação da política.

Para fundamentar o estudo sobre o conceito de políticas públicas foi adotada a abordagem de modelos proposta por Oklinger (2006), evidenciando o reconhecimento e a

complexidade do tema e buscando uma representação genérica dos principais enfoques teóricos para os modelos: institucional, de processo, de grupos, de elite, racional, incremental, da teoria dos jogos e, sistêmico, conforme Quadro 01.

Quadro 01: Concepções modelísticas de políticas públicas, 2006.

Modelo institucional	Parte de um pressuposto tradicional da Ciência Política, que a define como "o estudo das instituições governamentais", responsáveis oficiais pelo estabelecimento, implantação e gestão de políticas. Sob tal perspectiva, uma política somente será pública se passar pelas instituições. Dentre os pontos frágeis dessa abordagem está a pouca atenção à ligação e determinantes entre as estruturas das instituições e/ou arranjos institucionais e o conteúdo e resultado das políticas.
Modelo de processo	Pauta-se por descobertas de padrões identificáveis de processo ou comportamentos de políticas. Tal perspectiva interpreta o *policyprocess*como uma séria de atividades políticas-identificação de problemas (ou agenda) e formulação, legitimação, implementação e avaliação de políticas. Este encaminhamento oferece possibilidade de compreender não somente o é, como o deve ser dos processos decisórios. Seu foco de análise não é o conteúdo, mas os caminhos de desenvolvimento e implantação de mudança das políticas. Dentre as principais críticas a essa abordagem está o fato de que não há certeza de que sempre que ocorra a mudança dos processos, altera-se qualitativamente o conteúdo das políticas.
Modelo de grupos	Tem como pressuposto basilar a compreensão de que a interação entre os grupos é o fato mais importante da política, quando os indivíduos, formal ou informalmente, se unem "para apresentar suas demandas ao governo". Neste sentido, a política pública reflete um momento de equilíbrio entre os interesses dos grupos. Os partidos políticos são vistos como coalizões de grupos e a influência dos grupos é determinada por seu tamanho, riqueza, poder organizacional, liderança, acesso aos formuladores de decisão e coesão interna. Por esta perspectiva, o que parece garantir a estabilidade do sistema

	político é o fato de os indivíduos, por vezes, estarem filiados a diversos grupos, o que garante certa moderação nas demandas e o mínimo distanciamento dos valores vigentes. Assim, a própria competição entre os grupos ajuda a garantir a estabilidade do sistema. Dentre os fatores que podem ser interpretados negativamente está o de que, para essa abordagem, os indivíduos só são importantes na política quando agem como parte integrante ou em nome de grupos de interesse, o que confere um perfil mais difuso à noção de sujeito.
Modelo de elite	Sugere a apatia e desinformação do povo sobre as políticas. Deste modo, as elites influenciariam bem mais a opinião das massas do que o inverso. Nessa perspectiva, as políticas públicas fluem de cima para baixo refletindo em maior intensidade as preferências e os valores das elites. Acredita-se que as elites concordam sobre os valores fundamentais para manutenção do sistema, o que garante, em geral, que os conflitos intraelites, concorram em torno de uma agenda mais específica. Dessa maneira, as mudanças acontecem preponderadamente de modo incremental e apenas em grande monta quando determinados acontecimentos afetam realmente a estabilidade do sistema vigente. Assim, as transformações preservam a posição das elites diante das reformas. Tal abordagem reduz o que vem a ser compreendido como demanda social e ao interpretar atitudes mais autônomas da sociedade civil.
Modelo racional	Opta por políticas que revelam ganhos sociais que suplantam os seus custos. Sem dúvida um cálculo complexo. Por trás dessa equação está a ideia de custo-benefício social, o que não significa sacrificar os valores sociais e políticos em nome de pressupostos meramente monetários. Para os racionalistas, a escolha de uma política deve ser precedida pelos seguintes passos: 1. Conhecer todas as preferências valorativas da sociedade e seus respectivos pesos relativos; 2. Conhecer todas as alternativas disponíveis de políticas; 3. Conhecer todas as consequências de cada política alternativa; 4. Calcular as razões do benefício/custo de cada alternativa; 5. Selecionar a política mais eficiente. Assim, para que tais passos sejam exequíveis, deve existir um sistema decisório que facilite a

	racionalidade na formação de políticas. A melhor política pública é a mais racional. Muitas são as críticas possíveis a essa abordagem, dentre elas está a difícil concordância sobre benefícios sociais coletivos, que em geral são conflitantes. Os formuladores, além de não se desfazerem de seus próprios interesses por poder e *status*, tendem a buscar alternativas funcionalmente possíveis e satisfatórias, as quais não seriam necessariamente as melhores. Escolhas racionais que obedeçam a todos os passos geralmente constituem um processo dispendioso de recurso. Enfim, existem limites incomensuráveis à realização prática desta alternativa ao considerar a multiplicidade de valores políticos, sociais, econômicos e culturais em jogo.
Modelo incremental	Parte da compreensão das insuficiências do modelo racional vê a política pública como uma continuação das atividades do governo anterior com apenas algumas modificações incrementais. Acredita-se, de antemão, na legitimidade dos encaminhamentos já estabelecidos não se arriscando às consequências dos impactos políticos, financeiros, psicológicos de alternativas não testadas. Ou seja, na ausência de quaisquer objetivos ou valores societários aceitos, é mais fácil para o governo de uma sociedade pluralista dar continuidade a programas existentes do que engajar-se no planejamento global de políticas, com vistas a objetivos societários específicos. Dentre os fatores negativos, tal abordagem revela um tendencial encaminhamento conservador por se preocupar tão somente com conveniências imediatas, o que submete a capacidade inovadora da gestão pública aos interesses parciais e uma constante reconciliação com o passado, nem sempre positiva.
Modelo da teoria dos jogos	Esse modelo é abstrato e dedutivo de formulação de política. Não descreve como as pessoas de fato tomam decisões, mas, sim, o modo como procederiam, ao tomarem, se elas fossem inteiramente racionais. Ele vale-se do racionalismo, procurando, entretanto, oferecer alternativas decisórias em situações competitivas e onde haja interdependência de escolhas racionais, em que um conjunto de movimentos objetiva alcançar ganho ótimo, mesmo depois de considerar todos os possíveis movimentos dos adversários. Uma ideia

	preside este modelo, ou seja, aquilo que seus defensores entendem por *minimax*. Ou seja, os ganhos mínimos em uma "jogada", tendo-se sempre em conta que ganhos máximos podem significar, também, a maximização de riscos. Dentre os pontos negativos de tal modelo está o fato de que as condições da teoria dos jogos poucas vezes se aproximam das condições da vida real, embora ofereçam um vocabulário rico e indagações interessantes para situações conflituosas.
Modelo sistêmico	Encara as políticas públicas como respostas (*outputs*) de um sistema político a forças advindas do meio ambiente (*inputs*), que advêm tanto sobre a forma de demandas como de apoio, ou são oriundas de um sistema social. Neste caso, entende-se por meio ambiente qualquer condição ou circunstância situada fora das fronteiras do sistema político e este último como o conjunto de estruturas e processos inter-relacionados, que oficialmente exerce as funções de alocar valores pela sociedade. Assim, as políticas seriam produtos ou *outputs* oriundos de um sistema. Como os sistemas têm a capacidade de absorver as mais diversas demandas, eles deverão promover acordos e o cumprimento destes pelas partes interessadas. As políticas têm, ainda, a capacidade de modificar o ambiente e as próprias demandas, podendo gerar implicações ao próprio sistema político. Deste modo, uma importante contribuição da teoria sistêmica é o destaque sobre a relevância de tecer considerações sobre o ambiente. Como ponto de insuficiência dessa teoria, encontra-se a noção restrita do conceito de sistema político. Em face da ideia de meio ambiente, tal sistema requer prerrogativas interpretativas mais democráticas.

Organização: adaptado por SILVA, Joab Almeida; VILAR, José Wellington Carvalho, com base em OKLINGER (2006), 2018.

Ainda para Oklinger (2006), existem autores que se esforçam por imprimir às políticas maior consistência e competitividade. Dentre outras iniciativas, estão as discussões acadêmicas que estabelecem correlações entre a ação governamental e a definição de objetivos, valores, metas, práticas

em si, bem como esforços alocativos, portanto, reafirmando que a inação, enquanto atitude governamental, pode determinar impactos tão grandes na sociedade quanto a ação.

Ao refletir sobre a política do espaço deve-se considerar que essa dimensão, além de objeto científico, é política, não descartada pelo ideológico e, sempre, estratégico. Lefebvre (2016, p. 60) ressalta:

> O espaço foi modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Esta se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, com algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo, por isso, a ciência do espaço deve repartir-se em vários níveis.

Antes de ser vista como coisa de partidários políticos, a política deve ser compreendida por servidores públicos, agentes políticos e cidadãos, para que consigam instrumentalizar-se, capacitar-se e articular-se, eficientemente, com vistas a planejar e executar ações públicas capazes de encontrar um mínimo de legitimidade, eficiência e eficácia perante a sociedade (PALUDO, 2013).

Por esse motivo, é necessário compreender a permanente importância das políticas de desenvolvimento socioeconômico para manter a organização dos Estados nacionais, proporcionando, dessa maneira, o fortalecimento dos países periféricos perante as nações centrais.

No Brasil, a implantação de políticas institucionais teve influência das ações das Superintendências de Desenvolvimento, que complementavam a atuação do Estado como controlador e planejador do sistema de propostas norteadoras, a partir do objetivo de amenizar as desigualdades regionais no país, que, desde o processo de colonização, constitui-se como característica fundante no território brasileiro. Um formato que aponta para o modelo institucional de políticas públicas.

As décadas entre 1960 e 1980 podem ser consideradas como marco no período de efetivação e consolidação da modernização da economia do país. Este, por sua vez, manteve sua base no sistema industrial, que a cada dia vem fortalecendo o poder hegemônico de áreas específicas no Brasil. Tratando-se da região Nordeste, é de grande relevância compreender o papel de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como o principal indutor de política pública, atuando durante várias décadas, cujos objetivos propunham intervenção em todos os setores de atividade econômica da região.

Como alvo de políticas públicas, o turismo tem direta relação com a organização do espaço, visto que a compatibilidade das ações na escala nacional, estadual e local deverá voltar-se para o planejamento e gestão, infraestrutura básica e turística, formação de produtos turísticos, promoção e *marketing* e gestão ambiental. Na organização do espaço, quanto mais complexa se torna a

questão do turismo, mais se expande e se integram os movimentos/alterações espaciais por ele causados, não só na esfera do consumo, mas, também, na produção.

Até meados da década de 1990 as políticas públicas do Brasil foram influenciadas pelos planos militares, uma consequência do seu envolvimento na ditadura e na guerra fria até a década de 1980. O entendimento da importância do turismo no cenário econômico nacional se deu de forma lenta, assim também o foi como dimensão de política púbica nacional.

A chegada do Ministério do Turismo, no ano 2003, viabilizou a elaboração do Plano Nacional de Turismo e, desde então, seis edições foram implementadas com programas estruturantes e projetos mais ou menos relevantes e compatíveis com as demandas dos diversos setores envolvidos com a cadeia de produção do turismo. Empreende-se desta análise que o modelo sistêmico de Oklinger (2006) melhor aplica-se à realidade analisada, visto que o PNT instrumentaliza, ainda que de modo incipiente, as reuniões do Conselho Nacional de Turismo, onde se encontram representações nacionais da sua cadeia de produção, um modelo que poderia ser replicado nas instâncias de governança turística nos estados brasileiros.

O Lugar, a Região e o Território nos Macroprogramas do Turismo Brasileiro

O crescimento econômico dos Estados Unidos, agregado à estabilização da União Européia e ao crescimento da economia chinesa, possibilitou, por meio do turismo, a entrada de divisas na

América do Sul, dando notoriedade ao setor. Até a década de 1990, o turismo não teve significativo crescimento, mas foi marcado pelo papel institucional executado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) que, ao comemorar quarenta anos de existência, fez um breve resgate histórico da evolução do turismo brasileiro. Então,

> Nas primeiras décadas do século XX, a prática do turismo é sinônimo de atividade sofisticada e luxuosa, destinada a uma pequena categoria de viajantes privilegiados, com tempos e meios suficientes para embarcar em longas travessias para destinos considerados exóticos. Nesse período o turismo começa a florescer no Brasil como atividade econômica organizada. Surgem os primeiros hotéis turísticos, órgãos oficiais e agentes de viagens. Reurbanizados nos primeiros anos do século XX, o Rio de Janeiro torna-se a cidade-maravilhosa, projetada internacionalmente a partir da exposição do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. A feira, da qual participaram quatorze nações, foi vista por mais de três milhões de pessoas. Em 1923, a inauguração do Palace Hotel Copacabana e a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, atualmente Touring Club do Brasil, são marcos históricos importantes da evolução do turismo no Brasil. Na década de 1930, a construção da estátua do Cristo Redentor dá ao Rio mais um cartão postal. A capital carioca é então o principal destino dos turistas, que vem em busca de carnaval, praias, glamour. O turismo vai aos poucos perdendo seu perfil elitista. No período entre guerras, as férias remuneradas passam a ser uma realidade para grande parte da população europeia, expandindo assim o número de turistas. No Brasil, a ascensão da classe média, a regulamentação das questões trabalhistas e o desenvolvimento do setor de aviação comercial preparam o

> terreno para o crescimento da atividade turística (EMBRATUR, 2006, p.12).

De acordo com o decreto-lei 55, de 1966, a Embratur tinha como principais atribuições: 1. Fomentar e financiar diretamente iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo; 2. Estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico, de maneira a obter os dados necessários para seu controle técnico; 3. Organizar, promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo; e 4. Registrar e fiscalizar as empresas do setor.

Entre tantos projetos e investimentos, executados ao longo de três décadas, enquanto permaneceu como órgão oficial do turismo brasileiro e como instituição governamental responsável pelo desdobramento da política pública de turismo, deve-se destacar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que adotou a metodologia da Organização Mundial do Turismo (OMT), adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, uniformizado, para que os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscassem maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística.

Como instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT visava ao apoio às funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão e controle operacional, abrangendo os órgãos públicos, sejam eles da administração direta ou indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas e privadas. No seu bojo constam cinco objetivos: 1. Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego,

de melhoria da qualidade de vida da população e de preservação do seu patrimônio natural e cultural; 2. Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para o enfrentamento dos problemas e a busca de soluções negociadas em benefício da comunidade; 3. Descentralizar as ações de planejamento, de coordenação, de execução, de acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participarem da formulação e da cogestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo; 4. Elevar os níveis de eficiência e eficácia da prestação dos serviços voltados para as atividades turísticas; 5. Promover os meios para dotar os municípios brasileiros, com potencial turístico, de condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento das atividades turísticas do município (EMBRATUR, 2001).

A execução e o monitoramento do programa contaram com fases de conscientização, capacitação e planejamento, organizando oficinas em todo o país para auxiliar no entendimento da dinâmica do turismo e no planejamento municipal para o setor. Para tanto, foram mantidas coordenações em nível nacional, estadual e municipal. Embora apoiando as unidades da federação, estas coordenações figuravam como meras repassadoras de metodologias aplicáveis aos municípios, portanto, o foco da política era o lugar, espaço de prática do turismo e destino de permanência do turista.

Ao lugar podem ser associados conceitos relacionados a espaço ocupado, pequenas áreas, localidades, pontos de observação, região de referência, entre outros, mas, na geografia há uma discussão polissêmica, com variados significados sobre essa categoria analítica. Na visão de Holzer (1999, p. 67),

> Não há entre os geógrafos um consenso sobre o que seria propriamente o lugar. Tudo depende da abordagem empregada na utilização do termo, bem como da corrente de pensamento relacionada com a teoria em questão. Por isso, ao longo da história do pensamento geográfico, esse conceito foi alvo de vários debates, ganhando gradativamente novos contornos. Atribui-se a Carl Sauer a primeira grande contribuição para a valorização do conceito de lugar. Para o autor, a paisagem cultural é quem define o estudo da Geografia e o sentido do lugar estaria vinculado à idéia de significação dessa paisagem em si. A partir daí, esse importante termo foi sendo vinculado não ao local, mas ao significado específico, ou seja, aos atributos relativos e únicos de um dado ponto do espaço, transformando suas impressões em sensações únicas.Com essa evolução, sobretudo pelas contribuições de autores como Yi-Fu Tuan e Anne Butiimer, a idéia *(sic)* de lugar passou a associar-se à corrente filosófica da fenomenologia que, basicamente, trata os fatos como únicos, partindo da compreensão do ser sobre a realidade e não da realidade em si, esta tida como inatingível. Por isso, o lugar ganhou a idéia *(sic)* de significação e, mais do que isso, de afeto e percepção.

Nos estudos de turismo, sobretudo aqueles de abordagem mais humanista, a adoção da categoria lugar pode ser relacionada aos espaços públicos de práticas de lazer, considerando que a partir dos seus usos foram instalados equipamentos e serviços que lhes admitiram novas funções, principalmente no sentido de adequar o espaço à percepção das pessoas sobre como ele deveria ser.

> A despeito da existência de várias acepções da palavra lugar, e em que pese a existência de diversos aspectos mesmo no âmbito da conceituação sócio-espacial [...], há,

> porém, um sentido que se veio afirmando como mais específico, no plano conceitual, desde a década de 1970: o lugar como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os sentidos de lugar e as imagens de lugar (SOUZA, 2015, p. 114).

Com essa visão da importância do lugar como espaço de prática do turismo, a categoria é percebida como prioritária na perspectiva institucional da Embratur ao implantar o PNMT e sobre ele determinar critérios para descentralização da Política Nacional de Turismo.

A abrangência e natureza dos planos também são determinantes na ordem da alteração espacial que ele é capaz de provocar. Os Planos de Desenvolvimento Regionais, por exemplo, são uma clara tentativa de estruturação de destinos turísticos com função de centralidade, elegendo áreas normalmente em escalas municipais para concentrar investimentos que garantam estruturação, fortalecimento ou criação de novos produtos turísticos, comercializados com os subsistemas de apoio ao setor que os contém.

O primeiro momento em que a região foi percebida como categoria central se deu com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que, inicialmente, não se vinculou à Política Nacional de Turismo por se tratar de uma linha de financiamento dirigida ao setor público, disponibilizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e aplicada no Brasil, a partir de 1994. Com o início das negociações de empréstimo entre os estados da região Nordeste e o BID, o Ministério do Turismo passou a incorporá-lo como programa estratégico do Plano Nacional de Turismo, visto que o

MTur figurava como agente nacional garantidor dos empréstimos tomados pelos Estados.

A estruturação e instrumentalização do Prodetur foram definidas por um conjunto de critérios, mas, inegavelmente, deixou um legado de adoção de diretrizes de desenvolvimento da atividade turística no Nordeste brasileiro, sobretudo em relação ao planejamento do setor, para o qual se exigia a elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), dirigidos às regiões priorizadas para os investimentos das operações de empréstimo com o BID. Como até àquele momento poucos Estados brasileiros haviam atentado para a identificação de regiões turísticas, este foi o pontapé para o início de um novo pensar e agir sobre o turismo, cuja política nacional se encontrava focada nos municípios.

Algumas regiões turísticas estruturaram-se e, atendendo a critérios da agência multilateral, instalaram instâncias de governança em forma de conselho tripartite, nos quais deveriam estar presentes agentes públicos, empresários e representantes da sociedade civil, a fim de discutir os rumos dos investimentos oriundos do Prodetur. Assim nascem as primeiras regiões turísticas, orientadas por uma política internacional que logo foi incorporada pela Embratur e depois pelo MTur.

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, durante o primeiro governo Lula (2003-2006), o papel da Embratur passou a ser a promoção internacional do turismo brasileiro, cabendo àquele a formulação e desdobramentos da Política Nacional de Turismo. Assim, no mesmo ano da sua criação, é implementado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), com a premissa de uma política menos focada na microescala do município e mais

atenta ao desenvolvimento regional ou mesorregional a partir de regiões turísticas identificadas no interior das unidades da federação.

Desde a sua primeira edição (2003-2007), o Plano Nacional de Turismo é o elo entre os governos federal, estadual e municipal, e entre as entidades não governamentais, a iniciativa privada e toda a sociedade. É fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional (MTur, 2004).

Para sua implementação foram estruturados oito macroprogramas: 1. Planejamento e Gestão; 2. Informação e Estudos Turísticos; 3. Logística de Transportes; 4. Regionalização do Turismo; 5. Fomento à Iniciativa Privada; 6. Infraestrutura Pública; 7. Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos; e 8. Promoção e apoio à Comercialização. Entre estes oito macroprogramas, destaca-se para a abordagem exposta, o macroprograma de Regionalização do Turismo (MTur, 2007).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo. Dessa forma, adotou-se o conceito de região turística como referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos. A proposta de regionalização partiu da observação de um fenômeno que vinha ocorrendo, em diferentes níveis de organização, com a estruturação de polos, circuitos ou zonas turísticas desenvolvidas em algumas unidades da federação. Estas divisões regionais geraram resultados distintos, mas apontavam para a necessidade de uma política de regionalização. A partir

dessa compreensão, constatou-se que a integração dos municípios em uma região turística seria a melhor forma de inserir os municípios no processo de desenvolvimento turístico (BRASIL, 2007).

Vale ressaltar que a regionalização não foi proposta como ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridade, porque o foco da política era construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade, para promover a integração e cooperação intersetorial.

A noção de região permite trabalhar com sentidos diferentes nas diversas esferas onde ela é utilizada, portanto, não foi tratada como unidade morfológica e fisicamente pré-constituída, mas, como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. Para Gomes (2009, p. 50),

> A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg.* Que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione*nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. No mundo atual, unido por uma nova centralidade dos focos hegemônicos de uma política econômica imposta pelo capitalismo mundial, vemos mais uma vez surgir com força, um novo momento de reflexão destes temas: da política, da cultura, das atividades econômicas, atreladas à questão espacial da centralidade e uniformização em sua relação com a diversidade e o desejo de autonomia.

Ainda para Gomes (2009), no conceito de região há pleno encontro do homem e da cultura com o ambiente e a natureza; a região é a materialidade desta inter-relação, é, também, a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza. Ao se estudar os fluxos e as trocas que se organizam em um espaço estruturado, a chamada região funcional, há naturalmente uma valorização da vida econômica como fundamento destas trocas e destes fluxos, sejam eles de mercadorias, de serviços, de mão-de-obra etc.

Mas, vale ressaltar que a dialética da região não se esgota. Como conceito é essencial não buscar defini-la, mas, como método fica clara a necessidade de buscar uma compreensão que justifique a dinâmica do espaço estudado a partir da observação e análise do meio natural, da ação humana, das finalidades administrativas e relações de poder, assim como a sua diversidade espacial convivendo com a mundialização, essencial ao capitalismo.

Com a incipiente adesão das unidades da federação na replicação do PRT, cujo foco da política era a região, o Ministério do Turismo promoveu, em 2013, a revisão do programa considerando discussões participativas com representante de cada Estado, quando foram avaliadas a sua dinamicidade e flexibilidade, debatendo sobre as mudanças, avanços e inovação, bem como a respeito da valorização de peculiaridades locais e territoriais. Assim, surgiu como resultado um novo enfoque para o programa, passando a ter um caráter local ou municipal, com a premissa de consolidar a dimensão intermunicipal da regionalização do turismo.

Neste caso, embora não seja admitido oficialmente pelo Ministério do Turismo, o enfraquecimento do PRT se deu pela valorização do Projeto Destinos Indutores do Turismo Nacional, instituído em 2008 que, vinculado ao PRT, ganhou mais notoriedade e importância que o próprio programa, passando a ser prioridade da Política Nacional de Turismo por tratar de demandas diretas das áreas de função turística nos municípios identificados com capacidade de induzir o desenvolvimento regional.

Inicialmente, foram trabalhados sessenta e cinco municípios buscando promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto de políticas públicas setoriais nas regiões, mas com foco na estruturação de destinos turísticos. Para tanto, foi organizado monitoramento da competitividade destes destinos, medida a partir do estudo do índice de competitividade do turismo nacional, por meio de uma parceria entre o MTur, o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Estruturado em treze dimensões, o estudo tem como objetivo retratar a realidade dos destinos com base em um dos temas mais relevantes nas agendas de políticas públicas mundiais: a competitividade.

Com a análise sobre os destinos focada na competitividade e utilizando a noção de eficiência a partir dos recursos presentes, percebe-se que nas áreas de função turística, concentradores de objetos fixos, equipamentos de apoio ao turismo e, consequentemente, do fluxo de turistas, a categoria geográfica utilizada na política pública de turismo passa a ser o território.

Na abordagem territorial, o foco das políticas é incontestavelmente o território, pois combina a proximidade social

que favorece a solidariedade e a cooperação com a diversidade de atores sociais, a articulação dos serviços públicos, a organização do acesso ao mercado interno, e até o compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (BRASIL, 2003).

Para Valverde (2004), a geopolítica dos anos 1950 seguiu os mesmos princípios de território encontrados na teoria ratzeliana, estendendo a sua influência até os anos 1980, alimentados pelas disputas geopolíticas por zonas de exclusividade de fluxos militares e econômicos de um dos polos ideológicos vigentes à época.

Nos últimos 20 anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área. Hoje, um olhar geográfico sobre as fronteiras que separam os homens do século XXI irá, necessariamente, revelar a pluralidade das suas diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços. O conceito de território assumiu um papel importante nas políticas públicas de turismo, uma vez que serve como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação espacial e união social (BRASIL, 2008).

As discussões das relações de poder permeiam os conceitos de território e, dessa forma, consideram-se relevantes as abordagens de dois importantes geógrafos brasileiros: Saquet (2007, p. 78), que conceitua o território como "[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]", e Souza (2005, p. 112), ao considerar que o território "[...] constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e,

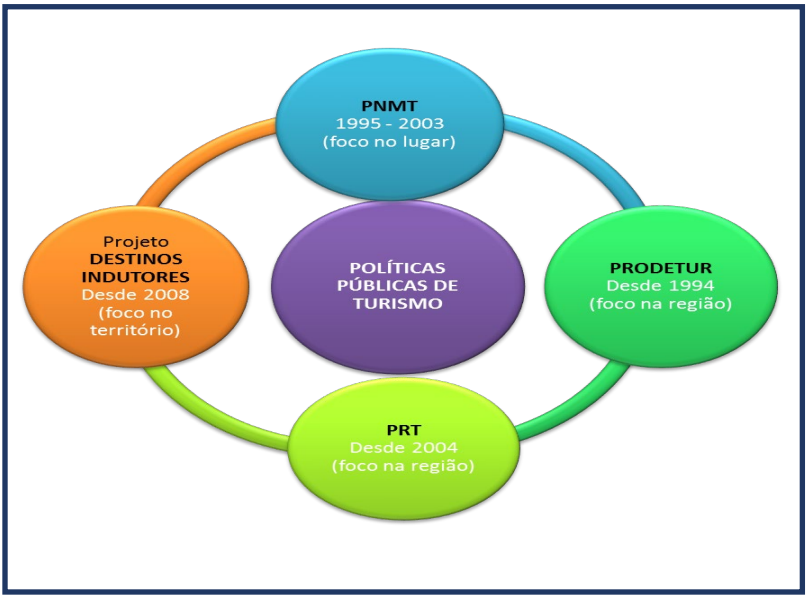
através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros".

Em sua lógica de raciocínio, Saquet (2003a, p. 24) é enfático:

> O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

Diante da análise sobre o desenvolvimento das políticas públicas de turismo no Brasil, o uso das categorias analíticas da geografia estabelece um circuito relacionado a diferentes momentos históricos, entremeado por mudanças, sobretudo se manifesta e se impõe com domínio de uma delas (lugar, região, território) baseado nas pressões dos destinos concentradores de demanda e oferta turística (Figura 1).

Figura 1: Circuito das Categorias Geográficas de Análise nas Políticas Públicas do Turismo Nacional.



Organização: SILVA, Joab Almeida, 2018.

Diante desse circuito percorrido pelas instituições que formularam a Política Nacional de Turismo e assimilando que sua trajetória, ainda com limitações do processo de mobilização, considerou a participação de representantes de todo o país, fica evidente que a decisão de retornar o olhar sobre o lugar com foco na dinâmica de percepção dos sujeitos que os ocupam foi necessária à reconstrução das políticas de turismo. Contudo, o território, como campo de intervenções físicas, conflitos setoriais ou individuais de poder, constitui-se categoria fundante na análise sobre o turismo.

Considerações Finais

As políticas públicas de turismo no Brasil demonstram limitações nas estratégias de desenvolvimento ao apresentar indefinição de categoria analítica da geografia fundamentando seus macroprogramas. O processamento da atividade turística, composta por diferentes setores econômicos, alinha-se facilmente com os conceitos de território, caracterizado principalmente pelas relações de poder e conflitos nas áreas de operações dos setores turísticos como transportes, hospedagens, bares e restaurantes, entretenimento e lazer, guiamento entre outros.

Não obstante, o uso das categorias lugar e região, embora cabido na perspectiva dos momentos históricos, não poderiam negar o território, dada a natureza de uso sócio-espacial pelo turismo. Se, por um lado, a política pública nacional de turismo parece circular pelas categorias geográficas, por outro, ela parece desenvolver-se a ponto de assumir o território como categoria norteadora da sua política, visto que as regiões turísticas brasileiras influenciadas pelo Prodetur não deixarão de existir, mas deverão se organizar obedecendo a priorização dos territórios, percebidos como áreas concentrados de equipamentos e serviços turísticos.

Diferente da abordagem do PNMT, que se dirigia ao lugar observando o município como um todo, a priorização do destino turístico, uma determinada área constituída de objetos fixos e fluxo de demanda turística evidencia o território turístico. Este, portanto, não deve negar o seu entorno, incorporando as dinâmicas sócio-espaciais no planejamento turístico, consciente de que o planejamento não deverá responder por todos os problemas sociais, mas, deve apresentar-se como alternativa de mitigação,

observados o respeito às formas de vida tradicionais e a perspectiva de desenvolvimento equilibrado entre as dimensões social, cultural, econômica e ambiental. Ainda que dialogue com outras categorias, o território deve ser a categoria fundante de uma contínua política pública nacional de turismo.

Referências

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2001.

BRANDÃO, C. R; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.

BRASIL, Ministério do Turismo – MTur. **Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério do Turismo – MTur. **Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: formação de gestores das políticas públicas de turismo**. Florianópolis: SEAD. FAPEU. UFSC, 2009.

BRASIL. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional** - Relatório Analítico Aracaju. Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Brasília. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo no Brasil 2018 – 2022**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BUTLER, R. The Concept of a Tourist Area of Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **The CanadianGeographer**,24(1),5-12, 1980.

CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, L. R. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas.12ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

CASTROGIOVANNI, A. C. O lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa que ainda continua...In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. P. de. (Orgs). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaços-temporais. São Paulo: Expressão popular, 2010.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em turismo**: planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DESENVOLVER-SE. **Plano de Desenvolvimento de Sergipe**. Secretaria de Estado do Planejamento. Aracaju, SEPLAN, 2007.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

EMBRATUR. **Guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores do Programa Nacional de Municipalização do**

Turismo. Elaborado pela Gerência de Programas Nacionais; Supervisão de projetos de descentralização. Brasília: EMBRATUR, 2001.

EMBRATUR. **EMBRATUR 40 anos**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Turismo, 2006.

FRASER, M. T. D**;** GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139 -152.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In*:* CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. (Orgs.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, p.20, maio/jun 1995.

HAESBAERT, R. **Morte e vida da região**. Antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. Porto Alegre: ABC Porto Alegre, 2003.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, n° 7. p.67-78, 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política:** o direito à cidade II. Tradução Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2. ed. rev. e ampliada. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

MILIBAND, R.**O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OKLINGER, M. J. **Políticas públicas no século XXI**: a perspectiva da gestão multicêntrica (à luz da experiência de Porto Alegre). Blumenau: EDIFURB, 2006.

OMT. **Desenvolvimento do Turismo sustentável**: manual para organizadores locais. 2. ed. Brasília: EMBRATUR, 2009.

PALUDO, A. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PETROCCHI, M. **Turismo:** planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PDITS. **Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** (PDITS) do Polo Costa dos Coqueirais, TechnumConsult. Brasília, DF, 2013.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.**A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 8. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, J. A. **Turismo e organização do espaço no Polo Costa dos Coqueirais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2011.

SILVA, J. A. **Organização sócio-espacial do Turismo de Aracaju/SE:** a governança como diferencial competitivo. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2019.

SIVIERO, A. P. **Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento:** uma análise da área central de Curitiba/PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

VALVERDE, R. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 15, pp. 119 – 126, 2004.

VARGAS, M. A. M. Território de identidade nos territórios de planejamento. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 99-109, out. 2011.

Marcas na paisagem do povoado Fazenda Velha, MG: Interpretações como subsídio à realização de inventários toponímicos

Jéssica Poliane Gomes dos Santos

Ana Carolina Santos e Silva

João Lourenço dos Anjos

José Antônio Souza de Deus

Maria Augusta Mundim Vargas

Introdução

A construção conjunta deste texto tem por objetivo registrar parte das experiências de campo proporcionadas pelas exposições e discussões sobre pesquisa em Geografia, ocorridas durante a ministração da disciplina Instrumental e Técnicas em Pesquisa Qualitativa[2]. Aqui procuramos compreender a paisagem pelos registros toponímicos e nomeação dos lugares do Povoado

[2] O texto corresponde à versão ampliada do artigo "Interpretações toponímicas da paisagem do povoado Fazenda Velha (MG)", de autoria de Jéssica Poliane Gomes dos Santos, Ana Carolina Santos e Silva, José Antônio Souza de Deus e Maria Augusta Mundim Vargas.

Fazenda Velha, bairro rural do município de Sete Lagoas, situado a setenta quilômetros da capital Belo Horizonte.[3]

Priorizamos como foco das análises os topônimos dos logradouros de Fazenda Velha e procuramos identificar quais seriam as relações socioespaciais que poderiam explicar e caracterizar o povoado. Entendemos que essa nomeação é uma maneira de territorializar, sendo também reveladora de vivências e de intencionalidades nas ações de ocupação/apropriação do espaço.

Para alcançar os objetivos, nossa abordagem traz os caminhos teóricos da Geografia Cultural, tendo como base a categoria, a paisagem, especialmente no que concerne à sua conceituação como marca e matriz (BERQUE, 1998)

Problematizamos sobre tal conceituação para identificar a paisagem-marca e matriz de Fazenda Velha pela interpretação

---

[3] A disciplina foi ministrada pela Profa. Maria Augusta Mundim Vargas em abril de 2019, no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, no contexto do Projeto de Mobilidade Acadêmica, Edital n°10/2016-Capes/Fapitec: "Novos usos de territórios no campo: impactos e renovação de materialidades, ressignificações e emergência de novas ruralidades – um estudo comparativo entre Sergipe, Goiás e Minas Gerais". O Projeto é coordenado pela Profa. Sônia Menezes da UFS e tem como preceptor na UFMG o Prof. José Antonio Souza de Deus. Participaram da disciplina discentes, mestrandos e doutorandos, oriundos da UFMG, UFV, Unimontes e UFU. São eles, além dos já mencionados autores: Adília Jardim Silva; Crisângela Élen de Souza, Gabriela Carneiro Reis; Guidyon Augusto Almeida Lima; Inácio Andrade Silva; Jorge Duarte Rosário; Liliane de Deus Barbosa; Liliane Rodrigues de Oliveira Braga; Luciana Priscila do Carmo; Ludimila de Miranda Rodrigues Silva; Mariana Rodrigues da Costa Neves; Rhayan de Carvalho Alves.

das horizontalidades e verticalidades aí estabelecidas por meio dos marcos funcionais, simbólicos, enfim, pelas territorialidades a eles inerentes. Procedeu-se à análise dos nomes das ruas, bem como dos elementos que registram os interesses sociopolíticos de grupos locais e, consequentemente, a constituição de identidades e pertencimento dos seus habitantes. Procuramos assim, ao trazer os estudos toponímicos como elemento principal da pesquisa, compreender as dimensões ontológicas e territoriais, as identidades, significações e motivações que podem estar associadas aos atributos socioculturais locais.

Itinerários para compreensão da paisagem

A paisagem, como categoria, possui um significado expressivo na Geografia Humana e especialmente na Geografia Cultural, podendo ser concebida antes de tudo como uma forma de ver o espaço e uma maneira de adequá-lo em uma cena. No Ocidente, o primeiro termo para se remeter à paisagem foi a palavra alemã *Landschaft*, termo que existe desde a Idade Média para se referir à região de dimensões médias, em cujo território desenvolviam-se pequenas unidades de ocupação humana (MAXIMIANO, 2004). Aliás, é na Alemanha que durante o século XIX a paisagem ocupa seu lugar na Geografia Tradicional por meio do viajante e naturalista Alexandre Von Humboldt e de Ratzel.

Vale ressaltar que a pintura teve um papel fundamental na compreensão das paisagens, uma vez que para os artistas e intelectuais do século XV ela servia como objeto contemplativo. Mas foi durante o século XVII que um olhar mais atento permitiu

o entendimento delas como registro das marcas deixadas pelos grupos humanos na paisagem, símbolos esses facilmente verificáveis nas técnicas de agricultura (MAXIMIANO, 2004).

Assinala-se, ainda, que os primeiros estudos sobre paisagem concentraram-se nas características naturais, sendo ela então visualizada apenas como reflexo das relações do homem com a natureza, atentando-se tais abordagens primitivas fundamentalmente à descrição de formas físicas dos lugares e territórios. Evidentemente a paisagem vai muito além dessa concepção, posto que a maneira como os grupos humanos se relacionam com o meio físico, estabelecendo laços culturais, sociais e econômicos, também influi nos processos pelos quais ela vai sendo moldada.

A análise da paisagem inicialmente concentrava-se na descrição de formas físicas da superfície terrestre, entretanto as transformações humanas no espaço passaram a ser também consideradas depois de certo tempo, particularizando as paisagens culturais diante das paisagens naturais e destacando suas inter-relações. Num primeiro momento, Salgueiro (2001) identifica duas maneiras principais de estudo das paisagens pelos geógrafos; uns a enxergariam como uma fisionomia caracterizada por formas, recorrendo ao método morfológico de análise e outros visualizaram a paisagem como fruto de inter-relações físico-naturais dos fenômenos no espaço. Logo, pode-se admitir que por algum tempo a paisagem foi entendida apenas sob seus aspectos naturais, valorizando-se até então suas características físicas, visíveis a olho nu. Com a ascensão da Geografia Humana os aspectos culturais foram sendo incorporados a essa categoria, vindo a ser consideradas então as relações sociais e as grafias na paisagem para além dos aspectos visuais. O viés sociocultural passou a partir desse momento a ser valorizado e o vínculo criado

pelas sociedades com o meio analisado de uma maneira mais específica.

Cosgrove (2014) compreende que seria interessante atribuir as habilidades interpretativas que empregamos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro à análise da paisagem, visto que esta corresponde à expressão humana intencional composta por muitas camadas de significados. Com esse exercício seria possível compreender os signos e símbolos nela contidos, mediante uma observação mais subjetiva e menos atrelada às características físicas. Dessa maneira é que o autor entende as paisagens como simbólicas, fruto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.

A paisagem sob a perspectiva cultural corresponderia, em primeiro lugar, a uma marca, uma vez que revela uma civilização, faz parte dos seus processos de percepção, concepção e ação culturais, possuindo significados simbólicos, como produto da apropriação humana. Como marca ela é vista por um olhar, percebida por uma consciência, estimada por uma experiência, considerada por uma estética e uma moral, além de ser causada por ações políticas (BERQUE, 1998). Em vista disso, é compreensível a necessidade de se reforçar a paisagem como artifício transformador e ao mesmo tempo condicionante, compondo aspectos culturais relevantes da sociedade, expressando valores, posturas e tendo o ser humano como contemplador e explorador (SILVEIRA, 2009).

A paisagem, nessa perspectiva, é reflexo das relações estabelecidas pelas sociedades com o espaço, capaz de representar por intermédio de símbolos as tendências socioculturais e as intervenções políticas nele impressas, como é o caso dos nomes de

lugares que podem expressar meios de afirmação de poder de determinados grupos sociais sobre outros. As manifestações culturais que vivenciamos são exemplos dessas "grafias" – a culinária, a dança, a música, as festas religiosas. Todas dizem respeito a expressões culturais construídas por gerações e perpetuadas no cotidiano. Logo, é seguro afirmar que se trata de manifestações e expressões cotidianas que constroem a paisagem cultural das civilizações.

Como marca, a paisagem representa as tendências sociais de grupos humanos e revela um local de conflito social, porque o que se escolhe grafar é o que os grupos detentores de poder anseiam. Sendo um espaço de conflito, as paisagens contêm símbolos evidenciados e "camuflados" em sua essência. É o caso da religião católica no Brasil, sempre reverenciada por intermédio de seus símbolos expostos na paisagem, como igrejas, templos, capelas, santuários, além dos rituais como procissões, festas e quermesses. Em contrapartida, temos as religiões de origem ou influência africana, como é o caso do Candomblé e da Umbanda, que possuem seus templos, festas e reverências silenciados e contidos pelo preconceito dos agentes de poder na sociedade.

Segundo Gluszevicz, Borges e Vieira (2010), a toponímia pode assumir um importante papel na classificação dos locais, uma vez que esse tipo de investigação tem grande importância para a análise tanto geográfica quanto cartográfica. Afinal, os nomes geográficos constituem registros históricos da passagem do tempo na ocupação do território com a consequente modificação da paisagem. Para Alves (2004), os registros toponímicos levam os sujeitos a transcenderem a dimensão física dos lugares, de forma que nem o tempo cronológico nem as fronteiras físicas que os limitam se tornam barreiras. O que remete à fluidez com que a

percepção e a experiência levam os sujeitos a se relacionarem com os lugares, tornando-os estáveis às sensações que a cada dia os sujeitos imprimem nas espacialidades.

Sendo os registros toponímicos elementos que podem representar os interesses sociopolíticos de grupos locais, eles também influem na constituição de identidades e pertencimento dos habitantes. Daí a importância em se analisar a toponímia como um elemento importante na paisagem cultural. A cidade como palco de significados é um espaço bastante utilizado para o exercício de poder político e econômico. No momento em que se nomeia uma rua com um sobrenome ou um nome de uma pessoa, é atribuído àquela pessoa um sentido de poder, visto que aquele nome ganha destaque no espaço. E o interessante é observar quais nomes são elencados para essas homenagens e quais famílias ou grupos são destacados no lugar. Além disso, sendo a memória algo vivo e socialmente construído e estando ela sujeita a jogos de grupos sociais, políticos e econômicos, os nomes de ruas emergem como parte integrante do espaço público, constituindo importante elemento de enquadramento de memória. O espaço urbano é, pois, local de disputa de poder, onde memórias conflitantes se confrontam, uma vez que cada uma possui atores, símbolos e signos que as representam.

De fato, o poder influi na grafia das paisagens, intervindo em seu arranjo no momento da escolha do que deve ser evidenciado e do que se deve ser subestimado ou silenciado. Ao ser entendida como reflexo de um discurso, a paisagem passa a ser uma maneira de reforçar o poderio de grupos sociais, impactando a construção de memórias. A paisagem como marca registra as tendências sociais durante gerações, ao passo que como matriz pode produzir olhares e percepções, além de influenciar na criação de vínculos com o espaço (BERQUE, 1998). E a paisagem posta

provoca intervenções nas interações sociais, fundamentalmente no que concerne ao exercício de poder. Por isso, o poder não equivale ao aspecto central e muito menos à essência da política, mas se vincula às estruturas que influenciam hábitos ou ordenam funções para a realização de uma meta.

Da mesma maneira que a paisagem é reflexo das interações sociais e de poder, ela se reflete nessas relações, pois sendo "plurimodal" ela é marca e matriz, expressando os hábitos e costumes de povos que incidiram naquele espaço, influenciando os comportamentos presentes e futuros. Por certo, a disposição dos nomes de lugares e mais, especificamente, das ruas representa um instrumento de exercício de poder, assim como influi diretamente na construção de memórias sociais dos munícipes.

Os nomes de ruas tradicionalmente representam uma manifestação cultural que busca homenagear moradores com algum significado para o local. Na teoria, a intenção de se prestigiar moradores por sua relevância social no local é interessante, porque representa o vínculo daquela população com o espaço, e de alguma maneira o nome dado à rua traduza uma importância que determinada pessoa assumiu naquele lugar. Todavia, na prática, as atuações de poder de grupos sociais no espaço acabam por usurpar esse papel dado aos cidadãos locais, ao batizar ruas com motivação política e como meio de reforçar o seu poder social.

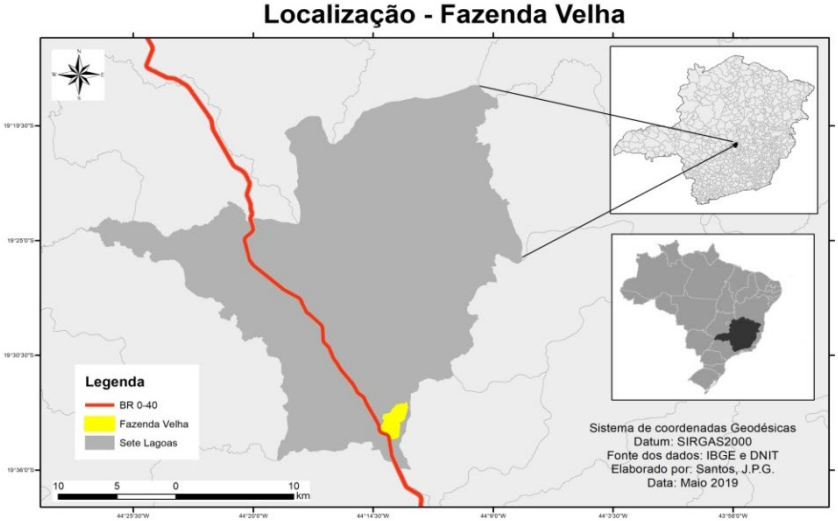
Segundo Bonametti (2010), o progresso histórico da paisagem urbana e seus processos de influências mostra que sempre se procurou expressar aí o exercício de poder, fortalecendo os arquétipos políticos, econômicos, estéticos e culturais. Por conseguinte, a paisagem urbana deve ser percebida a partir de um

arranjo espacial sujeito a valores, paradigmas e princípios inerentes à sociedade a que pertence. Assim, entende-se que o poder tem na paisagem urbana um importante palco para a espacialização de seus anseios políticos, econômicos e sociais. E sua a relação com a paisagem é uma das chaves para o entendimento do espaço urbano e para a compreensão da inter-relação estabelecida e continuamente reconstruída/ressignificada entre espaço e sociedade.

Caminhos metodológicos: entre a paisagem e o lugar Fazenda Velha

O bairro rural de Fazenda Velha faz parte do município de Sete Lagoas (Figura 1), localizado na Zona Metalúrgica do estado de Minas Gerais, situando-se na região geográfica intermediária de Belo Horizonte e na região geográfica imediata de Sete Lagoas (IBGE, 2017). A singularidade relativa a seu sítio repousa no fato de estar nas franjas da região metropolitana de Belo Horizonte, constituir-se área de expansão de Sete Lagoas e situar-se às margens da BR-040, muito próximo a um posto de fiscalização da Polícia Federal. Com localização privilegiada, a cidade está a uma distância em torno de setenta quilômetros de Belo Horizonte, inserida entre duas regiões fisionômicas e socioespaciais de importância no estado: o Quadrilátero Ferrífero, com ocorrência predominante de minerais ferrosos, floresta tropical úmida, denominada região das Minas, e a região dos calcários do Bambuí, de vegetação de cerrado, com campos limpos e cocais, marcadamente de pastagens, chamada de região das Gerais (NOGUEIRA, 2006).

Figura 1 - Localização de Fazenda Velha no município de Sete Lagoas



Elaboração: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

A cidade destaca-se como importante polo de centralidade do chamado Sertão Mineiro. Essa posição foi conquistada ao longo de sua história por diferentes fatores condicionantes, como o já citado fator geográfico (conjugação de fatores naturais e fatores socioespaciais), além da conjunção do poder econômico com o poder político, que representaram elementos importantes para o reforço da centralidade sete-lagoana, influenciando na organização espacial de sua hinterlândia (NOGUEIRA, 2006).

Foi após a segunda metade do século passado, com a implementação das primeiras siderúrgicas de ferro-gusa na cidade, que Sete Lagoas começa a se constituir como polo regional de destaque, expandido suas funções para além de cidade boca do sertão.[4] Isso sem contar sua posição geográfica privilegiada, os

[4] A expressão "boca do sertão", de acordo com Nogueira (2006), concerne à localização de Sete Lagoas, cidade que se encontra no contato de duas regiões

grandes jazimentos de calcário e a implantação da rodovia BR-040, tornando Sete Lagoas um local atrativo para a implementação da indústria siderúrgica, no momento em que o país passava por um processo de modernização (NOGUEIRA, 2006).

Nos anos 1980 e 1990, essa industrialização atinge seu ápice, causando um crescimento explosivo, que leva a impactos que são observados em sua expansão demográfica, êxodo rural e no expressivo crescimento urbano, transformando a paisagem local, para atender às demandas por recursos naturais, implantação de infraestrutura, áreas residenciais, comerciais e industriais, dentre outros.

Diversos estudos que acompanham o crescimento de Sete Lagoas (NOGUEIRA, 2006; LANDAU *et al.*, 2011; FARIA; NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2012; PAULA-SANTOS *et al.,* 2018) apontam que a expansão urbana tem se orientado de sua área central para nordeste, sudeste e sudoeste, acompanhando as vias

---

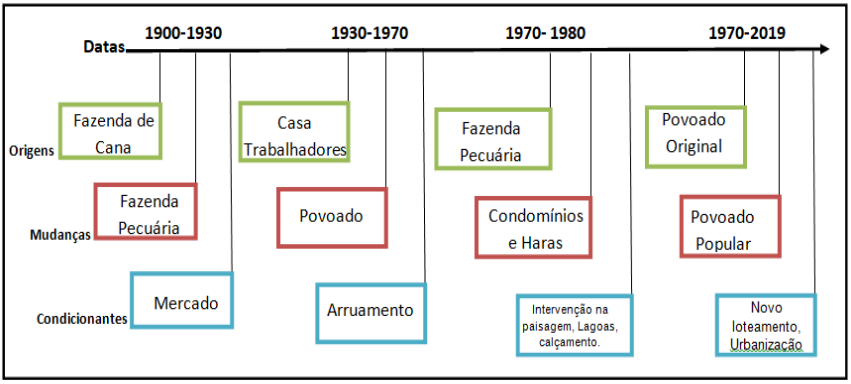
muito diferentes entre si e que guardam as suas particularidades não só do ponto de vista da fisionomia, mas, fundamentalmente, da economia, da socioespacialidade, enfim, da própria civilização que nelas floresceu. Foi no contato dessas duas regiões que Sete Lagoas surgiu. A primeira, denominada região das Minas, recobre a porção sul do município em direção a Belo Horizonte e diz respeito a uma porção do território mineiro onde ocorrem jazidas de minério de ferro, além de uma cobertura vegetal mais robusta, caracterizada como floresta estacional semidecidual. Nos Gerais, localizados ao norte, nordeste e noroeste de Sete Lagoas, afloram em abundância calcários do Grupo Bambuí e uma vegetação típica de cerrado, abrangendo ainda a Bacia do Rio São Francisco, onde a pecuária extensiva foi praticada desde os primórdios (NOGUEIRA, 2006). A consideração de sua primeira função na rede urbana mineira, que foi a de "boca de sertão", tem a ver com o fato de o crescimento e a expansão de Sete Lagoas terem se consolidado em direção à região dos Gerais, com sua região de influência direta diminuindo em direção sul, como decorrência da consolidação do processo de metropolização de Belo Horizonte.

de acesso à cidade (MG-238, MG-424 e BR-040), bem como a localização das principais indústrias sediadas no munícipio. A porção sudeste, onde está localizado o povoado de Fazenda Velha, compreende as áreas de antigas e atuais fazendas que estão sendo transformadas em empreendimentos imobiliários.

Fazenda Velha se destaca pela quantidade de chácaras e sítios de médio porte, os quais são frequentados por habitantes de Sete Lagoas e outras cidades da região, em sua maioria de classe média e média alta. Grande parte da população residente do povoado não é nativa e enfrenta dificuldades em estabelecer vínculos de identidade local.

Fazenda Velha começou a se configurar como povoado por volta da década de 1930. O processo histórico de formação do povoado, porém, tem seu início em 1900, com a mudança do uso do solo da fazenda de cana para atividades e plantio inerentes à pecuária. Até a sua configuração atual, Fazenda Velha passou por diferentes momentos alavancados por condicionantes específicos. As socioespacialidades desse processo estão representadas na linha do tempo da Figura 2.

Figura 2 – Socioespacialidades em Fazenda Velha na linha do tempo



Dados levantados por: ANJOS, Joao Lourenço, 2019.
Adaptação: SANTOS, Jéssica Poliane dos, 2019.

Como observado, Fazenda Velha passou por diferentes dinâmicas e processos de consolidação da sua socioespacialidade. Destacamos os arruamentos como condicionantes principais para a formação do povoado, antes mesmo do desmembramento de terras para venda de lotes e construção de condomínios fechados. Vale ressaltar que após a década de 1930, quando o povoado passa a se formar, elementos-marcas de sua paisagem emergirão como condicionantes que ditaram as principais mudanças na paisagem. Somente com a implementação do primeiro condomínio em meados dos anos 1980 é que a paisagem irá passar por maiores intervenções, com a utilização das lagoas naturais para o lazer, o calçamento das ruas e introdução de equipamentos como a transferência da Escola Municipal, bares, mercearias, linha de ônibus, dentre outros.

No processo de preparação para o campo, procuramos encontrar referências sobre Fazenda Velha, no intuito de facilitar os procedimentos de coleta de dados. Nossa busca, porém, trouxe

poucas e superficiais informações sobre o local. Em razão disso, o direcionamento foi focado para o olhar detalhado às formas e contextos da paisagem, utilizando a verticalidade das imagens de satélite, que proporcionam a observação de formas geométricas bem demarcadas como a malha viária, tanto quanto os pontos diversos e esparsos em tons de azul bem claros, reveladores de uma considerável quantidade de piscinas nos lotes do povoado. Duas lagoas destacam-se em meio às ocupações de lotes bem divididos e fragmentos de vegetação, campos e pastos. Esse retrato estático possibilitou a formação de perguntas iniciais e também alguns (pré)conceitos em relação às características de Fazenda Velha.

Das impressões pelo recorte da imagem aos primeiros contatos em campo na praça central de Fazenda Velha, o próximo passo foi um reconhecimento de campo. Nesse trajeto, aos poucos as impressões verticais da imagem de satélite foram se horizontalizando, e a percepção sobre as piscinas foi-se transferindo para os muros altos das casas e chácaras no caminho percorrido. Descemos em uma praça situada em um ponto elevado que aparentava ser um dos limites do povoado. Daí, seguimos a pé para realização das entrevistas semiestruturadas, cujos conteúdos haviam sido previamente estabelecidos, com o propósito de tecer um particular debate sobre as relações socioespaciais, especialmente no que diz respeito aos topônimos. As entrevistas procuravam identificar as relações de pertencimento da população com o lugar, os marcos funcionais e principais manifestações culturais.

Nas entrevistas, as estratégias de abordagens foram direcionadas aos transeuntes nas ruas. Foram aplicadas duas entrevistas de acordo com o roteiro e quatro entrevistas livres.

Embora em pouco número, as informações coletadas nos relatos e depoimentos permitiram, pela sua qualidade, entender alguns aspectos sobre o bairro rural de Sete Lagoas, Fazenda Velha, que muito contribuíram para elucidar a imagem mental e verticalizada da paisagem estática na imagem de satélite, como também a relação das ruas (toponímias) e com a paisagem-marca e matriz do lugar.

O perfil dos entrevistados abordados na rua era bem parecido no que diz respeito às funções que desempenhavam, ao tempo em que moravam em Fazenda Velha e aos aspectos de percepção quanto ao lugar. Das seis pessoas entrevistadas – cinco homens e uma mulher –, a idade relatada era entre 29 e 65 anos, sendo que quatro deles prestavam serviços aos condomínios e chácaras de Fazenda Velha. Quanto aos outros dois, um não tinha ocupação formal, e o outro, aposentado, frisou suas ocupações, quais sejam, síndico do condomínio Quintas do Lago e presidente da Associação de Moradores de Fazenda Velha.

As análises foram complementadas com a elaboração de mapas dos marcos simbólicos e funcionais do lugar, além da vinculação da coleta de informações em campo com dados secundários do IBGE, e mais especificamente a Base de Faces de Logradouros do Censo Demográfico 2010 e os setores Censitários,[5] que nos possibilitou o estabelecimento entre as

[5] A Base de Faces de Logradouros do Censo Demográfico 2010 fornece uma base de logradouros, segmentados em quarteirões, compatível com os setores censitários definidos para a coleta do Censo Demográfico 2010. Os setores são as menores unidades territoriais estabelecidas para fins de coleta do Censo. São arquivos vetoriais digitais que demandam a utilização de *softwares* de geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica, para a realização de análises geográficas e espaciais (IBGE, 2019).

territorialidades oriundas das relações locais em Fazenda Velha e o processo pelo qual elas estão "grafadas" nas toponímias das ruas.

A paisagem-"marca" de Fazenda Velha entre verticalidades e horizontalidades

Um dos procedimentos para identificar as marcas na paisagem é a sua descrição com a realização de um inventário dos monumentos construídos, agricultura, habitações, morfologia; descrição e identificação da vegetação e dos símbolos, dentre outros elementos. Entretanto, esse procedimento descritivo deve ser elaborado de modo a não objetivar a paisagem. É preciso fazer uma descrição densa que ultrapasse o percebido, revelando as abstrações por trás dos elementos isolados, colocando em evidência os aspectos culturais, as mudanças nas escalas temporais e espaciais, procurando trazer imbricadas a essa descrição as matrizes que dão sentido à configuração postam (HOLZER, 2004). A razão disso está no fato de que as marcas na paisagem ultrapassam as características físicas de seus elementos e são carregadas de memórias, sentidos e significados.

Fazenda Velha é um bairro rural do município de Sete Lagoas, distanciando- se da sede municipal em torno de quinze quilômetros. Pode ser entendido como um bairro rural,[6] por conta

[6] Para Candido (2003), as principais características de um bairro rural são: a base territorial; o sentimento de localidade; a convivência; as práticas de auxílio mútuo; as atividades lúdico-religiosas. De acordo Diniz (1968, apud Marandola (2017, p. 25-26), as estruturas de um bairro rural são caracterizadas pela "[...] existência de um núcleo, a sede da comunidade. Aí geralmente existe uma capela do santo padroeiro, construída pelos sitiantes e onde se realizam as festas

de suas características socioterritoriais (BOMBARDI, 2004). Assim como no bojo de surgimento de vários lugares, Fazenda Velha nasceu do desmembramento de uma antiga fazenda, de propriedade de José Fonseca Pires. Situando-se à margem de uma importante via de circulação, a BR-040, recentemente o bairro teve alterada a sua categorização de área rural para área de interesse urbano (SETE LAGOAS, 2016). Assim, com base nos desenhos e planejamentos do poder público, a área se tornaria um dos locais para o incentivo da expansão urbana. Esse fato permeia as relações socioespaciais do lugar, convertendo-o em um híbrido, um constante entrelaço dialético, entre novo e o velho, o tradicional e o moderno, o urbano e o rural, onde se materializam as relações desiguais.

O olhar detalhado às formas e contextos dessa paisagem pode revelar indícios desse entrelaço dialético, por meio das horizontalidades (atuações de poder de grupos sociais, em uma relação mais local), nela observáveis, e das verticalidades (representadas por processos de escalas e atuações exógenas) (SANTOS, 2006), refletindo os modos e formas de apropriação do espaço aí atuantes. No caso da comunidade de Fazenda Velha, podemos associar a relação entre os condomínios fechados e a população local, e a população com as religiões como materializações desse processo.

As verticalidades, representadas pela presença dos condomínios fechados e seu caráter segregado, condicionam uma vivência coletiva aparentemente superficial e dependente das ações dos moradores efêmeros dos condomínios, além da

---

religiosas anuais. Na sede pode aparecer uma escola, armazéns para abastecimento de artigos de consumo mais geral [...]". Esses aspectos se encaixam perfeitamente ao contexto de Fazenda Velha.

privatização de espaços de sociabilidades na paisagem natural. A apropriação das duas lagoas locais por empreendimentos imobiliários (Figura 3 e 4), tentando excluir do uso tanto as pessoas locais como visitantes, é um exemplo dessa relação desigual. Essas influências vão além desses aspectos, pois alteram também as relações de trabalho estabelecidas no lugar, principalmente pela utilização de mão de obra assalariada local, voltada para o atendimento de serviços para os condôminos, chácaras e sítios do entorno.

Figura 3 - Recorte de imagem do Google Earth (2020) mostrando a apropriação de um dos marcos simbólicos do povoado. A margem superior da lagoa é ocupada por lotes do Condomínio Quintas do Lago I, a outra, inferior, por uma única propriedade.

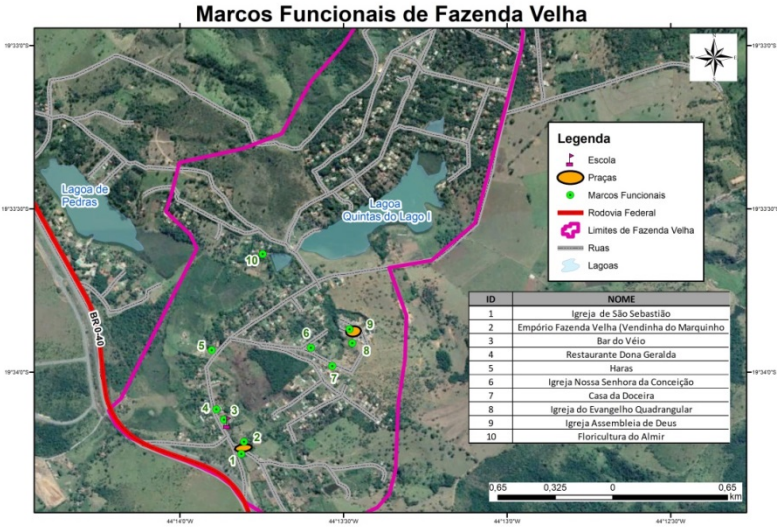
Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.

Figura 4 - Detalhe vertical e horizontal da rua do Cruzeiro. As piscinas e os muros revelam os usos do espaço e moldam a paisagem

Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.
Foto: SANTOS, Jéssica Poliane Gomes dos.

Pelas horizontalidades identificamos marcos funcionais simbolicamente importantes, que deram a dimensão do que as pessoas consideravam como sendo a extensão e/ou limites de Fazenda Velha, evidenciando que locais e marcos na paisagem estariam incluídos ao sentimento de pertencimento local. Estes são representados pelas igrejas (católicas e protestantes), os estabelecimentos comerciais que abastecem o povoado, a escola e o Haras. Dos aspectos "naturais" da paisagem, embora sejam artificiais, as lagoas de Pedras (comunidade próxima) e a Lagoa do Condomínio Quintas do Lago seriam os elementos mais significativos incidentes no lugar de acordo com os entrevistados (Figuras 5 e 6).

Figura 5 – Espacialização dos marcos funcionais identificados em Fazenda Velha



.

Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.
Elaboração: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Figura 6 - Marcos funcionais identificados em Fazenda Velha: (a) fachada da Escola Aurete Pontes Fonseca; (b) Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada na rua do Cruzeiro; (c) praça da entrada do povoado, com destaque para a Igreja de São Sebastião; (d) placa do Empório Fazenda Velha, ou Mercadinho do Marcinho, como é denominado pelos moradores.

Fotos: REIS, Gabriela Reis; SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

A praça onde está localizada a igreja de São Sebastião, na entrada do povoado, representa a centralidade do local, pois é onde se instalaram os serviços e se realizam as festividades. O cenário é bem comum ao aspecto de pequenos povoados rurais. Uma igrejinha em uma praça destacada, em ponto mais elevado que o circundante, recebe quem chega e ao mesmo tempo despede-se de quem vai. Uma exuberante mangueira, que evidencia os tantos anos em que ali vicejam, divide sua sombra com simples banquinhos ao redor de seu tronco, permitindo o repouso, a contemplação ao redor. Já a BR-040, em paralelo à praça, abre-se em velocidade, contrapondo-se à Fazenda Velha, que repousa, nem tão lenta e nem tão rápida, mesclando o passado e deixando a modernidade adentrar-se.

A capela de Nossa Senhora da Conceição localiza-se em um ponto alto e representa outro marco importante, permanecendo como centralidade de festejos tradicionais comandados pelos moradores mais antigos. Esse ponto "separa" as áreas dos lotes doados pela prefeitura onde se concentra a população fixa do povoado das áreas de ocupação dispersa em chácaras e condomínios, situadas mais abaixo e oriundas do desmembramento de umas das fazendas que originaram o povoado. Essas construções (Figura 7) se sobressaem na paisagem pelos muros altos, um padrão de jardinagem específico, normalmente composto por plantas ornamentais exóticas, entradas bem demarcadas e distantes dos portões (quando era possível visualizar além dos muros).

Figura 7 – Fachada de uma chácara em Fazenda Velha. Destaque para a ornamentação e os muros Trabalho de Campo, 2019.

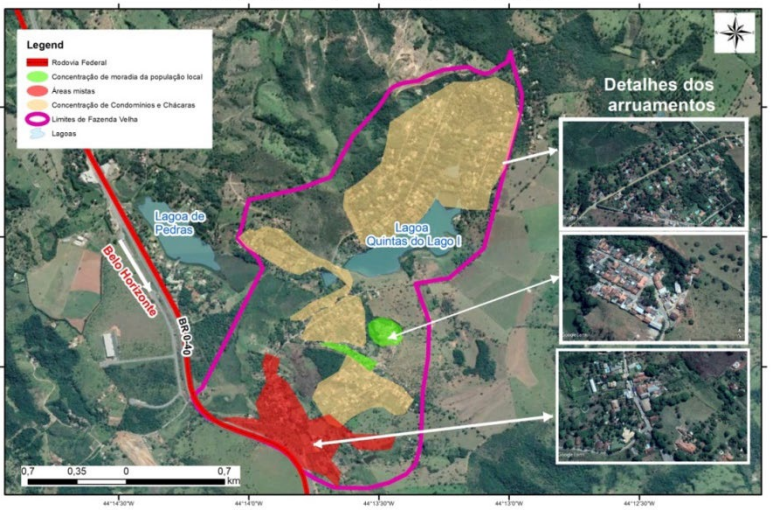
Foto: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Fazenda Velha não é a mesma todos os dias, a tranquilidade e vagareza local, observadas durante a semana, são quebradas nos fins de semana pela presença de carros que se dirigem aos condomínios, transportando o fluxo da velocidade da estrada para as estreitas ruas do povoado. Este, que foi fazenda, que cresceu em vila, que se tornou um povoado, uma aglomeração urbana de pequeno porte. Extensão da cidade-sede, aos poucos se "conurbando", onde "brotam" piscinas, convivendo com o embate entre a tranquilidade e a agitação dos moradores efêmeros e visitantes, esses outros que adentram e se mesclam, e que incrementam as contradições locais.

A paisagem "matriz" de Fazenda Velha entre novas e antigas socioespacialidades

Algumas marcas simbólicas na paisagem horizontalizada, tais como os muros, as piscinas aliadas aos resultados das entrevistas, permitem-nos inferir alguns territórios, onde conseguimos identificar três concepções bem definidas de ocupação: as áreas de concentração de condomínios e chácaras, as áreas de concentração de moradias da população local e as áreas mistas, que mesclam um pouco de cada uma das concepções descritas (Figura 8).

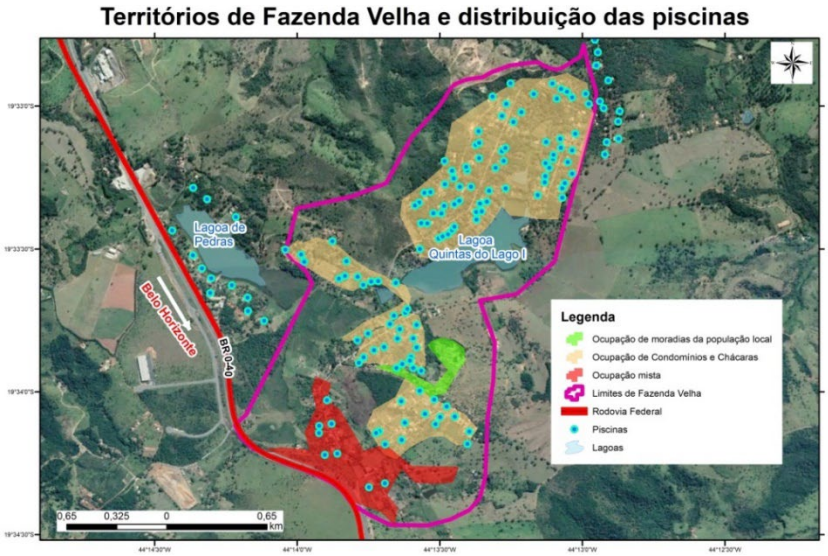
Figura 8 – Territórios identificados em Fazenda Velha.



Fonte: Google Earth (2020) e Trabalho de campo, 2019.
Elaboração: Santos, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Esses territórios foram identificados por meio das observações em campo e registro dos marcos funcionais e simbólicos, como auxílio para validação dos dados das entrevistas, e também mediante uma análise do recorte de imagem de satélite. Nesta última, foi possível identificar, principalmente, os "territórios" das chácaras e condomínios, em razão da morfologia e características das distribuições dos lotes, arruamentos e as piscinas (Figuras 8 e 9). As piscinas e a disposição dos lotes na identificação dos territórios revelam uma paisagem sob a perspectiva cultural, uma vez que tais elementos possuem importantes significados simbólicos, evidenciando as intencionalidades da apropriação humana desse espaço. Com o exame desses elementos é possível compreender os signos e símbolos contidos por meio de uma análise menos atrelada às suas características físicas.

Figura 9 - Distribuição das piscinas na área de Fazenda Velha



Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.
Elaboração: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Considerando ainda os aspectos que ultrapassam as descrições físicas e os elementos materiais como os anteriormente mencionados, a paisagem-matriz de Fazenda Velha se revela, também, por intermédio da análise das nomeações de suas ruas. Usando a base de logradouros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi possível compreender e relacionar, nesse sentido, as representações e a formação das identidades e memórias locais, além de se observar a influência de grupos sociais e a dominação de uns sobres outros.

Por uma perspectiva geral nos levantamentos dos nomes das ruas, com apoio da base de logradouros, em Fazenda Velha existem vinte e duas ruas, uma avenida e uma estrada secundária. Destas, 50% das ruas estão localizadas nas áreas de concentração de condomínios e chácaras (Quadro 1).

Tomando como base a classificação taxionômica de topônimos de Dick (1990), identificou-se que a maior parte dos registros toponímicos (75%) é de natureza antropo-cultural, com uma distribuição simétrica entre as temáticas, quais sejam: sete ruas, com Antropotopônimos (relacionados com os nomes próprios individuais: prenome, hipocorístico, prenome mais alcunha, apelidos de famílias); seis, de temáticas correspondentes a Hierotopônimos (relacionados aos nomes sagrados de diferentes crenças religiosas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto: igreja, capela).; e por fim, cinco ruas, com nomes de temáticas relacionadas a Numerotopônimos (relacionados a numerais). Outra parcela dos registros (25%) corresponde a um conjunto de topônimos de natureza física, abrangendo três ruas com temáticas Fitotopônimas (relacionadas a elementos da flora) e apenas uma rua com a temática Zootopônima (relacionada a elementos faunísticos). Foram detectadas ainda duas ruas sem denominação e pequenos trechos para o atendimento local das necessidades de deslocamento dos habitantes (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação taxionômica de topônimos baseados em Dick (1990).

Nome	Tipo de logradouro[7]	Ocupação[8]	Natureza	**Temática**
Sem denominação	Rua	Mista	**	**
Leonídio Alves Faria	Rua	Mista	antropo-cultural	Antropotopônimos
Ludgero Gonçalves Borba	Rua	Mista	antropo-cultural	Antropotopônimos
São Sebastião	Rua	Mista	antropo-cultural	Hierotopônimos
Via Local	Rua	Local	**	**
Belchior G de Pinto	Rua	Local	antropo-cultural	Antropotopônimos
Do Cruzeiro	Rua	Local	antropo-cultural	Hierotopônimos
Betel	Rua	Local	antropo-cultural	Hierotopônimos
Jeová Jiré	Rua	Local	antropo-cultural	Hierotopônimos
El Shaday	Rua	Local	antropo-cultural	Hierotopônimos
Siloé	Rua	Local	antropo-cultural	Hierotopônimos

[7] Informações de acordo com a Base Cartográfica de Logradouros do IBGE.
[8] Territórios definidos com base nas observações de campo e das imagens de satélite.

Felipe Castro de Bahia	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Antropotopônimos
Francisco Pontello	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Antropotopônimos
Saint Clair Fonseca	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Antropotopônimos
José Fonseca Pires	Avenida	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Antropotopônimos
Das Rosas	Rua	Condomínios e chácaras	natureza física	Fitotopônimos
Dos Cravos	Rua	Condomínios e chácaras	natureza física	Fitotopônimos
das Tulipas	Rua	Condomínios e chácaras	natureza física	Fitotopônimos
Um	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Númerotopônimos
Dois	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Númerotopônimos
Quatro	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Númerotopônimos
Três	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Númerotopônimos
Cinco	Rua	Condomínios e chácaras	antropo-cultural	Númerotopônimos
Cascavel	Estrada	Condomínios e chácaras	natureza física	Zootopônimos

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Elaboração: SILVA. Ana Carolina Santos e, 2019.

Na sobreposição da base de logradouros com os territórios identificados é possível identificar as relações de pertencimento, bem como as motivações por trás das nomeações das diferentes áreas. No que diz respeito aos aspectos do pertencimento, o dicionário Houaiss (2007) traz o seguinte significado para o termo: “aquilo ou aquele que faz parte ou é proveniente de; que é peculiar ou particular de; que possui relação ou vínculo com alguma coisa, como um objeto ou um lugar”. Tomando como base esse significado de pertencimento é que analisamos as relações dos registros toponímicos das ruas e as tramas socioespaciais na área mista (Figura 10). Neste território, as toponímias são compostas essencialmente por antropotopônimos, com nomes de pessoas que tiveram importância para o local. É importante citar que não foi possível verificar qual a história dessas pessoas e suas relações com o povoado de Fazenda Velha, exceto para a Avenida José Fonseca Pires. De acordo com alguns entrevistados, ele teria sido um dos antigos proprietários da fazenda onde se implantou o povoado, sendo a pessoa que iniciou o desmembramento da fazenda e a venda dos lotes. Por se tratar do antigo proprietário de toda a área do povoado, é evidente a importância que tal personagem representou para o lugar.

Figura 10 - Território misto. Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.

Elaboração: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Ainda na área mista identificada por este trabalho, é necessário destacar a rua São Sebastião em estreita relação com a presença da igreja dedicada ao santo, e que configura a centralidade do povoado. A praça homônima é palco de festejos e os encontros tradicionais do lugar. E, embora não seja a igreja mais antiga (esse posto é ocupado pela igreja de Nossa Senhora da Conceição), é ela que se destaca como elemento de identidade para além dos limites de Fazenda Velha. Como assinalado por um dos entrevistados, "vem gente de Belo Horizonte se casar na igreja de São Sebastião". A rua São Sebastião, entretanto, não é o local onde se localizam exatamente a igreja e a praça. Porém, outros anexos

prediais vinculados à igreja e que se dispõem ao longo da rua demarcam simbolicamente a extensão de seus domínios.

Já as toponímias observadas nas áreas de concentração de condomínios e chácaras (Figura 11) revelam pouco pertencimento ao lugar. As ruas de denominação "numerotopônicas" têm como motivações apenas o sentido de ordenação de localização dos lotes, ao passo que as ruas de denominação "fitotopônicas" representam uma ação para compor um cenário de *marketing* para a especulação imobiliária. É relevante assinalar que esses empreendimentos imobiliários, os condomínios fechados em áreas rurais e as chácaras e sítios, têm uma funcionalidade específica, que remete a um pacote de elementos que obedecem a alguns pressupostos, tais como a localização de áreas com disposição de extensas glebas de terras rurais baratas, próximos a rodovias que permitem o fluxo rápido, existência de cobertura vegetal e água, porém, com as facilidades para consumo, circulação e privacidade. Nesse sentido, os nomes com referências das flores, por exemplo, só vêm selar esse ideal de natureza e urbano híbridos.

Figura 11 - Território dos condomínios e chácaras.

Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.
Elaboração: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Por sua vez as ruas com concentração de moradias da população local situadas nas proximidades da capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 12) revelam-nos interessantes relações com a paisagem-matriz em Fazenda Velha. Elas, embora conformem menor área, revelam aspectos de pertencimento e modos de vida, explicitam relações de poder e as intencionalidades de apropriação do espaço aí estabelecidas.

Um elemento condicionante das espacialidades e territorialidades observadas neste território é a religião, aqui entendida como um sistema de símbolos sagrados, que envolvem produção, consumo, poder, fluxos e agentes sociais

que, por meio dos aspectos econômicos, políticos e culturais, contribuem numa análise territorial (ROSENDAHL, 2013). A totalidade das temáticas toponímicas neste território é constituída por hierotopônimos (concernentes aos nomes sagrados de diferentes crenças religiosas, efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto: igreja, capela, etc.). Vale ressaltar que as instituições religiosas se apresentam como importantes agentes modeladores do espaço, com poderes simbólicos para criar, fragmentar e fundir territórios e territorialidades (ROSENDAHL, 2013). Ainda é relevante assinalar que, em Fazenda Velha, a apropriação e o controle de parte de seu território pelas religiões nela atuantes podem ser observados tanto por seus aspectos políticos e materiais quanto por seus aspectos simbólicos. Pois é sugestivo observar que templos e monumentos representam os meios materiais e visíveis de apropriação desses territórios, especialmente pela Igreja Católica.

A primeira rua desse território é a rua do Cruzeiro. Além da denominação explicitamente religiosa, a rua evidencia uma marca/matriz bem característica da atuação e apropriação e constituição de um espaço sagrado (neste caso mediado pela Igreja Católica), em razão de sua denominação, que tem na igreja de Nossa Senhora da Conceição a sua motivação. A igreja, por sua vez, está localizada em um dos pontos altos do povoado, característica essa que revela simbolicamente o poderio sobre o espaço, assegurando a vivência da fé e simbolizando a hierarquia e a vigilância da instituição religiosa sobre seus fiéis, além de marcar a relação entre a religião e a paisagem (ROSENDAHL, 2013). Para além do aspecto citado, o nome da rua assegura, também,

traços da permanência de sua função e importância no passado, moldados por marcas indeléveis (sua posição topográfica), nas suas formas visuais (o templo e o monumento), e também simbólico (o nome da rua), demarcando territorialidades específicas no conjunto dessa área.

Sack (1986), classicamente, postula que o conceito de territorialidade remete a uma estratégia de controle vinculado ao contexto social, sendo reconhecida, portanto, como uma ação de manutenção de poder e controle sobre determinado território. Rosendahl (2013), apoiada nesse conceito, lembra-nos que o fenômeno religioso, neste contexto, tem o poder de controlar pessoas e processos incidentes no territórios.

Figura 12 - Território com concentração das moradias da população local.

Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.
Elaboração: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

Com base nessas ideias passamos para a análise da rua Betel. As religiões protestantes locais também têm nos templos a materialização de sua presença no espaço, com destaque para os topônimos das ruas na construção de seus territórios e territorialidades. Como pode ser observado na Figura 13, os logradouros situados a partir da rua Betel são relacionados a eventos, histórias e pessoas bíblicas. De acordo com as entrevistas em campo, trata-se de área que faz parte de um conjunto de lotes doados pela prefeitura de Sete Lagoas na década de 1980.

Dessa época, algumas famílias ainda se mantêm no local, sendo a pastora da igreja do Evangelho Quadrangular uma das suas mais antigas moradoras. A construção da infraestrutura local, como abertura de ruas e ordenamento das áreas, foi implementada pelos próprios moradores, assim como a nomeação das ruas, tendo a pastora como partícipe relevante para a consolidação das nomeações dos logradouros, o que revela a dimensão política na configuração desse território religioso (Figura 13).

Figura 13 - Recorte do local das ruas de toponímias hierotopônimas, com destaque para a localização dos templos evangélicos.

Fonte: Google Earth (2020) e trabalho de campo, 2019.

Organização: SANTOS, Jessica Poliane Gomes dos, 2019.

A Figura 13 tem como destaque os polígonos brancos, que representam a localização das igrejas do Evangelho Quadrangular e Assembleia de Deus. São tais igrejas dois marcos funcionais que exercem significativo poder nesse microterritório, como marcas simbólicas e visuais de apropriação, reafirmando a comunidade religiosa no local, ressaltando-se que os registros toponímicos incidentes aí representam um "[...] instrumento de poder dos detentores exclusivos da produção e da reprodução do saber sagrado, que fazem e desfazem o território religioso[...]." (ROSENDAHL, 2013, p.171). No local, acontecem eventos distintos do restante do povoado e, por vezes, de forma concomitante aos eventos tradicionais realizados na praça de São Sebastião, demarcando

uma territorialidade específica explicitamente direcionada a tais práticas religiosas.

Considerações Finais

O trabalho mostrou como é necessário procurar entender as relações de apropriação e uso de territórios não se atendo apenas às materialidades na paisagem, mas à contribuição dos registros toponímicos para a legitimação do poder de determinados grupos sociais locais e externos. As toponímias de Fazenda Velha, em particular, mostraram-se importantes instrumentos de reafirmação das identidades locais, especialmente no que concerne aos territórios religiosos, que se expressam, para além da dimensão simbólica e ritualística, também como lócus de práticas socioculturais ativas e atuais.

É pertinente demarcar que da mesma maneira que a paisagem é reflexo de interações sociais e de poder, ela também expressa hábitos e costumes de povos que se domiciliaram naquele espaço, influenciando os comportamentos presentes e futuros. Os nomes dos lugares em Fazenda Velha representam, assim, as práticas e ações de poder, e observa-se como isso influi na construção de memórias sociais da população local. As relações dialéticas de atuação e apropriação do espaço, analisadas por meio das horizontalidades (atuações de poder de grupos sociais, em uma relação mais local) e verticalidades (representadas por processos de escalas e atuações exógenas), puderam ser, nessa perspectiva, ilustradas por intermédio das toponímias nos microterritórios identificados no lugar, revelando as relações de pertencimento local.

É sugestivo notar que os olhares para tais particularidades estão em diálogo com as diferentes escalas de análise e ações ligadas à representação do município de Sete Lagoas. Os resultados obtidos aqui estariam incompletos se não fossem vinculados ao histórico sociogeográfico no qual o município construiu sua realidade atual. Por conseguinte, esse exercício de compreensão da Fazenda Velha para além de suas geometrias só foi possibilitado mediante a identificação desses diferentes territórios, o que nos permitiu compreender as microgeografias contidas nas paisagens, em face de suas marcas e matrizes, bem como de suas materialidades e simbologias. Para isso, foi preciso realizar a decomposição de suas formas, sentidos e ruídos, para tentar identificar onde e como as relações de pertencimento e identidades comuns configuravam territorialidades locais e como se dão o diálogo e as formas de apropriação do espaço, por meio dos agentes que modelam e definem esse território, convivendo, entrado em conflito, mantendo-se e/ou se renovando.

Referências

ALVES, Juliana Araújo. **Natureza, sociedade e cultura: a Amazônia (RE)inventada a partir de seus topônimos**. Curitiba: Departamento de Geografia – UFPR, 2004. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index. php/raega/article/viewArticle/13975. Acesso em: 20 set. 2011.

BERQUE, Augustin. A paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. *In*:

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BOMBARDI, Larissa Mies. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia**. Agrária***,* São Paulo, n. 1, p. 55-95, 2004.

BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produto do poder. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana** (on-line), v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2175-3369&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2017.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** 10. ed. rev. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

CARVALHO, José Rodrigues de. Paisagens simbólicas: Catolicismo popular e o mito das "Bandeiras Verdes" na romaria do Senhor do Bonfim em Araguacema, Tocantins. **Revista Geografares,** n. 16, p.141-167, jan.-jun. 2014.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas de teoria. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GOOGLE. **Google Earth PRO para computador**. Versão 7.3. Nota (Fazenda Velha, Sete Lagoas-Minas Gerais). Disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/earth/versions/#download-pro. Acesso em: 10 abr. 2020.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil:** coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

FARIA, Tereza Cristina de Azevedo; NOGUEIRA, Marly; OLIVEIRA, Felipe Bertelli. A centralidade de Sete Lagoas e sua relação com os fluxos populacionais desde sua industrialização efetiva (1960-2010). *In*: **Anais...** ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2012, Águas de Lindoia. v. 1, p. 1-16, 2012.

Estatística. Base de dados vetoriais da malha territorial brasileira (2010). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/ GLUSZEVICZ, Ana C.; BORGES, Emilene S.; VIEIRA, Sidney G. Estudo da geonimia histórica do Rio Grande do Sul, anotada com base no "Dicionário Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil, 1885". *In:* **Anais...** ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 16, 201, Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura,** Rio de Janeiro, n. 17-18, p. 55-63, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e downloads-geociencias.html. Acesso em: 20 março. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: 26 fev. 2020.

LANDAU, Elena Charlotte *et al.* Expansão urbana da cidade de Sete Lagoas/MG entre 1949 e 2010. In: **Anais...** SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 15, 2011, Curitiba, PR, Curitiba: INPE, p. 4011-4016, 2011.

MARANDOLA, Hugo Leonardo. **Marcas-matrizes na paisagem do bairro rural Elihu Root:** um trilhar humanista. 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo, 2017.

MAXIMIANO, Liz. Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Ra'ega,** Curitiba: Departamento de Geografia – UFPR. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719p.84-85. Acesso em: 4 mar. 2017.

NOGUEIRA, Marly. A construção de uma centralidade urbana: Sete Lagoas (MG). **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, v. 18, n. 35, p. 109-121, dez. 2006.

PAULA-SANTOS, Gustavo Macedo *et al*. Rare Earth elements of carbonate rocks from the Bambuí Group, southern São Francisco basin, Brazil, and their significance as paleoenvironmental proxies. **Precambrian Research,** v. 305, p. 327-340, 2018.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião". *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia cultural:** uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 2, p. 169-178.

SACK, Robert. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SETE LAGOAS. Prefeitura Municipal de Sete Lagoas. **Plano Diretor de Sete Lagoas:** lei de uso e ocupação do solo. Sete Lagoas, MG, 2006.

SALGUEIRO, Tereza Barata. **Paisagem e Geografia.** Lisboa: Finisterra, 2001. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf. Acesso em: 20 jan. 2011.

SILVA, Maria Weilanny Pinheiro; OLIVEIRA; Maria Odaisa Espinheiro. O bibliotecário pesquisador: um estudo com topônimos transplantados. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação,** v. 2, n. 2, p. 1-11, out. 2012.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: um conceito-chave em Geografia. *In:* **Anais...** ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – EGAL, 12, Montevidéo, 2009. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/23pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

Parte II:

Experiências e partilhas

Olhares e contemplações do cotidiano: tecendo reflexões sobre a expansão da cidade e modos de vida, em Areia Branca e no Mosqueiro

Maria Teresa Nobre

Virginia Caroliny Silva Alexandre

Daniele Ribeiro Alves

Larissa Santana Cunha

Introdução

> *A Praia do Mosqueiro, um dos principais cartões postais de Sergipe, tem a Crôa do Goré e a Ilha dos Namorados que surgem com o movimento da maré. O passeio de lancha saindo da Orla Pôr do Sol, programação obrigatória aos visitantes, é uma das atrações da região. A Crôa do Goré, pequena ilha e demais paradas, tem acesso pela praia do Mosqueiro, um povoado de pescadores, de onde partem lancha, barco ou catamarã em viagens de 10 a 15 minutos que revelam manguezais nativos, pequenas ilhas fluviais e vegetação preservada*[9].

[9] Propaganda disponível na internet sobre área.

Alugue casas, apartamentos, sítios, flats e chalés mobiliados no povoado de Areia Branca, em Aracaju[10].

Anúncios publicitários sobre os povoados de Mosqueiro e Areia Branca, como os descritos acima, enchem os sites de empresas turísticas e imobiliárias de Aracaju. Entretanto, a palavra povoado que identifica os dois locais nos enunciados acima diz mais de uma lembrança da região do que da identificação desses lugares como espaço geográfico, visto que estão integrados ao desenho urbano da cidade, compondo a Zona de Expansão de Aracaju (ZEA). Porém, como sempre os chamamos afetivamente de povoados, manteremos seu uso neste texto.

O Mosqueiro, situado entre o mar e o rio Vaza Barris, dista 13 Km da Orla da Atalaia, ao sul de Aracaju. Os internautas que opinam nos sites de turismo referem-se à praia do Mosqueiro como lugar pouco conhecido na cidade, praia "ainda a ser descoberta"; "ainda não invadida pela população aracajuana, que oferece aos visitantes a oportunidade de ver a natureza nua". Falam das águas mornas e limpas, com opções de bares e restaurantes que ofertam "do peixe à carne de sol, pastéis de camarão e caldinhos de peixe, aratu, sururu e feijão, água de coco e outras bebidas, a preços acessíveis". Enaltecem a paisagem exuberante e nativa do lugar e as características de praia pouco movimentada, "acessível somente a quem tem carro". A maioria faz referência à Orla Pôr do Sol, na margem do rio e ao magnífico espetáculo que lá se assiste, ao cair da tarde. "Uma praia para quem procura paz, águas límpidas e tranquilidade"; "lugar para se esquecer dos problemas e onde se

[10] Muitos desses anúncios são disponibilizados em sites de imobiliárias locais e de aluguéis temporários, como airbnb, booking, entre outros.

pode brincar tranquilamente com os filhos"; "paisagem espetacular, sem poluição ou qualquer tipo de sujeira no local"; "bares flutuantes e barracas de sapé, que servem comida deliciosa". Comentam, ainda, sobre várias opções de lazer, como mergulho, canoagem, *jet ski* e *stand up*, passeios de quadriciclo, jogos de futebol e frescobol na vasta extensão de areia à beira do rio, que surge quando a maré baixa. Alguns referem a existência de poucos moradores locais, outros, em expressiva minoria, reclamam devido à falta de estrutura dos bares e restaurantes e, um ou outro, por causa do mal atendimento. Uma empresa que faz o passeio ao Cânion do São Francisco, ao passar pelo Mosqueiro, aponta as "maiores mansões da cidade, à beira do rio".

Saindo da praia da Atalaia em direção à Ponte Joel Silveira, no Mosqueiro – que acessa a Região Metropolitana da capital ao litoral sul do Estado e, também, à Bahia – cerca de cinco quilômetros antes, passa-se pelo povoado de Areia Banca, que pouco aparece nos sites turísticos, mas "bomba" nos sites imobiliários. A oferta de venda e aluguel de chácaras, sítios, casas, apartamentos é expressiva e revela uma prática pouco comum na cidade: o aluguel por temporada. Uma opção muito mais barata do que a hotelaria, para turistas. Considerando a descrição da Praia do Mosqueiro pelos turistas e a proximidade entre as duas áreas, é fácil perceber o porquê desse mercado que cresce a cada dia. Além disso, distante apenas 12 Km da praia da Atalaia, próxima ao Cento de Aracaju, Areia Branca tem se apresentado como uma opção para moradia, estada de fim de semana e férias de muitos aracajuanos e de pessoas que migraram ultimamente do interior e de outros Estados para a capital sergipana, ali fixando residência permanente ou temporária.

Indo na contramão do *glamour* que a publicidade turística e imobiliária evoca, a escrita deste texto pretende convocar para o debate outros discursos e práticas, que conosco percorreram ruas e becos. Entre rodas de conversas e longos trajetos, nos aproximamos do outro lado, das outras versões ou das outras margens dessa história e chegamos aos paradoxos que a noção de progresso ou crescimento urbano provocam na chamada Zona de Expansão de Aracaju (ZEA), hoje com cerca de 50 mil habitantes.

Chamam a nossa atenção e nos incomodam as expressões "poucos moradores" e "invasão dos aracajuanos" nas referências acima, em que o usufruto da região pelos habitantes da cidade é visto como "intromissão" que limitaria e restringiria as benesses daqueles que, de fora, acessam uma região de tamanha beleza e tranquilidade. Procuramos aqui dar vazão a essa indignação. Este relato, fruto do cruzamento entre nosso olhar de pesquisadoras da/na região e o olhar "nativo", se apoia em trabalhos de inspiração etnográfica realizados entre 2010 e 2012 na região, *flashes* dos muitos encontros que tivemos com moradores que habitam os antigos povoados.

A ocupação de áreas mais distantes dos Centros urbanos com fins de lazer e turísticos é algo muito comum no Nordeste do Brasil, como de resto em todo o país. Em Aracaju, entretanto, esse fenômeno foi surpreendente nas duas últimas décadas. "O que Deus tirou na beleza, botou na riqueza", diziam sobre a cidade há cerca de 20 anos, quando Aracaju passou a ser conhecida e povoada por muitas pessoas de outras cidades, em função da exploração do petróleo descoberto na região. A cidade, assim, atraiu mão de obra especializada e muitas famílias nela se fixaram acompanhando profissionais da

indústria petroleira. Na época, a Orla conhecida e explorada ia até a praia da Atalaia Velha, seguida das Praias dos Náufragos, Robalo, Refúgio e Mosqueiro, das quais, frequentemente, se comentava que tinham água barrenta, uma larga faixa de areia e poucos coqueiros, contrastando com outras praias do litoral nordestino. A avenida José Sarney, que acessa a Atalaia a essas praias mais distantes, era margeada por alguns grandes clubes, poucos restaurantes e pequenos bares. Constantemente, turistas de outras regiões que vinham conhecer ou passear no Nordeste "pulavam" Sergipe, passando da Bahia para Alagoas. O passeio mais pitoresco era a praia da Atalaia Nova, do outro lado do rio Sergipe, que corta a cidade, à qual se tinha acesso a partir do ancoradouro na Rua da Frente. Ali, os que faziam o traslado de carro pegavam a balsa até a outra margem, ou o tototó, barca utilizada pelos pedestres, tomada no Terminal Hidroviário.

Hoje, em um cenário completamente diferente, onde beleza e riqueza já não aparecem em lugares opostos, podemos acessar centenas de anúncios e opiniões diferentes na internet sobre a cidade, a beleza de suas praias, seus encantos naturais, sua culinária e cultura. "Viajantes, conheçam Aracaju!" é o mote atual da sedução publicitária turística da região.

Como toda essa mudança na retórica sobre a cidade incide sobre as pessoas que vivem, desde sempre, nesses povoados? O que mudou nos seus modos de vida e como eles reinventam o cotidiano diante das novas oportunidades e desafios que a expansão da cidade trouxe? Qual a relação entre a degradação ambiental e a saúde das pessoas? O que, enfim, a noção de desenvolvimento e progresso, tão propalada pela imprensa e pelas redes sociais, nos convoca a pensar? Foram essas as questões norteadoras das pesquisas que fizemos na

região e que trazemos aqui para esta conversa sobre a cidade de Aracaju.

Os povoados vistos de perto

Lugarejo ou pequeno lugar habitado, aldeia, vilarejo. Assim é definida a palavra povoado (HOUAISS, 2004) e, de fato, assim eram Areia Branca e Mosqueiro, até pouco mais de uma década atrás. Antigas comunidades de pescadores e pequenos agricultores, esses lugares foram sendo paulatinamente descobertos pela população aracajuana, que os ocuparam como áreas de veraneio ou descanso semanal, construindo casas, chácaras e sítios, habitados sobretudo em períodos de férias escolares e na alta estação. Muitos moradores locais passaram a exercer as atividades de caseiros e jardineiros, sobretudo os homens, enquanto as mulheres passaram a exercer as funções domésticas de empregadas, lavadeiras, faxineiras, babás e outras ligadas ao cuidado das casas e das pessoas.

Areia Branca e Mosqueiro foram integrados à ZEA que, ao lado de outros pequenos povoados litorâneos e de vastas faixas de terra antes inabitadas, foram significativamente modificados com a construção de condomínios fechados, loteamentos e conjuntos habitacionais. A ocupação desses terrenos por meio do desmonte de dunas, aterramento de mangues e lagoas, acompanhados de condições precárias ou ausentes de drenagem e esgotamento sanitário (FRANÇA, RESENDE, 2010), tem produzido uma alarmante degradação ambiental. Os impactos se fazem sentir no cotidiano das populações que habitavam tradicionalmente as áreas costeiras ou

ribeirinhas e também dos novos moradores que migraram para os conjuntos mais populares, os quais sofrem com a precariedade da infraestrutura, do transporte público e da ausência de serviços básicos.

A degradação ambiental não é, porém, algo novo em Aracaju. O crescimento da cidade jovem e planejada, conhecida como a "capital nordestina da qualidade da vida", se deu com a derrubada de manguezais e aterro de canais naturais, iniciativas que, além dos danos causados ao meio ambiente, foram feitas sem uma infraestrutura adequada, o que torna muitos trechos nobres da cidade quase intransitáveis em períodos chuvosos. Sem falar no caos que se instala nas regiões mais periféricas. Do centro em direção ao Bairro 13 de Julho, depois em direção à Atalaia, com a construção da Ponte Presidente Juscelino sobre o rio Poxim, e ainda com a criação do Bairro Jardins, a devastação da natureza foi dando lugar a novas avenidas e bairros, nos quais o verde foi sendo substituído pelo cinza do concreto e das construções de casas, prédios, condomínios, shoppings centers, negócios imobiliários e outras empresas.

A ZEA é formada em larga medida por áreas com características geográficas ainda mais frágeis que o resto da cidade, que, nesta direção, tem crescido sobremaneira, sem a observância a um Plano Diretor democraticamente construído (SANTOS, NOBRE, 2013). Enfim, fala-se muito sobre a boa qualidade de vida em Aracaju, mas a reflexão sobre essa noção com seus moradores é escassa. Essa noção transita em um campo polissêmico: de um lado, está relacionada a modo, condições e estilos de vida (CASTELLANOS, 1990). De outro, inclui as ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana. E, por fim, relaciona-se à democracia, ao

desenvolvimento e aos direitos humanos e sociais. Resultam, enfim, de um vetor social na construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que a comunidade estabelece como parâmetros e é por isso que a análise pura de dados como o IDH não consegue incorporar a essência do conceito central que tenta medir (MINAYO, 2009).

À medida que ocorre um intenso deslocamento populacional para a região e a exploração turística das áreas litorâneas e ribeirinhas, percebemos severas mudanças nos modos de vida dos povoados: a perda da tradição da pesca e do cultivo da agricultura familiar, a expulsão de moradores das áreas mais valorizadas, as mudanças nas relações de parentesco e vizinhança, as incomensuráveis alterações nas práticas culturais e comunitárias, nos tipos de trabalho e atividades que passaram a ser exercidas pelos moradores, transformações que impactam a vida cotidiana e das quais falaremos a seguir.

Areia Branca tem aproximadamente sete mil habitantes e possui características ainda rurais e interioranas, mas em clara transição entre o urbano e o rural, que parece se apagar aos poucos, dando lugar a estruturas de piso e concreto. Devido à enorme especulação imobiliária, tem havido progressivamente o deslocamento da população das melhores áreas, agora nas mãos de grandes investidores, para áreas mais periféricas, no próprio povoado. Às vezes, os próprios moradores se mudam de suas casas, mais bem localizadas, e passam a habitar casinhas pequenas e com estrutura precária em zonas mais distantes da rua principal do povoado, vendendo-as ou alugando-as em períodos de alta estação, como meio de aumentar a renda familiar. Há constantemente anúncios de venda ou aluguel de casas, sítios e terrenos por todos os lugares, até mesmo nos pés

de coqueiros. Isso é mais facilmente percebido em alguns pontos, principalmente perto da avenida principal, a qual chamam de “pista”, que dá acesso ao povoado e é a única rua asfaltada do lugar; a maioria não possui nenhum tipo de pavimentação. Na avenida principal, localizam-se pequenos comércios, alguns bares, lanchonetes, peixarias e restaurantes. Destacando-se o Texano, o restaurante mais antigo do lugar, “diariamente na beira do rio”, como anuncia a propaganda logo na entrada da rua principal.

Na medida em que adentramos as ruas, vamos reconhecendo características mais interioranas, sítios, criação de gados, cabritos e galinhas. A estrada de asfalto com muitos buracos e remendos, outras ruas com muitos alagamentos depois das enxurradas de inverno chamam a atenção. Nessa época adoecimentos da população, aparecem ligados à condição de conviver com a água da chuva que se mistura com esgoto, lixo e animais. Em quase todas as esquinas, encontramos lixo acumulado e espalhado pelos cachorros. A coleta passava em alguns pontos e em determinados dias da semana, mas o lixo na rua era constante, pois o caminhão não acessava determinadas ruas estreitas e vielas. Objetos como carrinhos de mão, peças de geladeira ou cestos de máquina de lavar são usados como recipientes para descarte do lixo: arranjos de sucata que inventam modos de driblar a insalubridade.

A falta de saneamento básico e de uma coleta organizada do lixo dava sinais de descuido e distanciamento dos serviços públicos em relação ao povoado. A saúde nesse contexto era ameaçada constantemente em consequência dessas carências e das enchentes frequentes que invadiam as casas e, ao mesmo, tempo as alternativas de cuidado eram quase impossíveis devido

à convivência diária com os fatores de riscos. Os caminhos improvisados com tábuas de madeira sobre o alagamento marcavam a necessidade de manter um percurso de idas e vindas na lida diária; a saída ao trabalho e a ida das crianças e jovens à escola, no próprio povoado ou para as bandas do Centro da cidade.

A pesca em Areia Branca diminuiu significativamente, segundo os moradores, tanto do ponto de vista da diminuição da quantidade de peixes do Rio Vaza Barris, afetada pelos esportes aquáticos, quanto da perda de tradição da pescaria, fazendo surgir outras formas de trabalho, como pedreiro, caseiro, diarista, terceirizados, entre outros. O trabalho das mulheres prevalece no âmbito doméstico, babá, faxineira, empregada em "casa de família", embora, durante nossas caminhadas e conversas, tenhamos percebido que muitas mulheres também participam da atividade pesqueira, como marisqueiras.

Em estudo sobre as mulheres de Itaoca/RJ, a partir de seu trabalho de campo junto às rodas de "descarnadeiras de siri", Martins (2009, p. 250-251) traz reflexões sobre o trabalho de homens e mulheres na pesca. Para ela, "[...] o trabalho das mulheres, obedece a um tempo duplo dividido entre o cuidar da casa e esperar o peixe. [...] O papel da mulher é marcado pela hierarquia mar versus terra, definindo as tarefas e o território". Também, em Areia Branca, as mulheres não se reconhecem e nem são reconhecidas como pescadoras. O mar é para os homens e as atividades que lhes restam são complementares: consertar as redes, pescar mariscos, crustáceos, caranguejos. Atividades que não necessitam navegar o mar adentro, pois essa é considerada uma tarefa masculina.

Em algumas famílias, a pesca era a principal atividade de sustento, o que está ficando cada vez mais raro nos dias de hoje. “O rio não dá mais o peixe que dava antes”, pois pescavam mais e sobrava para vender nas redondezas. Nas ruas, encontram-se marcas da pesca, como algumas canoas e tarrafas estendidas na varanda. Algumas vezes, durante nossas visitas, passamos por homens e mulheres que voltavam da pescaria, sem muitos peixes em seus baldes e com suas redes já arrumadas e realinhadas.

Na avenida principal, também fica a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o posto policial, geralmente fechado. Há também as igrejas, disputando uma melhor localização com a Igreja Católica, que fica no final da avenida, perto do rio: a Universal que fica mais ao meio, ao lado de um conserto de bicicletas e de um pequeno mercado; Igrejas Evangélicas e os ditos “terreiros” e “macumbeiros”, como algo que fica às escondidas. Durante nossas andanças, outros colegas da pesquisa encontraram um “pai de santo *delivery*” que fazia os trabalhos em domicílio, encomendados por telefone. Encontramos também outro terreiro que, segundo relatos, recebe visitas ilustres como governadores, prefeitos, vereadores e outros. Seguindo por sítios mais afastados da “pista”, chegamos até as rezadeiras, as quais, embora estejam progressivamente em menor número, ainda persistem como expressão de modos de produzir saúde que coexistem e trocam saberes com profissionais da UBS, como as agentes comunitárias.

A diversidade de religiões e como cada culto está estrategicamente localizado nos leva a pensar sobre as disputas por fiéis e devotos que possam sustentar suas permanências no local. Cada igreja e/ou religião, às escondidas ou mais à vista,

tentam determinar suas características e defender um jeito "certo" de ter fé. Mesmo assim, os praticantes religiosos as emendam e as misturam em suas próprias maneiras de acreditar que acabam fugindo dos padrões que cada religião exige dos seus fiéis. A festa de Cosme e Damião da qual participamos é um bom exemplo dessa mistura, organizada por uma pessoa ou família que queira ofertar ou agradecer aos santos. Doces e caruru são as comidas mais simbólicas desse ritual e são ofertados exclusivamente para as crianças. Nessa festa, foi possível ver a junção entre religiões e crenças, entre costumes e tradições que estão simultaneamente presentes no povoado. Apesar de ser tradicionalmente ligada às religiões de matriz africana, ao culto aos orixás Ibeji, em Areia Branca, tem como uma das suas principais organizadoras uma pessoa praticante da Igreja Católica, devota desses santos, reafirmando um sincretismo muito comum no Nordeste brasileiro.

"O povo de fora" também descobriu Areia Branca, tempos atrás. Durante nossas andanças, encontramos o mundo em movimento. Em uma caminhada pelas ruelas do povoado, avistamos uma casa com uma placa do Consulado da Romênia, com seus horários e dias de atendimento. O padre da Alemanha, que veio em missão, pediu permissão para ficar e exercer seu sacerdócio por ali. Com um sotaque que não engana, sua missa com fiéis participativos parece ser o que buscou ao ficar. Doente, quase sem andar, o padre reside na Casa de Retiro que fica no final da avenida central ao lado da Igreja Católica. Um dia, enquanto nos deliciávamos com as pitangas em um sítio, uma senhora na rede da varanda da casa ao lado nos contou que já morou nos Estados Unidos. Seus filhos ainda estão por lá e ela resolveu arrumar um canto para descansar: escolheu Areia Branca. Trabalhava de cozinheira em Nova Iorque e agora

pretende visitar sua família de vez em quando, mas quer mesmo é ficar mais sossegada em seu canto.

O paulista que mora e trabalha no povoado e os profissionais da UBS, junto aos pesquisadores e estagiários de duas universidades que lá se inserem; os compradores e donos de sítios; pessoas que chegam do interior do Estado ou de Estados vizinhos, todos fazem parte do cotidiano do lugar, revelando o movimento, os processos de migração na região. "Estrangeiros" que passaram por um processo de aproximação com os vizinhos, os moradores mais antigos. A zeladora da UBS havia comentado um dia, durante nossos cafezinhos na copa, que "tem muita gente de fora, mas a gente depois passa a conhecer, fica tudo conhecido...". Aqui, importa-nos menos o espaço e mais as "pessoas", os vizinhos, que raramente são escolhidos e "[...] constituem o olhar do Outro, do qual é preciso se defender e, ao mesmo tempo, conquistar a estima." (PERROT, 2009, p.161).

Essa mistura, entre os "de fora" e os "do lugar", produz muitos contrastes nos cenários locais. Os estilos de sítios são diferenciados, uns habitados por moradores do povoado e outros usados para férias e momentos de descanso nos finais de semana dos moradores da região mais urbana de Aracaju, ou pelos novos habitantes, que escolheram Areia Branca para nela fixar residência, ou pelos visitantes, em temporadas. Nos sítios, os caseiros cuidam da morada e as mantêm organizadas. Os contrastes são bem aparentes: alguns bem cercados e vigiados e outros simples e abertos, sem muros, apenas uma cerca de arame para demarcar o terreno. Também, nas margens do rio, encontramos os contrates: canoas e barcos mais sofisticados agregados às entradas das casas de veraneio. O lugar à margem

do rio foi ocupado por pessoas de nível aquisitivo maior; as casas cercadas, barcos e lanchas modernas contrastam com canoas tradicionais dos pescadores da região.

Já o Mosqueiro, com cerca de oito mil habitantes, se divide entre a praia do Mosqueiro e a comunidade do povoado, em um arranjo em que "estrangeiros" e "nativos" parecem se misturar menos do que em Areia Branca e onde os contrastes são ainda mais marcantes, embora os mesmos problemas se repitam. Casas luxuosas de veraneio, condomínios fechados, bares e restaurantes compõem a paisagem à beira mar, que também absorve mão de obra local. Porém, as casas prescindem cada vez mais de caseiros ou vigias, substituídos por cercas elétricas e sistemas de segurança. Afastando-se da praia em direção à Ponte Joel Silveira estão as casas simples, pequenas ruas e vielas, quase todas de barro, num traçado irregular, habitadas pelos moradores locais, no sentido da Orla Pôr do Sol. A divisão entre "o povo de fora e o povo do lugar" é, assim, mais nítida no Mosqueiro. No próprio povoado, há poucos "estrangeiros". Há uma clara divisão entre quem vive e mora ou trabalha no Mosqueiro e o "povo de fora", que quando se insere na vida da comunidade, o faz a partir de um lugar que confere assimetrias mais demarcadas nas relações de poder e afeto, do que observamos em Areia Branca.

A construção da Ponte Joel Silveira e da Orla Pôr do Sol trouxe esperanças para alguns de melhoria de vida, com o crescente movimento turístico na região e surgimento de novos empregos mas muitos pequenos proprietários de bares perderam seus pontos com a urbanização da orla do rio, agora com barracas padronizadas e novas regras para a exploração dos pequenos comércios. O novo cartão postal da cidade surtiu

outros grandes impactos para o povoado, que vão desde a diminuição da quantidade de mariscos e peixes, afetando o trabalho da pesca e levando à busca de outros recursos para a subsistência a mudanças nos modos de vida.

Contaram-nos que alguns pontos de pesca tiveram que mudar por causa das obras e, em outras localidades, facilitaram que pescadores de outras regiões fossem pescar por ali, prejudicando a renda de algumas famílias. A prática da pesca de mergulho, frequente na região, também provocou a diminuição de algumas espécies capturadas pelos pescadores artesanais que não conseguem mais fazer boas pescarias, como antes. Assim como em Areia Branca, nota-se apenas em poucas famílias o hábito da herança da pesca, do "passar os ensinamentos pesqueiros para os filhos", pois estes já seguem outros ramos de atividade que não englobam mais a pescaria como sustento. Na maioria das famílias, a pesca é uma atividade esporádica. A substituição do peixe e mariscos da mesa das famílias por outros alimentos, antes menos comuns, também começa a ser frequente. A Colônia de Pescadores aparecia como uma entidade que cuida da burocracia do registro da categoria. Muitos problemas ligados à pesca continuavam sem assistência e solução. Além da pesca, as atividades de agricultura de subsistência e a criação de animais vão sendo substituídas por outros trabalhos e biscates, que contrastam com as práticas rurais. Isso acarreta mudanças no modo de viver de muitas famílias, na forma de educar os filhos e na invenção de outros modos de sobrevivência.

Durante nossa pesquisa, presenciamos a intensa insatisfação dos usuários e trabalhadores da UBS, que ora pareciam amortecidos pela insalubridade do local e de suas

próprias casas, sem as condições básicas necessárias, e ora nos apresentavam práticas de resistência um pouco mais "ativas". Isso se intensificava mais costumeiramente quando suas moradias eram invadidas pela água das chuvas, em meados de julho. As enchentes, comuns na região, foram agravadas devido ao desvio feito pela Prefeitura para que a área nobre, ocupada por veranistas, turistas e moradores abastados não sofresse tanto na época das chuvas e acabou por alagar várias outras, trazendo muitos problemas para as pessoas durante o inverno. Diversas casas foram invadidas pela água, móveis e eletrodomésticos boiavam, muitas famílias ficaram ilhadas e viram as suas moradias serem estragadas com o furor das águas. Houve também consequências para a saúde das pessoas: micoses e outras doenças de pele pelo contato com a água contaminada, proliferação de mosquitos, de outros insetos e roedores, aumento do risco de transmissão de doenças, do índice das doenças respiratórias entre outras. Enfim, junto ao intenso fluxo das chuvas, emergiam grandes prejuízos econômicos e na rotina das pessoas do lugar.

Quando estávamos por lá, o cenário nas áreas onde houve alagamento era de reconstrução. A verba doada pela Prefeitura para as famílias em forma de material de construção saltava aos olhos: as casas com ares diferentes, pisos, portas, muros, janelas novas. Mas o que se ouviu é que "quem foi atrás do benefício conseguiu". O fato gerou, também, um conflito entre as famílias da comunidade: algumas não tiveram suas casas alagadas, todavia, por estarem localizadas na região do alagamento, ganharam o benefício da Prefeitura. Esse tema sempre esteve presente nas conversas, pois muitas pessoas "acham isso errado"; já outras defendiam que, se estão dando esse benefício, "as famílias têm que aproveitar e pegá-lo, tendo

ou não sofrido com as enchentes". Isso nos lembra as astúcias, apontadas por Michel De Certeau (1999). O "homem ordinário", diz ele, é dotado de certos modos de proceder, de astúcias capazes de reconfigurar as adversidades do cotidiano, que, por meio delas, é reinventado. A multiplicidade de táticas articuladas sobre as "minuciosidades" do cotidiano e as artes e maneiras de fazer compõem, no limite, a rede de uma antidisciplina, como contraponto ao poder, de modo a tirar proveito das ocasiões, tecendo práticas de resistência sutis e, por vezes, imperceptíveis como tal.

As resistências assumem também o caráter de estratégia quando se dirigem ao Estado, buscando atingir alvos específicos (DE CERTEAU, 1999), e isso também observamos no Mosqueiro. Certa vez, a população revoltada obstruiu a pista principal queimando pneus bem próximo à Ponte Joel Silveira, no caminho para Salvador, para forçar as autoridades a tomarem providências diante das inundações que provocavam inúmeros danos à comunidade. O fato foi notícia na imprensa. Algumas lideranças e agentes comunitárias de saúde contestavam a "passividade" dos moradores, que "não participam de reuniões, não denunciam, nem reivindicam e, quando reagem, é assim, nessa desorganização". Seria, realmente, passividade? Descrença nas instituições públicas? Cansaço? Uma revolta contida, que um dia, literalmente, "pega fogo"?

Consequência ou não dessa ação, houve melhorias na região. Em alguns trechos, o chão que era arenoso e causava proliferação de micoses, como o "bicho de porco", foi cimentado; fossas foram construídas e os esgotos que corriam expostos diminuíram. Entretanto, tratava-se de ações paliativas, visto que não houve nenhuma medida importante em relação ao

planejamento de expansão da área, que continuava sendo feita com aterramento de lagoas e construção de imóveis, ruas e rodovias em áreas impróprias.

É notório, portanto, que longe dos pontos turísticos e das grandes casas ou restaurantes chiques que margeiam o rio, a precariedade em diversos serviços persiste. Muitas famílias tinham por costume queimar o lixo. Muitas outras reclamavam, pois as queimadas, além do mau cheiro, causavam ou agravavam problemas respiratórios. Há muitas áreas onde o caminhão da coleta não chegava, como em Areia Branca, pois as ruas são muito estreitas ou permaneciam alagadas após o inverno. "Queimada de lixo sempre houve"; pudemos ouvir isso em conversas com os moradores mais antigos. Antes, por ser uma região rural, as casas eram distantes umas das outras, logo as queimadas não acarretavam tantos problemas. As moradias agora eram aglomeradas, situação que se agravava pela especulação imobiliária a qual promovia o afugentamento das famílias para as áreas mais distantes da praia e do rio, com a crescente valorização dos terrenos. Havia, assim, uma aglomeração das famílias mais pobres em lugares cada vez menores e mais apinhados, configurando uma área muito próxima ao que conhecemos como favelas, invisíveis aos turistas que por lá passavam. Pobreza escondida é como se não existisse.

Tanto no Mosqueiro quanto em Areia Branca, os mais velhos se mostravam preocupados com o futuro, sobretudo dos jovens. Problemas como drogadição, violência e prostituição começavam a aparecer, o desemprego e a falta de perspectiva aumentaram. Algumas alternativas apareciam através da religião, pois algumas igrejas investiam em projetos de

formação de jovens. Outras famílias acham que o estudo é a saída e investiam nesta via. O lugar sossegado onde se podia dormir sempre com as janelas abertas ia sendo invadido pelos problemas que, no resto da cidade, eram corriqueiros.

Entretanto, as mudanças também eram bem vistas por muitos. A melhoria dos transportes públicos e o acesso mais fácil a outros bairros da cidade de Aracaju têm facilitado a vida das pessoas que agora podem se deslocar mais facilmente para estudar e trabalhar noutros lugares. Alguns referem-se à melhoria na oferta de empregos; outros, à valorização dos terrenos, vista como coisa "muito boa".

Assim, podemos dizer que os aproveitamentos dessa "onda de expansão" são diversos e que as mudanças não são uma "rua de mão única". No entanto, o desenvolvimento desordenado e sem planejamento adequado em relação aos antigos povoados tornam este processo dramático. "O progresso traz coisa boa, mas também pode trazer muitos prejuízos!", dizem agentes de saúde e antigos moradores. Por isso, as mudanças apontam problemas e soluções que variam dependendo dos modos como as pessoas do lugar reinventam a vida. Se para alguns o "progresso" é produtor de pobreza, de doenças e de perdas, para outros, é uma alternativa de melhoria de vida, desenvolvimento e "cura". Para alguns, ainda, essas coisas aparecem juntas e misturadas. Esses arranjos acontecem camuflando, abafando ou subvertendo práticas, que se miscigenam entre o antigo e o novo. E foi isso que nos inquietou e, ao mesmo tempo, nos fascinou nas muitas andanças que fizemos pelos povoados, nos tempos das pesquisas.

Das muitas caminhadas e encontros: enredando pesquisa e vida

A estratégia utilizada para a inserção no campo, tanto em Areia Branca quanto no Mosqueiro, foi, em um primeiro momento, acompanhar as agentes comunitárias de Saúde, das duas Unidades Básicas de Saúde, no seu trabalho cotidiano de visitas domiciliares às famílias. Sem roteiros de observação ou entrevistas, buscando uma escuta apurada do que ouvíamos e um olhar atento ao que víamos, fomos aos poucos tecendo laços de afeto e confiança, primeiramente com as agentes de saúde, depois com usuários das UBSs e com alguns profissionais que lá trabalhavam. Isso se desdobrou em convites para participação em festas e em outros eventos locais e na construção de vínculos e relações cada vez mais próximas com aquelas pessoas. Em um segundo momento, participamos de atividades e reuniões das equipes do Programa Saúde da Família (PSF), dos grupos de gestantes e idosos e de reuniões dos Conselhos Locais de Saúde que contaram com a participação de políticos, técnicos e representantes de Secretarias estaduais e municipais e de outros órgãos públicos, tendo como pauta o problema das enchentes, das quais poucos moradores participaram. Fizemos também entrevistas com profissionais da rede de saúde, lideranças comunitárias e moradores antigos.

Deixar-nos guiar pelo campo, sem protocolos ou regras de inserção previamente estabelecidos, foi o norte das nossas idas e vindas, inspiradas no método etnográfico. Não existe etnografia sem confiança mútua e sem intercâmbio de experiências, afirma Laplantine (1994), o que nos fez entender cada vez mais a necessidade de uma “impregnação” pelo campo

de observação e pela nossa imersão, como pesquisadoras, nas situações observadas. Conviver, trocar experiências, partilhar ideias, impressões, inquietações com os "outros" que fazem parte do campo e, depois, "fazer ver com palavras" (LAPLANTINE, 1994) registrando tudo o que as lembranças evocavam foram diretrizes importantes no nosso trabalho. Muitas histórias que ouvimos ou que vivemos marcaram o processo de pesquisa, produzindo questionamentos em relação ao esperado papel do pesquisador e da "produção de verdades" que lhe caberiam. Durante a pesquisa, essas histórias despertaram um pensar sobre a escrita e a produção acadêmica.

Dessa maneira, nos diários de campo, vimos a necessidade de registrar não somente aquilo que impressionava ou soava como acontecimento pleno de significações, mas todos os fatos e processos vividos e/ou observados. Também aqueles que pareciam rotineiros ou até mesmo banais, mas que, de algum modo, nos inquietaram ou chamaram a nossa atenção e que também convocavam a análise das nossas implicações. Não se tratava de ter obsessão pelos detalhes, mas de estarmos atentas e desatentas ao mesmo tempo, de registrar e juntar fragmentos, pois, em determinado instante, todas essas peças que compunham mosaicos ou caleidoscópios podiam se arranjar em um novo desenho e oferecer pistas para outro entendimento. Era uma nova produção de sentidos para as experiências e situações vivenciadas, que ia nos aproximando e tornando familiares coisas inicialmente estranhas e distantes para nós, que vínhamos "do outro lado da cidade".

A invenção do nosso percurso metodológico, as muitas caminhadas e errâncias pelos povoados formaram uma colcha de retalhos cheia de histórias, detalhes, sentidos. Caminhadas sem

foco definido ou fechado, de forma peripatética "[...] no sentido comum do adjetivo e no sentido etimológico da palavra que vem de 'peitatéõ': passear, ir e vir conversando." (LANCETTI, 2008, p.15). Experimentamos, assim, a produção de um conhecimento que se tecia e fortalecia durante essas andanças, de casa em casa, pela manhã cedo ou com o sol a pino, com paradas debaixo de árvores, em uma marquise, em um terraço, em um quintal; nos banquinhos em frente à UBS, no Mosqueiro ou no pátio, na sala de espera e na copa da UBS, em Areia Branca. Momentos para ouvir de perto ou de longe os transeuntes, os usuários que esperavam consultas, as queixas e preocupações das agentes de Saúde e de outros profissionais, as pessoas conversando às portas das casas, as crianças em suas brincadeiras, as mulheres nas suas ladainhas (ALEXANDRE, 2012)[11].

Os afetos, os desejos, as crenças compunham um emaranhado de experiências que, quando acessadas a partir da confiança estabelecida entre nós e as pessoas do lugar – não mais entre "estrangeiras" e "nativos" -, abriam inúmeras possibilidades de análises. O campo nos comovia, nos movia e nos ensinava. E foi através das narrativas, fragmentos e histórias de vida que nos foram contadas e que presenciamos por estarmos lá com olhos e ouvidos atentos ao que pudesse acontecer, que conseguimos começar a compreender o que acontecia naquele lugar; como se dão os modos de viver e os

[11] A noção de ladainha serve para pensar na dinamicidade em que o se compõe o cotidiano de mulheres com a repetição incessante das mesmas práticas diárias, mas também com as mudanças que nela acontecem. Estratégias e táticas (DE CERTEAU, 1999) são engenhadas para driblar os percalços dos afazeres domésticos, das discriminações e violências vividas. Assim, as mulheres criam possibilidades de saírem de uma condição de inferioridade e vitimização para uma que possam se agenciar mais, mesmo que essas práticas sejam invisíveis e insignificantes a outros olhares.

processos de subjetivação, que incluem adoecimentos e curas, trabalho e desemprego, dor e esperança, lutos e comemorações, morte e vida, "passividade" e resistência, seja nos fatos cotidianos, seja nos eventos extraordinários.

Em muitas andanças pelas ruas e casas, conhecemos diferentes "figuras do cotidiano" que carregam histórias e que caracterizam, de certa forma, as maneiras de viver. O cotidiano é composto de diferentes protagonistas, no entanto, o que nos instiga não está nos atores sociais em si mesmos, mas nas práticas, nas relações e nos acontecimentos de diferentes ordens. De Certeau afirma que o exame dessas práticas não significa um "regresso aos indivíduos".

> De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é seu autor e seu veículo (DE CERTEAU, 1999, p. 37-38).

Quando De Certeau fala em "pluralidade incoerente" está dizendo que pensar em vias de um poder do "dominante sobre os dominados", ou de uma sociedade "igual", é reducionista. As determinações, se existem, existem no plural, e são produzidas relacionalmente. Formam um conjunto de diferentes formas e modos de invenção do cotidiano, que se configuram e se reconfiguram de muitas maneiras.

Algumas histórias despertaram em nós um "encantamento", provocando um pensar sobre o cotidiano, sobre

a vida corriqueira, o que fica de fora e se constrói, independentemente de amarras institucionais de controle e de moral. Nessas vidas corriqueiras e ordinárias, presenciam-se coisas como o amor saudoso; as "doenças de saudade"; a tristeza de uma perda; a alegria de ter um filho; o desespero por contas atrasadas; o alívio do trabalho indesejado com o encanto pela pescaria; a mulher que se desdobra para atender a todos, o lavar da roupa embaixo de uma sombra improvisada. Muitas pessoas disseram ou pareciam estar depressivas. O trabalho – sobretudo dos homens que deixaram a pesca - vem se constituindo cada vez mais como uma obrigação do que como algo que realmente se gostaria de fazer.

A doença e a saúde estão diretamente relacionadas às condições de vida, aos estilos de viver e de se relacionar. Em nossas andanças pelos povoados, encontramos doentes de amor, doentes de trabalho, doentes de saudade, doentes de tristeza, doentes de sonhar e "doentes de doenças". Nesses contextos, pensar sobre o que é saúde e o que são cuidados em saúde foram questões que nos instigaram e sobre as quais ainda pensamos.

Muito já se comentou, discutiu e escreveu sobre a concepção de saúde que ultrapassa a ausência de doenças, adotada pelo Organização Mundial de Saúde e pela Constituição Brasileira, como um conjunto satisfatório de necessidades básicas dos indivíduos e das populações, as quais incluem: moradia, alimentação, saneamento básico, meio ambiente, educação, trabalho, lazer, transporte, acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros. Muito se tem falado sobre os determinantes sociais da saúde que não se restringem aos aspectos acima citados, mas incluem também aspectos como solidariedade e coesão social e a interação entre todos esses

fatores (BUSS; PELEGRINI, 2007). Atualmente, tem se insistido no meio ambiente como um dos vetores primordiais na promoção da saúde e que inclui não apenas a preservação e os cuidados com a natureza, mas também fatores que geram a degradação socioambiental, tais como: água e alimentos de baixa qualidade, poluição do ar, uso desenfreado de produtos químicos, manejo inapropriado do lixo, exposição a situações de risco, condições insalubres de habitação e situações de vida que propiciam altos índices de morbimortalidade (MINAYO, 2009).

Há também muitas discussões sobre as relações que se estabelecem entre saúde e cidadania e, consequentemente, entre ambiente e cidadania. Nesse sentido, desde a reunião da Organização Mundial de Saúde em Ottawa, em 1986, foi difundida a noção de saúde como um bem social e propagada a ideia de que todos somos responsáveis (governos, profissionais e população) pelo patamar de saúde que decidirmos (consciente ou acidentalmente) para nós, enquanto indivíduos e para a sociedade em que vivemos. A saúde é, portanto, uma responsabilidade social e política; do mesmo modo que a preservação do meio ambiente é da alçada de todos (MINAYO, 2009)

Félix Guattari (1993) discute os agravos dos perigos que todos enfrentamos no contexto do desenvolvimento do capitalismo, desde a degradação ambiental até os problemas relacionados ao racismo, exploração do trabalho infantil e degradação das relações sociais. Articula suas ideias em torno de três ecologias indissociáveis: a ecologia do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade. As Três Ecologias, propostas por ele, compõem uma perspectiva ético-política, a qual ele denomina ecosofia. O amálgama desses três pilares -

meio ambiente, subjetividade e relações sociais - soa como um possível caminho para o enfrentamento da situação atual em que se encontram as sociedades capitalistas modernas e que incluem, no campo do nosso estudo, a ideia de desenvolvimento/expansão urbana e o incentivo ao turismo, que atualmente acontecem de forma desastrosa, dada a centralidade das determinações mercadológicas de bens materiais e simbólicos, no qual as pessoas e sobretudo o Estado, "subjugado pelo mercado", tornam-se "marionete" (CASTORIADIS, 2004)

Considerando as discussões acima, que contribuíram para alicerçar a produção das nossas análises, no esforço que fizemos para articular os aspectos macro e microssociais que encontramos no campo, a nossa intenção neste texto foi priorizar os aspectos "miúdos", corriqueiros e cotidianos de invenção de modos de lidar com os impactos que a destruição do meio ambiente produz na vida dos povoados. Por isso, para finalizar, destacamos um dos fragmentos do trabalho de campo que nos mobilizou, particularmente.

No decorrer de nossas andanças, percebemos que as mulheres são atrizes importantes, por terem uma ligação mais estreita com o cuidado da vida. Ressaltamos as mulheres por estarem mais presentes quando visitamos as famílias com as agentes de Saúde. Nessas ocasiões, com grande frequência, lá estavam elas, na lida dos afazeres domésticos e no cuidado dos filhos, inventando práticas de cuidado, como uma rede que se compõe como campo de força às intempéries da vida. Nesse cenário, esta composição é um processo deambulante. Vagando sem rumo e sem grandes planejamentos e estratégias, as mulheres recorrem a parentes, vizinhos, migram, passam tempo fora com os filhos para tratar de alguma doença ou para um

exame médico no outro lado da cidade. Isso tudo para se desviarem da desistência e da aceitação de um modo de vida que insiste em ser difícil. Trabalham, cuidam da casa, socorrem os vizinhos e amigos, tomam a frente dos problemas da comunidade, curam tristezas, enquanto, às vezes, sucumbem nas suas próprias desalegrias e seguem desacontecidas.

As mulheres também se destacam como agentes comunitárias de Saúde. A confiabilidade conferida pela população a elas decorre de um lugar especial que constroem a cada dia: para além dos modos de intervenção instituídos, são inovados os laços de proximidade entre a comunidade e as agentes comunitárias, também moradoras da região, criando e fortalecendo redes de sociabilidade. Muitas vezes, as vimos propor soluções que não estão previstas na rotina da assistência à saúde, de modo que, algumas vezes, os moradores esquecem que aquelas pessoas fazem parte da organização sanitária do Estado. Revelações e cuidados com a saúde surgem em conversas informais, que incluem uma escuta mais próxima e, às vezes, confidencial sobre problemas como violência doméstica, usos e tráfico de drogas, entre outros que angustiam a comunidade. Esse vínculo de confiança faz funcionar a "potência terapêutica" do trabalho das agentes comunitárias de Saúde (LANCETTI, 2008). Entretanto, muitas vezes, também as adoece.

As agentes de Saúde necessitam trocar experiências e também suas angústias, devido às limitações do trabalho diante das necessidades da comunidade. Além disso, as relações na UBS, muitas vezes, eram conflituosas e sobrecarregadas. O caráter institucional, burocrático-tecnicista estava mais que aparente, intrínseco nas relações. A cobrança por produtividade

através de números fazia pesar o “ar”, endurecendo o cotidiano. A valorização das práticas específicas deixava inquietações e individualizava formas de fazer que sobrecarregam as responsabilidades que seriam, da ordem do coletivo, transferidas para os indivíduos. As reclamações de “estresse” eram constantes. Desabafos, choros de angústias e vontade de desistir do trabalho diziam das dificuldades de construção de uma prática coletiva que deveria estar sendo incentivada pelo PSF, pois teoricamente, adota uma concepção de cuidado interdisciplinar de promoção da saúde.

Enfim, as muitas histórias ouvidas e vividas durante o tempo das pesquisas nos falam das relações entre a crescente degradação ambiental e as mudanças da vida desses povoados, com a chegada do “povo de fora”, a especulação imobiliária, a expansão da cidade, o turismo. São muitos atravessamentos, muitos atores e atrizes, pessoas e instituições implicadas. Os processos de expansão/urbanização das áreas, os modos de vida e as suas práticas cotidianas que se inventam e reinventam, por meio de práticas de resistência visíveis ou silenciosas nos fazem pensar que há mais coisas a “contemplar” nesses povoados do que suas paisagens, a boa comida e a vida tranquila “diariamente na beira do rio”!

Da impossibilidade de finalizar...

Este trabalho é resultado de pesquisas que fizemos em conjunto. Não somente entre esta equipe, mas com todas e todos que olham e contemplam o cotidiano em que vivem, particularmente as pessoas que encontramos nas nossas

caminhadas e percursos em Areia Branca e no Mosqueiro. Pensar na relação entre saúde e meio ambiente, entre a noção polissêmica de progresso e sua relação com a vida de pessoas e populações que por ele são desalojadas e com isso reinventam suas existências, entre espaço rural e urbano, e entre tantas outras ideias que atravessam esse texto, possibilita um leque de discussões que vai além de situações de adoecimentos, degradação ambiental, crescimento urbano e da invenção de novos lugares na cidade. O cotidiano nas cidades esconde maneiras de se reinventar que dialogam repulsivamente com práticas autoritárias e dominadoras. Reexistir é preciso! Essa experiência também nos fez pensar sobre o lugar que ocupamos enquanto pesquisadoras e certamente nos fez repensar as maneiras de fazer pesquisa e de implicarmos com o que o campo estudado nos tem a dizer.

No início deste texto, dissemos que iríamos falar da nossa indignação com a propaganda dos internautas sobre um lado da cidade de Aracaju o qual se apresenta paradisíaco para os turistas que desejariam nunca fosse "descoberto" pelos "nativos", ao passo que conhecíamos de perto as mazelas trazidas pela especulação imobiliária e pelo turismo para tantas vidas naquela região. Entretanto, outros sentimentos nos assaltaram durante a escrita. Lembranças de acontecimentos e pessoas, das alegrias que tivemos, das aventuras que fizemos, entre carros atolados, uma cerveja (diariamente) na beira do rio, a água de coco na beira da praia, as quentinhas na hora do almoço na "pista", o calor das andanças com o sol na moleira, os passos incertos sobre tábuas nas ruas e vielas alagadas, as histórias alegres e tristes que tanto ouvimos e vivemos, as pessoas com quem estivemos, as relações institucionais tão desgastantes e muitos acontecimentos mobilizaram alegria,

prazer, saudade e dor. Ali, trocamos palavras, histórias, olhares, sorrisos, dificuldades, indignação e revolta, receitas, alegrias e tristezas, experiências que certamente nos fizeram outras, diferentes de nós mesmas. Reencontros que potencializaram emoções, a retomada de velhos objetos, de novos problemas, questões que certamente nos acompanham há um tempo e que agora se reeditam. Deste modo, impossível tornou-se finalizar esse texto. Ele segue conosco em novas andanças.

Referências

ALEXANDRE, V. C. S. **Ladainhas e mulherâncias**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe. 2012.

BUSS, P. M., PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

CASTELLANOS, P. L. Sobre o Conceito de Saúde-doença. Descrição e explicação da situação de saúde. **Boletim Epidemiológico.** Organização Pan-Americana de Saúde, v.10, n.4, p.25-32, 1990.

CASTORIADIS, C. **Figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANÇA, S. L. A., RESENDE, V. F. **Conflitos ambientais e ocupação da Zona de Expansão Urbana de Aracaju:** distanciamento de uma prática sustentável. Disponível em:http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-470-419-20100903191545.pdf Acesso em: 10 set. 2011.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** 4a. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

HOUSSAIS, A. **Minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2008.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem, 2004.

MARTINS, M. C. As Narradoras de Itaoca: trabalho, infância e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (Orgs). **Política e afetividade:** narrativas e trajetórias de pesquisa**.** Salvador/ São Cristóvão: EDUFBA/ EDUFS, 2009. MINAYO, M. C. S. Saúde e ambiente: uma relação necessária. In: CAMPOS, G. W. S et al. **Tratado de saúde coletiva.** Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, 2009.

PERROT, Michelle (Org). **História da vida privada:** da revolução à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

E o mar vai bater no meio do rio: cadê o ribeirinho?[12]

Maria Augusta Mundim Vargas

A construção deste texto fluiu como o encontro das águas do riacho do Navio com o São Francisco e deste com o mar. O título, todavia, assinala que a força dessas águas já não é mais potente. Se desnudar e se perder no mar é cada vez mais a montante, beirando seu leito, nas beiras de dentro onde outrora recebia o "doce" de suas águas. O mar vem adentrando de tal forma que não se apercebe o estuário em um delta complexo, pois a força das marés vem batendo mais frontal onde, por exemplo, assentava-se o povoado Cabeço. Questionar onde estão os ribeirinhos provocou outra indagação: ribeirinho é somente aquele que vive às margens do rio ou, nesse caso do rio São Francisco, em que o mar adentra cada dia um pouco mais, ribeirinho é aquele que tem as margens e as águas doces na lembrança? Indaga-se ainda: Quem bebe e se serve da água do rio São Francisco se reconhece como ribeirinho?

A intenção é expor "para" os ribeirinhos as motivações que fizeram brotar histórias de vida, depoimentos e

[12] O presente texto apresenta versão expandida do artigo intitulado "Os ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser", adequado para essa publicação.

sentimentos “sobre” os ribeirinhos. Para os ribeirinhos e sobre os ribeirinhos. Aliás, associadas aos ribeirinhos, deparamo-nos com outras nomeações ou denominações tais como vazanteiros, ilheiros, buraqueiros, barranqueiros e beradeiros, fruto de estudos dentre os quais se citam as abordagens etnogeográficas de Almeida (2008); Souza (2011) e Silva e Vargas (2019).

Mesmo considerando a nobreza da intenção, permanece em lapso a ausência dessa constelação de denominações destinadas aos sujeitos que habitam as beiradas do rio. É certo que vimos passar séculos sobre a geo-história dos ribeirinhos do rio São Francisco. O rio e os habitantes de suas margens são mostrados por muitas vozes e muitas abordagens políticas, econômicas, ambientais, geográficas, sociológicas, históricas, dentre outras. Gostaria de estar “com” os ribeirinhos que povoam tão vastas extensões de terras. A despeito disso, os ribeirinhos seguem estranhos e estrangeiros no sentido de que ainda necessitam ser estudados e entendidos.

Será? Ora, os estudos e as abordagens continuam sendo produzidos e afirmando os ribeirinhos como aqueles que são “de lá”, da beira do rio, aqueles de “outra geografia”. Por acaso suas vozes e suas histórias não são nossas vozes e nossas histórias? Por acaso os textos que produzimos há séculos ainda não permitem que os abarquemos conosco, como nosso, como nós?

É nesse sentido que assumimos a parcialidade do que aqui colocamos, bem como, ampliando o sentido de parcialidade, a incompletude de nossos estudos. Ficamos, pois, com as boas intenções, entendendo que trazer/expor a realidade incompleta não significa que negamos aquilo que fazemos, no

meu caso, a Geografia que escolhi para gosto e gozo de minha vida. Significa, sim, afirmar que estou sempre produzindo descrições e análises incompletas porque trazem a parcialidade de meu olhar.

Merleau-Ponty (1999, p. 99) discorre sobre o processo de produção pela fenomenologia da percepção e explica: "[...] a experiência antecipa uma filosofia, assim como a filosofia nada mais é que uma experiência elucidada". Comungamos com ele no que diz respeito à ênfase na experiência e vivência com as coisas, as pessoas e os lugares, pois "tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história [...] trata-se de um ato violento que se verifica exercendo" (p. 19, grifo nosso). Filosofar é também expor a experiência, o que se vive o que se viveu.

Consoante com Merleau-Ponty (1999), entendemos que a relação dos "de dentro" e os "de fora" não ocorra por justaposição, e sim que cada grupo seja ele mesmo, numa perspectiva do "Eu com o Outro" que distingue a visão do outro sobre mim e vice-versa. Isso posto, apresentamos as premissas e os limites deste texto. Primeiramente, ele não se constitui resultado de uma pesquisa e sim revelador da experiência e da vivência com o rio São Francisco. Recentemente, expus parte de minhas vivências com o rio São Francisco, refletindo sobre métodos e metodologias que conduziram meu olhar multiescalar para com os espaços e os territórios são-franciscanos (VARGAS, 2018). Aqui, o olhar volta-se para o ribeirinho. Mas o que é ribeirinho? Como descortinar os sentidos dessa palavra? O que ribeirinho contém ao ser abordado como conceito? O que está contido no contexto "ribeirinho do rio São Francisco"? O que é ser ribeirinho?

É nosso propósito trazer vozes, ideias e opiniões sobre ser ribeirinho, lugar ribeirinho, espaço ribeirinho "de lá", "para cá", deixá-los próximos de nós, conosco.

A empreitada inicia com o desfecho dos conceitos basilares para que as vozes, as ideias e as opiniões sejam postas no contexto de meu olhar aberto ao diálogo. Iniciamos distinguindo o espaço ribeirinho que é dado para receber ações de fora daquele espaço que tem um significado para quem nele habita. O primeiro eu nomeio de espaço genérico que pode ser delimitado e dado à ação, que pode ser comandado e gerenciado a distância. São inúmeros os exemplos de intervenções definidas a distância e feitas no leito do rio e de seus afluentes, em suas várzeas e seus barrancos que influenciaram o modo de vida ribeirinho e provocaram desalojamentos e migrações[13].

O que simplifico aqui nomeando o espaço ribeirinho de genérico corresponde aos espaços planejados tomados como objeto do desenvolvimento. No momento em que se planeja uma estrada, uma barragem, um canal ou uma malha de adutoras, o espaço é abstrato: está na ideia, no papel e na prancheta. Quando se realiza essas obras, observa-se que o espaço real foi tratado pelo planejamento como genérico, pois as obras foram realizadas da mesma forma (técnica, tamanho, extensão, dentre outros aspectos) em vários espaços sem considerar as especificidades de sua geo-história, de sua cultura, de sua economia, de sua base social etc. No contexto do planejamento do desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio São Francisco corresponderia às ações/intervenções iniciadas no século XIX,

[13] Como exemplo, citam-se documentos das décadas de 1980/90 que trazem dados da macroeconomia e da população: Projeto Áridas (1994); IBGE (1991).

grosso modo, de regularização da vazão, desobstrução de leitos, construção de barragens de contenção e geração de energia, artificialização das várzeas, transposição de suas águas, etc., citando as de maior vulto e generalizadas em todo o vale e que incidiram em impactos no seu baixo vale.

Contemporaneamente, há o entendimento desse espaço genérico como território de controle e de gestão das ações ou políticas. A esse respeito, vimos na história do pensamento da Geografia o conceito de espaço abstrato ser tratado pelo método positivista. Todavia, para Milton Santos (1996), "[...] o espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo [...]" (p. 104). Já para Claude Raffestin (2010), o espaço genérico é igualmente abstrato, é aquele que "[...] é dado à ação e o território é criado ou produzido pela ação [...]" (p. 14). O espaço genérico ou abstrato seria, então, aquele teoricamente imaginado ou proposto no contexto do planejamento do desenvolvimento. Assim, sob a perspectiva dos governos que planejaram e executaram inúmeros projetos que afetaram suas águas e margens, o rio São Francisco constitui território de controle do gerenciamento à gestão de suas águas e de suas terras. São territórios criados e produzidos em decorrência de suas ações.

No entanto, para os que nascem e vivem nas beiradas do rio, independentemente desses projetos, o espaço é dotado de outros valores. Nesse contexto, a delimitação do espaço genérico não pode ser medida, não é palpável. O ribeirinho, como ser habitante, e a área de beira de rio passam a ser entendidos como inseridos em um território relacional, como um contexto em permanente produção.

Raffestin (2010) coloca que um conceito vai puxando o outro, ou seja, cada conceito tem origem em outro. Para ele é útil diferenciar o território do espaço em diversas situações. Se o espaço está posto, ele existe. Mas, as relações empreendidas entre as pessoas e suas representações criam e constroem territórios que são "dados à ação" ou "criados ou produzidos pela ação". Rogério Haesbaert (2016, p. 27), também entende a utilidade de se distinguir conceitos, no caso, território e lugar, pois ao tratar o espaço geográfico por intermédio do conceito território, enfatiza-se "[...] as questões envolvendo as relações entre espaço e poder" e, ao se debruçar sobre o lugar, prioriza-se "um determinado olhar para o espaço que destaca sua dimensão cultural-simbólica, o vivido, onde a construção identitária é um elemento fundamental".

É esse o outro significado de espaço. O espaço que tem sentido para quem nele habita. À medida que o espaço adquire significado e formas simbólicas ele é tomado como lugar de morada, lugar de memória, lugar identitário. Para Yi-Fu Tuan (1983), ao tratar a perspectiva da experiência entre espaço e lugar, essa compreensão ocorre quando dotamos o espaço de valor.

Há uma produção significativa na Geografia (e também na Sociologia e Antropologia) que trata dos territórios dos povos – quilombolas, indígenas, mas também veredeiros, geraizeiros e as comunidades ribeirinhas – com a intenção de desvelar seus modos de vida e suas identidades. Dentre os estudos citam-se as produções do Opará – Grupo de Estudos e Pesquisas do rio São Francisco da Universidade Estadual do Norte de Minas – e do Grupo Acqua, em especial aquelas oriundas do Projeto Opará, da Universidade Federal de Sergipe.

Na Geografia de meu entorno e pela intimidade com o pensar de Almeida ([2008]; 2018), devido ao convívio em inúmeras entradas pelas terras e incontáveis encontros com as gentes do São Francisco e dos gerais, segue um breve alinhamento dos constitutivos de território com destaque para sua dimensão cultural-simbólica: i) um modo de vida particular é mediatizado pela cultura (CLAVAL, 1999); ii) o território é objeto de operações simbólicas e se associa à noção de geossímbolo[14] (Bonnemaison, 2002); iii) "[...] o território é antes de tudo uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural." (ALMEIDA, 2018, p. 298-299). De fato, viver com o rio São Francisco engendra um modo de vida particular; ele é a fonte do significado da paisagem; é ele que representa as experiências e as histórias individuais e coletivas, bem como é singularmente colocado nas narrativas dos sujeitos ribeirinhos pelos sentimentos de pertencimentos.

É, pois, pelos limites do delineamento das áreas ribeirinhas como espaço gestado "de fora" e dos ribeirinhos como detentores de um modo de vida particular mediatizado pela cultura e pelo significativo geossímbolo que lhes margeia em rio – o Velho Chico/São Francisco – que desenvolvemos as partes do texto.

---

[14] Joël Bonnemaison utiliza o termo geossímbolo para expressá-lo como aquele "[...] representado por pontos fixos, como construções, caminhos, formas do relevo, rios, árvores, estradas, e itinerários reconhecidos, traçando na superfície uma semiografia engendrada por símbolos, figuras e sistemas espaciais." (2002, p.105).

Após esta introdução, apresentamos a atuação dos governos dos estados de Alagoas e Sergipe, pela construção de uma das adutoras que transportam as águas do rio São Francisco para milhões de pessoas ampliando sobremaneira seu alcance e sua abrangência. Sequenciamos o texto sem, contudo, deixar de pontuar a importância da presença e da proximidade das instituições de ensino superior para os ribeirinhos e para o rio São Francisco, com as vozes de ribeirinhos e de estudiosos sobre o rio e, com elas, os significados e os sentidos atribuídos, no tempo e no espaço, ao seu baixo curso situado após a usina hidroelétrica de Xingó. Em ambas as partes, questionamos a existência do rio colocando em contraponto funcionalidades e sentimentos que procuramos alinhavar na quarta parte, trazendo conjecturas sobre esses dois contextos para, enfim, tecer nossas considerações finais.

O ribeirinho que não vê o rio: cadê o rio?

A pergunta/busca do título "cadê o ribeirinho?" fez-me recordar de nossa atuação na década de 1990, na Universidade Federal de Sergipe, em pesquisas, em movimentos sociais, em eventos e até mesmo como integrante de equipe de consultores acadêmicos para o Ministério do Interior, quando se discutiu acerca dos engajamentos, das resistências e dos conflitos decorrentes do então projeto de transposição do rio São Francisco. À época questionei: há excedente de água no São Francisco que permita demanda cada vez mais crescente, sabendo-se que as previsões abarcam além da irrigação o abastecimento urbano de 220 municípios? Até que ponto a

geração do complexo Paulo Afonso e Xingó, bem como os projetos de irrigação e os sistemas de abastecimento d'água já instalados e programados serão atingidos? (VARGAS, 1995). Essa última questão foi colocada devido à divulgação dos governos de Sergipe e Alagoas de que o abastecimento de água de grande parte de suas respectivas populações urbanas e de seus projetos de irrigação se daria, como se concretizou, pela implantação de sistemas de adutoras com captações das águas do rio São Francisco em vários pontos de ambas as margens a jusante da usina de Xingó.

As adutoras foram planejadas e construídas com pontos de captação ao longo de ambas as margens do rio São Francisco, de acordo com as necessidades dos governos estaduais de Alagoas e Sergipe, ou seja, o espaço real foi tratado pelo planejamento como genérico. Uma visão desse espaço é dada pelas figuras 1 e 2 que correspondem aos mapas que mostram o traçado das adutoras que captam água do rio São Francisco e formam uma malha de dutos sobre os estados de Alagoas e Sergipe.

Figura 1 - Malha das adutoras de Sergipe

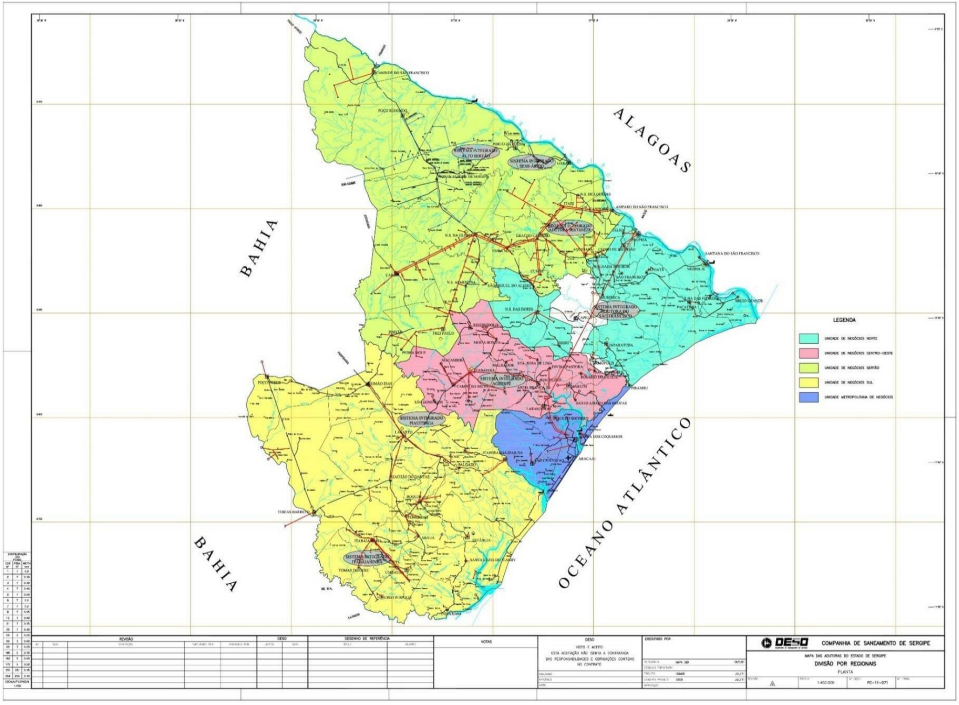


Figura 2 - Malha das adutoras de Alagoas

Visualmente, tem-se a apresentação de dois mapas que mostram a malha das adutoras e os pontos de captação das águas de um mesmo rio. Separados, os mapas mostram as adutoras como projetos e como ações de governos que, desde a década de 1990, vêm proporcionando a irrigação de terras semiáridas e o abastecimento humano até distâncias em que as tecnologias de bombeamento permitem.

Nesse contexto, questiona-se a ausência de informação sobre os limites de captação das águas do rio São Francisco, considerado como rio de abrangência Nacional pela Agência Nacional das Águas (ANA). Quantos metros cúbicos os estados de Alagoas e Sergipe podem retirar do rio, sabendo-se que, na última década, sua "oferta" após a usina de Xingó oscilou entre 550 a 1000 m^3? Existem planos de ampliação da malha de adutoras e de implantação da área irrigada?

Retomando nossas considerações sobre o espaço reafirma-se que à época do planejamento das adutoras e dos projetos de irrigação, o espaço era tomado como abstrato e a malha de dutos era proposta com base em escopos gerais, tais como: abastecerá milhares de pessoas; garantirá o abastecimento; ampliará a área agrícola; gerará empregos, dentre outros. O que isso significa? Dito em outras palavras, significa que as águas correntes do rio São Francisco foram tomadas como a mais significativa solução para suprir a demanda de água das populações urbanas em franco crescimento, bem como para ampliar a área agrícola do semiárido com a irrigação.

Ora, são colocações genéricas e impressas em discursos políticos com a indicação de beneficiamentos e beneficiários em números, sem consideração de cenários futuros de demanda, de oferta, de outras soluções conjuntas, de impactos nas comunidades e na ictiofauna, para citar alguns aspectos. Reafirmamos, propuseram intervenções no espaço, mas que deveriam ser tomadas considerando os referentes já existentes no espaço, quais sejam, os aspectos materiais e socioespaciais do território ribeirinho que já existiam com os valores que a ele já eram atribuídos. As adutoras "cortam" os estados, elas são reais, estão postas, porém, frisa-se, foram projetadas teoricamente, sem considerar os referentes que sublinhamos.

Exemplo dessa desconsideração é a ausência de diálogo entre os estados de Alagoas e Sergipe, pelo abastecimento de água representados, respectivamente, pela Companhia de Águas e Saneamento de Alagoas (CASAL) e pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). Cada Estado fez seu planejamento considerando suas demandas[15]. No presente, ao término da segunda década dos anos 2000, ainda não levam em conta a capacidade do rio e os problemas de diminuição da vazão decorrentes de secas e crises hídricas ocorrentes a montante, pois permanecem retirando do rio o volume necessário para o abastecimento. A Tabela 1 mostra essa demanda.

---

[15] Consideramos, neste texto, apenas a captação de água para abastecimento das companhias de saneamento e, portanto, ressaltamos que milhões de metros cúbicos de água são captados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e por instituições estaduais para suprir as demandas de seus respectivos projetos de irrigação existentes em ambas as margens.

Tabela 1 - Demanda de abastecimento Sergipe/Alagoas.

Adutora	Nº sedes	Nº povoados	População
SERGIPE (DESO, 2006-2015; IBGE, 2018)			
Integrada São Francisco[1]	4	13	903 980
Integrada Sertaneja e Semi-integrada Escurial, Borda da Mata, Lagoa Funda[2]	8	114	54 568
Integrada do Semiárido e Semi-integrada de Gararu, Genipatuba[3]	10	91	137 432
Integrada do Alto Sertão e Semi-integrada Cajueiro, Curralinho, Bom Sucesso, Niterói[4]	3	58	78 029
Integrada Canindé do São Francisco	1	8	29 430
Integrada de Propriá[5]	3	4	38 643
Integrada Santana do São Francisco e Semi-integrada Saúde e Mussuípe	1	2	7 714
Semi-integrada Neópolis e Betume	1	2	18 964
Semi-integrada Brejo Grande e Saramém e Ilha das Flores	2	5	16 783
Subtotais dos sistemas de adutoras	**33**	**297**	**1 285 543**
Totais de Sergipe	**75**	s/i	**2 278 308**
ALAGOAS (CASAL, 2014; IBGE, 2018)			
Sistema coletivo da bacia leiteira[6]	19	s/i	284 874
Sistema coletivo do sertão[7]	9	s/i	177 976
Sistema coletivo do agreste[8]	11	s/i	450 970
Subtotais dos sistemas de adutora	**39**	s/i	**913 820**
Totais de Alagoas	**102**	**-**	**3 322.820**

Fonte: CASAL (2019); DESO (2019); IBGE (2018).
Organização: VARGAS, Maria Augusta Mundim.

1-Abastece Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e Malhada dos Bois. Além dos 13 povoados foi considerada a população (40 mil) de bairros do município de São Cristóvão situados na zona de expansão da capital Aracaju. 2-Abastece Aquidabã, Amparo do São Francisco, Canhoba, Feira Nova, Gracho Cardoso, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes e Cumbe. 3-Abastece Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora da Glória, Nossa

Senhora Aparecida, Pinhão, Pedra Mole, São Miguel do Aleixo, Ribeirópolis, Moita Bonita e Gararu. 4-Abastece Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha e Poço Redondo. 5-Abastece Propriá, Telha e Cedro de São João. 6-Abastece Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Carneiros, Dois Riachos, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Maravilha, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira. 7-Abastece Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Pariconha, Inhapi, Mata Grande, Olho D'Água do Casado e Piranhas. 8-Abastece Arapiraca, Campo Grande, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande, Piaçabuçu, São Brás e Traipu.

Em síntese, os 33 municípios sergipanos e os 39 alagoanos que são abastecidos com as águas do rio São Francisco correspondem a, respectivamente, 44,0% e 38,2% do total dos municípios dos estados. No entanto, observa-se que esses municípios ocupam 43,1% da área de Sergipe e 52,0% da área de Alagoas e, ainda mais importante, é a sinalização de que 56,4% de sergipanos e 27,2% de alagoanos recebem abastecimento das adutoras que captam águas do rio São Francisco. Diante desses quantitativos não se admite normal, regular, usual e natural o texto do site da Casal que explicita “a existência do rio São Francisco como único manancial com vazão segura em toda a região do semiárido alagoano e a escassez de mananciais, mesmo na área do Agreste, determina a existência dos sistemas coletivos”. E, o mesmo pode ser considerado para a realidade sergipana.

É fato a ausência de planejamento, gestão e governança que considerem a realidade de escassez nas ações atuais e na busca de soluções alternativas e complementares que suspendam a continuidade de captação das águas do rio São Francisco. É fato a manutenção e persistência desse rio como único manancial sem que planos de governo e projeções das

companhias de abastecimento considerem propostas de captação de águas subterrâneas, o que, no nosso entendimento, é mais importante e premente, bem como sistemas singelos de abastecimento; barreiros de salvação em leitos intermitentes; dessalinização; revegetação de cabeceiras; ampliação e melhoramentos tecnológicos de cisternas de captação de água de chuva, dentre outros.

A grandiosidade da malha de adutoras – em quilômetros de linha e área ocupada – talvez explique a desconsideração ou secundarização de outras soluções. Pode-se aqui traçar um paralelo com o planejamento da matriz energética brasileira, que priorizou grandes usinas hidrelétricas com a justificativa da abundância do "recurso" água no país, não obstante, atualmente, já se considere equivocada a grandeza de muitas barragens. O mesmo pode-se afirmar para os problemas socioambientais causados pelas monoculturas, em ordem cronológica de nossa história, pelos dos ciclos do café, cana-de-açúcar, pinus/eucalipto e soja. Em todas essas situações de planejamento, observa-se a grandiosidade da escala do espaço abstrato e genérico nos documentos e planos institucionais com a justificativa de que o Brasil é um país de dimensões continentais. No entanto, desconsideram as singularidades e a diversidade de soluções que permitem compatibilidades entre múltiplas escalas da operacionalização tecnológica. Como exemplo da realidade do São Francisco como único manancial, entende-se que, sem eliminar o atual sistema de abastecimento, a captação de águas subterrâneas, bem como a instalação de sistemas singelos de captação de águas de chuva e de poços, em pequena escala e multiplicada, acarretaria o prolongamento

temporal do abastecimento de milhares de pessoas pelas adutoras[16].

O que se planeja, abstrata e genericamente, é sobredeterminante ao espaço real, às socioespacialidades. Tomar e manter o rio como um espaço de gestão e controle da malha de adutoras e de canais de irrigação implica a permanência do problema da concentração de renda e da destruição dos lugares de sentido para populações.

O traçado das adutoras e a importância do rio São Francisco para o abastecimento permite-nos questionar: a população abastecida pelas águas do rio São Francisco pode e deve ser considerada como ribeirinhos que não veem o rio? Quem não vê o rio não é ribeirinho? Podem ser considerados como ribeirinhos "de fora" aqueles que não veem o rio São Francisco, mas que consomem suas águas sem, contudo, usufruir dos espaços ribeirinhos, conhecer a cor de suas águas, sentir os ventos de rio e viver em suas margens? Quem não conhece o ribeirinho e o considera "de lá" da beira do rio é, para o ribeirinho, aquele "de fora" da beira do rio, mas que, cotidianamente, bebe de sua água subtraída pelos visíveis canos e bombas.

Tamanha dependência a um "recurso" finito nos coloca em situação de extrema fragilidade, pois considera o rio como

---

[16] Essas colocações abrem espaço para se pontuar a importância das análises de riscos que, embora extrapolem o nosso foco de discussão, merecem citação no que diz respeito à associação das teses sobre mudanças climáticas, quanto à variabilidade e à intensidade dos fenômenos climáticos, com as reduções drásticas nas vazões da barragem de Xingó e o quanto podem implicar graves consequências.

único manancial de abastecimento dessas cidades e desses povoados interligados por adutoras e, nós, como incapazes de considerar o rio como um bem que fornece àqueles "de lá de suas margens" o sentido de ser ribeirinho, como também à nós, "os de cá das beiras das adutoras".

Poderia ou deveria então considerar como ribeirinhos os milhares de sergipanos e alagoanos que são abastecidos com as águas do São Francisco e outros tantos que cultivam milhares de hectares de terras com sistemas de irrigação? Para corroborar, portanto, a discussão, indaguemos: O que é ser ribeirinho do rio São Francisco? Quem se serve da água do rio São Francisco pelas adutoras e canais de irrigação agrícola é ribeirinho?

Quem vê, olha e enxerga o rio: qual rio?

Quem vê o rio olha nele a razão de seu dia a dia e enxerga o rio São Francisco como herança de seus antepassados, certamente, é do rio. Rio adentro, ele é também ribeirinho, beiradeiro, ilheiro, vazanteiro, barranqueiro. E, ao olhar o rio São Francisco de um modo particular, como se esse tivesse voz e memória, Ivo das Chagas (2014, p. 2) considera-o como "construtor de uma surpreendente civilização barranqueira", pois, quem

> [...] conhece o meu vale e sua história há de se admirar da incrível transformação do colono de um modo geral e do vaqueiro em particular, em tropeiros, carreiros, boiadeiros, amansadores de animais bravios, fazendeiros, canoeiros, barqueiros, pescadores, agricultores [...] cepa

> de gente forjada a ferro e fogo, resultante da mestiçagem do branco aventureiro com o indígena rebelde e em menor grau com o africano sedicioso [...] este é o meu povo, esta é minha civilização. Civilização hoje muito falada, barrancas muito comentadas, povo ainda esquecido, vida pior do que a de antanho. (CHAGAS, 2014, p. 37-40).

O vale do rio São Francisco, em seu último trecho, após a barragem de Xingó, atravessa os domínios morfoclimáticos do mais árido ao litoral úmido, registra Vargas (2003, p. 117): "[...] essa decalagem pode ser observada pelas características da paisagem que de oeste para leste e no sentido das águas, descortina as caatingas, as matas galerias, os cerrados, as restingas e os manguezais." Como assinala Trigueiros (1977, p. 16,17),

> O vale do São Francisco no que pesem as leves variações ocorrentes não é apenas um todo econômico e social, mas também, e sobretudo, um todo dialetal inconfundível [...]. As atividades[...] da vida originaram hábitos e costumes eminentemente próprios [...] engendrando uma forma toda especial e característica de expressão, acabaram por se incorporar à personalidade do sãofranciscano.

É assim que se descortinam a herança e os modos de vida sob o olhar daqueles que atinaram para a função das canoas de tolda e das chatas que subiam e desciam o rio:

> [...] o tempo corria mais macio e o final de ano, uma boa cheia, que dava uma boa colheita e mesa farta pro povo da margem, com peixe bom... e assim, com a

> produção da praia ao sertão, nas lagoas, nas várzeas, vinha o movimento das canoas, de rio acima, de rio abaixo... carregando de um tudo: tijolo lá do Pantaleão, do Mato da Onça, pedra da Tabanga, madeira, telhas e macaxeira, o embu, o feijão de corda, tudo coisa do sertão, e todo o mangaio da praia: peixe seco do mar, coco, camarão do mar, manga das ilhas, sim, mangaba, esteira das taboas dos brejos da várzea do Betume, sal das salinas, esteira bem cheia, vassoura de piaçaba, pense numa vassoura boa, essas de plástico de hoje não valem uma bosta. E arroz muito. (Baixo São Francisco, entrevistado por Ribeiro Junior[17], 2018, p. 72).

Pelo rio o movimento da vida é medido por quem espia o vai e vem de canoas e barcos com gentes, coisas, novidades e histórias. Pelo rio, o tempo histórico é "medido" como movimento, duração, sequência, cronologia, periodização, como colocam Saquet et al (2010). Em janeiro de 2019, a moradora do povoado Bom Sucesso/SE, na margem sergipana, com seus 84 anos, expressou como guarda o rio São Francisco em suas memórias. Ela relata sua vida entre a caatinga e a beira do rio. O pai foi vaqueiro e pescador. Na caatinga, viviam em casa dos patrões enquanto o pai se ocupava com a lida do gado, mas na beira do rio desse povoado, a casa era dele,

> [...] quer dizer nossa porque agora, ela é minha que herdei. Quando tinha condições, mãe plantava um arroz ali atrás na lagoa; no rio Deus me livre de chegar muito

[17] Ribeiro Junior centraliza seu texto nas idas e vindas de Canoas de Tolda, nas vivências com o Rio São Francisco sobre e com as Canoas de Tolda. No curso de seu texto, cita povoados e sedes de Piranhas à foz e, por esse motivo, sinalizamos, genericamente, Baixo São Francisco.

> perto para nadar, colocavam muito medo em nós. Mas era verdade! O rio era forte e cheio e perigoso, dava medo mesmo. Olha ali no fundo de minha casa aquela pedra de junto do girau: ali batia o rio e era ali que nós lavava a louça e as panelas e, aquela árvore (aponta) lá em baixo da rua, era onde amarravam as canoas. Até eu crescida foi assim, uns tempos lá no alto das caatingas e outros aqui em baixo, na beira do rio. Pai e mãe agarrado em nós que nem aprendemos a ler. (Bom Sucesso, povoado de Poço Redondo/SE, entrevistada por Silva e Vargas, 2019, p. 6).

Ser pescador representa o rio e é ser representado por ele, pela herança e pelas vivências. Para Leff (2001) o *habitat* é definido ao ser habitado, o que possibilita criar hábitos e os sentidos da existência, de existir, de ser-no-mundo, como coloca Heiddeger (1995). É, pois, pelas formas de apropriação do ambiente que identificamos os ribeirinhos:

> Eu conheço as beiras desse rio todinha, é só proa. Ninguém pesca quase nada, depois desse mato que tá crescendo no rio, ninguém pega peixe. No meu tempo eu alcancei o navio chegando aqui, passando pelo Escurial. O navio vinha cheio de médicos. Peixe era só do muito e hoje mudou tudo. (Rabelo, comunidade de Traipú/AL, entrevistado por Silva e Vargas, 2019, p. 7).

> Eu sou criado aqui, nasci e me criei no rio. Pesco desde 15/16 anos, tô nessa idade e não quero dexá, eu não dexo, gosto de pescaria, mesmo que o que a gente pega só dá para comê. Aprendi a pesca com a natureza e minha cabeça mesmo. Meu tio e minha mãe pescava de gereré na lagoa, eu via aquilo... aí a veia morreu, eu fiquei com

> meu pai. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira[18], 2004, p. 89).
>
> A pesca tem futuro, mas não garante emprego ou meio de vida para muitos, primeiro porque o pescador não pode ser preguiçoso nem medroso, tem que enfrentar o rio. (Canindé do São Francisco, entrevistado por Vargas, 1999, p. 193).
>
> Nós era parceleiro do projeto da CODEVASF e agora nós está no novo projeto como agricultores, mas desde criança somos pescadores [...] Todo mundo tem carteirinha do Ibama e apesar da pesca tá fraca, sempre dá uma coisinha. (Povoado São Pedro, Propriá/SE, entrevistado por Almeida e Vargas, 1999, p. 62).

Saquet et al. (2010) salientam o caráter histórico dos territórios e das territorialidades e asseveram ser o tempo processualmente relacional: "[...] é o efetivar-se do tempo histórico e das coexistências, pois vivemos diferentes temporalidades (históricas e simultâneas, com diferentes ritmos, uns mais lentos, outros mais rápidos) e territorialidades em distintos momentos[...]" (p. 56-57). As experiências e as histórias individuais e coletivas saltam nas narrativas dos ribeirinhos,

---

[18] Falas extraídas dos mapas do tempo elaborados por Vieira (2004), que privilegiou o sexo e a idade dos entrevistados. Os 23 depoimentos que compuseram a coleta de seu estudo foram colhidos "nos municípios sergipanos de Própria, na sede de Santana do São Francisco e no seu povoado Nossa Senhora da Saúde" (VIEIRA, 2004, p. 43). Por esse motivo, sinalizamos Baixo São Francisco como a localização das entrevistas feitas por essa autora.

A festa de Bom Jesus dos navegantes é a vitrine de Propriá/SE para o país, é a maior identidade cultural do município [...] a procissão fluvial é acompanhada por muitos barcos e mais de 30 canoas e enquanto ela passa acontece a disputa de fogos. (Propriá/SE, entrevistado por Vargas e Neves, 2009, apêndice do relatório).

A festa de Nossa Senhora da Saúde, padroeira de Piranhas/AL reúne moradores, visitantes e os filhos da terra que revisitam a cada ano. Os parentes, os lugares, a infância e as orações são revisitados na festa que dura 7 dias. (Piranhas/AL, entrevistada por Silva e Vargas, 2019, p. 7).

[...] desde quando era pequeno, Santana do São Francisco já se destacava pela produção de artesanato de argila. É a antiga tradição e o ofício é aprendido na própria família. Eu comecei como candango e hoje já passei meu conhecimento para um candango que prepara o barro e faz acabamentos. (Santana do São Francisco/SE, entrevistado por Vargas e Neves, 2009, apêndice do relatório).

[...] o bordado Boa-Noite é muito antigo e hoje ele e as peças dos artesãos de madeira deixaram a Ilha conhecida em muitos lugares. Pode pesquisar na internet que vai encontrar notícia sobre o artesanato da Ilha do Ferro. (Ilha do Ferro, povoado de Pão de Açúcar/AL, entrevistado por Silva e Vargas, 2019, p. 6).

O João Valentim é bem o sétimo filho homem que vira em lobisomem em dia de lua ou quando tem precisão. Ele vira um enorme cachorrão, porque dizem que o irmão mais velho tinha que ter batizado ele. Ainda tem quem conta essas histórias da avó; é que o povo mais velho

> fazia isso com a gente para assustar segurar em casa e não faltar com os mais velhos. (Gararu/SE, entrevistado por Almeida e Vargas, 1997).
>
> O João Valentim bateu aqui na minha porta por duas vezes. Uma vez na porta do fundo e poucos dias depois, vi ele pela janela da frente. Nesses dias dormimos eu, a mulher e os filhos numa esteira tudo amontoado. (Mocambo, povoado de Porto da Folha/SE às margens do São Francisco, entrevistado por Silva e Vargas, 2019, p. 8).

Com efeito, as histórias sobre o rio São Francisco dão sentido à sua reprodução como referente da vida, como substrato de um modo de vida. Para Almeida (2005, p. 109), "[...] território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas [...]", tal como Stuart Hall (1999, p. 76) abarcou o sentido do lugar como familiar, específico e delimitado (ver Figura 3).

Figura 3 - Apropriação simbólica-expressiva do espaço pela forma do olhar e mostrar o rio.

Foto: SILVA, Cicero Bezerra 2019.

Os sentidos da existência e a familiaridade com o lugar são apreendidos pelas narrativas:

> A beira do rio aqui tem pouca várzea por causa do barranco alto [...] Em todo o município tem uns 20 pescadores, mas na época de peixe, aparecem centenas

que aproveitam a fartura. O rio era bom de peixe nas cheias entre novembro, mas agora depois do enchimento do lago Xingó, a água tá tão controlada que não dá mais cheia. (Canindé do São Francisco, entrevistado por Vargas, 1999, p. 192).

A morada no beiço do rio é uma graça de Deus, mas o tempo não tá bom, ninguém vive mais só da pesca. Eu mesmo botei um bar na beira do rio pra vê se as coisas dão uma melhorada. Plantar aqui só com a água da chuva, mas os invernos acabaram. Quando o rio enchia os caldeirão [lagoa/várzea], era só fartura... camarão só do muito. Hoje ninguém vê mais isso. (Barra do Ipanema, povoado de Belo Monte/AL, entrevistado por Silva e Vargas, 2019, p. 8).

A gente toda daqui plantava arroz nas lagoas. Mas o rio não bota mais cheia e aí ficamos de alugado e de meeiro de feijão e mandioca, quando dá. Antigamente a pesca era melhor porque a cheia era da natureza com água barrenta. Agora a cheia é de água limpa e o peixe vem menos. (Povoado Lagoa primeira – Gararu/ SE, entrevistado por Vargas, 1999, p. 200).

Tem horas que dá vontade de chorá de raiva. Meu barco tá passeando, tão fazendo turismo com meu barco, por falta de condição que o rio oferece [...] chega doeu no meu peito falá que pescado pode acabar. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira, 2004, p. 88).

Faço barco e coisas de casa também, me viro trabalhando de garçom. Meu menino de 17 anos, fiz um barco para ele. Ultimamente sinto uma tristeza só, se tem uma coisa que eu gosto é do rio, é pesca. Se eu enricasse não pescava pra viver, vivia pra pesca, mas o rio morreu,

> acabou. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira, 2004, p. 94).
>
> Tem bastante significado apesar de ter vivido em outros lugares. Embora o município trabalhe em passos lentos em termos de estrutura vale a pena morar aqui. (Brejo grande/SE, entrevistado por Vargas e Neves, 2009, apêndice do relatório).
>
> Aqui tudo é ribeirinho onde a população vive da pesca e da rizicultura, mas a grande geração de renda está no serviço público. Antes, como o próprio nome diz, era rodeado de flores. É a minha terra. (Ilha das flores/ SE, entrevistado por Vargas e Neves, 2009, apêndice do relatório).

No entendimento de Merleau-Ponty (1999), perceber as coisas e o mundo não resulta em olhar, mas na maneira que olhamos, como acolhemos o que se percebe traduz, portanto, a existência em suas diversas situações. Assim, os ribeirinhos percebem o rio e se percebem,

> Esse município já foi bonito agora está decadente. Alguns eventos importantes deixaram de existir como desfile cívico e o terço das almas. O acesso está em péssimas condições embora a beleza natural esteja na beira do rio São Francisco que banha toda a cidade. Se acabou a única produção agrícola que era o arroz. Deixaram de plantar arroz para capineiro para o gado. Os maiores donos das terras são pessoas de fora da cidade que não tem interesse no desenvolvimento local. (Amparo do São Francisco/SE, entrevistado por Vargas e Neves, 2009, apêndice do relatório).

Todas as casas da “rua” da frente- a gente diz para a frente do rio, para a praia, estão assim fechadas porque os donos não moram aqui. Visitam nos finais de semana, férias e festas. O povo daqui foi vendendo as casas, indo embora e os que ficaram construíram lá atrás. (Curralinho, povoado de Poço Redondo/ SE, entrevistada por Silva e Vargas, 2019, p. 6).

Desde quando começou a hidrelétrica de Paulo Afonso, foi a mais próxima, foi a que maltratô mais gente, faltou toda espécie de peixe. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira, 2004, p. 85).

Eu pescava xira, piau, robalo agora não encontra mais não, o peixe de agora é tucunaré, uma tilapiazinha que botaram [...] de repente ninguém pode mais pescar no rio, tá demais o mato, não pega mais pexe. Quando tinha enchentes todo tempo o rio era limpo, evitava a sujeira. É por causa das barrage que o rio não enche. É uma diferença muito grande de antes, é grande mesmo. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira, 2004, p. 113).

A última enchente que nós tivemos aqui tá com 12 anos. Se fosse para sobrevivê do pexe desse rio nós já tinha morrido. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira, 2004, p. 121-122).

Dizem que o rio tem surubim comedor de gente, nego d’agua e mão d’água que afugentam os que não respeitá o rio, mas é que eles vão pescar e não encontram nada porque o rio está poluído. Nego d’água e mãe d’água é um casal. Ele é cabeludão e ela aparece como lontra para uns e para outros como sereia. (Brejo Grande/SE, entrevistada por Almeida e Vargas, 1999, p. 32).

> Antigamente a gente passava com lancha pra lá e pra cá. Lá na formozinha, tem um canal pra sair, lá na frente de Propriá, já não passa. Tem aquele outro, um canalzinho da Itiuba que entrava pra sair na frente, de frente pra Belém, já não passa. Tem é muitos canal, tudo é ilha, tudo, tudo... Às vezes é fundo e não pode andar, que é um cabelo que só, pensa que é raso e sai o remo todo. Tem que andar pelos locais que hoje está morto pra filmar e passar na televisão, ói esse local era que o rio tinha tantos metros de fundura e hoje praticamente soterrado, entendeu? O navio passava no porto de Penedo, hoje o porto tá lá que é só crôa, só ilha, e o navio passava por lá...o rio tá sem força, o rio corre pouco todo cheio de recanto, todo cheio de parada. Agora é garrafa de plástico, pneu velho, é pedaço de ferro. (Baixo São Francisco, entrevistado por Vieira, 2004, p. 126-127).

Com essas colocações, buscamos expor a construção de um ambiente cultural que guarda suas tradições com o rio impressas nas procissões, nos (des)entendimentos sobrenaturais, nos desenhos dos bordados, nas formas das peças, nessas e, como demonstrado mais acima, em tantas outras práticas com e pelo rio. Intencionalmente, procuramos as vozes dos ribeirinhos sobre determinados assuntos em tempos distintos, de 1997 a 2019.

Nesse sentido, destacamos algumas características da cultura que nos permite entendê-la como viva, em constante movimento. É a história que dá sentido à reprodução de algo, com ou sem mudanças significativas. É o peso da história que preserva o sentido de uma determinada expressão cultural de geração a geração, e é no curso da história que se recria uma

nova expressão cultural que automaticamente é inserida na história.

Destacamos também, a capacidade que os ribeirinhos têm de ressignificar suas histórias, e técnicas, criando expressões culturais únicas. O rio São Francisco é, pois, a herança e o modo de vida, a fonte do significado da paisagem, a representação das experiências e das histórias individuais e coletivas.

Ribeirinho da beira e de alhures

Aportamos com essas informações dois caminhos constitutivos e construtivos do espaço, que, como já mencionamos inicialmente, traduzem a parcialidade de meu olhar focado nas trajetórias do rio que adentra espaços de Alagoas e Sergipe pelas adutoras e do rio cujo leito se distancia dos ribeirinhos e cujas águas rasas não mais escondem peixes.

De pronto, questiona-se: seria possível a ocorrência de diálogo entre governos e os estados de Alagoas e Sergipe utilizando-se das implicações técnicas, administrativas e conceituais de uma governança e que abrangesse, para além das estruturas estatais (e das políticas públicas), a participação das comunidades, instituições privadas e sociedade civil?

Estaríamos conjecturando ou sinalizando que é possível a governança qualificar a capacidade do poder público através de mecanismos institucionais e acordos informais? É possível efetivar a governança em que pesem: i) a análise e o esclarecimento dos papéis dos atores, dos mediadores, dos

programas, dos trabalhos e das relações existentes e ii) a prática e o reconhecimento da reciprocidade de interesses e da colaboração entre as instâncias decisórias?

Braghini (2016) apresenta conceitos e reflexões sobre governança em áreas protegidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Por extensão, entendemos margens e ribeirinhos como territórios especiais merecedores de políticas de preservação e de conservação que considerem o trabalho, os mediadores e os programas como "[...] tríade fundamental dos meios de intervenção no ambiente geral [...]" (RAFFESTIN, 2010, p. 19). Em 2009, Fonseca e Bursztyn já haviam sinalizado que a banalização no trato e no uso da sustentabilidade em manuais de boa governança, igualmente pertinente para os territórios ribeirinhos aqui considerados, dificulta a eficácia e a prática de políticas ambientais de desenvolvimento. Para esses estudiosos, a efetividade da boa governança "[...] não depende da quantidade de critérios, mas sim de sua pertinência e factibilidade [...]" (FONSECA; BURSZTYN, 2009, p. 34) e, sugerem como referencial de ação e entendimento a noção de governança suficientemente boa tal como proposta por Grindle (2007). Fonseca e Bursztyn (2009), ao analisarem o referencial da boa governança nesse autor, mencionam que "não existem características pré-determinadas para que o processo de governança seja efetuado" (p. 37) e, nesse contexto, eles asseveram ser fundamental "definir em cada contexto quais características são realmente necessárias, quais são apenas ideais e quais são inviáveis (p. 38).

Sob essa ótica, quais desafios estão postos para serem ultrapassados? É possível um diálogo interestadual, intermunicipal, interinstitucional num contexto de políticas e de

participação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco que perpassam todos os níveis federativos?

Entendemos que, para aqueles que não veem o rio, ser um ribeirinho está posto como condição objetiva tanto quanto são as adutoras para eles, pois estas garantem que o recurso água do rio São Francisco permaneça como fonte de abastecimento urbano e agrícola. Mas, para que as condições de abastecimento perdurem há que se estabelecer, minimamente, os limites de uso, isto é, o limite máximo de captação de água, expressões tão usadas e aplicadas em estudos de potenciais, fragilidades e vulnerabilidades desde a década de 1970, quando se iniciou uma discussão mundial sobre a crise ambiental.

Objetivamente, observa-se que, na última década, há para os ribeirinhos, sejam eles sergipanos ou alagoanos ou ainda "de dentro e de fora", uma oferta diminuta de água, bem inferior ao limite mínimo de 1300 m^3/s que o planejamento dos barramentos sinalizaram como vazão mínima (ver Figura 4). Por outro lado, há que considerar as previsões de ampliação da captação de suas águas com a crescente demanda do consumo urbano e a expectativa de construção, no lado sergipano, de mais um canal, o canal Xingó. Esse canal está projetado, portanto, num contexto de planejamento, desde a década de 1990 e, desde então, é recorrente sua possível concretização inserir-se em discursos e demandas políticas.

Figura 4 - Áreas de areia correspondentes ao antigo leito do rio São Francisco em Sergipe, primeiro plano e Alagoas, ao fundo.

Foto: SILVA, Cicero Bezerra, 2019.

No início dos anos 2000, quando a prometida cheia artificial do último trecho do rio São Francisco completava sua primeira década de espera e, em um movimento contrário, sua vazão era paulatinamente diminuída[19], apontávamos o cenário contraditório e o descompasso entre o espaço planejado para as várzeas e para as águas do rio com o desenvolvimento das

[19] Como colocado pelo planejamento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a vazão mínima para a manutenção da "integridade" do rio São Francisco na usina de Xingó seria de 1300 m^3/s, mas turbinas foram desativadas e a vazão do rio alcançou parcos 550m^3/s. Em 23/01/2019, a Chesf anunciou nos telejornais de Sergipe que iria aumentar a vazão para 1100m^3/s paulatinamente, nos próximos dias. Segundo os ribeirinhos, "[...] fazem isso todos os anos para a festa de Bom Jesus dos Navegantes"(SILVA; VARGAS, 2019). Assertivos ou não, em 05/02/2019, a Agência Nacional de Águas (ANA) acatou solicitação da CHESF para garantir a vazão no período seco e autorizou a redução para 700m^3/s.

comunidades ribeirinhas propalado como consequência do planejamento desse espaço. Óbvio que, tomado como espaço genérico, ressaltamos a desconsideração para com o pulsar orgânico dos habitantes do baixo São Francisco tanto quanto para as habilidades tradicionais e o sentimento de pertencimento que resistem a sucessivas requalificações: "Mas, certo, o sentido do baixo São Francisco ainda está distante de ser coisificado [...]" (VARGAS, 2003, p. 130).

Tais colocações são assumidamente postas há mais de uma década e, àquela época, eram coincidentes com as de outros tantos estudiosos que também discutiam o grande projeto de transposição para o Nordeste setentrional, bem como a periodização de cheias artificiais que garantiriam as condições socioambientais de reprodução do baixo curso do rio São Francisco, pois com a represa de Xingó, as grandes cheias ficaram definitivamente suspensas. A intenção aqui não é repetir, ao contrário, é nossa intenção lembrar, memorar, reavivar, relembrar, rememorar e evocar os encadeamentos da crise ambiental mundialmente exposta desde a década de 1970, tanto e quanto for necessário.

É comum nos depararmos com estudiosos que teimam em usar os verbos no passado quando se referem à dominação da natureza, pela crença de que as tecnologias e os avanços do conhecimento foram e tenham sido capazes de suprir abusos no processo de dominação e, mais ainda, ampliar as benesses com melhores condições de vida. Por outro lado, em contraponto, é também cada vez mais comum o entendimento de que a crise ambiental, apreendida desde a década de 1970, não tenha sido superada por esse generalizado "racionalismo ambiental" (LEFF, 2001). Assim, permanecemos em busca da compreensão

da “nova” natureza humana frente à natureza e, dialeticamente, frente a nós mesmos.

Nos idos de 1999, Bortolozzi e Perez Filho afirmaram que a modernidade não estava extinta devido à preponderância do racionalismo ambiental, abrindo caminho para eles discutirem cidadania e melhores qualidade de vida. Buscamos esses autores pelo fato de terem se inspirado em Milton Santos (1987) ao considerarem que o racionalismo provocou a (des)organização do espaço/territorial – tal como mostramos nos espaços/territórios do Baixo São Francisco pelas ações de “fora para dentro”, de “cima para baixo” –, de longe da realidade. Eles desenvolvem suas colocações afirmando que em consequência dá-se – e ocorreu no baixo São Francisco –, a degradação das paisagens concomitantemente à produção do “espaço-lugar do não cidadão” pois:

> [...] uma má gestão territorial provoca não só a degradação das paisagens naturais, mas principalmente, passa a ser um instrumento eficaz no processo de degradação humana quando divide o espaço em áreas de ricos e pobres (BORTOLOZZI; PEREZ FILHO, 1999, p. 17).

Sobre o Baixo São Francisco – embora em referência a uma perspectiva mais ampla, Monteiro ([1962]; 2013, p. 103), conclui: “[...] são problemas que assentam suas bases no próprio homem, mercê de poderosos fatores de organização social, os quais se refletem sensivelmente na estrutura econômica.” Nesse contexto, emerge nossa leitura em conformidade com a tipologia crítica elaborada por Denis Cosgrove (1998) ao apreender no espaço dos ribeirinhos uma paisagem “residual”, reveladora da falta de condições de desenvolver desafios frente às ações

formadoras da paisagem “dominante”, impressa pelas bombas de captação, pelo assoreamento e pela emergência de lodo em decorrência dos barramentos, dentre outros. Sem novas perspectivas e alternativas de reprodução sociocultural, o Baixo São Francisco expõe uma paisagem residual por perder sucessivamente os elementos de seu significado original, tal como definiu o autor. O meio da pesca e do transporte se esvaem tanto quanto a imaterialidade de ser ribeirinho, das canoas de tolda, dos Negos D'Água e das festas.

Tratar da degradação ambiental e humana pela imperiosa necessidade de se estabelecer alternativas e sem que se alterem as motivações econômicas e economicistas, certamente, mascara, esconde, camufla, disfarça, enfim, dissimula, pela aparência enganadora, a crise existencial que vivenciamos. Para Santos e Machado (2004, p. 81),

> [...] é uma crise da sociedade no ambiente, é uma crise de valores, de percepção”. Elas indagam se percebemos os recursos naturais – no nosso caso, a base física dos ribeirinhos incluindo, óbvio, o rio São Francisco –, como parte integrante da nossa vida ou “mercadoria para satisfazer nossas necessidades.

Salienta-se que, para Merleau-Ponty (1999), a percepção não é aquilo que acolhemos pelo olhar como forma de um conjunto pré-existente. A percepção somente tem sentido pela subjetividade viva do ser que percebe; “[...] a percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles[...]” (p. 6). Embora entendamos que a ação do homem na natureza bem como a crise ambiental vêm sendo exaustivamente debatidas no campo metódico do conhecimento, acolhemos os fundamentos

da fenomenologia existencial, que expõem o contraponto entre ter e ser, entre homem e natureza, para o entendimento das diversas crises nomeadas política, econômica, ética, ambiental etc., em sua síntese: uma crise existencial.

Pelo exposto, o sentido de ser ribeirinho – os de lá da beira do rio – é, portanto, apreendido pelas identidades construídas pela materialidade das práticas vivenciadas e herdadas com o rio, com o meio, com a paisagem ribeirinha. No entanto, a percepção de que o rio São Francisco pertence ao cotidiano de milhares de agricultores e famílias dá uma dimensão existencial para suas vivências. Essa percepção pode vir a ser acolhida pelos "usuários do recurso água" com a consciência de um olhar que vê e enxerga, para além de sua paisagem, o sentido de suas existências: é a subjetividade viva do ser que percebe!

Cremos pertinente findar nossas conjecturas citando parte do texto *Da foz à nascente: o recado do rio*, de Nancy Mangabeira Unger (2001, p. 43), onde expõe o conhecimento como conascimento, ou seja, "[...] nascer com o Outro nessa mutualidade do 'nós' que fundamos em cada relação[...]", e acrescenta:

> Mas esse "nós" só se funda à medida que acolhemos esse dinamismo do real, do qual somos também expressão, desde que nos tornemos "amigos do sendo". Por um lado essa amizade implica renunciar [...] a dominar o mundo [...] sem essa renúncia, sem uma reapropriação de nossa verdadeira humanidade, continuaremos a devastar o planeta [...]. por outro lado a amizade existe [...] quando assumimos que nossa vocação existencial não é a de subjugar as coisas, mas deixá-las se manifestarem

> enquanto tais, e não enquanto objetos cujo valor reside em como podem servir a algum objetivo humano. (UNGER, 2001, p. 43).

Considerações finais: arremate complementar

Os encontros com o rio São Francisco ocorreram assim, nos caminhos de águas que fluem pelos comprometimentos de nossa vida para com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Construímos este texto com auxílio de minhas leituras, vivências e produções "sobre e com" a geografia do rio São Francisco, crédula de que consiste em mais uma produção no sentido de restabelecer correnteza e força do rio e, com elas, o reconhecimento dos ribeirinhos.

Nossas colocações foram norteadas por inquietações e indagações de como trazer o sentido de ser ribeirinho como um jogo de tabuleiro: ser ribeirinho para os ribeirinhos das adutoras, "os de dentro", para perto dos ribeirinhos do São Francisco, "os de fora"; ou seria o contrário, os ribeirinhos das adutoras serem os "de fora" e os ribeirinhos do São Francisco serem os "de dentro"? Como reunir a todos "conosco" no comprometimento da convivialidade com o rio?

Pelos demonstrativos de vazão do rio São Francisco com quantidades inferiores à meta estabelecida, apontam-se situações de alerta para estudiosos e planejadores em que pesem: i) o não cumprimento da vazão mínima de 1300m^3 põe em risco todo o Baixo São Francisco caso ocorra fenômeno climático extremo, com seca severa, incorrendo em maior grau de vulnerabilidade

para o rio como curso d'água, para a qualidade de suas águas, para a piscosidade, enfim, para as atividades socioeconômicas praticadas com o rio; ii) a inexistência de documento oficial, em nível federal, da suspensão oficial de construção da barragem de Piranhas, a jusante da barragem de Xingó e, em nível dos estados de Alagoas e Sergipe, a inexistência de intenção de cancelamento oficial de projetos de captação de águas do rio São Francisco e de ampliação da malha de adutoras, o que sinaliza a continuidade da dependência de suas águas com aumento da população abastecida e ampliação da área irrigada; iii) a ameaça dos nascidos e residentes nas beiras do rio São Francisco pelo esgarçamento e até mesmo pela supressão de seu geossímolo, do sentido de ser ribeirinho e o desconhecimento (consciência) dos ribeirinhos das adutoras e das áreas irrigadas quanto à extrema dependência com relação à existência do rio para a manutenção do abastecimento com quantidade e qualidade de suas águas.

Pelos caminhos percorridos entre o conceito e o contexto do ser ribeirinho, encontramos três tipos que ora se singularizam ora se conectam. Encontramos os ribeirinhos que habitam as margens do rio São Francisco e se refazem como ribeirinhos; encontramos os ribeirinhos que guardam as margens do rio e suas práticas na memória e, distantes, encontramos aqueles que podem vir a se reconhecer como ribeirinhos caso atribuam valor ao rio São Francisco e, como consequência, à água que recebem em suas torneiras e irrigam suas terras.

A cada mudança de seu nível no baixo curso, dada pela ação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, amplia-se o espaço-lugar do não cidadão e as novas territorialidades ressignificam o cotidiano: vão-se remeiros e pescadores, calam-se os cantos de cheias, as histórias das mães d'água e minguam-

se as procissões aquáticas; remodelam-se as orlas do rio com bares e o leito com a pesca em curais. A despeito da rasura de seu nível, multiplicam-se as captações. E, o ribeirinho permanece pertencente ao rio e como representação no Baixo São Francisco.

Muitas expressões culturais são registros do passado e outras se refazem em adaptações de manifestações que dão sentido ao pulsar da vida ribeirinha: vão-se ofícios, celebrações, práticas e saberes. A despeito das ressignificações, pela memória, o ribeirinho se faz pertencente como representação no baixo São Francisco.

Quando em algum ponto ocorre o rompimento das adutoras nas terras altas de Alagoas e Sergipe, dois sentimentos emergem tão súbitos quanto o fato de romper e quebrar o duto: o da abundância pela força e a pujança da água jorrando forte para o alto e se esparramando nas terras ao redor, e o da escassez imediata, isto é, a total ausência de água, até que os reparos sejam concluídos. Tomar o fato como um problema técnico ou como um acidente ambiental incide sobre a tomada de consciência do valor do rio São Francisco. Ora, a supressão das condições ambientais do rio para os ribeirinhos é tão drástica quanto a suspensão da água nas adutoras. Pela via do pertencimento os ribeirinhos das adutoras conformam representação ribeirinha do Baixo São Francisco.

Ao deslocar a relação de dominação do homem-natureza para a relação do Eu com o Outro – os de dentro e de fora, de lá e de cá, que vimos tratando entre os ribeirinhos do rio e das adutoras; entre os ribeirinhos e os governos e as instituições que planejam seus espaços –, imputamos, além da subjetividade,

nossa percepção de mundo, com a consciência de ser ou ter o mundo. A ressignificação do ser ribeirinho advém da consciência dessa relação, o que nos permite conhecer e apreender as intenções do outro – seja ele o vizinho, a família, as representações, as instituições públicas ou privadas etc. –, mas também avaliarmos o presente, o passado e projetarmos nosso devir traduzindo o que queremos e o que está para vir a ser o ribeirinho. Afinal, o rio São Francisco, como lugar e como fonte de água, é a base existencial dos de dentro e dos de fora.

Entendemos que a condição de ser ribeirinho pode e deve ser reivindicada pelo usuário da água como recurso que dá sentido à sua existência, tanto quanto o lugar à beira do rio São Francisco dá sentido à existência dos seus habitantes. A expressão ser-no-mundo de Heidegger (1995) atenta para a estreita relação entre o lugar e a identidade, dentre outros, pelo pertencimento ao lugar. Mas, igualmente, atenta para o conhecimento específico de que a água é fornecida pelo rio e, por extensão, estreita laços identitários para com ele.

As falas que reescrevemos soam como eco do rio no presente e na memória dos ribeirinhos. Mostramos depoimentos das três últimas décadas e há nelas um fio condutor em que se extrai repetição e mesmice ao tempo em que o rio permanece como referência, mas também como referente do passado. Oferecendo um sentido maior às falas, reportamo-nos ao início do texto com a concepção de filosofia de Merleau-Ponty (1999) como uma "experiência elucidada" e lançamos, como provocação, sua afirmação de que "[...] a verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo e, nesse sentido, uma história narrada pode significar o mundo com tanta 'profundidade' quanto um tratado de filosofia" (p. 19).

Que a narrativa e a assinatura sejam dos ribeirinhos, os de dentro e os de fora!

Referências

AGAOS. CASAL. Companhia de Aguas e Saneamento de Alagoas. Indicadores de saneamento 2014. Disponível em: https://www.casal.al.gov.br/sistemascoletivos. Acesso em: 01 mar. 2019.

ALMEIDA, M.G. de; VARGAS, M.A.M. **Sertão do baixo São Francisco sergipano**: dimensão cultural. Relatório. Programa de Estudos Interdisciplinares. Relatório. Aracaju: Convênio Codevasf/UFS/Seplantec-SE. 1997, 124 p.

_____. **Expressões culturais – Vale do São Francisco**: região de tabuleiros costeiros e pediplano sertanejo. Relatório. Programa de estudos interdisciplinares. Relatório. Aracaju: convênio CODEVASF/ UFS/ SEPLANTEC/SE, 1999, 94 p.

ALMEIDA, M.G. de. Fronteiras, territórios e identidades. *In:* **ANPEGE**, ano 2, 2005, p. 103-114.

_____. Etnogeografia do Brasil sertanejo. *In:* SERPA, Angelo (Org.) **Espaços culturais:** vivências, imaginações e representações [online] Salvador: Edufs, 2008.

_____. **Geografia Cultural**: um modo de ver. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território *In:* CORREA: R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural** – um século. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p. 83-131.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. "Crise ambiental da modernidade e a produção do espaço: lugar do não cidadão". **Boletim Paulista de Geografia**, n.76, p. 7-21.

BRAGHINI, C.R. **Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

CHAGAS, Ivo das. **Eu sou o rio São Francisco**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2014.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens *In:* CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERG, 1998. p.93-122.

FONSECA, I. F. da; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Soc. estado**. [online]. 2009, vol. 24, n. 1, p.17-46. ISSN 0102-6992. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000100003. Acesso em: 01 fev. 2019.

HAESBAERT, R. As armadilhas do território *In*: SILVA: J.B. da; SILVA, N.M. da; DANTAS, E.C. (Orgs.) **Território:** modo de pensar e usar. Fortaleza: Ed. UFC, 2016, p. 19-42.

HALL, S. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução Marcia de S. Cavalvante. 6. ed. Petrópolis, RJ: 1995. 2v.

IBGE. **Censo Demográfico**. 1991: Migração, Sergipe; Alagoas, 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa de população Sergipe e Alagoas 2018. Disponível em: https://bit.ly/2GUbcwW. Acesso em: 01 fev. 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTEIRO, C.F. **Depoimento reflexivo**: sobre a produção de um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX. [1962]. Arapiraca/AL: Ed. Uneal, 2013.

PROJETO ÁRIDAS. **Macroeconomia do desenvolvimento do Nordeste**: os anos 1960-1994 e os cenário para as próximas décadas. V. 2. Brasília: Secretaria de Planejamento, 1994.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. *In:* PEREIRA, S.R.; COSTA, B.P. da; SOUZA, E.B. de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais:** análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-24.

RIBEIRO JUNIOR, C.E. Este é um lugar que não existe. *In:* COSTA, P.R.S.M.; AGUIAR NETTO, A. (Orgs.)**. Lugares, potencialidades e resistências:** terra e povo no São Francisco. Aracaju: Criação, 2018, p. 67-96.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, V.L. de; MACHADO, L.M.C.P. A crise ambiental na sociedade atual: uma crise de percepção. In: **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2(2), 81-86, dezembro – 2004 (ISSN 1678—698X).

SAQUET, M.A.; CANDIOTTO, L.Z.P.; ALVES, A.F. Construindo uma percepção reticular e histórica para estudos territoriais. *In:* PERREIRA, S.R.; COSTA, B.P. da; SOUZA, E.C. de; (Org.) **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-70.

SERGIPE. DESO. Companhia de Saneamento de Sergipe, Indicadores de saneamento 2006-2015. Disponível em: https://bit.ly/2DUP69H. Acesso em: 01 fev. 2019.

SILVA, C.B.; VARGAS, M.A.M. **Os sentidos de ser ribeirinho**: notas de campo. São Cristóvão: PPGEO/ Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SOUZA, A.F. G. de. **O tempo das águas:** ciclos de vida entre margens do rio São Francisco, a ilha das Pimentas-Pirapora/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar**: perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TRIGUEIROS, E. **A língua e o folclore da bacia do São Francisco**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

UNGER, N.M. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 2001.

VARGAS, M.A.M. O velho Chico, o imaginário político e o megaprojeto de transposição de suas águas. Aracaju: **Jornal da Cidade**. 14/12/1995.

_____. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do baixo São Francisco *In:* ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. JP. **Geografia:** leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 113-132.

_____. Vivências culturais com o rio São Francisco: certezas, entradas e caminhos. *In:* VARGAS, M. A. M.; SANTOS, D. L. dos (Orgs.) **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa** [on line] Aracaju: Criação, 2018, p. 19-44.

_____; NEVES, P.C. da. **Inventário de cada um dos oito Territórios de Sergipe e elaboração de um Atlas da cultura sergipana**. Relatório. São Cristóvão: PPGEO/UFS; Aracaju: Seplantec, 2009.VIEIRA, T.C.M. **Quando o vazio do rio espelha o vazio existencial**: uma interpretação fenomenológica do sentido de ser ribeirinho. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2004.

Memória e história do sertão alagoano: reflexões sobre a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais

Rafael de Oliveira Rodrigues

Roberta de Sousa Mélo

Introdução

Este artigo é fruto do projeto de extensão Memória e História: um inventário do patrimônio Cultural da cidade de Santana do Ipanema/AL[20], o qual foi desenvolvido entre os meses de agosto de 2016 e agosto de 2017, no âmbito das atividades do Centro de Estudos em Ecodesenvolvimento, Ruralidades e Gestão (CEERG) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e também do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAL.

---

[20] Projeto desenvolvido através do edital lançado pela Coordenação do Programa de Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (*PROCCAEXT)* e contou com auxílios financeiros, na qualidade de bolsas de estudos, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas (PROEX - UFAL).

O referido projeto teve como principal objetivo promover uma ação de extensão, tomando como base o Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) juntamente ao Departamento de Identificação e Documentação (DID/IPHAN), no ano de 2000. Este manual apresenta uma metodologia participativa com o objetivo de auxiliar as instituições que trabalham com temas ligados ao patrimônio cultural brasileiro a desenvolverem uma política de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio nacional em contato direto com os povos e grupos envolvidos com os lugares e bens reconhecidos como de importância histórica e cultural pelo Estado brasileiro.

Procuramos realizar um processo de inventário paisagístico e cultural, cujo foco recaiu sobre uma série de fotografias representativas da cultura e da paisagem da cidade de Santana do Ipanema, localizada no sertão alagoano, para que, em seguida, ele fosse utilizado na confecção de uma exposição fotográfica com curadoria coletiva, envolvendo alunos e professores de três escolas do município: a Escola Municipal Padre José Francisco, o Colégio Divino Mestre e o Colégio Cenecista.

Para o desenvolvimento do projeto, além do apoio das escolas, também contamos com a colaboração da Prefeitura de Santana do Ipanema, que nos abriu as portas do museu da cidade, o Darras Noya, onde foi feita a coleta das fotografias representativas da paisagem, da cultura, da história e das memórias locais. Estas, por sua vez, foram posteriormente selecionadas pelos alunos ao longo da aplicação da metodologia do INRC, para montagem da exposição intitulada Memória e

História: olhares sobre o Sertão alagoano, realizada entre os dias 17 e 21 de julho de 2017, na Casa da Cultura municipal.

Em termos metodológicos, cabe dizer que a aplicação do INRC nas três escolas participantes do projeto ocorreu em três fases distintas.

De início, a equipe envolvida no projeto realizou um levantamento bibliográfico em *sites* de pesquisa como *Scientific Electronic Library* (SciELO) e no sistema de Bibliotecas da UFAL. Ao término deste levantamento, conseguimos montar um banco de dados por meio do qual foi possível ter uma visão geral acerca do modo como as políticas de patrimônio cultural têm se relacionado com a sociedade civil mais ampla.

Em seguida, foi realizado um levantamento documental no museu da cidade, o Darras Noya. Criamos, a partir disso, um acervo com mais de 500 imagens da cidade de Santana do Ipanema registradas entre os anos de 1930 e 2000.

Por fim, foram realizadas algumas oficinas com a finalidade de aplicar o INRC nas escolas Padre José Francisco, Divino Mestre e Colégio Cenecista. Os alunos foram previamente selecionados pelos professores das disciplinas de História e Português, e também pelas coordenadoras das instituições. Durante esses encontros, os estudantes e os docentes selecionaram as imagens que seriam utilizadas na exposição fotográfica.

Retomamos este projeto para lançar uma reflexão sobre a aplicação do INRC nas três escolas do município de Santana do Ipanema. Procuramos analisar o contexto do surgimento do

INRC como alternativa metodológica para identificação de bens culturais, o seu potencial como metodologia participativa neste processo de identificação e, ao fim, a realização de uma exposição fotográfica em coautoria com as escolas participantes do projeto de extensão.

Concluímos chamando a atenção para o problema da ressonância, ou seja, o fato de que os processos de seleção do patrimônio cultural, material, imaterial e natural são, muitas vezes, realizados pelas instituições públicas federais, estaduais e municipais sem que haja participação ativa das comunidades diretamente envolvidas com os bens patrimonializados (FONSECA, 2000; GOLÇALVES, 2007; ROTMAN; CASTELLS, 2007 e RODRIGUES; MÉLO, 2018). Nesse sentido, o desenvolvimento e a utilização de metodologias qualitativas de cunho etnográfico e participativo, como o INRC, que permitem a participação dos grupos sociais envolvidos diretamente com os objetos alvos do campo do patrimônio cultural, possibilitam uma aplicação mais eficiente das políticas de seleção e salvaguarda, especialmente no que diz respeito a minimizar conflitos que envolvem o problema da ressonância dos bens patrimonializados frente à população envolvida diretamente com eles[21].

[21] Uma versão preliminar deste artigo, com enfoque na relação entre o patrimônio cultural e as práticas educativas, foi apresentada no Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, no âmbito das atividades do V Congresso Nacional de Educação, realizado entre os dias 17 e 20 de outubro de 2018 na cidade de Recife, em Pernambuco. Apresentamos agora uma versão mais aprofundada, em que procuramos explorar as potencialidades metodológicas do trabalho.

Transformações metodológicas no campo do patrimônio cultural nacional

Já é lugar comum, no campo dos estudos sobre o patrimônio cultural brasileiro, o fato de que as políticas de seleção e salvaguarda dos bens culturais representativos dos diferentes grupos sociais têm passado por um intenso processo de transformação.

Em termos metodológicos, é possível observar um reflexo desta afirmativa, marcado pela publicação do Decreto Lei que criava a Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), inspirado no projeto modernista de Mario de Andrade. Segundo autores como Fonseca (2000), Gonçalves (2007), Rodrigues e Mélo (2018), o principal objetivo da SPHAN era produzir uma identidade nacional, baseada em elementos característicos da cultura brasileira. Nesse momento, o enfoque foi dado à arte barroca e aos imóveis representativos do Estado Nação: Fortes, Igrejas, Palácios do Império. Ainda segundo Fonseca (2000), nesse período, surge o conceito de patrimônio material, ao passo que o tombamento se constitui como a principal metodologia de identificação e proteção do patrimônio nacional.

A segunda fase teve início na década de 1970. Nesse período, ocorreram duas mudanças fundamentais para as políticas de patrimônio cultural no Brasil: a primeira teve como característica a aproximação entre as empresas públicas e privadas de turismo. Segundo Leite (2002), sob a justificativa de garantir parceria para a sustentabilidade financeira dos bens tombados, essas empresas contribuíram para transformar o patrimônio cultural em um recurso turístico, um bem produzido

para o consumo. A segunda mudança que marca esse contexto histórico foi a transformação do SPHAN no Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), o que possibilitou uma maior autonomia para repensar e aplicar novas metodologias na politica de seleção e salvaguarda dos bens culturais brasileiros.

A mudança de orientação política veio acompanhada da criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), no ano de 1975, que, segundo Corsino (2000), foi concebido com o objetivo de traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise das dinâmicas culturais brasileiras. Sobre a criação do CNRC, Fonseca (2000) observa que havia um entendimento por parte de Aloísio Magalhães – na época, dirigente e principal articulador do IPHAN – de que

> Havia ocorrido, nas décadas de 50 e 60, um achatamento de valores, uma homogeneização da cultura. De um lado se tinha a cultura oficial referida a um passado morto, que era museificado. De outro, se verificava a absorção acrítica dos valores exógenos da modernização, da tecnologia e do mercado. A reação a este processo devia ser buscada na cultura, domínio do particular, da diversidade. Mas não na cultura morta do patrimônio do passado, referências concretas, porém distantes da nacionalidade. Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluíra de sua atividade, por considerar estranho aos critérios (histórico, artístico de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos (FONSECA, 2000, p. 16).

Ao longo de sua trajetória, a SPHAN teve como marca a atuação de arquitetos nos processos de seleção dos bens de

importância histórica e artística nacionais. Nesse sentido, a metodologia empregada nesse processo privilegiava mais os aspectos estilísticos e arquitetônicos dos bens do que as pessoas que estavam diretamente ligadas a eles. Dito de outro modo, no momento da seleção dos bens de importância para o Estado brasileiro, as vozes e falas das pessoas que estavam em contato direto com eles era negligenciada. Isso, segundo Gonçalves (2007), ocasionava o problema da pouca ressonância dos bens patrimonializados, ou seja, selecionados e tombados, frente à população que estava em contato direto com os referidos. Em outras palavras, o CNRC apresentava uma alternativa para minimizar o problema da pouca ressonância da política de patrimônio cultural brasileira.

Ao conceber o CNRC, Magalhães apresentou não só uma crítica pertinente e sofisticada aos agentes que praticavam as políticas de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio nacional nessa época, mas também ofereceu um novo método de trabalho, pautado pela ideia de referência cultural. O método citado tinha como objetivo promover um estreitamento dos laços entre a sociedade civil mais ampla e o corpo técnico do IPHAN, com a finalidade de tornar a escolha e a proteção dos bens de valor histórico e cultural mais eficiente, uma vez que as pessoas envolvidas com os tais seriam estimuladas a manifestar verbalmente sua relação com eles.

Sobre a atuação do CNRC nas discussões metodológicas que passariam a orientar a agenda da aplicação da política do IPHAN, Fonseca (2000) chama a atenção, também, para o fato de que

> As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socioeconômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente aqueles bens que o IPHAN considerava fora de sua escala de valores. E, gradualmente, a preocupação com os "novos patrimônios" passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a ideia de "devolução" dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, com sua participação enquanto parceiros (FONSECA, 2000, p. 17).

Cabe destacar, ainda, que esta nova orientação metodológica procurava

> [...] Formas de se aproximar do ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um saber fazer, como também do destino de sua própria cultura (FONSECA, 2000, p. 19).

O CNRC lançou outras bases para as políticas de preservação do patrimônio cultural em três níveis. O primeiro deles, em termos teóricos, diz respeito à visão de cultura lançada pelo CNRC. A cultura deixa de ser um conceito rígido, estático e passa a ser um conceito dinâmico. Em um segundo nível, em termos metodológicos, os grupos que convivem diretamente com os bens passíveis de ser patrimonializados ganham voz ativa no processo de escolha, como também no processo de patrimonialização como um todo. Mais ainda: passam a ser, inclusive, agentes de produção destes bens para o consumo. Por fim, o terceiro nível reconhece o estatuto de autonomia sobre o

saber específico dos grupos culturais, ou seja, os grupos antes passivos no processo de seleção e salvaguarda dos bens passam a acompanhar diretamente o processo de produção e consumo de seus elementos culturais como bens representativos também da nação. Em outras palavras, elementos representativos de sua cultura entram no campo do patrimônio cultural nacional, deixando de ser negligenciados em prol dos interesses de grupos detentores do poder em divulgar determinados elementos culturais hegemônicos.

As discussões promovidas pelo CNRC contribuíram para a criação da ideia de patrimônio imaterial, no ano de 2000. A nova forma de pensar demanda um novo método para identificar e proteger os bens de interesse nacional, distinto daquele utilizado para identificar o patrimônio material, que se dá através do tombamento. Com o intuito de suprir a demanda em questão, o conceito de referências culturais passa a ser evocado com mais força, agora servindo como alicerce para uma nova metodologia de trabalho por parte do IPHAN. Eis que surge o Manual do INRC, com o objetivo de lançar as bases de uma metodologia participativa de inventário de bens culturais brasileiros.

O INRC e a identificação participativa dos bens culturais brasileiros

A experiência acumulada a partir das atividades desenvolvidas pelo CNRC entre os anos de 1975 e 1979 e, posteriormente, pelo Departamento de Identificação de Documentação (DID), ambos ligados ao IPHAN, resultou na

elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma metodologia de caráter qualitativo, etnográfico e participativo, que tem como objetivo mobilizar as populações e os grupos da sociedade civil a auxiliarem na identificação e na proteção de elementos culturais nacionais.

O manual com as orientações para a aplicação do INRC encontra-se disponível para acesso público na página do IPHAN[22]. O material está dividido em sete partes: 1) Apresentação; 2) Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio; 3) Como ler INRC; 4) Processo de Trabalho; 5) Identificação do Sítio e Localidades; 6) Identificação dos Bens Culturais; 7) Montagem do Relatório. As três primeiras partes, escritas por Célia Maria Corsino, Cecília Londres Fonseca e Antônio A. Arantes, respectivamente, são dedicadas a apresentar o Manual, juntamente a uma contextualização histórica e epistemológica sobre as transformações nas Políticas do Patrimônio Cultural brasileiro. As últimas quatro partes são dedicadas a apresentar como deve ser aplicado o INRC e a montagem do relatório e do produto final, que consiste em um material audiovisual.

Sobre esse novo instrumento voltado para as populações que interagem diretamente com os bens patrimoniais brasileiros, Corsino (2000) salienta o fato de que:

> O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e,

[22] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/. Acesso em: 25 jul. 2019.

> consequentemente, para as possibilidades de sua preservação. Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais (CORSINO, 2000, p. 08).

Ainda segundo a autora, o principal objetivo do manual é

> [...] Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação (CORSINO, 2000, p. 08).

A ênfase no estabelecimento de parcerias entre a sociedade civil mais ampla e as instituições responsáveis pela identificação e proteção do patrimônio cultural é uma das principais características do INRC. Pode-se sugerir que ele se alicerça na ideia de que, para que a seleção, proteção e continuidade dos bens culturais sejam de fato efetivas, é necessária a participação conjunta entre o IPHAN e os grupos diretamente ligados aos bens selecionados como importantes para o patrimônio nacional. Sobre este ponto, Arantes (2000), um dos principais idealizadores do Manual, vai além, sustentando a ideia de que o INRC é um "instrumento de ação social" (ARANTES, 2000, p. 27).

Seguindo o argumento do autor, nota-se que o inventário segue algumas diretrizes fundamentais. A primeira delas deve ser a exaustividade, ou seja, ele deve descrever de forma completa, exaustiva, os elementos que compõem a cultura. A segunda é que essa descrição deve ser feita de forma sistemática, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituí-los. Por fim, o terceiro

direcionamento diz respeito à identificação, isto é, uma descrição com a finalidade de identificar de forma precisa cada bem cultural, de modo que seja possível ser realizada uma classificação e o posterior registro deste bem, passível de ser compreendido tanto para o grupo social que vivencia a aplicação do inventário como também para um público mais amplo de especialistas.

Em termos metodológicos, o autor ainda enfatiza que

> A realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes. No caso da chamada cultura material, que é a vertente mais consolidada nas políticas de patrimônio, esses levantamentos referem-se a bens imóveis ou móveis, tomados isoladamente ou em conjuntos. Nos dois casos – bens móveis ou imóveis –, as unidades de observação podem ser identificadas sem muita dificuldade: serão estruturas arquitetônicas ou objetos bem delimitados que se encontram em determinado sítio. Em contrapartida, um inventário de cultura, como o que agora nos ocupa, apresenta, entre outras, a particularidade de incluir, além de objetos fisicamente discerníveis, realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis ou imateriais muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais (ARANTES, 2000, p. 29).

Nesse sentido, ao aplicar o INRC, é necessário focarmos nos elementos culturais concretamente apreensíveis, como, por exemplo, objetos produzidos e utilizados por determinado grupo social, documentos escritos, ou mesmo audiovisuais, depoimentos e narrativas orais que evidenciem elementos que,

para determinado grupo social, sejam apresentados como uma referência em relação aos temas pré-selecionados pelo inventário. Essa é a base concreta sobre a qual se sustenta o inventário de referências culturais.

Sobre o modo como ela é apreendida através do INRC, Arantes (2000) destaca que foram traçadas algumas categorias para orientar a coleta dos dados e o inventário:

> 1. Celebrações. Nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, a execução de música, orações, danças, etc.
>
> 2. Formas de expressão. Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade, etc.
>
> 3. Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente.

> 4. Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Nesses casos, além dos aspectos físico-arquitetônicos, são relevantes do ponto de vista do patrimônio as representações sociais a eles associadas, as narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam, determinados usos que neles se desenvolvem.
>
> 5. Lugares. Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais (ARANTES, 2002, p. 31-32).

As cinco categorias explicitadas são a base para que seja realizada a coleta dos dados e para a posterior elaboração do Inventário de Referências Culturais. Cabe destacar que todo o processo é feito com o grupo estudado. Sobre esse ponto, Arantes (2000) é enfático: "A seleção dos bens inventariados deve sempre ter por base o que a comunidade oferece ao conhecimento, e não o contrário" (ARANTES 2000, p. 35).

Em outras palavras, o inventário não segue o modelo de metodologia em que são aplicados os questionários e as entrevistas de forma pontual, meramente com o intuito de coletar os dados para preencher as planilhas do IPHAN. Ela

deve, ao invés disso, ser aplicada sem perder de vista a participação da população envolvida durante todo o processo, com o intuito de que essas pessoas se tornem agentes do processo de inventariação e da construção de uma representação identitária e cultural delas mesmas enquanto grupo.

Além de oferecer essas orientações epistemológicas e políticas para tornar mais eficiente a aplicação do INRC como uma metodologia participativa, o manual também traz algumas orientações práticas sobre o processo de trabalho.

A metodologia utilizada na aplicação do INRC está dividida em três etapas e, como sugere Arantes (2000), ela corresponde a níveis sucessivos de aproximação.

A primeira etapa é a de levantamento preliminar. Nela é realizado um mapeamento, um agrupamento e sistematização das principais informações sobre o universo do bem cultural estudado (sua história, território). Utiliza-se nesta fase a técnica de levantamento bibliográfico, como também entrevistas (estruturadas, semiestruturadas, de história oral) com membros do grupo estudado, e também com representantes de instituições que possam oferecer material referente ao bem ou grupo. É a partir desse levantamento preliminar que selecionamos o que será identificado.

A segunda etapa é da identificação, ou seja, da descrição sistemática e exaustiva do bem cultural selecionado. Nela, são preenchidas as Fichas de Identificação (confeccionadas a partir das cinco categorias apresentadas algumas linhas atrás: saberes e ofícios, formas de expressão, celebrações, edificações e lu

gares). Tem como objetivo realizar uma descrição densa e detalhada das principais características culturalmente relevantes que possibilitem um entendimento apropriado do bem cultural, assim como a identificação de problemas ou entraves que possam influenciar na reprodução e continuidade dele.

Por fim, a última etapa de trabalho da aplicação do inventário é a documentação. Consiste na elaboração de estudos técnicos e autorais, de tipo etnográfico, como também na produção de um documento audiovisual, utilizado para complementar a instrução do processo de registro. Ao término, toda a documentação elaborada no decorrer do processo de inventário participativo deve ser inserida no banco de dados do INRC/IPHAN.

A partir do contato com essa metodologia, resolvemos aplicar o Manual do INRC de modo participativo, com professores e estudantes locais na identificação de fotografias de elementos de sua cultura e paisagem, passíveis de ser pensados como patrimônio para a cidade de Santana do Ipanema, com a finalidade de produzirmos, em conjunto, uma exposição fotográfica representativa do município[23].

---

[23] É importante pontuar que, após a ampla divulgação do Manual do INRC e sua posterior aplicação em diferentes contextos, foram identificados alguns problemas de ordem técnica, especialmente no que diz respeito à tradução das falas dos grupos representativos da sociedade civil envolvidos diretamente com os bens culturais inventariados pelo IPHAN e sua posterior transposição para as fichas produzidas pelo IPHAN, também sobre a necessidade de se proceder a possíveis revisões dessa metodologia frente aos resultados acumulados ao longo de 15 anos de sua aplicação e ainda sobre os processos de mercantilização e construção de identidades que giram em torno da aplicação desta metodologia. Para maiores informações sobre esses

Memória e história: uma experiência de curadoria compartilhada a partir da metodologia do INRC

Como já foi dito anteriormente, o projeto de extensão do qual este artigo é resultado foi desenvolvido entre os meses de agosto de 2016 e agosto de 2017, através do edital lançado pela Coordenação do Programa de Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (PROCCAEXT), ligado à PROEX/UFAL, tendo sido aplicado na cidade de Santana do Ipanema, no sertão alagoano, em parceria com três escolas, uma pública e duas privadas: Escola Municipal Padre José Francisco, Colégio Cenecista e Colégio Divino Mestre.

O projeto teve como produto final uma exposição fotográfica representativa do sertão alagoano, especialmente com as referências culturais do município. Para tanto, foi aplicado o INRC (IPHAN, 2000) com os alunos e professores das escolas envolvidas. A aplicação da metodologia ocorreu em três fases distintas, exatamente como sugere o Manual do INRC: levantamento bibliográfico e documental; identificação das referências culturais do município, através de uma série de imagens pré-selecionadas no museu da cidade; documentação e divulgação de algumas imagens através de uma exposição fotográfica.

Apresentamos a partir daqui uma análise dessa aplicação do INRC no processo de seleção das referências culturais locais e da montagem da exposição fotográfica Memória e História: olhares sobre o sertão alagoano.

---

problemas, ver Rotman; Castells (2007) e Arantes; Morais; Ramassote (2015).

Preliminares

Após a seleção do projeto no Edital PROCCAEXT/PROEX/UFAL, foram iniciadas as atividades de aplicação do inventário nas escolas municipais. Seguindo as orientações do INRC (IPHAN, 2000), o primeiro passo foi realizar a divisão da equipe pré-selecionada para execução do projeto, sendo criados três grupos. O primeiro ficou encarregado de visitar as escolas. Ao segundo, foram atribuídas às consultas no Museu de História da Cidade, o Darras Noya, com o intuito de identificar a disponibilidade de documentos textuais e fotográficos sobre a cidade. O terceiro grupo ficou responsável por realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática do patrimônio cultural.

Nosso contato com as escolas se deu através da equipe do projeto com os coordenadores pedagógicos, os professores e diretores. O projeto teve muita receptividade entre eles, e a proposta de fazer uma exposição em parcerias com as escolas despertou vários interesses. A partir de então, combinamos que os professores das instituições, especialmente de História e Português, ficariam encarregados de escolher as turmas que participariam do projeto. Em todas as escolas, os professores escolheram os alunos do 2º ano do Ensino Médio. O motivo: eles não estavam focados no Enem e poderiam se dedicar melhor ao projeto.

Durante o levantamento bibliográfico, foi possível fazer um apanhado de textos sobre o tema do patrimônio cultural no Brasil, especialmente no Nordeste, e no mundo. A literatura trazia autores de distintos campos de produção do conhecimento, tais como, Economia, Direito, História,

Museologia, Educação, Antropologia e Arquitetura. Escolhemos especialmente os textos que trabalhavam o patrimônio na perspectiva socioantropológica, considerando a afinidade com a área do projeto (Ciências Humanas).

Na sequência, no museu, foi realizado um levantamento documental, tendo sido selecionadas 500 fotografias representativas da cidade em diferentes momentos, mas, especialmente, das décadas de 1930, 1940, 1950, 1960, 1970. Sobre as fotos, a responsável pelo Museu destacou que

> Elas foram, em sua maioria, doadas de acervos de famílias de personagens conhecidos da cidade: escritores, historiadores, políticos. Elas estavam no Museu quando a equipe da nova gestão chegou, então nós catalogamos, tratamos e digitalizamos (Informação Verbal)[24].

A partir de uma solicitação formal, obtivemos cópias das imagens. Com as imagens em mão, a equipe executora do projeto realizou uma análise preliminar do material. Através dela, foi possível observar as cinco categorias sugeridas pelo INRC para identificação de referências culturais. Em outras palavras, delimitamos as imagens como um material-base para que os alunos e professores das escolas pudessem identificar as referências culturais da cidade.

[24] Entrevista concedida aos autores, em novembro de 2016. (DIRETORA, Museu Darras Noya. Entrevista I. Entrevistador: Rafael de Oliveira Rodrigues. Santana do Ipanema/AL, 2016. Arquivo mp3 [60 min]).

As oficinas de identificação

Com as fotografias representativas da cultura sertaneja, especialmente de Santana do Ipanema, demos início à segunda fase de aplicação do INRC: a identificação conjunta com os alunos e professores das escolas da cidade. Para esta etapa, foram pré-selecionadas 100 fotografias do conjunto maior das 500 coletadas no Museu Darras Noya. O critério de seleção foi a qualidade das imagens, pois nem todas estavam em boa qualidade (ver Figura 1).

Figura 1: Oficinas de aplicação do INRC nas escolas de Santana do Ipanema.

Fonte: acervo dos autores.
Foto: RODRIGUES, Rafael de Oliveira, 2017.

Como foram selecionadas três escolas para aplicação do Manual do INRC, resolvemos fazer três oficinas, uma em cada escola. Cada uma delas foi dividida em duas partes.

A primeira tinha como objetivo a apresentação do projeto de extensão, da equipe executora e, por fim, do Manual do INRC, ou seja, o que são as referências culturais, como elas são utilizadas para refletirmos o patrimônio cultural brasileiro em sua diversidade.

A segunda teve como meta a identificação conjunta das imagens coletadas no Museu Darras Noya, seguindo os direcionamentos das Fichas de Identificação disponibilizadas pelo próprio Manual do INRC (IPHAN, 2000), as quais classificam as referências culturais que compõem o patrimônio cultural em: Celebrações, Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão, Edificações e Lugares, isto é, seguindo a mesma lógica das cinco categorias já apresentadas (ver Figura 2).

Figura 2 - Seleção das imagens para compor a exposição fotográfica.

Fonte: acervo dos autores.
Foto: RODRIGUES, Rafael de Oliveira, 2017.

Durante as oficinas de identificação, as imagens foram projetadas através de aparelho de Datashow, para que os alunos identificassem as cinco categorias pré-estabelecidas, ou seja, os alunos precisavam apontar nas imagens as categorias de trabalho indicadas pelo Manual do INRC (IPHAN, 2000). À medida que as imagens lhes eram apresentadas, surgiam comentários sobre o que elas representavam para eles e para a cidade.

No decorrer das oficinas, foram identificados lugares e edificações que ainda estavam presentes, mas também outros que já não existiam mais na cidade. Também foram apontadas celebrações de referência para a cidade, além de personagens marcantes da história do município.

Após a apresentação das imagens e uma breve reflexão das referências culturais representadas nas fotos, os alunos e professores das escolas preenchiam a Ficha de Identificação sugerida pelo Manual do INRC, em que eles identificavam os lugares, as celebrações, os modos de fazer, os edifícios e os lugares considerados por eles como referências culturais centrais para a cidade.

Realizada esta dinâmica, a equipe executora ligada à UFAL recolhia as fichas e realizava uma triagem das referências que apresentavam uma maior ocorrência em relação à identificação pelos alunos e professores. A partir de então, as imagens identificadas pela escola entravam para rol das fotografias que seriam utilizadas para compor a exposição e saiam da lista de imagens possíveis de ser identificadas pela próxima escola a participar do projeto.

Esse procedimento foi aplicado sucessivamente nas três instituições, até que selecionamos um número de 30 imagens para montar a exposição. Entre as imagens selecionadas, destacamos algumas para apresentar, em mais detalhes, o processo de identificação das referências culturais locais pelas escolas, por exemplo, a Figura 3.

Figura 3 - Celebração da Festa do Feijão.

Fonte: Acervo Museu Darras Noya.

Esta fotografia foi escolhida pelos alunos da Escola Padre José Francisco. Durante a aplicação do INRC, no decorrer das oficinas, alunos e professores fizeram referência a esta celebração como sendo uma marca das festividades da cidade. Ela surgiu nos relatos como sendo uma representação da Festa do Feijão.

Ao aplicar o INRC (IPHAN, 2000), foi possível observar que, diante da incumbência de selecionar as imagens para uma exposição fotográfica, eles se sentiram como legítimos portadores de um saber específico que apenas uma pessoa em contato com a cidade e suas referências culturais pode relatar.

Nesse sentido, eles pareciam imbuídos de legitimidade social para falar o que a foto representa, o contexto de sua produção e, mais ainda, identificar as pessoas que estão representadas nestas imagens. Além disso, foi possível observar que eles possuem um repertório de informações, vivências e memórias, inclusive um saber transmitido oralmente entre as gerações que a equipe executora não tinha acesso previamente.

Sobre esse tema, outra imagem que teve um significativo destaque na aplicação do INRC, especialmente para os alunos do Colégio Divino Mestre, foi a Figura 4.

Figura 4 - Grupo de Teatro Santanense

Fonte: Museu Darras Noya.

Apesar de a fotografia representar um grupo de pessoas, esta imagem faz referência à categoria de Edificações do INRC (IPHAN, 2000). Ao visualizarem esta imagem durante a oficina, os alunos e professores do Divino Mestre chamaram a atenção de que as pessoas as quais estão juntas nesta foto faziam parte de um grupo de teatro existente na cidade na primeira metade do século XX. Essa fotografia trouxe ainda a lembrança do antigo teatro local, uma edificação em estilo eclético, localizada no Centro da cidade. Em algum momento, os alunos lembraram que o edifício que abrigava o teatro já não existia mais, dando lugar a uma construção nova, voltada para abrigar uma loja no comércio local.

A partir da imagem, outras edificações foram sendo numeradas pelos alunos e professores: o antigo cinema, que também já não existe mais, as casas ligadas à elite econômica da cidade, que ainda hoje guardam a memória de personagens importantes para a cidade. Algumas das pessoas da fotografia foram identificadas pela equipe executora. É importante falar também que essas lembranças se reportam a um tempo que não necessariamente eles vivenciaram, ou seja, a função das edificações que eles se referiram não é mais a mesma do presente. Isso permite refletir a capacidade das categorias apresentadas pelo INRC (IPHA, 2000), junto ao aporte das fotografias, de evocar lembranças individuais, memórias e representações sociais.

Levando-se em conta os direcionamentos do INRC, entrevistar as pessoas mais velhas das comunidades é fundamental para identificar as referências culturais locais, mas, diante dos prazos para finalização do projeto, não foi possível

estabelecer contato com elas[25]. Como destaca o INRC (2000), essas edificações construídas no município expressam perfeitamente bem as significações históricas e de memória, tornando-se bens de interesse para os grupos de alunos e professores, não apenas pelo seu valor arquitetônico, mas pelas representações sociais a elas associadas: as narrativas sobre elas, sobre os usos que essas construções tiveram no passado e têm hoje. Outra categoria que merece destaque nesta experiência de aplicação do INRC com os alunos e professores é a de Lugares, especialmente para os alunos do Colégio Cenecista (ver Figura 5).

Figura 5 - Igrejinha da Praça Isaac de Miranda

Fonte: Museu Darras Noya

[25] Esta sugestão foi aprimorada e colocada em prática no Projeto de extensão "O meio ambiente como patrimônio cultural: um inventário dos usos das águas do rio São Francisco nas cidades de Piranhas e Penedo, no Estado de Alagoas" (PROCCAEXT, ciclo 2018 -2019).

Ao serem apresentados a esta imagem, os alunos e professores foram tomados de muita euforia, pois se trata da praça central da cidade, local onde se encontra o prédio do colégio, ao fundo, do lado direito da foto.

Na verdade, a imagem é composta por três referências culturais da cidade: a Igrejinha, em primeiro plano, do lado esquerdo; a praça Doutor Isaac de Miranda, no Centro da imagem; e, em segundo plano, à direita, o prédio do Colégio Cenecista. A junção dessas três construções confere à praça o status de lugar de referência da cidade.

Por exemplo, a Igrejinha, como comumente é chamada pelos alunos e professores, e o prédio do Colégio Cenecista têm suas histórias entrelaçadas por um acontecimento que marcou a história da cidade: a morte de Lampião, ícone do cangaço do Nordeste brasileiro.

Segundo os alunos e professores, o prédio onde hoje funciona o colégio foi um quartel da Polícia Volante na década de 1930, mais ainda: ele foi o quartel de onde saiu a volante que ficaria famosa por ter conseguido matar o famoso Cangaceiro, morto em emboscada nas intermediações de uma cidade alagoana relativamente próxima de Santana do Ipanema: Piranhas. Após a morte de Lampião e de mais alguns integrantes do grupo, as cabeças dos cangaceiros foram separadas dos corpos e seguiram sendo expostas pelas cidades de Alagoas, como uma prova material do sucesso do Estado brasileiro em conseguir matar o mais famoso cangaceiro.

Como o esperado, as cabeças também foram expostas em Santana do Ipanema, uma vez que o próprio quartel de onde

saíram os responsáveis pela morte dos cangaceiros estava localizado na cidade. Na ocasião, os alunos e professores relembram que foi exatamente aos "pés" da Igrejinha, localizada em frente ao antigo quartel, que as cabeças do bando do cangaceiro foram expostas.

Algumas décadas após esse acontecimento, que ainda hoje marca o imaginário local, o prédio que abrigava o quartel foi transferido para outra localidade da cidade, e sua antiga sede deu espaço às instalações do colégio.

Ao voltar nosso foco de atenções para essa experiência, percebemos que a Igrejinha, o antigo prédio do quartel, onde hoje funciona a escola, e a praça são importantíssimos para os alunos e professores.

Segundo o próprio INRC (IPHAN, 2000), esses espaços adquirem o status de Lugares de Referência justamente porque possuem um sentido cultural diferenciado para a população da cidade. Eles se tornam centrais para as cidades, à medida que são apropriados por práticas e atividades diversas, como, por exemplo, trabalho, comércio, lazer, religião e política. No caso destes três Lugares de Referências, eles foram marcados por este acontecimento político importantíssimo no imaginário do sertão nordestino, especialmente no sertão alagoano, onde se passaram os momentos finais do mais famoso cangaceiro da região.

É importante pontuar que essa relação entre o colégio e a história mais ampla nacional – o Cangaço e a morte de Lampião – provoca neles uma ideia de pertencimento, a qual foi rapidamente despertada pela fotografia. Diferentemente da categoria anterior, Edificações, eles vivenciam essa imagem em

um tempo presente, atuando, em alguma medida, diretamente nele, tornando-se agentes da história atual.

Antes de finalizarmos esta parte, cabe destacar ainda que, apesar de o presente trabalho apresentar apenas as categorias Celebrações, Edificações e Lugares, as oficinas nas escolas trabalharam todas as cinco categorias oferecidas pelo Manual do INRC. Entretanto, para este momento, terminamos selecionando apenas essas três categorias analíticas. Nossa opção se justifica pelo motivo de elas terem sido as que despertaram mais atenção entre os alunos e professores das escolas parceiras.

A exposição fotográfica

A partir das oficinas, foram escolhidas as fotografias que os alunos e professores das escolas identificaram como sendo mais representativas da cultura local, ou seja, referências culturais centrais para a cidade de Santana do Ipanema.

Depois disso, iniciamos a terceira fase do inventário, que diz respeito ao processo de documentação. Nessa sequência, as imagens foram tratadas e ampliadas. Optamos por deixar as imagens todas em preto e branco, e também com uma qualidade mínima adequada à montagem da mostra.

Em seguida, as fotos foram divididas em seções. Nessa etapa, utilizamos a mesma divisão sugerida pelo Manual do INRC (IPHAN, 2000), e classificamos as fotos em Lugares de

Referência, Celebrações, Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão e Edificações.

Finalizada essa parte, montamos um produto final do nosso projeto: uma exposição fotográfica com curadoria participativa entre os alunos e professores das escolas parceiras e a equipe executora do projeto. Contamos também com o espaço da Casa de Cultura de Santana do Ipanema e da Biblioteca Breno Accioly, além dos conhecimentos expográficos dos técnicos e responsáveis por essas instituições.

O evento contou com a participação dos professores e alunos da UFAL, Campus do Sertão, das três escolas envolvidas com o projeto, além de pessoas ligadas à gestão pública e cultural da cidade, tornando-se um veículo de divulgação do patrimônio cultural local (ver Figura 6).

Figura 6 - Exposição Memória e História: Olhares sobre o Sertão alagoano.

Fonte: acervo dos autores.
Foto: RODRIGUES, Rafael de Oliveira, 2017.

A experiência evidenciou que, a partir da colaboração dos alunos e professores, os sentimentos de pertencimento da população com o patrimônio emergem a partir das fotografias (ARANTES, 2000; FONSECA, 2000; IPHAN, 2000), fazendo com que diferentes atores sociais, professores da rede pública, privada, alunos e também instituições públicas, como a própria Casa da Cultura, Prefeitura da cidade e UFAL, se envolvessem em estratégias conjuntas de identificação e seleção do patrimônio cultural, seja ele histórico, natural, material ou imaterial.

A exposição coletiva possibilitou refletir que é possível um processo de curadoria e montagem expográfica conjunta, além de incentivar um maior contato deles com as histórias e memórias da cidade.

A experiência de aplicar o INRC, assim como sugerido pelo IPHAN (2000), vai ao encontro do argumento de Fonseca (2000) de que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais, que possibilita absorver os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, mas também de localidades que não são reconhecidas como patrimônio, incentivando e estimulando esses grupos a atuarem como intérpretes legítimos de suas culturas, possibilitando parcerias para a divulgação e preservação dos patrimônios locais.

Considerações finais

A partir da aplicação do inventário (IPHAN, 2000) nas três escolas da cidade de Santana do Ipanema, observamos que o Manual do INRC é uma metodologia baseada na ideia de referências culturais. Essa ideia surge no bojo das discussões do IPHAN na década de 1970, tendo como objetivo lançar outras bases para a política de patrimônio cultural brasileiro (FONSECA, 2000). De cunho qualitativo e etnográfico, tal metodologia tem como objetivo realizar a identificação e o registro participativo de elementos culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

Como destacam autores como Arantes (2000), Corsino (2000) e Gonçalves (2007), o caráter participativo, característico desta abordagem, torna-se um diferencial frente às práticas anteriores, em que a participação dos grupos envolvidos com o patrimônio cultural não era levada como princípio básico na seleção e salvaguarda dos bens de importância histórica e cultural. O que confere esse diferencial é justamente a possibilidade de diálogo mais aberta com os grupos sociais envolvidos com os bens possíveis de ser patrimonializados.

Além de oferecer uma fundamentação conceitual e metodológica, o Manual do INRC ainda apresenta um roteiro sobre como esta metodologia deve ser aplicada, para que seja alcançado o melhor resultado em sua aplicação. Este roteiro é dividido em três fases. A primeira diz respeito à montagem da equipe executora do INRC e ao levantamento bibliográfico e documental. Essa etapa visa estabelecer um conhecimento prévio do grupo parceiro do trabalho e da localidade em que ele habita. A segunda etapa se refere à identificação das referências

culturais do grupo. Nesse momento da aplicação da metodologia, é incentivada uma maior participação do grupo, ou seja, eles são trazidos como agentes do processo de representação de suas memórias e das histórias que fazem parte de suas referências. Junto ao grupo selecionado, temos a terceira fase do inventário, momento em que é feita a documentação e a realização de um produto audiovisual. Ainda sobre a caracterização do inventário, cabe dizer que essas três fases se desenvolveram levando em consideração cinco categorias de referências oferecidas pelo Manual do INRC, embora tenhamos focado apenas em Edificações, Celebrações e Lugares.

Ao fim, é importante destacar a importância deste tipo de trabalho nos dias atuais em trazer uma solução prática para o problema da pouca ressonância apontado por Rotman; Castells (2007) e Gonçalves (2007) no início deste artigo. Isto é, em tudo que o Manual do INRC incentiva uma experiência participativa e colaborativa na identificação e proteção dos bens culturais, os efeitos de distanciamento e pouca identificação da sociedade civil mais ampla com os bens culturais nacionais tendem a ser minimizados, uma vez que há um contato direto com os grupos sociais que estão em contato com o patrimônio cultural.

Em outra medida, é importante destacar que esse tipo de metodologia incentiva que seja construída uma relação duradoura entre os grupos sociais que experienciam o patrimônio cultural e as instituições que trabalham com o tema, ou seja, permite que a sociedade civil mais ampla se torne um agente da identificação dos bens culturais, como também um agente da proteção e fiscalização destes bens selecionados como representativos da nação.

Voltando mais especificamente para a nossa experiência de aplicação do INRC nas três escolas, após a identificação das fotografias e a montagem da exposição, foi dada a continuidade à parceria estabelecida entre as escolas e a UFAL. Por exemplo, o Colégio Padre José Francisco agregou o material fotográfico produzido através da exposição, como um recurso para ser utilizado nas disciplinas de História. O objetivo dos educadores foi promover uma estratégia para a apreensão dos fatos históricos nacionais tomando como objeto elementos da cultura, da história e das memórias da cidade de Santana do Ipanema. Outro exemplo é o do Colégio Cenecista, que se apropriou da metodologia do INRC para a promoção de sua Feira Literária anual, promovendo dinâmicas que permitissem aos alunos e professores a identificação de personagens representativos da literatura e da cultura da cidade.

Referências

ARANTES, Antônio A. Como ler o INRC. *In*: **Inventário Nacional de referências Culturais:** manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

ARANTES, Antônio, A.; MORAIS, Sara S.; RAMASSOTE, Rodrigo M. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): entrevista com Antônio Arantes. **Revista CPC** (20), 2015, 221-260.

CORSINO, Célia M. Apresentação. *In:* **Inventário Nacional de referências Culturais:** manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio In**. Inventário Nacional de referências Culturais:** manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2000.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** n. 49, 2002, pp. 115 - 172.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira; MÉLO, Roberta de Sousa. Nos tempos dos charutos prateados: ressonâncias em torno do reconhecimento do campo do Jiquiá como um patrimônio histórico do Recife. **Revista Mundaú**, 2018, n. 5, p. 101-120.

ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alicia Norma González de. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. *In:* LIMA FILHO, Manoel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

Migração em suas abordagens metodológicas: balanço e novos desafios

Isis do Mar Marques Martins

Introdução

Os estudos migratórios no mundo possuem destaque em várias áreas das ciências, ora nas humanas, interdisciplinares, ora as que analisam o meio ambiente e suas modificações a partir de uma concepção natural/exata etc. Há uma sistematização utilizada para fins de análise entre cada uma delas. Nesse texto analiso a migração e suas abordagens metodológicas à luz das ciências humanas.

Das inúmeras abordagens, destaco as principais: a análise histórica, a sociológica de Sayad, a análise diaspórica e a espacial via processos de des-re-territorialização. Para refletir sobre tais perspectivas, aponto a necessidade de pensar a migração como parte de um processo ligado ao desejo subjetivo e coletivo de migrantes que atua como constructo político para os espaços da migração, construindo estratégias de mobilidade e permanência (MARTINS, 2019). Vale ressaltar que tais abordagens são utilizadas de forma complementar uma para a outra, e não concorrente, isto é, elas se integram para auxiliar o ponto de vista do pesquisador.

Apontarei na primeira parte deste texto o processo que levou as primeiras análises das migrações, mas sem desvelá-lo, por pensar que o protagonismo do assunto se deva às abordagens mais contemporâneas. Dessa maneira, intenciono avançar na reflexão e no estímulo aos estudos migratórios para as ciências sociais em geral entendendo nas reminiscências a compreensão dos fenômenos da migração.

Vale destacar que o entendimento mais corrente é que toda mobilidade espacial é migração, sendo que as internacionais seriam entendidas como emigração (o movimento de saída) e imigração (o movimento de chegada). Mas, conforme veremos adiante, em discussões feitas por Abdelmalek Sayad dentre outros, em toda perspectiva migratória não se deve deixar de lado a partida e o lugar deixado, e a chegada e o lugar que agora está, enfim, a emigração e a imigração, já que os dois movimentos são inerentes e fazem parte do devir político e social das questões que podemos destacar. É pertinente a contribuição de Beaujeu-Garnier (1971), que analisa as diferentes formas de pensar emigração e imigração num complexo que reflete não só a necessidade, mas o papel psicológico como causa e consequência da migração.

Os tempos e os espaços das migrações: a necessidade da análise de contexto

Aqui destaco duas perspectivas: a dialética e a histórica. Por que, já que as duas são similares?

A perspectiva dialética dos estudos migratórios entra em conjunto com a demografia, a partir da relação migração e trabalho, enquanto a perspectiva histórica aponta o resgaste temporal via análise de contexto para os processos presentes.

A análise clássica e neoclássica, a que se tornou fonte pioneira nos estudos sobre migração ressaltam os processos migratórios sob uma ótica individualizante, o que muitas vezes é confundida com subjetiva. O que ocorre de fato é que sob estas abordagens, a migração não é um processo que se constitui de uma amplitude de relações e de fatores, enquanto nas óticas clássica/neoclássica há um descolamento entre a ação – a mobilidade do indivíduo – e as causas dessa mobilidade.

Isso resulta em uma confusão na análise das ciências sociais quando se trata em falar do sujeito e de suas subjetividades, em muitos casos trazendo um equívoco: analisar as subjetividades não se trata em tornar o sujeito um objeto, ou uma coisa sem absorção de processos e demandas sociais. As perspectivas que aponto aqui, em muitas situações, promoveram essa *coisificação* do sujeito, tornando-o um "indivíduo-problema", ou um "migrante-problema".

As perspectivas clássica e neoclássica da migração ascendem na demografia, e é também na demografia que surge no final da década de 1970 para 1980 a perspectiva neomarxista, que traz a economia política e a dialética para entender os processos históricos e sociais que promovem a mobilidade. Ela não é nova, apesar do nome. Surge via concepção marxista da mobilidade.

As visões marxista e neomarxista apontam a dialética, isto é, a noção de que para conceber as particularidades de cada caso e cada processo migratório é necessário investigar sua totalidade. Essa totalidade está vinculada aos fatores de produção, às formas de produção e aos modos de produção da sociedade atual, que vive sob a égide de um sistema econômico – o capitalista.

O sistema capitalista – conforme Karl Marx – surge em uma série de processos de transformação política e social entre os séculos XVII e XVIII na Europa ocidental e se espraia, em especial entre os séculos XVIII e XIX com a política imperialista consequente à Revolução Industrial. As migrações, sobretudo as migrações ligadas ao êxodo rural de desapropriação de terras agrícolas para venda e construção de propriedades rentáveis – a renda da terra. Nesse processo o Estado é fundamental para a construção de um aparato normativo que legitime um sentido de liberdade para os sujeitos em que está associado às novas relações de trabalho no sistema capitalista. É o trabalho que move os sujeitos, e os sujeitos se movem pelo trabalho.

Jean Paul de Gaudemar, expoente dessa perspectiva neomarxista dos estudos migratórios, em seu livro "Mobilidade do trabalho e acumulação do capital", trata da migração por sua necessidade ao trabalho como forma de satisfazer as necessidades do capitalismo, discussão pertinente na economia política, principalmente naquilo que Marx aponta em relação ao trabalho concreto e ao trabalho abstrato. Vale frisar que quando Gaudemar diz que há mobilidade através do espaço (e do tempo) econômico, mas que essa mobilidade é dos serviços e os homens ficam num mesmo espaço "imóveis", ele quer dizer que embora

o trabalhador migre, a necessidade inerente ao capital e ao trabalho é móvel, e o trabalhador, embora migrante, estará sempre em um espaço de relações de subserviência e subalternidade.

Gaudemar atribui os equívocos da demografia e da economia à visão dos pesquisadores (sejam eles clássicos ou neoclássicos etc.) servis às elites e para o poder da aristocracia vigente, constituindo assim uma ciência e um olhar da migração para a necessidade dessa migração forçada, que nada tem de uma mobilidade social. Mas o autor, ao mesmo tempo em que faz a crítica às formulações do equilíbrio, salienta que esse equilíbrio é necessário para a formação do capitalismo nos países chamados subdesenvolvidos.

Desse modo, ele nos ajuda a entender a migração como forma crítica de ver o papel do Estado como aparato de manutenção das elites, independente dos períodos e dos métodos em que ele percorre, mas também torna a análise como forma de denúncia ao que ocorre nos estudos demográficos, também sociais no que diz respeito à migração como um fenômeno a partir da industrialização, ou até antes, no capitalismo mercantil.

A grande questão é que não é somente da relação trabalho que ocorre a migração, ainda mais nos tempos e espaços atuais. Outra problemática é quando atentamos somente para uma forma de pensar os processos migratórios quando estes são dinâmicos, diversos e múltiplos. E esse é talvez o maior desafio para analisar migrações no mundo e/ou no Brasil.

A segunda via da perspectiva temporal como abordagem metodológica é o resgate histórico pensado como processo, que

atua no tempo presente. Para entender as dinâmicas de mobilidade se faz necessário atenção aos tempos decorridos de tais processos. Isso vai tanto da escala local, isto é, dos eventos que levaram às emigrações dos sujeitos nos lugares de origem, quanto da trajetória das políticas de migração encontradas nesse universo, das práticas entre Estado e sociedade, dos motivos a que estes levaram a imigrar.

Posso aqui abordar inúmeros autores que usam individualmente ou como apoio essa metodologia, o que dará uma amplitude sem tamanho. Saliento aqui o trabalho da Giralda Seyferth no Brasil (1999, 2002, 2005, 2007, 2014). Seyferth alerta para os desdobramentos que a política brasileira produziu – e ainda produz – via relações sociais e políticas que denotam um caminho da migração tortuoso e conflituoso para com a sociedade local. O migrante é sempre trazido de forma pejorativa e reproduzido conforme ditames políticos do Estado capitalista. O que implica que é um migrante econômico, para e pelo trabalho, mas que seus atravessamentos sociais e históricos são sequer mencionados como pauta na construção dessas políticas.

Seu resgate histórico envolve uma pesquisa minuciosa e detalhada de documentos e de fontes orais, isto é, entrevistas cujo sujeito migrante é o protagonista de suas próprias respostas e produz assim, sua própria pesquisa, seu próprio trajeto. Uma de suas bases de estudo é a análise da questão racial e da imigração no Brasil do período colonial até o início da república, no século XIX, quando migrantes de várias nacionalidades foram estimulados a imigrar para o país de forma subvencionada pelo governo brasileiro, mas que essa subvenção era seletiva quanto à raça e à própria nacionalidade.

> A questão racial emerge no discurso imigrantista, inicialmente de modo indireto, mas bem preciso, quando são hierarquizados os imigrantes ideais. Ao condenar o poder temporal da Igreja católica, ao pedir liberdade de culto, casamento civil, o fim da escravidão para melhorar a imagem do Brasil no exterior, os partidários da colonização com pequena propriedade familiar tinham em vista o branco europeu, inclusive o protestante dos países germânicos e nórdicos [...] A qualificação do imigrante passava, em primeiro lugar, pela condição de agricultor: a natureza do trabalho no sistema de colonização e na grande propriedade cafeeira exigia lavradores e artesãos, profissões privilegiadas na legislação imigratória, inclusive no Estado Novo. Mas, também, não existiam dúvidas quanto à cor da pele do imigrante ideal, pois a maioria dos que trataram do problema imigratório descartaram como inconveniente, e até perniciosa, qualquer imigração asiática, africana e de negros americanos, com o argumento, qualquer que fosse a época, da ameaça à "formação nacional". Em suma, negros e amarelos, para usar categorias consensuais de cor, eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada (SEYFERTH, 1999, p. 211).

A perspectiva histórica é de suma importância, pois alia o conhecimento "de gabinete" com o trabalho de campo que produz a impressão mais completa da realidade do mundo, bem como do universo espacial e temporal dos processos migratórios.

Essa questão do trabalho de campo e da necessidade de entender na prática a dor e o desejo migrante fica mais explícito

na próxima perspectiva, da migração como fato social de Abdelmalek Sayad.

A migração como fato social total: imigração e emigração de Abdelmalek Sayad

Abdelmalek Sayad (1933-1998) foi um sociólogo argelino radicado na França, parceiro de outro sociólogo, Pierre Bourdieu. A grandiosidade de sua obra, que não é tão vasta proporcionalmente, se dá pelo avanço na reflexão dos sentidos e dos paradoxos da migração a partir do sujeito que migra.

É um fato social total porque responde a uma complexa universalidade que compreende não somente o movimento, a mobilidade; mas também toda uma gama de relações sociais e políticas inscritas na migração. Dessa maneira, Sayad compreende que para todo emigrante – aquele que sai – existe um imigrante – aquele que chega. Os dois são indissociáveis, mas são espaço e temporalmente diferentes.

E este é o paradoxo. Porque se o sujeito que sai do lugar de origem não é mais a mesma pessoa quando migra, suas relações também mudam, ainda que ocorra o retorno às suas partidas. Essa diferença e essa sutileza é que constitui o migrante seja qual o tempo e qual espaço que sua migração ocorrer. E é também seu fardo, sua desilusão. É muitas vezes seu desejo.

Duas de suas obras se destacam: o póstumo "*La double absence: Des illusions de l'émigré aux souffrances de*

l'immigré" de 1999 e o único livro que temos com tradução no Brasil "*A imigração e os paradoxos da alteridade"*, de 1992 (tradução de 1998). A primeira por trazer esse panorama da dupla ausência que revela o processo de mobilidade do sujeito, mas que também é um processo coletivo, relacional; e a segunda obra problematiza o papel do Estado enquanto facilitador desse paradoxo, ciente de suas implicações, mas ratificando um "*déracinement"*, isto é, um desenraizamento de suas relações sociais e culturais.

Sendo assim, podemos definir o que é, de fato, um migrante e suas categorias, seus elementos constituintes, ou como veremos a seguir, seus paradoxos? É nessa visão que Sayad (1998) se propõe a compreender melhor a migração e seus processos inerentes da mobilidade social e das diferentes perspectivas que se pode ter de um mesmo processo e até de um mesmo fenômeno. Para ele, não se pode pensar em migração como um grupo de condicionantes homogêneos, inseridos em um sistema de classes que enfrentam a mobilidade para gerar lucro às empresas, destinadas no futuro a transformarem esses migrantes em excluídos sociais. Muito menos ao fato de que a visão da problemática da migração seja algo a ser sanado e tratado no espaço em que este se encontra.

> Não se entenderia nada sobre a natureza desse fenômeno, ou seja, sobre o modo de geração da população que se tornou 'disponível' para emigrar, sobre o significado profundo dos acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes, se não lembrássemos que a imigração consagra a relação de dominação que a produziu e que a mantém (SAYAD, 1998, p. 245).

Sayad propõe algo inteiramente novo ao que já vimos. A migração é um elemento constitutivo do próprio sujeito social, distinto e interligado, e o migrante é visto e se vê, portanto, numa relação de alteridade e deve ser entendida como um todo complexo e participativo constante, pois a alteridade se firma nas políticas que englobam o ser migrante no espaço e no tempo. Para entender o migrante, não só o processo social dos grupos de trabalho e essa necessidade da migração pelo trabalho é que tem de ser vista, mas toda sua trajetória como sujeito no mundo.

Essa perspectiva dos processos sociais dos "marginalizados" e "excluídos", quase atributos para migrantes de uma maneira geral, embora seja instigante e desvenda de fato as relações de poder existentes na sociedade, desvincula do pensar geográfico a partir de uma espacialidade do imigrante e do emigrante. O migrante vê um espaço desvinculado de seu tempo, ou seja, seu lugar de origem tal como foi deixado por ele, portanto o espaço/tempo do migrante não se atrela necessariamente ao desejo do retorno do espaço estático, mas do espaço/tempo deixado, onde não necessariamente viva no (e pelo) passado ou que queira voltar. Sentimento de nostalgia inerente ao espaço e ao tempo, não somente a partir de processos.

A compreensão das metodologias de análise da migração e do migrante é também um processo social e científico, dentro do espaço/tempo. Essa compreensão em Sayad está na reflexão da migração – e do migrante – tal como a palavra nos mostra, uma ação incorporada à complexidade da vida na sociedade. Esse papel não se restringe à demografia, ou à espacialização simplesmente como deslocamento e seus atributos, mas o

movimento inerente do espaço e pelo espaço que incorpora formas e conteúdo de pensar e ser, sujeito e sociedade, como o espaço tem importância na construção desse sujeito social.

Há, dessa forma, a gama de paradoxos desse mesmo processo de movimento, e de mobilidade. A migração vai muito além das ideologias de uma determinada classe, ela se insere na concepção do Estado enquanto produtor de políticas que auxiliam nos mecanismos de poder do e no espaço, seja para as migrações internas quanto para as internacionais.

> A ordem da migração (ordem da emigração e ordem da imigração) e a ordem nacional, estão substancialmente ligadas uma à outra. E se não podemos falar de uma sem falar da outra, não e devido a algum jogo fácil da dialética da identidade e da alteridade – o "nacional" só existiria por oposição ao seu contrário ou, ao menos, na presença de seu contrário, o 'não nacional' -, e sim porque a imigração e seu duplo, a emigração, são o lugar em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, ou seja, com a distinção entre 'nacional' e 'não-nacional.' [...] Sabemos muito bem o quanto esta definição, que relaciona imigrante e estrangeiro, é arbitrária, no sentido de que vale apenas no limite [...] quando o imigrante (no sentido social do termo) é também e ao mesmo tempo um estrangeiro (no sentido jurídico ou 'nacional' do termo). [...] A situação de hoje, infinitamente mais complexa, já não oferece a simplicidade da oposição binária que o juridicismo postula. [...] Todos os imigrantes não são necessariamente estrangeiros; da mesma forma somos inclinados a afirmar que todos os estrangeiros não são ou não serão sempre imigrantes (socialmente falando) (SAYAD, 1998, p. 266- 267).

É importante vislumbrar também a crítica ao Estado que se torna cúmplice das representações que propulsionam o migrante a esse caráter provisório e o coloca marginalizado, tanto na imigração quanto na emigração, pois no primeiro há a exclusão da sociedade que o vê como provisório e como futuro problema (social, demográfico, sociológico etc), e no segundo há a exclusão pelas próprias mudanças de ordem social e psíquicas, inseridas no consciente e inconsciente do ser migrante. Tal discurso, para o autor, é uma clara compreensão da ausência de estudos que atuem de fato na perspectiva social da crítica da migração como um todo.

Diásporas e processos diaspóricos

Uma abordagem clássica para a temática migratória é a questão das diásporas. Mas o que seriam estas diásporas?

Não há um consenso em linhas menores ou gerais do que se tratam as diásporas. Aqui lanço algumas perspectivas trazidas que abordam o tema e que nos ajuda a pensar em processos diásporas e/ou processos diaspóricos. Elenco aqui três principais.

A primeira perspectiva se dá no conceito geral de diáspora. É o deslocamento de pessoas via alguma grande mobilidade como causa, vetor ou fio condutor. Daí temos as diásporas religiosas, como a de judeus, a diáspora síria, a diáspora africana (tanto aquela dirigida de forma autônoma, como da vinda de escravos para o continente americano, por exemplo). Autores clássicos e dicionários, coletâneas e

organizações centram na temática diáspora quando dirigida a um específico grupo, com suas peculiaridades. Dentre eles. Laguerre, Julius, Kruger etc.

Ao mesmo tempo em que ratificam as diásporas no mundo, há a compreensão da situação traumática que leva a tais processos migratórios em massa, bem como as adversidades de uma travessia diáspora. Dos exemplos citados, a diáspora judaica é a mais importante para entender esse processo. Atualmente se utiliza muito o exemplo sírio como uma diáspora ocasionada pela situação de refúgio, o que levou – e leva – a muitas confusões quanto ao termo diáspora e refúgio, já que parte desses autores compreendem que a ideia da diáspora vem antes da de refugiado – que começa a ser vinculado com mais força a partir da metade do século XX.

A segunda perspectiva de diáspora se baseia em grande medida em três principais autores. Edward Said, Néstor Canclini e Stuart Hall. Ainda que sob aspectos diferenciados de cada, para eles a diáspora e os processos diaspóricos tem a sua raiz nas identidades culturais, ou na diversidade em que essas identidades são promovidas nas mudanças globais.

Isso não significa que seja defensável que essa troca de identidades e culturas promova uma cultura em relação a outra. A grande abertura da problemática destes autores é esta: a cisão ou o choque entre culturas sempre pré-determinam, a partir de relações de poder, a sobrevalorização de identidades, o que leva ao escamoteamento de processos diaspóricos que são subjugados como menores, ou de minorias.

> Possuir uma identidade cultural [...] é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de "tradição", cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua "autenticidade". É, claro, um mito - com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significados às nossas vidas e dar sentido à nossa história (HALL, 2003, p. 29).

E é em grande medida a raça e as diferentes etnias cuja raiz não é eurocêntrica ou presentes na história da cultura ocidental – também eurocêntrica – as culturas diaspóricas mais subjugadas. Aí é a presença de cerca de 70% do planeta, sua diversidade e suas peculiaridades, que são levadas para "debaixo do tapete". Por isso também da importância e relevância dessa perspectiva de diáspora centrada nas identidades culturais, na revelação e entendimento da diversidade existente no mundo.

A terceira perspectiva que apresento aqui é bem próxima a essa intenção do diverso. Ao estudar o caso das e dos migrantes haitianos no Brasil, foi possível observar que para a cultura haitiana, a diáspora é presentificada no próprio sujeito, e não necessariamente na ação de migrar. Essa tênue diferença parece pequena, mas ao se observar de perto a cultura diaspórica haitiana, nota-se o quanto o valor da diáspora para estes tem um significado peculiar. Temos no Brasil a compreensão de Handerson (2015) quanto ao sentido de diáspora haitiana.

> Possuir familiares na diáspora não significa, necessariamente, ser aquele provavelmente que viaja ou ser o primeiro na cronologia das viagens. Pois, "ter familiares" não garante a mobilidade dos que ficam. Isso exige disposições internas (capacidade da pessoa mobilizar as redes) e disposições externas (recursos dispostos ao indivíduo). São duas dimensões essenciais do capital social dos candidatos à viagem, mas não são as únicas (HANDERSON, 2015, p. 185).

Isso significa já em uma primeira linha que a diáspora no sentido da mobilidade haitiana possui duas dimensões que se integram, se complementam. A primeira dimensão é a coletiva, onde a diáspora não é individual, e sim pensada por um grupo que não só apoia quem vai migrar, como o elege e define todas suas relações e confiança em seu projeto diáspora, exatamente por que esse projeto é formado coletivamente.

> A decisão (e também a escolha) de quem viaja é pragmática, algumas características do candidato são levadas em conta pelos familiares. Alguns parentes residentes *aletranje*, para decidir quem vão "mandar buscar" primeiro (na cronologia), levam em conta as condições de possibilidade de inserção rápida do viajante no mercado de trabalho *aletranje* e, também, se este possui um espírito coletivo, de respeitabilidade, para guardar a reputação da família, se é generoso para cumprir com as obrigações com aqueles que ficaram, não deixar de participar da vida ativa familiar, tanto entre os que estão na diáspora quanto entre os que ficam no Haiti (HANDERSON, 2015, p. 185).

A segunda dimensão é a subjetiva e individual, cuja responsabilidade de quem migra, de quem se torna um *diáspora*

envolve a expectativa de quem migra e de quem espera o resultado de sucesso da mobilidade. Vale ressaltar que esse grupo não se determina pela quantidade de pessoas. Muitas vezes o projeto diaspórico envolve uma família triangular – marido esposa e filhos – que em grande medida ficam a espera de migrar também caso haja sucesso no projeto migratório.

Outra característica dessa ideia é que as contribuições efetivadas pelo sujeito diáspora são também considerados como tal. O dinheiro repassado, é o dinheiro diáspora, a casa construída idem. Assim como se não há sucesso no projeto, é a falta de sucesso para todo um grupo, o que gera ainda mais expectativa para tal.

Nessa perspectiva a ideia de refúgio é dissociada da diáspora completamente, pois ser refugiado, na prática, já denota o fracasso do processo de mobilidade, principalmente pela experiência migratória muito forte entre Haiti e Estados Unidos e a associação direta de refugiados com os *"boat peoples"*. Isso leva a concepção de diáspora na categoria da prática e de suas próprias diversidades construídas por processos diferenciados em cada diáspora, em cada sujeito diaspórico.

Interações diaspóricas no espaço e no tempo: as redes sociais de migração

Dessa maneira, a diáspora pode ser entendida numa amplitude e diversidade que abarcam a mobilidade em si ou a concepção do que seja ou não movimento físico, social e cultural de sujeitos. Mas é no entendimento das interações

sociais promovidas pela mobilidade que habita uma das práticas metodológicas usadas para analisar fluxos migratórios. As redes sociais de migração.

A compreensão das redes sociais de migração se dá em primeiro lugar no entendimento das diversidades sociais e culturais que se aliam aos processos migratórios de cada grupo e de cada sujeito. Tais processos teriam um determinado sentido, um direcionamento e uma posição de início e consolidação, isto é, a mobilidade age como se houvesse um relativo "padrão" de movimento.

> As condições que dão origem à migração podem ser totalmente diferentes das condições que a perpetuam no tempo. Ao passo que transformações estruturais nas sociedades de origem e de destino respondem pelo início dos fluxos migratórios internacionais, as redes sociais conferem a tais fluxos estabilidade, transformando-os em movimento de massa. [...] Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. (SOARES, 2003, p. 240).

Conforme Ramella (1995), o tempo e o espaço desses processos são relacionais, isto é, interagem entre si. Dentre as principais interações encontram-se a comunicação, os cenários políticos e as interfaces sociais, que apontam os caminhos e o tempo das migrações conforme suas diferenças, suas diversidades no espaço e no tempo. A análise relacional plena é consolidada nessa perspectiva, pois essas redes de interação, ou essas redes sociais de migração é que permitem que pessoas do mesmo grupo emigrem para os mesmos lugares em que aportam pessoas daquela sociedade.

> Los investigadores que han utilizado el enfoque de la red han demostrado la importancia fundamental del estudio analítico para comprender los procesos sociales a través de los cuales de la información pasa e se difunde. Em el tema que nos ocupa, son estos procesos sociales – y no el encuentro abstracto entre demanda y oferta – los que influyen directamente, por una parte, la naturaleza y la composición de la emigración, y por otra, la colocación de los emigrados en el mercado de trabajo de los países receptores, es decir, sus posiciones y recompensas. Para nosotros, son dos – entre otros – los temas relevantes que el enfoque de la red nos permite reintroducir y profundizar: em el primer lugar, el carácter no indiferenciado de los flujos migratorios; y, em segundo lugar, las oportunidades a las que los emigrados tienen acceso (RAMELLA, 1995, p. 19).

Ainda conforme Ramella, em concordância a Douglas Massey – outro grande inspirador dessa abordagem – os processos migratórios são processos sociais interativos, e portanto há pelo menos três caminhos de construção analítica: o primeiro caminho é entender a trajetória da migração, os motivos que levam o migrante a escolher determinado caminho, ponto de partida e ponto de chegada. O segundo caminho é investigar esse caminho na busca por sujeitos migrantes do mesmo grupo social e o terceiro caminho é saber quais processos políticos e sociais em si apontam para que grupos migrantes construam fluxos migratórios para determinados lugares.

Ao que parece uma construção ortodoxa demais, a análise das redes sociais de migração é na realidade um método importante para desvendar as tramas políticas e sociais implicadas na migração e nas trajetórias migrantes. Nos

possibilita traçar os interesses dos vários agentes sociais implicados na mobilidade e impulsiona a análise daquilo que as perspectivas clássicas, histórica e sociológica muitas vezes não abarcam, por uma simples construção da ciência que *sectariza* o real para analisá-lo.

Convém dessa maneira dizer que essas redes sociais implicam um processo de articulação entre como a sociedade encara as transformações, sejam as cotidianas ou as destacadas por processos históricos e/ou políticos, e quais os campos de atuação desses diversos agentes que implicam processos sociais como os da migração e/ou mobilidade.

Por desvendar essa complexidade, a abordagem das redes sociais estimula várias perspectivas de pensamento científico e social, inclusive no estudo das redes – que é algo diferente das redes sociais de migração, mas que se complementa. Permite vislumbrar as articulações globais e locais de processos migratórios e seus desdobramentos no espaço e no tempo.

Desterritorialização e reterritorialização: o caminho para o contemporâneo

Aqui trato de duas abordagens da desterritorialização: a filosófica/conceitual, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e a abordagem geográfica/conceitual proposta por Rogério Haesbaert. A desterritorialização, grosso modo, é o cerne do deslocamento do sujeito, que se mobiliza ou não dependendo das circunstâncias e do sentido de desterritorialização que se tem

em si. Toda desterritorialização é acompanhada por uma reterritorialização e assim por diante.

Desterritorialização e reterritorialização originam-se da palavra território, que em linhas gerais significa espaços perpetrados e construídos por relações de poder. Poderíamos nos questionar no caso de todo espaço possuir, de alguma maneira relações de poder. Mas o território é a expressão máxima desses espaços, cujas manifestações do poder possibilitam a formação de enclaves, linhas, frentes, fronteiras e definições.

Dito isto, os processos de desterritorialização, grosseiramente, seriam a destituição de poder desses espaços. Mas para Deleuze e Guattari (2010) é algo mais complexo. A desterritorialização pode ser inclusive genuína e por escolha própria, desde que seja autônoma e legítima.

Para começar, a ideia deles é entender que o sistema capitalista destitui os desejos e as produções genuínas dos sujeitos, porque tal como o corpo, funciona como uma máquina. A chamada máquina capitalista consegue de forma eficaz "sugar" a máquina de desejo dos sujeitos e reproduzir o desejo que é do próprio sistema capitalista. O desejo é a peça chave, para eles, para entender a desterritorialização.

Quando o corpo e a mente subjetiva se deslocam e apreendem, por alguma falha na geração de desejos "não-genuínos" que a produção de desejos não é autônoma, ocorre um dos possíveis processos de desterritorialização. Esse processo gera potência, gera a possibilidade de novas fontes de desejo e de construção de novos espaços. Daí a indissociada reterritorialização.

A questão é que no momento que qualquer produto do desejo capitalista ser reproduzido pelo sujeito, há também um processo de desterritorialização, ao revés, alimentado e consumido por uma não-autonomia do sujeito, o que chamo de desejo "não-genuíno". É imprescindível entender o sentido múltiplo e seus significados para clarificar quais realmente são as desterritorializações ligadas ao desejo da potência, da vontade do novo, daquele que está acoplado a máquina capitalista. Também, se os exemplos citados – do desejo da potência e do desejo capitalista – não criaram potências autônomas e genuínas.

> A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia, a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Nesse sentido, a desterritorialização e consequente reterritorialização são processos alimentados pela máquina capitalista. O x da questão é: os processos migratórios, destituem o desejo genuíno dos sujeitos e ratificam a relação da migração como um fator de alienação, ou a migração potencializa e faz produzir novas relações políticas envolvendo o desejo desses sujeitos em mobilizar-se em todos os sentidos?

Para Deleuze e Guattari, poderiam ser as duas formas, em conjunto ou não.

Nos processos migratórios os efeitos perversos e potentes da destituição e/ou autonomia do desejo do sujeito podem ficar pouco claros, e então a abordagem para construir sua autonomia se enleva nas práticas cotidianas. A desterritorialização via mobilidade decorre também de novas potencialidades e da descoberta de novos horizontes.

Sob essa perspectiva, Haesbaert (2007) traz à luz da geografia o termo desterritorialização, e questionamentos em relação a esta ser real. No que tange a ideia deleuze-guattariana, ele concorda, mas aponta os riscos que o termo pode afetar uma ideologia de "fim dos territórios" ou de "fim do espaço". Há portanto que se entender e tomar consciência do que seja território para entender os processos de desterritorialização.

> Não é simplesmente a velocidade do movimento que provoca ou intensifica a desterritorialização. Pode-se admitir, inclusive, não apenas uma desterritorialização na imobilidade, mas também uma territorialização na mobilidade... É interessante lembrar que mesmo a figura "desterritorializada" por excelência, o nômade, tão celebrado por Deleuze e Guattari, ela própria, em suas trajetórias costumeiras, possui um território (HAESBAERT, 2007, p. 129).

Essa ideia de fim de territórios ligada a uma estrutura de saber da globalização impulsiona na realidade constrói a ideologia da multiterritorialidade, em que as pessoas estão abertas plenamente para novas mobilidades mundo afora. O que sabemos, de fato, não ocorre exatamente pelo acirramento de

territórios e demarcações que geram restrição, sobretudo para os mais pobres.

Há algumas lacunas quanto a ideia de desterritorialização, identidade e mobilidade no autor, exatamente porque o dinamismo dos processos migratórios não abarca o engessamento terminológico. A percepção da desterritorialização como mito é uma das possíveis interpretações, e se aplica-lo a mobilidade, pode ser perigoso por tal cristalização, principalmente nas definições do autor acerca dos deslocados – territórios-rede e/ou aglomerados de exclusão.

Os dois termos apontam que quanto maior o entendimento dos espaços de poder, mais clara fica sua articulação política, e também a formação de grupos políticos de articulação e reivindicação. Porém, muitas vezes os processos migratórios entram-se no limbo dos dois movimentos, daquilo que Goettert (2008) trata como transitoriedade migratória.

> Transitoriedade migratória é o estado em trânsito dos sujeitos que se colocam em mobilidade, em migração. Um ser deslocado porque não-locado sobre um único lugar. Trânsito e deslocamento compõem a transitoriedade migratória que ultrapassa o momento – menor – do deslocamento em si, abarcando desde os preliminares da decisão de migrar até a definição de que o seu lugar é outro – não mais o de origem, definindo o novo lugar como aquele que lhe pertence, ou mesmo o lugar de origem se o retorno vier a definir o "fim" da transitoriedade. A transitoriedade entre dois lugares, de origem e de destino: um continuum que depende de cada migrante e por isto mesmo um processo eminentemente individual, calcado pela subjetividade e pelas relações

> que a migrante ou o migrante vai desenvolvendo no lugar novo, como também, ainda, de proximidade ou distanciamento do lugar deixado (GOETTERT, 2008, p. 42).

Dessa maneira, a ideia da desterritorialização e da migração engloba a destituição de territórios para sujeitos, mas também a potência de novas possíveis territorialidades, embora essa ligação ocorra de maneiras muitas vezes sutil e pouco observável nas relações e na interpretação inclusive metodológica de quem analisa migrações.

Para não concluir... Migração e desejo: as estratégias de mobilidade e permanência

Nessa busca de interpretar o mais fiel possível as múltiplas dinâmicas dos processos migratórios, tanto pelos desdobramentos políticos no lugar de partida para o lugar de chegada quanto as adversidades das estratégias políticas de agentes que excluem os migrantes de determinados espaços, utilizo como método de abordagem o estudo das estratégias de mobilidade e permanência em grupos migrantes.

Essas estratégias perpassam duas linhas de pensamento. A primeira linha refere-se aos agentes que participam do processo de mobilidade e como interagem entre si. Em grande medida, os principais são os migrantes, o Estado, as organizações sociais, a sociedade civil e a mídia. A segunda linha se trata do caráter conceitual que aponta para a análise da interação entre estes agentes.

São três perspectivas conceituais que aponto: a ideia de multiplicidade, desejo e agenciamentos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de geometrias de poder da geógrafa britânica Doreen Massey (2008) e a já abordada ideia do paradoxo da alteridade de Abdelmalek Sayad. Os primeiros, como já mencionado, abordam o desejo como produção e múltiplo, cujas ações podem transformar os espaços rotineiros. Mas em muitos casos, esse desejo é capturado, captado pela produção de outrem, sobretudo pela produção de um sistema e/ou uma relação de poder vigente. Mas isso não implica no fechamento da produção desejante de um grupo ou de sujeitos que afetem e transformem os espaços em espaços políticos, assim como em espaços de poder.

A segunda perspectiva conceitual, de Doreen Massey, aponta essa multiplicidade a partir do espaço. O espaço vislumbrado e entendido por uma pessoa não é o mesmo que concebemos e assim por diante. Nisto, a construção de relações de poder envolve diferentes demandas e diferentes formas, no que concerne as geometrias de poder. Essas métricas de poder são diversos olhares sobre um mesmo espaço, em que os territórios formados não coincidem, isto é, são diversos territórios em um espaço. São geométricos segundo ela porque atinge um grau limitado, definido, dependendo do agente envolvido.

> As especificidades do espaço são um produto de inter-relações – conexões e desconexões – e seus efeitos (combinatórios). Nem sociedade nem lugares são vistos como tendo qualquer autenticidade atemporal. Eles são e sempre foram interconectados e dinâmicos [...] a diferença espacial era concebida em termos de sequência temporal [...] Requalificar eufemisticamente 'atrasado'

> como em 'desenvolvimento' e assim por diante, não contribui em nada para alterar o significado, e a importação da manobra fundamental: a de tornar a heterogenia espacial coexistente uma única série temporal [...] Nessas concepções de progresso singular (quaisquer que sejam suas nuanças), a própria temporalidade não é efetivamente aberta. O futuro já está contado, de antemão, inscrito na estória. Essa é, portanto, uma temporalidade que, de qualquer forma, não tem nenhuma das características de eventualidade, ou de novidade. Nem corresponde às exigências de que o espaço seja sempre e para sempre aberto, em um constante processo de fazer-se (MASSEY, 2008, p. 106-107).

A terceira perspectiva, de Abdelmalek Sayad, já aprofundei em tópico anterior. Trata-se da compreensão do migrante como fato social total e de sua irreversível complexidade, necessária para tratar quando se estuda processos migratórios. Bom, o que essas três bases contribuem para a abordagem desse dinamismo que tanto tratei aqui no artigo?

O desafio, creio eu, é compreender as dinâmicas dos processos migratórios via sua inerente multiplicidade. Não à toa utilizo tal termo e autores que apontam suas características. Essas perspectivas soltas não dizem tanto o significado desses processos, mas se aplicamos a análise dos agentes sociais envolvidos nas diversas migrações, salta aos olhos o quanto é complexo e paradoxal, ainda nas palavras de Sayad, tais dinâmicas.

A questão dos agentes e sua análise tem de ser pensada não como um engessamento ou que cada sujeito envolvido tenha

uma opinião dura e precisa sobre a interação das relações para com o migrante – falo aqui de Estado, mídia, organizações, sociedade civil, mercado, dentre outros. Cada um desses agentes produz em diversas situações distintas opiniões distintas também. A análise do discurso é imprescindível nessa abordagem metodológica.

A análise da interação dos agentes envolvidos entra em acordo coma s perspectivas teóricas e no papel de que cada um aponta para entender – ou não – o migrante no lugar que chega. As perguntas que devemos fazer seriam? Qual a opinião de determinado sujeito sobre o fluxo migratório que interage com suas relações e com seus espaços? Quais políticas públicas fora ou são implementadas para a inserção desses migrantes? Essas políticas condizem com suas reivindicações?

Nesse ínterim, as estratégias de mobilidade e permanência são as táticas utilizadas por esses agentes em elaborar os processos migratórios, mas são as táticas de mobilidade e permanência dos migrantes as fundantes em aprimorar processos políticos que efetivem sua condição como cidadãos no e do ligar chegado. À luz dessa questão é crucial entendermos os agenciamentos e sobretudo os desejos desses grupos migrantes e como estes atravessam a interação e as estratégias dos demais agentes? São e estão de acordo? Quais estão? Quais não estão?

Vale destacar que as estratégias de mobilidade e permanência, assim como os processos de des-re-territorialização ocorrem em conjunto, de maneira indissociada. A multiplicidades dessas táticas que são separadas, mas o conjunto em si é íntegro.

> As estratégias de permanência são coladas às estratégias de mobilidade de imigrantes. Vale ressaltar a necessidade dessas estratégias no tocante à inclusão destes imigrantes e que eles possuem um projeto (...) de melhoria de suas condições. Tais estratégias revelam, portanto, a necessidade de debates quanto aos agenciamentos, práticas e discursos entre os sujeitos e os processos revelados na mobilidade. Sujeitos e processos esses que nos incluem, como migrantes ou como produtores do espaço (MARTINS, 2019, p. 153).

Vislumbrar as estratégias de mobilidade e permanência dos grupos migrantes é apreender suas relações e os conflitos existentes, observando com mais clareza o que leva e como levam seus agenciamentos para a pauta dos fatos sociais e políticos de um território.

Portanto, esse texto procurou sistematizar quais elementos práticos e conceituais existentes para analisar a migração e os processos migratórios hoje. Obviamente não se analisou as abordagens como um todo, mas a ideia foi ter um panorama geral do que se tem produzido dos últimos trinta anos para cá e o amadurecimento de determinadas perspectivas alimentam novas fontes de conhecimento e encaram o dinamismo desses processos como principal desafio para apreendermos a complexidade da migração e de seus sujeitos migrantes.

Referências

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia de população**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1971.

BECKER, Olga Maria Schild. Aspectos teóricos da mobilidade espacial da população. *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COHEN, Robin. **Global diasporas**: an introduction. Londres: University College London, 1997.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix**. O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento:** olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados, MS: UFGD, 2008.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. **Cartografias do desejo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAGUERRE, Michel S. Haitians in United State. **Encyclopedia of Diasporas**. Yale: Yale University, 2005.

MASSEY, Douglas et al. **Return to Aztlan**: the social process of international migration from western Mexico. Los Angeles: University of California, 1987.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Por uma geografia das migrações:** estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 (Livro I).

RAMELLA, Franco. Por um uso fuertedel concepto de red em los estúdios migratórios. In.:BJERG, Maria; OTERRO, Hernán (Org.). **Inmigración y redes sociales em la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. **A migração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, Giralda et al. **Mundos em movimento**: ensaio sobre migrações. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

_____. Imigração e (re) construção de identidades étnicas. *In:* PÓVOA NETO, Hélion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.).

Cruzando fronteiras disciplinares (Orgs.). Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Imigração e a questão racial no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n. 53, 2002. p. 117-149.

_____. O Estado brasileiro e a imigração. *In:* SANTOS, Miriam de Oliveira et al. **Caminhos da migração**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014.

SOARES, Weber. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. *In:* MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya Resende (Orgs.). **Fronteiras cruzadas**: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Parte III:

Vivências e memórias

Entre vínculos e identidades: encontros e reencontros na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Vila Bananeiras, Arapiraca/AL

Felipe Santos Silva

Auceia Matos Dourado

Introdução

A festa em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é um forte elemento cultural que se expressa na comunidade rural Vila Bananeiras, pertencente ao município de Arapiraca, no agreste alagoano. Com seu poder de unir pessoas em torno da Igreja Católica, a festa faz seus participantes celebrarem a vida, agradecerem a Santa Padroeira e a Deus. Ao longo dos seus setenta e um anos de tradição, essa ação territorial coletiva modificou-se, criando novos cenários e novos ritos, mas não deixou de cumprir os ritos presentes nas festas de padroeira (o), como missas e a procissões.

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo analisar a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como elemento de afirmação das identidades territoriais em Vila Bananeiras. Para atingir o objetivo proposto, foram realizadas visitas *in loco*

(2015, 2016 e 2017), entrevistas semiestruturadas, revisão de literatura, análise documental, observações, descrições e registro fotográfico, tendo como fundamento os pressupostos da pesquisa qualitativa apontados por Turato (2003), Souza (2013) e Dourado (2014).

Durante o levantamento bibliográfico, foi percebido que a Geografia alagoana é carente de análises sobre seus fenômenos culturais, dessa forma, apontamos neste estudo que é preciso olhar para as diferentes comunidades alagoanas e para as suas festas, em função das suas peculiaridades.

A festa em questão foi percebida como portadora de momentos de devoção e fé, mas é também um evento que se traduz na possibilidade de romper com os dias comuns. Desse modo, novos ritmos são dados ao viver, e as relações cristalizadas dos dias comuns dão lugar aos encontros, reencontros e ao fortalecimento dos vínculos e das identidades territoriais.

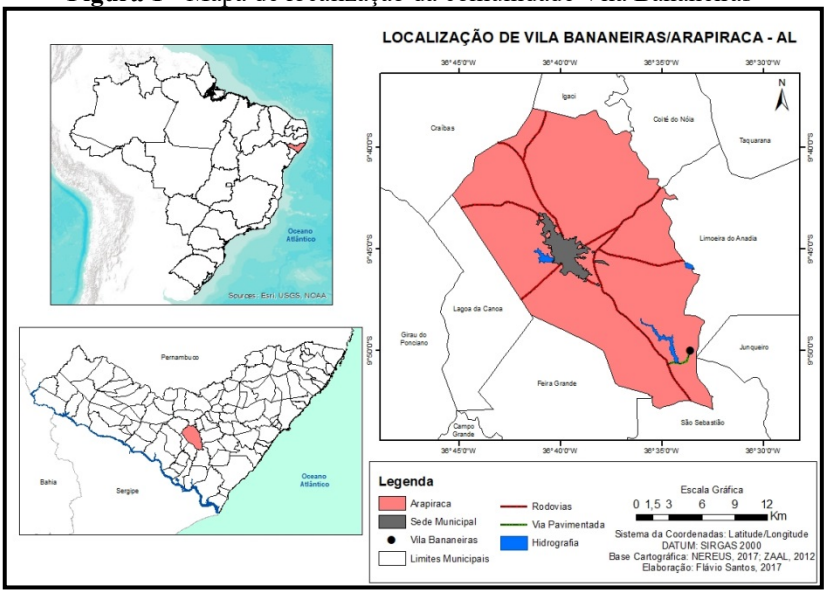
Portanto, há uma afirmação não só da cultura, que se expressa na religiosidade e nas singularidades da vida, mas há a afirmação de uma identidade expressa no território. Assim, o conceito de território a partir da perspectiva cultural surge como alicerce para pensarmos a comunidade Vila Bananeiras, bem como as territorialidades expressas, principalmente a partir da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Dos encontros com o território e as territorialidades

Nesta pesquisa, entendemos que Vila Bananeiras é um território de vivências, de cultura, de trabalho e de tantas outras particularidades. Na trama territorial em questão, notam-se diferentes estratégias de poder e práticas sociais, que se espacializam de diferentes maneiras. A comunidade em análise é localizada na zona rural do município de Arapiraca, no Agreste de Alagoas, e seu surgimento tem como marco temporal os anos de 1920. Estima-se que, na atualidade, sua população é de 5.000 habitantes (ARAPIRACA, 2010).

A comunidade Vila Bananeiras (Figura 01) possui uma extensão territorial significativa, sendo uma das comunidades rurais mais populosas do município. Essa extensão territorial é marcada por limites, por ruas, praça, esquinas e espaços institucionalizados, ou seja, é um território no seu sentido funcional, mas que representa também um espaço onde as expressões do território se mostram na convivialidade das relações cotidianas, nos seus ciclos festivos (religiosos ou profanos) e nos sujeitos e suas ações para demarcar esse território, pois, enquanto produtos históricos, "[...] devemos distinguir [...] [os territórios] de acordo com os sujeitos que os constroem [...]" (HAESBAERT, 2004, p. 03).

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade Vila Bananeiras



Bases cartográficas: Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS, 2017) e Zoneamento Agroecológico de Alagoas (ZAAL, 2012).
Organização e elaboração: SANTOS, Flávio dos, 2017.

Um dos elementos para a compreensão do território de Vila Bananeiras é a religiosidade – e suas expressões –, criadora de cenários diferentes dos dias comuns. A cada ano, o ciclo da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro se cumpre e, ao mesmo tempo, se metamorfoseia, renovando a vida e enchendo a comunidade de alegria, pois, a partir das práticas realizadas na festa, os sujeitos da festa se entrelaçam na busca pela manutenção e perpetuação das práticas religiosas no território. Assim sendo, isso traduz as colocações de Bonnemaison (2012, p. 300), em quem "[...] o território é, primeiro, determinado pela

maneira de viver com os outros; em inúmeros casos, seus limites geográficos são das relações cotidianas. [...] o território é, antes de tudo, uma convivialidade".

No ir e vir do cotidiano, a comunidade desenvolve diversas atividades para a manutenção da vida no território. Alguns se dedicam ao trabalho em pequenas propriedades rurais, como agricultores familiares ou diaristas, outros são contratados para o corte da cana-de-açúcar. Há também uma parte expressiva desses moradores que trabalham como assalariados no comércio da cidade de Arapiraca, na própria comunidade, ou em cidades e comunidades vizinhas (SILVA; DOURADO, 2017).

Vila Bananeiras tornou-se território por meio das ações nela desenvolvidas, sejam políticas, econômicas ou culturais. Nessa compreensão, quando o espaço passou a ser povoado e os sujeitos desenvolveram suas práticas socioculturais, emergiu o território, que foi delimitado fisicamente quando João Francisco Aureliano, no limiar dos anos 1920, comprou as terras onde hoje é a comunidade (SILVA; DOURADO, 2017).

Assim, Vila Bananeiras enquanto espaço construído foi organizado expressando os jeitos, as práticas, as crenças e o saber-fazer dos seus moradores, ou seja, as formas de ser e estar no território. Nesse *continuum* em movimento que é o território, a cultura exerce um papel fundamental nele, pois imprime uma especificidade a esse espaço. Dessa maneira, destaca-se que cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e diferenciações em função dos aspectos econômicos, culturais, sociais e simbólicos.

Nessa perspectiva, "[...] é fundamental entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator [ou sujeitos] [...]" (RAFFESTIN, 2015, p. 22). Essa ação é mediada pela relação entre a sociedade e a natureza, por meio de relações materiais e simbólicas.

Contudo, a partir do momento em que João Francisco Aureliano[26] adquiriu a terra (que formou Vila Bananeiras) e passou a viver nela juntamente a sua família, esses sujeitos começaram a realizar ações no espaço tendo em vista a manutenção do grupo familiar. As modificações feitas no espaço, a partir do momento em que eles passaram a residir, buscaram atender as necessidades do grupo para se fixar no território e, consequentemente, apropriar-se do espaço. Essa apropriação, por conseguinte, não ocorreu somente do ponto de vista material, pois o grupo não somente precisava ali residir e tirar da terra seu sustento, mas atendia também aos anseios culturais, pois o domínio sobre o espaço se expressa:

> [...] tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo ("lar" para o nosso repouso), seja como fonte de "recursos naturais" – "matérias-primas". (HAESBAERT, 2004, p. 03).

---

[26] De acordo com Arapiraca (2010, p.15): "João Francisco é filho de Bernardino José Santos. Nasceu no Baixão, bairro de Arapiraca, em 1872, casou-se com Senhorinha Francisca de Oliveira, em 1892, viveu com seu sogro Antônio Lopes da Silva, no Sítio Lagoa dos Cavalos, hoje Vila Aparecida, até 1920, data em que comprovou a propriedade e criou o povoado de Bananeiras com seus 14 filhos, faleceu no ano de 1952".

A partir de Raffestin (2015, p. 22), entendemos que João Francisco Aureliano territorializou o espaço e, com sua família, construiu um território, porque:

> [...] apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator [ou sujeito] "territorializa". Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou uma sociedade [...].

A partir do momento em que a compra das terras foi efetuada e João Francisco Aureliano mudou-se com sua família criando o povoado de Bananeiras, eles apropriaram-se do espaço, tornando-o território. Esses sujeitos passaram a projetar no espaço seus esforços, construindo um território por meio do trabalho, além de desenvolverem práticas de convivialidade e relações, ou seja, um território construído e apropriado para realizar funções e gerar significados (HAESBAERT, 2004). Portanto, esse território apresenta-se como produção do espaço pela força de trabalho, que gerou relações marcadas pelo poder, fruto da apropriação e do controle do espaço (RAFFESTIN, 1993).

Nessa compreensão, evidencia-se que o poder está intrínseco ao território. A apropriação de um determinado espaço por um grupo social caracteriza essa relação. Assim, território é fruto do enlace dialético entre sociedade e espaço, ou seja, ao passo em que há a produção e apropriação de um espaço, a partir do emprego das energias humanas por meio do trabalho, consequentemente, essa forma de produção se caracterizará como uma relação de poder. "Cada território é

produto da intervenção e do trabalho do homem sobre determinado espaço [...]" (DOURADO, 2015, p. 32).

Para Bonnemaison (2012, p. 301), "[...] espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é a errância, o território é o enraizamento [...]". A concepção de território apontada por esse autor destaca que, quando o espaço é dotado de práticas sociais, ele deve ser lido como território, este que é forjado pelo seu caráter simbólico e sistematizado pelas funções e hierarquias humanas, as quais buscam responder as necessidades do grupo que dele se apropria.

Essa hierarquização tem o objetivo de corresponder aos anseios do grupo social, que nele se instalou e, ainda, é detentor de carga simbólica, pois seus habitantes possuem sistemas de valores políticos e religiosos (BONNEMAISON, 2012). O território, enquanto construção social, possui um sentido simbólico para o grupo que nele vive, porque passa a assumir uma representatividade no imaginário dessa sociedade, assim: "[...] ele é essencialmente o lugar de mediação entre os homens e sua cultura [...]" (BONNEMAISON, 2012, p. 301).

Para Haesbaert (2005), o conceito de território perpassa uma dupla conotação, sendo ele material e simbólico. Esses diferentes sentidos demonstram que o território pode ser tanto uma apropriação de um determinado espaço por um grupo social, quanto uma representação. Isto é, o território passa a possuir um sentido de representação, que se firma por meio de processos de identificação, em que territorialidades são firmadas e identidades são construídas. Logo, a apropriação mediada por relações representativas considera também o poder no sentido simbólico, ultrapassando as concepções de território baseadas

unicamente nas relações de poder (DOURADO, 2015).

O conceito de território balizado por Teixeira e Almeida (2014) é mais um referencial importante para pensarmos a comunidade Vila Bananeiras, pois, nessa pesquisa, percebemos um vínculo muito forte entre os sujeitos da comunidade e o território, o que nos leva a pensar nesta enquanto espaço de referência e representações, que se despontam no território por meio das práticas culturais, como é o caso da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que acontece uma vez ao ano.

Para finalizar essa discussão sobre o conceito de território, não podemos deixar de citar Dourado (2015, p. 25), pois a autora aponta que:

> [...] cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidades [...], em consonância com suas normas, regras, crenças, valores e experiências, envolvendo diversas acepções: natureza e sociedade; cultura e identidades [...]; apropriação funcional e simbólica.

Assim, o território passa a ser compreendido a partir de um conjunto de relações promovidas pela sociedade, que, a partir de sua cultura e sistema de valores, projetam nele suas práticas, as quais se expressam como territorialidades.

Claval (1995), citado por Almeida (2008, p. 48), destaca ainda que "[...] é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de enraizarem no território [...]". Portanto, a cultura é vista como a mediação entre a sociedade e a natureza, ou seja, as práticas realizadas pela sociedade em um dado território são caracterizadas como elo da existência social

com o espaço de referência, o território. Conforme Claval (1995), essas práticas são heranças que fazem com que o grupo social se enraíze no território. Dessa maneira, ao passo que a prática cultural no território é realizada, ela realiza o grupo social, fortalecendo os vínculos e as identidades territoriais.

Territorialidade religiosa em Vila Bananeiras

A territorialidade é uma expressão do território e é um reflexo das práticas territoriais que os integrantes de uma sociedade exercem, sejam elas existenciais ou produtivas, e essas práticas sempre correspondem a uma relação de poder (RAFFESTIN, 1993). Em sua interpretação a partir de Raffestin (1976, 1978), Saquet (2015, p. 74) aponta que a territorialidade pode ser compreendida como: "[...] relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade". Saquet (2015, p. 82) chega a sua definição, apontando que: "[...] a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada [...]". Então, os esforços humanos expressos nas tramas dos territórios fazem emergir as territorialidades, que se dão nos domínios políticos, econômicos e culturais (SAQUET, 2015).

Corrêa (1996, p. 251) amplia o conceito definindo as territorialidades como o "[...] conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, Estado e os diferentes grupos sociais [...]". Nesse prisma, a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo

Socorro apresenta-se como expressão cultural e simbólica da comunidade Vila Bananeiras (Figura 02), configurando-se como territorialidade.

Figura 2 - Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
Foto: SILVA, Felipe Santos.

Como marco temporal, que determina a construção das representações em torno da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, temos a edificação da Capela da padroeira (construída em 1934), cuja presença é simbólica e material para a comunidade (ARAPIRACA, 2010, p. 15). Quando a Igreja Católica da comunidade Vila Bananeiras tornou-se centro religioso, passou a exercer forte autoridade na trama dos territórios adjacentes, ou seja, a igreja da comunidade passou a exercer sua territorialidade religiosa sobre as comunidades vizinhas, a saber: "[...] Sítio Piauí (município de Arapiraca),

Limoeirinho (município de São Sebastião), Brejo dos Bois (Junqueiro), Ingá (Junqueiro), dentre outros [...]" (SILVA; DOURADO, 2017, p. 03). Para Rosendahl (2013, p. 172),

> [...] O território religioso muda, morre ou renasce para melhor corresponder à afirmação de poder. É marcante a relação dialética entre a política da comunidade e a ordem religiosa. A comunidade religiosa constrói a Igreja, que, na função político-social, sustenta a própria comunidade. Quer seja na ordem religiosa, quer seja na ordem política, o território responde às duas funções.

Nesse sentido, com o surgimento da Igreja na comunidade Vila Bananeiras, certo poder político, religioso e cultural passou a ser exercido, o que fez com que essa comunidade se sobressaísse perante as comunidades vizinhas, principalmente por contar com grande número de fiéis. No ano de 2016, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi elevava a condição de Paróquia, e esse fato fez a comunidade religiosa aumentar sua circunscrição territorial e, consequentemente, suas territorialidades (SILVA; DOURADO, 2017).

Nas palavras de Rosendahl (2013, p. 175), "[...] a paróquia é sempre evocada como território principal da vida das comunidades locais [...]". Portanto, a elevação à condição de Paróquia revela não só o aumento da "área" de territorialização da Igreja Católica, mas, sobretudo, a definição e ampliação de uma "fronteira" da representação do seu poder. Esse debate em torno do caráter dominante e do poder do território paroquial reconfigura e hierarquiza os territórios, o que faz Rosendahl (2013, p. 173) destacar que:

> [...] as relações de poder hierárquico de uma comunidade sobre a outra no território resultarão em associação, dominação ou exclusão, dependendo das relações de poder e da política estabelecida no lugar. O certo é que a posse do território é seguida de um ritual que simboliza o ato da criação. O território é ocupado e, dessa forma, consagrado, protegido e reconhecido pela comunidade.

Desse modo, considerando as relações de poder estabelecidas pela Igreja Católica na comunidade Vila Bananeiras, evidencia-se que a demarcação de uma territorialidade religiosa foi sendo estabelecida desde 1934, fortalecendo-se ainda mais, e de forma progressiva, quando a Igreja Católica passou a ter status de Área Pastoral em 2010, e de Paróquia em 2016.

Nessa perspectiva, Rosendahl (2013, p. 176) compreende a territorialidade religiosa enquanto: "[...] conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar certo território [...]". Nesse sentido, Vila Bananeiras tem como um elemento basilar do vivido territorial a presença de uma territorialidade religiosa, que se expressa, sobretudo, na Festa da Padroeira.

Ano a ano, a comunidade fortalece essas territorialidades, uma vez que, embora a festa tenha um momento específico, esse traço cultural é responsável por manter laços, criar paisagens (ainda que móveis ou efêmeras) e fortalecer as identidades com o território. Com isso, percebemos que a Igreja Católica da comunidade Vila Bananeiras, por meio da sua territorialidade religiosa, em certa medida, controla e exerce seu poder nas comunidades adjacentes, principalmente

entre aquelas que fazem parte da trama territorial da área paroquial.

O conjunto de práticas desenvolvidas pela Igreja Católica diz respeito a quermesses, procissões, missas, festas, além do trabalho social que ela realiza por meio das pastorais[27]. Neste trabalho, evidenciaremos a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como prática religiosa que exerce forte influência e poder na trama dos territórios adjacentes a Vila Bananeiras e que possui um caráter simbólico e cultural para os sujeitos que vivem (ou já viveram) nesse território, sendo responsável pela afirmação da identidade territorial.

Nesse sentido, o caminho para compreensão da identidade territorial segue as trilhas de Haesbaert (1999, p. 172/178), que a entende como: "[...] identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto". Assim, a afirmação dessa identidade territorial a partir da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro se assenta também numa identidade social, pois: "A identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta *identidade parte do ou transpassa* o território" (HAESBAERT, 1999, p. 178 – Grifo do autor). Essa identidade territorial evidencia-se quando os diversos sujeitos regressam ao território de Vila Bananeiras para vivenciarem o tempo da efervescência balizado pela Festa da Padroeira.

[27] As pastorais são movimentos da Igreja Católica que atuam na comunidade de modo a amparar grupos sociais que estejam em situação de vulnerabilidade e também reúnem-se em momentos de oração.

Os caminhos da pesquisa

Para trilhar um caminho ao encontro da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tornou-se necessário pensá-la a partir das suas singularidades e das afirmações das identidades territoriais nela realizadas, principalmente expressas pelo retorno ao território no período da festa. Para isso, lançamos nosso olhar sobre os sujeitos que compõem a festa, uma vez que este fenômeno religioso conglomera uma diversidade de grupos com ações no território.

Entre essa diversidade, pode-se destacar os que moram na comunidade, os que não moram mais, os fiéis à padroeira, os que não são fiéis, os que vão para curtir a festa, ir ao baile, brincar no parque de diversões, outros vão encontrar amigos e parentes, além dos fiéis que fazem parte da organização da festa. Nesse aspecto, a presente pesquisa possui um caráter qualitativo, ancorado em revisão de literatura, análise documental, observações, descrições, entrevistas, registro fotográfico e pesquisa de campo.

Por essa razão, buscamos observar e descrever as práticas realizadas pelos diversos sujeitos participantes da festa, além de acompanhar todas as atividades realizadas pela Igreja Católica no ano de 2016. Na pesquisa qualitativa, "[...] cabe ao pesquisador captar por meio da observação, análise e descrição o entendimento dos fenômenos" (DOURADO, 2014, p. 40). Por este viés,

> [...] o que interessa [...] é a forma como os dados são coletados, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a

> entrevista, análise documental e as observações diretas. (SOUZA, 2013, p. 57).

Nesse sentido, a realização do primeiro trabalho de campo, de caráter exploratório (2015), objetivou conhecer a realidade empírica da Festa da Padroeira de Vila Bananeiras, buscando criar mecanismos e estratégias para análise do fenômeno que se pretendia estudar. Esse primeiro contato contribuiu significativamente para o planejamento do trabalho de campo posterior (2016), cujo intuito foi compreender a dinâmica e as singularidades da/na festa de modo mais efetivo.

Nesse primeiro contato (2015), foram realizados registro fotográfico, entrevistas, conversas informais com os participantes da festa, além de acompanhamento de todas as atividades da festa. Após vivenciar e observar a festa, foi possível traçar os objetivos da pesquisa e definir o percurso teórico e metodológico. Esse momento proporcionou, ainda, a organização do instrumental da pesquisa, como o roteiro de observações e o roteiro de entrevistas.

Em 2016, todos os acontecimentos da festa foram descritos em um caderno de campo e registrados em fotografias, além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com algumas lideranças comunitárias. Durante a pesquisa de campo, dialogamos com os participantes da festa e esses diálogos foram importantes no processo de observação e descrição das atividades de campo, porque alguns elementos da festa mudam anualmente. Desse modo, para atingir os objetivos propostos, tornou-se necessário ir além do que estava previsto no planejamento inicial. Por essa razão, as conversas com os participantes da festa tornaram-se essenciais.

O terceiro momento da pesquisa de campo (agosto 2017) objetivou observar a comunidade no desenrolar das atividades diárias, com registro do cotidiano. Esse último trabalho de campo foi imprescindível para compararmos a dinâmica da comunidade nos dias comuns, com a dinâmica vivida no período da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Frente a esse cenário, os trabalhos de campo aparecem como principais instrumentos na pesquisa de enfoque qualitativo, pois:

> [...] Somente com ele é possível que o pesquisador tenha um contato direto com a cultura do grupo estudado e procure decifrar seus signos e significados. [...] o pesquisador deve tentar relacionar os fenômenos observados e vividos com o conhecimento teórico a respeito da temática da pesquisa. (SOUZA, 2013, p. 58).

Uma questão que se fez presente antes da realização das entrevistas foi a definição de quais sujeitos estudar. Portanto, diante da diversidade de sujeitos e grupos presentes na festa, buscamos entrevistar algumas lideranças comunitárias, que, consequentemente, são pessoas ligadas à organização da festa. Então, selecionamos critérios que pudessem tornar os sujeitos verdadeiros potenciais para a pesquisa. De tal modo, definiu-se a amostragem proposital como referência na definição dos sujeitos da pesquisa. Nela, os pesquisadores definem quais sujeitos estudar, tendo como referência os objetivos do trabalho. Por conseguinte, a livre escolha dos sujeitos permite selecionar aqueles que podem trazer informações mais precisas diante do fenômeno estudado (TURATO, 2003).

Por essa razão, a escolha para inclusão dos sujeitos da pesquisa foi pautada naquilo que Turato (2003) denomina como homogeneidade fundamental, nesse critério: "[...] pelo menos

uma determinada característica ou variável é comum a todos os sujeitos da amostragem [...]" (TURATO, 2003, p. 365). Os parâmetros definidos para a inclusão dos sujeitos na pesquisa foram: fazer parte da organização da festa ou serem lideranças da comunidade, porém, necessariamente, precisariam ser residentes na comunidade Vila Bananeiras, fiéis a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e participantes da festa.

Os sujeitos em potencial para a pesquisa foram aqueles capazes de contribuir com suas visões sobre a dinâmica da comunidade no período da festa e sobre a importância da festa para a comunidade. Ainda de acordo com Turato (2003, p. 362), na pesquisa qualitativa, o pesquisador "[...] buscará interpretar o que as pessoas dizem sobre o tal fenômeno e o fazem ou como lidam com isso [...]", ou seja, buscamos, a partir da visão dos sujeitos da pesquisa, compreender a Festa da Padroeira de Vila Bananeira, e suas relações com os vínculos territoriais, a identidade, o pertencimento ao território e as transformações que ocorrem na comunidade no período da festa, considerando os objetivos da pesquisa.

"Na segunda semana de novembro, vou estar lá!": o retorno ao território na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Nas duas últimas semanas do mês de outubro de cada ano, a comunidade Vila Bananeiras passa por uma verdadeira metamorfose, entra em cena na trama territorial elementos que denotam movimento e organização do espaço, indicando que haverá modificações da paisagem. Uma série de barracas de jogos, de lanches, de pebolim, a chegada dos brinquedos do

parque de diversões, a movimentação de pessoas apontam que os dias comuns da comunidade serão alterados. Esses elementos anunciam que a Festa de Novembro aproxima-se.

Somam-se a esses elementos o fato de os moradores da comunidade pintarem suas residências, comprarem roupas novas e até mesmo móveis, tudo para agradar os visitantes que participam da Festa da Padroeira todos os anos, principalmente os amigos e parentes que são antigos moradores[28], que regressam à comunidade para vivenciar este momento de celebração da vida.

Conforme Santos e Kinn (2009, p. 60): "[...] as festas surgem como acontecimento marcado pelo encontro, criação e fortalecimento de uma teia de relações sociais, tendo nos santos padroeiros seus principais mediadores". Essa assertiva traduz a Festa de Novembro, uma vez que nela pode-se perceber um intenso fluxo de pessoas que retornam para a comunidade Vila Bananeiras, ocasionando a migração esporádica, que fortalece a teia das relações sociais. Esses migrantes vivenciam momentos singulares na dinâmica socioterritorial da comunidade, uma vez que conecta as pessoas ao território, ao lugar de referência cultural e fortalecem os vínculos territoriais. Para os entrevistados 01 e 02:

> [...] pessoas se programam, durante todo ano, para dizer: na segunda semana de novembro, vou estar lá! Seja com pai, com a mãe, com avô, com tio, ou com amigo, quem

[28] Esses moradores, em sua maioria, saíram da comunidade em busca de trabalho em outras cidades e regiões do país, principalmente em tempos de seca. Esse movimento continua acontecendo na comunidade Vila Bananeiras, agravando-se em tempos de estiagem.

> sabe [...] n/é? As pessoas que já sabem, já têm essa tradição, n/é? De quando vai acontecer a festa e saem de lá de onde estão, seja da faculdade, seja do trabalho, seja porque casou e tá distante da comunidade, mas que nesse momento, voltam e vem passar a semana de festa com seus familiares, amigos, e aí rever os amigos, conhecidos e familiares. Muito bom, muito importante, n/é? Então tem todo esse sentido também e essa importância, da festa de nossa comunidade. (Entrevistado 01: 36 anos, morador da comunidade Vila Bananeiras e fiel).

> [...] é uma festa tradicional, onde todos os moradores se juntam para comemorar o dia da nossa Padroeira, n/é? Que é a Festa da Padroeira! E esta festa já é tradição [...], são 71 anos, então é onde todo mundo fica ansioso, pra que chegue logo novembro, pra gente comemorar essa festa [...]. Junto à Festa da Padroeira, eu também faço parte do movimento da igreja onde a gente se reúne para tá organizando a nossa festa, cada vez mais que ela fique mais bonita para o bem de Maria e o bem de todos, n/é? Porque, primeiro de tudo, sou devota de Nossa Senhora, e a gente aproveita esse momento para, mais uma vez, fazer uma festa bonita. Onde a gente quer trazer todos àqueles que estão afastados, para pelo menos nessa semana, todo mundo, junto, comemorar [...]. A festa é um sentido religioso, onde nós se junta pra louvar, agradecer a Deus e, não só nesse ano, mas todos os anos, mais principalmente esse mês onde todo mundo tá junto num só objetivo, que é a nossa Festa Tradicional da Padroeira. (Entrevistada 02: 47 anos – moradora da comunidade Vila Bananeiras e fiel).

Assim, a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro mostra-se como fenômeno tradicional, principalmente para aqueles que voltam à comunidade, sendo marcada pelos

encontros e fortalecimento das relações sociais e da reafirmação da identidade com o território. Nesse sentido, concordamos com Maia (2013, p. 194), quando este assinala que "[...] retornar para a festa é deixar-se levar pelos caminhos da emoção [...]".

Regressar à comunidade no período da festa é um esforço feito por muitos moradores que não mais residem na comunidade. Estar na festa e participar das atividades nela realizadas significa fortalecer os laços identitários e participar de territorialidades que emergem pelos acontecimentos festivos. Assim, fora da dinâmica cristalizada dos dias comuns, no período da festa, a sociedade bananeirense sai da rotina e vive um tempo da efervescência, que pode ser espiritual ou social. Vila Bananeiras torna-se uma comunidade festiva, distante dos problemas habituais, quer sejam políticos e/ou econômicos (SILVA; DOURADO 2017).

Essa mudança dos dias comuns é apontada por Claval (2011, p. 27) e também está presente em Vila Bananeiras. Indica que:

> A festa introduz um parêntese na vida das pessoas: as preocupações e os problemas são esquecidos, as tarefas repetitivas dão lugar aos ritmos inéditos [...]. As estruturas rígidas da vida social apagam-se: as barreiras caem, e a alegria é geral [...].

Para Maia (2013, p. 194), o retorno à comunidade no período da festa é "[...] parte do mundo ritual, [...]. O deslocamento aí realizado assume um significado ímpar, pois, enquanto a vida cotidiana o que importa é à saída de casa e a chegada ao trabalho e vice versa [...]". Por sua vez, Silva e Dourado (2017, p.02) destacam que "[...] as festas religiosas

surgem no seio da vida cotidiana como um momento de celebração, que rompe com as lógicas estabelecidas nas relações cristalizadas das atividades diárias". Ou seja, quando afastados do seu território, ou mesmo no seu território de origem, essas pessoas têm sua vida voltada à lógica do trabalho, ficando distantes de determinadas relações sociais e culturais que somente são estabelecidas "lá", em seu território e na festa.

Nesse contexto, a migração temporária é uma realidade na comunidade Vila Bananeiras, pois muitos moradores da comunidade deslocam-se de lá em busca de trabalho em outras cidades e regiões do país, mas, no período da festa, muitos desses migrantes voltam ao território para vivenciar a Festa da Padroeira, uma vez que esta faz romper a lógica estabelecida pelo trabalho e dá lugar às celebrações, além de consolidar as práticas sociais e religiosas, que promovem o fortalecimento da cultura local e os vínculos territoriais (SILVA; DOURADO, 2017).

Nessa perspectiva, que versa sobre o retorno para a comunidade no período da festa, Maia (2013, p. 198) destaca que:

> [...] para o migrante, afastado geograficamente de sua festa – que ocorre somente naquele lugar onde estão os outros que compartilham desta mesma maneira de entender o mundo –, reencontrar-se face a face com suas tradições é emoção pura [...].

Desse modo, muitos esforços são feitos para regressar à comunidade no período da festa. Isso porque, nos dias em que ela acontece, é possível vivenciar tradições comunitárias que só

acontecem naquele período e naquele território, sendo o regresso dotado de significados.

Outro aspecto, já frisado anteriormente, é em referência ao fortalecimento dos vínculos territoriais, defendido por Heidrich (2015 p. 274) como: "[...] o elo que se estabelece com o território [...] resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida [...]". Esses vínculos territoriais são estabelecidos quando diversos sujeitos voltam à comunidade com a finalidade de experenciar as práticas sociais que só acontecem lá, no território de pertencimento.

Nesse entendimento, concordamos com Souza (2015, p. 69), quando aponta que: "[...] Os vínculos territoriais são componentes essenciais de uma prática no território que tanto pode ser a afirmação de uma territorialidade quanto de uma identidade, como também podem ser formas de representação [...]".

A atmosfera festiva traz encantamento para os sujeitos da comunidade e para aqueles que, todos os anos, participam da festa. Notou-se que a paisagem é modificada pelos primeiros elementos que compõem a festa, e que, em um processo progressivo, metamorfoseia o centro da comunidade Vila Bananeiras, ao passo que o mês de novembro é anunciado.

A festa da comunidade de Vila Bananeiras traz um sentido muito peculiar para os residentes na comunidade e comunidades vizinhas, pois ela é capaz de alimentar o imaginário dos sujeitos que têm nela um elemento cultural e simbólico. Para Almeida (2011, p.07), as festas rurais brasileiras a exemplo das festas em devoção aos santos e santas padroeiras

"[...] atribuem aos espaços identidades territoriais e valorizam os bens culturais".

A Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no ano de 2016

A Festa da Padroeira da comunidade Vila Bananeiras é um acontecimento curto e certo de acontecer. No segundo final de semana do mês de novembro de cada ano, ela abrilhanta a comunidade com suas particularidades. Por esta e outras razões, tornou-se imprescindível acompanhar a festa no ano de 2015 de perto, e sobre ela lançar um olhar geográfico, para no ano de 2016 adentrar a festa a fim de realizar as observações, descrições e entrevistas de forma mais cuidadosa. Nesse sentido, as palavras do entrevistado 01 sintetizam os acontecimentos da festa em 2015:

> É claro que, com o padre à frente, existe uma preparação para que aconteça a festa. Alguns dias antes da festa é feita algumas reuniões, n/é? E esse ano foi muito bonito! Muito inovador, também! Além de todos os grupos da igreja (como todos os anos acontece) [...], dar sua participação, sua ideia, coloca como deve vivenciar todo o tríduo de Nossa Senhora até o seu término. Também foi pensado em aglomerar, juntar, unir com outros órgãos da comunidade, como por exemplo, participou a escola de nossa comunidade, a creche, o posto de saúde, então foi feito esse jeito de aglomerar. Associação, também! Foi bem participativo a Festa de Nossa Senhora esse ano. Porque não só os grupos religiosos, mas também, entidades de nossa comunidade se juntou a nós e fez com

> que a festa fosse muito bonita e participativa. (Entrevistado 01 – 36 anos – morador da comunidade Vila Bananeiras e fiel).

Conforme salientado pelo entrevistado 01, para que a festa aconteça, é necessário organizá-la. Dessa forma, a figura do padre é de vital importância, no entanto, os preparativos da festa contam com a ajuda de diversos sujeitos da comunidade que se unem em prol desse acontecimento, com destaque para os grupos de orações pertencentes à Igreja Católica, os representantes dos órgãos públicos presentes na comunidade, as associações comunitárias (Associação de Jovens de Vila Bananeiras (AJB) e Associação de Desenvolvimento Comunitário de Vila Bananeiras (ADECOB), além de outras lideranças.

Para Santos e Kinn (2009), as festas rurais em devoção aos santos padroeiros são marcadas por um forte enlace e envolvimento dos grupos comunitários que geram confiança, doação e solidariedade, cujo objetivo é fazer uma festa bonita e organizada, para melhor recepcionar os participantes e fortalecer os costumes e tradições.

Santos e Kinn (2009, p. 69) destacam ainda que, no âmbito das festas rurais em devoção aos santos padroeiros, é preciso "[...] lembrar sempre que as tradições também são reinventadas", desse modo, essas festas também são marcadas pela criação de novas tradições, pois elas estão "[...] sujeitas a modificações com o passar dos anos, embora possuam elementos que são típicos de cada formação social [...]" (BONJARDIM; DOURADO; SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 06).

Agindo coletivamente na construção da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a comunidade reescreve sua história de vida e ganha fôlego para continuar existindo. Desse modo, D'abadia e Almeida (2009, p. 60) destacam que:

> [...] as festas oferecem como características básicas: a superação das distâncias entre os indivíduos; a produção de um estado de efervescência e transgressão das normas coletivas. [...] As festas e as religiões refazem e fortificam o espírito cansado pelas angústias do cotidiano.

No ano de 2016, a festa em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro contou com diversos elementos em sua programação, frutos dos anseios individuais e coletivos. No entanto, sempre obedeceu à tradição, com momentos ritualísticos como a procissão e as missas.

Nossa inserção em campo teve seu início na noite que antecipou a abertura da festa, na quarta-feira, dia 09 de novembro de 2016. Nessa noite, a movimentação na comunidade já se iniciava. As calçadas estavam tomadas por bares e barracas, um grande fluxo de pessoas já tomava a principal rua da comunidade (Rua Vicente Magalhães), onde a festa acontece.

A noite que antecipou a abertura da festa já se apresentava completamente iluminada, os grupos de amigos movimentavam-se com ar de felicidade na rua principal da comunidade. Os brinquedos do parque de diversões, as barracas de lanches e jogos já contavam com certa movimentação. As lojinhas de roupas da comunidade vivenciavam um momento de

fartura: muita gente comprando trajes novos para usar na Festa da Padroeira.

Os jovens eram os “donos” da noite que antecedia a abertura oficial da festa. Todos já se sentiam em festa! Os jovens se encontravam no pebolim, na calçada da igreja, em frente aos brinquedos do parque de diversões e nos bares montados expostos, nas calçadas. Eram oriundos das mais diversas comunidades, o sorriso estampado nos rostos, ao olhar a paisagem da festa, demonstrava certa alegria e encantamento. Por outro lado, a comissão organizadora também se fazia presente, acompanhando a chegada dos últimos brinquedos e das últimas barracas, cuidando dos detalhes restantes. Muitos adultos levavam seus filhos para se divertirem no parque de diversões. Essa noite contou com “Santo Terço”, onde foi divulgada a programação geral e oficial da festa.

Nos primeiros minutos do dia 10 de novembro de 2016, o povo da comunidade Vila Bananeiras começou a se aglomerar nas proximidades da Escola Municipal Deputado José Pereira Lúcio, para a participação do cortejo ao bairro Batingas, zona urbana de Arapiraca, de onde saiu à segunda caminhada em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Naquele ano, foi realizada a segunda edição da caminhada devocional, que teve sua primeira edição no ano de 2015. Esse elemento da festa marcou o início das festividades em devoção à santa padroeira. De acordo com Silva e Dourado (2017, p. 02-05):

> [...] a caminhada devocional é uma dessas modificações que podem ser vistas na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Ela surgiu no ano de 2015, quando um morador da comunidade e fiel a santa padroeira a organizou. Ela é fruto de uma promessa feita a Nossa

> Senhora do Perpétuo Socorro, onde o fiel obteve uma resposta positiva ao seu pedido. Assim, em forma de agradecimento à santa padroeira, esse morador – que já vinha fazendo a caminhada há dois anos e sozinho –, junto aos fiéis que tratam da organização da festa, instituíram a primeira caminhada devocional, a qual foi incorporada na dinâmica da Festa da Padroeira [...]. No ano de 2015, a caminhada devocional contou com dezenas de fiéis, que se dirigiram ao bairro Canafístula em dois ônibus, para realizarem o cortejo.

Nas primeiras horas do dia 10 de novembro de 2016, cerca de 150 pessoas já estavam preparadas para acompanhar a caminhada em direção ao bairro Canafístula. Diante desse cenário, os primeiros fogos foram lançados ao céu, anunciando que os ônibus estavam prestes a sair. Em cortejo, havia um ônibus levando os fiéis e um carro levando a imagem da Santa Padroeira, cumprindo um rito recentemente criado para confirmar a devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Durante o trajeto, houveram paradas em diferentes comunidades onde outros fiéis se juntaram ao cortejo.

Ao chegar ao bairro Canafístula, o povo se concentrou em frente à Igreja de Santa Isabel para começar a caminhada. Com o apoio de um carro de som, os fiéis iniciaram orações, fizeram pedidos e agradecimentos a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em seguida, a caminhada foi iniciada.

A comissão organizadora ressaltou que aquela era a segunda caminhada devocional, mas estava sendo a primeira após a elevação da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ao status de Paróquia. Nesse sentido, a caminhada possuía ainda mais significado, pois a comunidade Vila Bananeiras deixou de

ser Área Pastoral para ser Paróquia, o que aumentou ainda mais seu poder e influência na trama territorial.

Na primeira parada, em frente ao Parque de Vaquejadas Divina Luz, os fiéis tomaram água e fizeram um lanche, enquanto a comissão organizadora fez uma breve contextualização do motivo pelo qual a caminhada foi idealizada e os motivos que levaram a sua incorporação na dinâmica da festa. Assim, os organizadores destacaram que a intenção da Igreja Católica com a caminhada devocional era aumentar a quantidade de fiéis à santa padroeira. Durante o trajeto, integrantes de outras comunidades uniram-se à caminhada, na medida em que o cortejo passava. Alguns a pé, outros de motos e carros.

A segunda parada aconteceu para que os fiéis tomassem água, café e descansassem. Com a continuidade do cortejo, foi percebido que muitas pessoas abriam as janelas de suas casas e observavam os caminhantes em orações, ao passo que a comissão organizadora da festa aproveitava o momento para convidar os moradores dessas comunidades a participarem da festa que se anunciava.

Uma leve chuva iniciou, mas nada parava o "povo santo de Deus", como se autodenominavam. Guiados pela devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, os fiéis não mediam esforços para manterem-se firmes na caminhada.

Uma terceira parada foi realizada no povoado Cangandú, mais precisamente na Igreja de São Miguel Arcanjo, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Ao chegar nesse ponto, duas horas de caminhada já se passavam, no entanto, quatro palavras confirmavam essa experiência:

penitência, devoção, agradecimento e fé. A comunidade católica do povoado Cangandú recebeu os fiéis com um lanche. Após o lanche e as orações (dentro e fora da Igreja de São Miguel Arcanjo), foi dado prosseguimento aos ritos da caminhada, que seguiu pela estrada de barro e paisagens de interior. Vale ressaltar que, a todo o momento, os fiéis agradeciam à Santa Padroeira por dar força para seguirem a caminhada, que já durava mais de duas horas.

Os momentos finais da caminhada em direção à comunidade Vila Bananeiras foram marcados pela emoção. A essa altura, o sol já estava raiando, iluminando a imagem da Santa Padroeira. Era possível notar que, a cada instante, os passos dos fiéis estavam mais lentos. Para animá-los, a comissão organizadora começou a rezar o terço e cantar músicas católicas. Foi perceptível que os devotos estavam muito cansados, pois os relógios já marcavam três horas de caminhada, mas não ouvimos nenhuma reclamação quanto ao cansaço, ao contrário, percebemos os fiéis ajudando uns aos outros, com palavras de entusiasmo.

Ao nos aproximarmos da comunidade Vila Bananeiras, percebemos alguns devotos caminhando ao encontro da caminhada devocional, para unirem-se ao cortejo. A quarta e última parada foi realizada às 5h35 já em solo bananeirense, onde o “povo santo de Deus” foi recebido por uma banda de pífanos (Figura 03) e dezenas de fiéis.

Figura 3 - Momento em que a banda de pífanos juntou-se à caminhada devocional em Vila Bananeiras.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.
Foto: SILVA, Felipe Santos.

A banda de pífanos é um elemento muito peculiar, pois, nos quatro dias de festa, ao amanhecer, começa a tocar em frente à igreja, anunciando o horário de Maria: seis da manhã, como manda a tradição. Todos os anos, os zabumbeiros, como assim são conhecidos os integrantes da banda de pífanos, tocam na festa, animando a comunidade o dia todo e durante todos os dias de festa.

Ao aproximarem-se da Igreja Católica da comunidade, para a abertura oficial da festa, o povo já estava muito animado e os zabumbeiros não paravam de tocar. Nesse momento, mais

fiéis uniram-se à caminhada, e fogos de artifício foram lançados, anunciando que o cortejo estava se aproximando.

Como foi previsto pela comissão organizadora, a imagem da Santa Padroeira chegou à Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro às seis horas em ponto. Assim, para finalizar a caminhada:

> [...] os fiéis adentraram a igreja, somando-se a outros fiéis que não puderam fazer a caminhada [pois a caminhada exige muito esforço físico]. Em seguida a imagem da santa padroeira foi posta no altar, e ao som de fogos e ovações foi declarada a abertura oficial da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Por último, foi cantado pelos fiéis o "Santo Ofício da Imaculada Conceição" que, sobre forte comoção, abrilhantou a abertura da festa. (SILVA; DOURADO, 2017, p. 06).

As reverências à santa se expressaram de diversas formas: no ato de ajoelhar, beijar os pés da Santa, fazer preces e pedidos ou mesmo a simples reverência no olhar e no silêncio. Ao anoitecer, foi celebrada a primeira missa da festa, realizada por um padre de outra comunidade, que destacou a importância de o povo viver em comunidade, tendo na Festa da Padroeira um símbolo e um momento de agradecimento, fé e devoção.

Um elemento comum nas festas de padroeira(o) é a dedicação dos moradores nas atividades da igreja (missas e noites de festa), onde uma diversidade de grupos sociais une-se na comunidade que festeja e participa da festa. Em Vila Bananeiras esse costume tem sido nutrido, sendo a primeira missa da festa dedicada a duas comunidades (Piauí, no município de Arapiraca, e Limoeirinho, no município de São Sebastião), aos comerciantes, aos agricultores, à escola, à

catequese, aos catequistas, ao posto de saúde, à creche e às associações.

A missa foi marcada pela rememoração de acontecimentos importantes, como: o ano da construção da Igreja Católica (1934) e a celebração da primeira Festa da Padroeira, em 1945. Nesse sentido, no ano de 2016, a Igreja Católica da comunidade Vila Bananeiras completou 82 anos e a festa, 71. Outro elemento importante também apontado foi que a festa do ano de 2016 foi a primeira festa da Igreja Católica de Vila Bananeiras enquanto Paróquia.

No segundo dia de festa, a dinâmica na comunidade estava mais intensa do que no dia anterior. Muitos moradores de Vila Bananeiras e comunidades vizinhas lotaram os ônibus que faziam linha[29] da comunidade para a zona urbana de Arapiraca, tendo em vista a compra de roupas, calçados, produtos de beleza, entre outros. No que concerne à dinâmica populacional, percebemos muitos moradores chegando à comunidade com malas, o que indicava que estavam voltando ao território de Vila Bananeiras para vivenciar a festa.

Na medida em que o domingo da festa se aproximava, mais intenso ficava o fluxo de pessoas em Vila Bananeiras, porque, nesse dia, aconteceria a procissão. Desde o dia que antecedeu a festa, percebemos diversas pessoas chegando à comunidade, oriundas de diferentes lugares, essas que trabalham e residem em outras cidades, Estados ou regiões.

---

[29] O principal meio de transporte utilizado para o deslocamento dos moradores da comunidade são os ônibus coletivos da empresa Real Arapiraca, que funcionam das seis da manhã às seis e meia da noite, com saída do parque Ceci Cunha, região central de Arapiraca.

Na noite do segundo dia de festa, foi realizada outra missa, e esta homenageou as comunidades Ingá, Brejo dos Bois, Chã do Meio, Chã da Limeira, Camadanta e Atoleiro (município de Junqueiro). Nas palavras do padre que realizou a missa: "[...] a festa é um chamamento para que o fiel mude seu interior e melhore sua consciência [...]", que completou dizendo: "[...] lá fora é uma parte, mas aqui dentro da igreja é a parte principal [...]", ou seja, na visão do padre, a Festa da Padroeira é o momento onde os fiéis devem se redimir dos pecados na busca da melhoria espiritual por meio da devoção à Santa Padroeira e que o sagrado está dentro da igreja, parte principal da festa. Após a missa, o povo dirigiu-se ao parque de diversões e aos outros elementos da festa (fora da igreja), como as barracas de lanches, de bebidas, alguns foram à discoteca, entre outros.

Em uma conversa com uma moradora da comunidade, ela apontou que, ao falar (pelo telefone) com seu sobrinho o qual mora em Goiás, percebeu que ele chorou lamentando não poder ir à festa, comprovando as palavras de Maia (2013, p. 196), quando destaca que: "[...] Para o migrante, o retorno imaginativo [a festa] é um misto de prazer e dor. Prazer em saber que 'a festa está lá', e dor em razão de não poder ir corporalmente [...]". Nesse sentido, mesmo com muitos antigos moradores voltando ao território de origem, ainda há aqueles que só conseguem retornar à festa pela imaginação: por não poderem se afastar do trabalho ou mesmo não possuírem condições financeiras para arcar com as despesas necessárias para o retorno físico, o que impede esses sujeitos de irem à festa e de vivenciarem esse momento, que é simbólico em sua memória e em seu território de origem.

A paisagem da festa estava multicolorida. Muitas calçadas e casas transformaram-se em pontos comerciais, modificando a paisagem da comunidade com a construção de pequenos territórios, principalmente bares. Outros ambientes comerciais também surgiram na comunidade, como salões de beleza e espetinhos. Além dos estabelecimentos criados pelos moradores de Vila Bananeiras, a festa atraiu dezenas de comerciantes e ambulantes.

Com base em nossas observações, percebemos que a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro forma diversos territórios. Frente a esse cenário, a igreja mostra-se como o território sagrado, ao passo que o conjunto de possibilidades de distração que se encontram fora dela forma os territórios profanos. Ao longo da pesquisa, percebemos que os sujeitos da festa transitam entre esses territórios, uma vez que, ao deixarem o território da oração, a maioria desses sujeitos desloca-se para os territórios profanos, a fim de vivenciarem o outro lado da festa.

A todo o instante, percebemos os organizadores da festa cuidando da disposição das barracas, dos brinquedos do parque de diversões e da acomodação dos vendedores na festa. A comissão organizadora é responsável pelos principais momentos da festa: o leilão, a programação geral, a caminhada devocional, a alimentação de convidados, a contratação da banda de pífanos, entre outras demandas.

Apesar de tomarem a frente para o melhor funcionamento das atividades da festa, os membros da comissão sempre ressaltavam que o povo é quem faz uma bonita festa acontecer. Todos os custos da festa provêm de doações e os

valores arrecadados com a realização de leilão são destinados à manutenção do prédio da igreja da comunidade, conforme destacaram alguns membros da organização.

Seguindo a sequência dos acontecimentos da festa, o terceiro dia (o sábado) foi de grande movimentação na comunidade, superando os dias anteriores. No que diz respeito à programação religiosa da festa, este dia contou com uma missa no horário noturno, que homenageou as Igrejas Católicas dos povoados Cangandú e Pé Leve Velho (ambos no município de Arapiraca). Além da missa, o sábado foi marcado pelo famoso baile da festa, momento em que centenas de pessoas se unem para dançar forró e se divertir. A partir de nossas observações, consideramos o baile da festa como o ápice do aspecto profano da Festa da Padroeira, por ser o momento onde centenas de pessoas vivenciam outras experiências, contrapondo-se aos elementos encontrados nas atividades religiosas.

No domingo, último dia da festa, as atividades iniciaram-se no começo da tarde, reunindo centenas de fiéis em frente à Igreja Católica. Nesse dia, foi realizada a procissão com a imagem da Santa Padroeira pelas principais ruas de Vila Bananeiras. Por volta das quatro horas da tarde, a organização ordenou em sequência os grupos da igreja e seus elementos de representação (bandeiras e símbolos), dispostos da seguinte forma: crucifixo, coroinhas, apostolado da oração, bandeira da paróquia, ministros, crianças da catequese, banda, padres, imagem da santa padroeira e, por último, os fiéis.

Após a organização dos grupos, foi realizada a procissão em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na qual notamos diversas pessoas descalças pagando promessas e vestindo roupas brancas. De acordo com Bonjardim, Dourado e

Souza Júnior (2012, p. 01), "[...] nas comemorações das festas religiosas, a procissão é o ponto alto da festa como um todo [...]". Ainda de acordo com Bonjardim, Dourado e Souza Júnior (2012, p. 09):

> A procissão, identificada como ponto alto da festa, se constitui por um tempo lento, oração fervorosa, canto triste, sempre a passos lentos, arrastados, "o arrastar da procissão". Existe uma preocupação com a devoção, o compromisso com o santo e com a fé. O tempo dedicado a procissão é o tempo do arrependimento, da possibilidade de se purgar os pecados ou agradecer uma graça recebida, é o momento intimo entre o fiel movido pela fé e o santo representante da divindade, Deus.

Após a procissão, a imagem e os fiéis chegaram à igreja, onde foi realizada uma missa campal. A imagem da santa padroeira foi recebida por centenas de fiéis que cantaram o hino de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, enquanto a imagem era direcionada para a frente da igreja, onde continuou sendo segurada pelos fiéis e pagadores de promessas durante toda a missa, como sinal de devoção e agradecimento.

Esse momento foi marcado por forte comoção dos fiéis. Nessa missa, em especial, notamos a presença de pessoas enfermas, que estavam em cadeira de rodas ou em pequenos bancos, todos com o objetivo de ter suas graças alcançadas. A devoção à santa padroeira fez esses sujeitos saírem de suas casas para irem ao encontro do sagrado. A paisagem da comunidade estava totalmente metamorfoseada e tomada por pessoas. Próximo ao final da missa, os organizadores da festa agradeceram aos fiéis da Santa Padroeira, aos idealizadores da caminhada devocional, aos fiéis que doaram prendas para o

leilão (que sempre acontece ao final na missa), aos padres visitantes, ao padre da comunidade e às lideranças comunitárias por toda a dedicação à festa.

No encerramento da missa, a imagem da Santa Padroeira foi conduzida até o povo, enquanto o coral da igreja cantava. Nesse momento, notamos pessoas chorando e os doentes se levantando de suas cadeiras e bancos para se aproximarem da imagem da Santa Padroeira. Por essa razão, evidenciamos os apontamentos de Bonjardim, Dourado e Souza Júnior (2012, p. 14), em quea festa em devoção aos santos padroeiros representa:

> [...] a possibilidade de agradecimento e de comunhão com Deus, por meio do santo de devoção. Ir à festa para além de diversão é, sobretudo a possibilidade de chegar perto do santo, de agradecer as bênçãos, de purgar os pecados, de se redimir.

Assim, a fala do entrevistado 03 evidencia essa relação íntima que perpassa a Festa da Padroeira e o encontro dos fiéis com o sagrado:

> [...] olhando essa figura de Nossa Senhora, a comunidade tem em si a experiência e uma busca de viver aquilo que é a plenitude de Deus em suas vidas. Na caminhada da comunidade [...], isso deve ser evocado na vida das pessoas, das famílias, e tudo, essa busca de Deus, por meio daquela que se celebra. Por isso que é importante a festa, porque ela vai despertar nas pessoas o que estava acometido [...]. (Entrevistado 03 – 45 anos – morador da comunidade Vila Bananeiras e fiel).

Após a imagem da santa padroeira ser levada até o povo, sob o som de cânticos fervorosos e do brilho de fogos

multicoloridos, ela foi conduzida ao interior da Igreja Católica da comunidade Vila Bananeiras, marcando o final da missa. Mesmo assim, alguns fiéis a seguiram para fazer os últimos pedidos e agradecimentos.

Com o final da missa, foi iniciado o leilão da festa, onde, todos os anos, dezenas de fiéis doam prendas para serem leiloadas. As doações realizadas são, principalmente, frutos de alguma promessa feita à santa padroeira. Para Santos e Kinn (2009, p. 66), nas festas rurais: "O costume de fazer doações atravessa gerações e vai-se concretizando como prática que se preserva, em que os bens arrecadados se transformam em fundos para as capelas e comunidades [...]".

Nesse prisma, os fiéis doam o que podem, alguns doam animais de grande porte (bovinos), outros doam animais de médio e pequeno porte (caprinos, ovinos e aves), também têm aqueles que doam alimentos advindos das plantações (abóbora, melancia, inhame, feijão, entre outros). No ano de 2016, foram doados quatro bovinos, treze caprinos e ovinos, além de dezenas de aves e uma enorme diversidade de alimentos produzidos pelos fiéis. "[...] Nos leilões, a reciprocidade aparece constantemente, e pouco importa se nela está implícita uma doação simplória ou descontextualizada. O importante sempre foi o gesto [...]" (SANTOS; KINN, 2009, p. 66).

A noite do domingo foi, para muitos dos participantes da festa, o momento de aproveitar os últimos momentos da festa, pois ela estava com suas horas contadas para acabar, e a segunda-feira após a festa seria dia de trabalho. Nesse aspecto, aos poucos, os participantes foram deixando a festa, a roda gigante foi desligada, as luzes aos poucos foram sendo apagadas

e a rua esvaziada. A segunda-feira trazia os dias comuns, destinando os participantes da festa ao labor do trabalho. Desse modo, na manhã após a festa, os primeiros participantes migrantes começaram a deixar Vila Bananeiras, na esperança de voltarem no ano seguinte, para vivenciarem a devoção, os encontros, os reencontros e fortalecerem sua relação com o território que, a partir da festa, é nutrida.

Essa volta ao território e a participação nos eventos da festa nos remetem pensar a Festa de Novembro como um elemento singular nessa ligação entre território, identidade e cultura. E, como expressou Almeida (2008, p. 58), o território é, antes de tudo, "[...] uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural [...]". A cada ano, para os que regressam ao seu destino e para os que ficam em Vila Bananeiras, a perspectiva do novo ano, da chegada do mês de novembro, é alenta de que mantém essa relação viva com o território.

Considerações finais

Com esta pesquisa, consideramos a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como um fenômeno social e que possui representação para os moradores e antigos moradores da comunidade Vila Bananeiras, em especial, para os devotos da Santa Padroeira. A festa tem o poder de aglutinar pessoas e comunidades que saem dos mais diversos lugares para vivenciar o tempo da efervescência, ela faz romper as relações cristalizadas pela dinâmica do trabalho e nos dias comuns, além

de promover a socialização e os encontros entre os participantes, fortalecendo a cultura, os vínculos e as identidades territoriais.

A festa em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro faz emergir no território de Vila Bananeiras o tempo da devoção fervorosa. Nesse viés, identificamos uma grande movimentação de pessoas em torno da Igreja Católica da comunidade, onde ocorre um conjunto de atividades em nome da religiosidade que se mostram tradicionais. No entanto, conforme Santos e Kinn (2009) e Bonjardim, Dourado e Souza Júnior (2012), essas tradições são criadas para responder as convicções religiosas de um determinado grupo social, em especial, o grupo pertencente à Igreja Católica.

Entre os elementos tradicionais da festa do Perpétuo Socorro, pudemos notar as missas, a missa campal (realizada no domingo), o leilão, a banda de pífanos, a procissão, o parque de diversões, as barracas de jogos, comidas e bebidas, o baile da festa e as discotecas, entre outros. Porém, desde o ano de 2015, foi inserida na programação da Festa da Padroeira a caminhada devocional, de tal modo, a inserção desse elemento na festa ratifica que as tradições são construídas.

Na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, notamos dois elementos que são peculiares: a caminhada devocional e o retorno ao território da comunidade (pelos antigos moradores da comunidade). Dessa forma, apesar de os outros elementos da festa possuírem particularidades no território de Vila Bananeiras, esses dois elementos destacam-se, o primeiro por surgir na comunidade como afirmação da religiosidade a partir do sacrifício e da devoção e o segundo por expressar o pertencimento, o vínculo e a identidade territorial.

Desse modo, o retorno ao território destaca que a festa é um laço que conecta território e identidade, e que faz o migrante voltar ao território de origem para vivenciar um conjunto de práticas sociais e culturais que só acontecem naquele lugar, fazendo esse migrante questionar se um dia ele saiu inteiramente do território de origem.

No ano de 2016, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro deixou de ser Área Pastoral e foi elevada ao *status* de Paróquia, expandindo ainda mais sua influência e seu poder na trama territorial na qual está inserida, ou seja, a partir deste ano, a Igreja Católica da comunidade Vila Bananeiras tornou-se responsável pela administração dos territórios religiosos adjacentes à comunidade, tornando-se o território principal, que exerce poder sobre os demais.

Todavia, as práticas realizadas pela Igreja Católica em Vila Bananeiras mostraram-nos como o grupo religioso da comunidade é articulado e aparelhado, sendo capaz de organizar uma estrutura em torno da Festa da Padroeira, que vem se reinventado ao longo desses 71 anos de festa, além de ser uma forte expressão da cultura na comunidade.

As práticas realizadas nessa festa mostram-nos como esse grupo cultural tem expressado suas territorialidades, sobretudo a territorialidade religiosa. Portanto, apontamos que as ações que são realizadas no seio da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro são, ainda, estratégias do grupo religioso para controlar e exercer seu poder no território, e na trama dos territórios adjacentes à comunidade. Contudo, a festa não possui excepcionalmente o sentido religioso; ela tem o outro lado, que é o profano, pois a festa não só desempenha o encontro com o

sagrado, mas também, fomenta a descontração e o rompimento do ritmo monótono dos dias comuns.

Assim, destacamos que a Festa da Padroeira da comunidade Vila Bananeiras deve ser compreendida a partir do enlace entre o sagrado, o profano, a cultura, a representatividade, os vínculos territoriais, o fortalecimento das identidades e o poder, compreensão esta possibilitada pelo entendimento do conceito de território.

Por fim, vale destacar que o percurso teórico que sustenta este trabalho tem suas bases na Geografia Cultural. Nessa perspectiva, acreditamos que, sobre o prisma dessa abordagem e forma de ler/pensar/compreender os fenômenos geográficos, esta pesquisa tenha clareado os caminhos para a compreensão do território bananeirense. Comunidade esta que abriu suas portas para a realização desta pesquisa e nos despertou para a compreensão das particularidades da Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, além de nos convidar a pensar em outras pesquisas que poderão surgir no futuro.

Referências

ALAGOAS. Zoneamento agroecológico de Alagoas. Alagaos: ZAAL. Base Cartográfica, 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-97.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Biblio 3w (Barcelona)**, v. XV, n. 919, p. 01-14, 2011.

ARAPIRACA. Secretaria municipal de educação. **Projeto político pedagógico:** Escola de Ensino Fundamental Deputado José Pereira Lúcio. Arapiraca, 2010. Disponível em: Disponível em: http://files.pibidhistoriauneal.webnode.com/200000292-9533396d75/PPP-escola%20jose%20pereira%20lucio.pdf. Acesso em: 05 jun. 2017.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; BENIZÁRIO, Corrêa de Souza Júnior; DOURADO, Auceia Matos. Seguindo a procissão: a paisagem e o território das festas religiosas no estado de Sergipe. **Anais...** Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2012.

BONNEMAISON, **Joël**. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia cultural: uma ontologia (I). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 279-303.

CLAVAL, PAUL. A FESTA E A CIDADE. CIDADES. GRUPO DE ESTUDOS URBANOS, SÃO PAULO, V. 8, N. 13, P. 27-42, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. 3 ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira; ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas religiosas e pós-modernidade. **Geonordeste**, v. XX, n. 2, p. 57-80, 2009.

DOURADO, Auceia Matos. **Viver e pertencer:** identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. 2014. 292 f. Tese

(Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

_____. Caminhos e encontros com o território. *In*: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Edise - Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015. p. 25-66.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169-189.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais...** X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p. 6774-6792.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004b. Disponível em: http://default/files/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 14 abr. 2011.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 269-288.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. O retorno para a festa e a transformação mágica do mundo: nos caminhos da emoção. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Geografia cultural: uma ontologia (II). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 191-202.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 13-32.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia cultural**: uma ontologia (II). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 169-187.

SANTOS, Rosselvelt José; KINN, Marli Graniel. Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura**, v. 26, p. 85-71, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3555-13623-1-PB.pdf. Acesso em: 12 nov. 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 69-90.

SILVA, Felipe Santos; DOURADO, Auceia Matos. Territorialidades da festa: um olhar a partir da 2ª caminhada em devoção a nossa senhora do perpétuo socorro, padroeira de vila bananeiras, Arapiraca/AL. *In:* **Anais...** XI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristóvão, Sergipe, 2017. v. 11, n. 01, p. 01-08.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. *In*: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel

Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Pesquisa qualitativa em Geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 55-68.

TEIXEIRA, Maisa França; ALMEIDA, Maria Geralda de. A catira e a produção de uma identidade territorial no estado de Goiás. *In*: MARQUES, Luana Moreira (Orgs**.). Geografias do cerrado: sociedade, espaços e tempo no Brasil Central.** Uberlândia: Edibrás, 2014. p. 217-241.

TURATO, Egberto Ribeiro. Decidindo quais indivíduos estudar. *In*: TURATO, Egberto Ribeiro (Org.). **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

“A família dela é quase toda Grilo e Matão”: tramas territoriais, vivências e expressões das territorialidades no quilombo Pedra D’Água - PB[30]

Maria Salomé Lopes Fredrich

Introdução

Eles estão quase sempre sentados nos mesmos locais - ou no sofá ou nas cadeiras de balanço - da sala ou na parte de fora da casa, de onde é possível ouvir o canto dos pássaros, acompanhar o movimento dos animais, observar as árvores frutíferas e diversificadas que enfeitam ao redor da casa. Na parede da sala, as fotografias e as imagens de santos que marcam aquele ambiente, oferecem, para quem ali se encontra, um pouco das representações culturais e religiosas daquela família, “dona Isaura” e “seu Zito”.

Algumas vezes, no final da manhã, ao depararmo-nos com a refeição sobre a mesa da antessala, esses episódios nos

[30] Artigo que integra parte da Tese de Doutorado “Tramas territoriais e tessituras multidimensionais em comunidades quilombolas na Paraíba”, defendida em 2018, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta Mundim Vargas, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe.

faziam lembrar que os horários de visita eram inoportunos. Mesmo assim, aparecia o convite para sentar-se à mesa e desfrutar da refeição com ele ou ela.

Noutras ocasiões, oferecer-lhes um agrado em retribuição às histórias compartilhadas era bem-vindo para aquele e aquela que revelavam em suas memórias as lembranças, os esquecimentos, os silêncios.

O rosto marcado daquele homem, o corpo debilitado daquela mulher, faziam surgir relatos da trajetória das famílias de Pedra D'Água e os seus eixos de circulação por entre os territórios. No retorno de lá, trazíamos quase sempre os frutos ou legumes cultivados por eles.

Apesar da extensão do relato, um processo investigativo é tecido por elementos decorridos das narrativas dos sujeitos e pelo prazer da observação, e, assim, surgem as fontes, envoltas por tênues fios, tramas – redes, territórios e territorialidades.

O contato com "dona Isaura" e "seu Zito", companheiros de longos anos de união matrimonial, significava encontrar-se diante de três elementos que não devem ser analisados separadamente: as relações de parentesco ("O pai dela é meu tio, e o meu era tio dela, aí somo primo"), a apropriação do território ("esse terreno foi dos meus avô, é de herdeiro"), e a construção de territorialidades ("eu ainda caço").

A narrativa que intitula este artigo foi asseverada por "seu Zito" sobre os familiares de sua esposa, que expressa direções a fim de pensarmos sobre as formas dinamizadas nos

territórios de circulação e as articulações entre Pedra D'Água e outros territórios quilombolas: Grilo, Matias e Matão.

Figura 1: Elias (no centro da fotografia) - do Quilombo Grilo - visita "dona Isaura" (a esquerda) e "seu Zito" (a direita) - Comunidade Pedra D'Água.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.
Foto: FREDRICH, Maria Salomé Lopes

Os fios conduzem-nos a encontros de referenciais de territórios múltiplos - redes -, o que demanda maior estímulo da percepção às práticas que convergem para a existência de um processo de resistência que transparece, pelas formas de uso dos territórios, o modo como se organizam, as vivências em comunidade e entre comunidades.

Constituem uma rede na medida em que elas criam formas de estratégias a partir do parentesco, da relação com a

terra e, numa perspectiva colocada por Marques (2015), de elementos étnicos e culturais. Elas instituem, por meio dos vínculos políticos, culturais e sociais, uma conectividade não voltada apenas para a dimensão espacial, mas também e, sobretudo, uma rede de cunho social (cultural e política). É aí que estão arrolados e que influenciam os processos de resistências viabilizados por demandas comuns - a própria "identidade territorial" que, para Marques (2015, p. 49), "é construída através de territorialidades".

Santos (2015, p. 61), por exemplo, estimula-nos nas análises quando afirma que é necessário "[...] considerar a construção do território segundo alguns aspectos [...]", um deles é atentar que "[...] a existência de um território não está necessariamente restrita à delimitação de um espaço territorial [...]" – daí a importância de se pensar na construção de territórios redes.

O sentido de território ainda se justifica quando relacionado aos direitos jurídicos da demarcação da área, bem como ligado às questões de ordem simbólica, do vivido, o sentido imaterial das relações do grupo com o espaço de vivência. Citamos Vargas (2015), que realiza leituras das práticas e vivências numa perspectiva de análise da Geografia Cultural, quando afirma que:

> Aqui estão expostas histórias de vida de sujeitos pesquisados entrelaçados com as nossas histórias, ancoradas pela Geografia e pela Geografia Cultural como bem querer. As buscas e as angústias teóricas e metodológicas são descortinadas nos textos ao tempo em que as escolhas e os encontros com os significados, sentimentos, pertencimento, crenças, aspirações,

> símbolos, valores subjetivos e coletivos dos pesquisadores sobre seus pesquisados explicitam a abordagem qualitativa e encerram um duplo papel (VARGAS, 2015, p. 15).

Nesse sentido, utilizamos as contribuições da pesquisa dessa autora por estarmos envoltas em uma pesquisa que, de maneira análoga, resgata histórias de vida do grupo, as suas "práticas" e "vivências".

Os autores abrem possibilidades de se pensar o território sem a rigidez de fronteiras. Tampouco, de se considerar a fronteira apenas do ponto de vista geográfico.

Portanto, este artigo se debruçará sobre os referenciais multidimensionais entre os territórios das comunidades quilombolas Pedra D'Água, Matão, Grilo e Matias, buscando interpretar as conectividades e os saberes simbólicos e identitários que as conectam. Analisaremos a natureza das redes e as formas pelas quais elas mediam a relação com o território, articulando permanências e vivências dos indivíduos e da coletividade, que viabilizam a construção ou reforço das identidades, assim como eles constroem suas territorialidades quando compartilham, a partir delas, seus modos de viver.

Entrelaces: a pesquisadora e o encontro com o campo

O trilhar em uma pesquisa acadêmica muitas vezes traz a nós, autores, receios dos rumos que elas podem tomar no decorrer do ato investigativo: - da não efetivação dos objetivos; -

dos perigos de um procedimento mal sucedido; - das escolhas teóricas não darem conta de responder a determinadas questões da pesquisa; - à ética que deve ser adotada em torno dos resultados, além do receio da não concretização, propriamente dita, da investigação; enfim, uma série de pessimismos que são frutos das inquietações e das escolhas, muitas vezes, de uma vida.

Não há como encontrar esse "caminho", que resulta de um esforço tremendo, sem que sejam delimitados os procedimentos teórico-metodológicos que respondam às nossas proposições de pesquisa.

Nos escritos constam incertezas e é isso que permite ao pesquisador não se fixar apenas naquilo que pode ser tocado, apalpado, nos elementos próximos. As leituras de mundo estão carregadas de imaginações, representações, imperfeições e, manter essas escolhas significa dizer que estamos buscando as especificidades do mundo, dos sujeitos e das coisas, da relevância dessa temática na atual realidade político-social dos povos e comunidades tradicionais.

Deparamos-nos com as nuances da preparação de ida a campo, as quais se fazem de encontros, reencontros e, às vezes, de desencontros com o objeto de análise, com a teoria inacabada e/ou de toda uma especificidade de circunstâncias e subsídios que fundamentam o nosso pensar sobre o campo.

Na junção de saberes, fomos lendo e interpretando as formas de conceber o mundo, nossas e dos sujeitos. Uma leitura de ciência que se efetiva no pensamento e no saber plural, ciência construída e pensada como resultante da partilha e

interação de conhecimentos (BOURDIEU, 2001; 2004; SANTOS, 2010; ALMEIDA e VARGAS, 2011; CLAVAL, 2011; MATTHEWS, 2011).

O trabalho acadêmico, alinhado algumas vezes à própria vaidade que esse mundo provoca, oferta contradições dos rumos da nossa atuação no campo e para o campo. Propor algo novo numa ciência é a grande frustração do pesquisador na atualidade, já que se impõe muito na ideia do "penso, logo já existe" – alterando a frase do princípio da certeza do celebre Descartes. Isso ocorre em virtude da existência de um número grandioso de estudos científicos que abordam "tudo", alguns até falam sobre o "nada" (e até o "nada" tem um sentido nesse caminho).

Não podermos mais pensar em pesquisa inédita e a vontade de elaborar teorias acabadas pode dar lugar a frustrações e, muitas vezes, há a possibilidade de o pesquisador deparar-se com algo já dito, estudado, percebido, mesmo sendo visto por lugares e olhares dessemelhantes. O sentimento do não alcançando dá direcionamentos a outras sensações, inclusive à tentativa de se caminhar por outros lugares/olhares/abordagens.

São questões eminentemente confusas, mas elas têm todo um sentido quando nos deparamos com a riqueza do campo que marcou os anos de pesquisa na Paraíba[31], tendo em vista que todo real comporta uma representação e leitura do mundo de e para alguém e isso nos remete a indagações de como construir um discurso de ciência nesse contexto.

[31] Fredrich (2018).

O Quilombo Pedra D'Água compõe o nosso recorte de pesquisa, apresentando-se como núcleo comum às comunidades quilombolas que estão localizadas na Mesorregião do Agreste, são elas: Comunidade Quilombola Matão, Comunidade Quilombola Grilo, Comunidade Quilombola Sítio Matias.

A escolha por trabalhar com as comunidades descritas decorre do fato de termos percebido, nas pesquisas documentais e de campo, que havia certa conexão entre elas, inclusive intensas evidências de relações de parentesco, além de modo de viver dos e entre os indivíduos, com evidências de sociabilidades e solidariedades mútuas.

A interpretação demandou informação e revelou, em seu cerne, sutilezas que nos fizeram recorrer à descrição densa, pautada nas concepções de Geertz (2008) da vivência dos territórios quilombolas, por exemplo, a partir da qual foi possível fazer uma leitura interpretativa das territorialidades, dos referenciais simbólicos (desde a materialização da história no território, às crenças e às cosmologias), das redes e das conexões estabelecidas.

Entramos nas casas, compartilhamos juntos, dormimos nos mesmos espaços. Essa experiência nos deu base para guiar-nos por uma perspectiva teórica dando ênfase à dimensão cultural do território, tendo em vista o fato de os territórios investigados terem como particularidade as relações de parentesco e a questão étnico-racial, que se manifesta no corpo como uma marca identitária construída na relação com os de fora e os de dentro da comunidade, assim como com os de sua etnia e com os brancos, numa relação historicamente construída

de forma assimétrica (MARQUES, 2015; CLAVAL, 2011; LIMA, 1992; BONNEMAISON, 2002).

Sobre as redes nos processos de resistências, cabem algumas questões de cunho analítico que surgem como forma de reflexão para darmos prosseguimento a este artigo, quais sejam: Quais são as conexões estabelecidas entre os territórios de Pedra D'Água, Grilo, Matão e Matias? Há uma unidade de práticas culturais e de um universo simbólico compartilhado entre essas comunidades? Quais as tramas e os fios condutores que envolvem a construção das redes em Pedra D'Água?

Por entre as serras moram as gentes: tramas das redes nas temporalidades e territorialidades de Pedra D'Água

É muito interessante revisitar lugares, relações e pessoas através de outros lugares, relações e pessoas[32]. Falar de redes com vistas a decodificar os registros da oralidade, dos documentos e dos processos sociais das comunidades nos levou a caminhos de encontros e desencontros que passam por intercessões marcadas por movimentos[33] (pode ser de causa estrutural, política, afetiva, local, regional, nacional) de saídas e permanências (afetivas, políticas, simbólicas), referenciais de parentesco e afinidades.

---

[32] Se refere "tonar a visitar", olhar e ouvir a partir de outras vivências e de voltar no sentido de retomar a investigação de algo já lido em outra ocasião, como, por exemplo, na pesquisa de Maracajá (2013) etc.

[33] "Movimentos" aqui é tomado no sentido de deslocamento, mudança, transformação, circularidade.

Pedra D'Água trata-se de uma comunidade quilombola que, por volta da década de 1990, foi atribuída por Lima (1992, p. 9) como comunidade rural, a fim de especificar um grupo residente no "[...] meio rural, dentro de um espaço contínuo e que desenvolve relações de organização tipicamente comunitárias [...]", marcada pela pertença étnica e tem como referencial comum, de quem dizem descender, a figura do negro Manuel Paulo Grande.

Não há qualquer registro oral ou documental sobre o marco temporal do surgimento de Pedra D'Água. As informações justificam dizer que há, em Pedra D'Água, uma simbiose entre terra e a referência ao ancestral comum que se explica pelos laços de parentesco.

As histórias contadas e registradas nos documentos e na literatura sobre Pedra D'Água promovem impressões que nos fazem repensar na objetividade rigorosa e tão somente "seca" da ciência. Estamos diante de um invólucro que nos revela "coisas" sensíveis, aquilo que, na mais alta abstração de ciência objetiva, não nos permitiria fazer uma leitura afinada.

A defesa daquela localidade como sendo terra de herança dá à figura de Manuel Paulo Grande, o ancestral comum à grande maioria, papel importante e o coloca num patamar de construtor na formação histórica de Pedra D'Água, uma vez que o alocam como o primeiro que "[...] chegou às terras [...] e constituiu família de tipo nuclear [...]" (LIMA, 1992, p. 33).

A função atribuída a Manuel Paulo Grande como o fundador está permeada por elementos da natureza que dão a ele uma força que faz menção a "conteúdo místico e mítico",

quando relatam de sua capacidade de transmutar-se em animais ou vegetais ao se sentir acuado pelos inimigos, no caso, o Estado, na figura da polícia.

A área territorial que atualmente os quilombolas de Pedra D'Água vivem é a "terra" de herança deixada por Manuel Paulo Grande para seus herdeiros, onde construíram desde sempre territorialidades pautadas não somente mediante as formas de uso e ocupação, mas também de apropriação dos espaços.

Constituem-se herdeiros legítimos, uma vez que o Manuel Paulo Grande é ressaltado pela memória dos mais velhos como o primeiro a chegar, "[...] como o proprietário da terra em que hoje habitam e justificam que eles, por serem seus parentes, constituem seus legítimos herdeiros." (LIMA, 1992, p. 35).

Ainda com subsídio em Lima (1992), podemos dizer que o uso, a ocupação e a apropriação dos espaços deram garantias jurídicas sobre o território Pedra D'Água. O processo de autorreconhecimento para fins de regularização e titulação das terras ancestrais teve início em 2005, quando os moradores se autodeclararam como "remanescente das comunidades dos quilombos"[34], conforme assegura o art. 69 ADCT e o Decreto 4887/2003.

No diálogo de Lima (1992) com a senhora Zefinha Firmino (*in memorian*), com 96 anos na época, a mesma ilustrou

[34] Certidão de Autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares - FCP.

sobre a compra das terras de Pedra D'Água por Manuel Paulo Grande a um padre, sem nome indicado, que lá morava.

A história de Manuel Paulo Grande foi rememorada de forma mais objetiva por Lima (1992), tendo em vista que, na época da coleta de dados dessa pesquisa, alguns anciãos já haviam falecido.

Os nossos interlocutores apresentaram narrativas sobre Manuel Paulo Grande, porém com certos lapsos de memória.

> **Pesquisadora (P):** A senhora é o que de Manuel Paulo Grande?
> **Interlocutor (I):** Acho que é prima só.
> **P:** O povo falava muito desse Manuel Paulo Grande?
> **I:** Nunca vi ele não.
> **P:** E quem foi esse Manuel Paulo Grande?
> **I:** Não sei não.
> **P:** O que falavam dele aqui?
> **I:** Que era um homem muito bom, trabalhador, generoso, o povo respeitava muito ele.
> **P:** Respeitava por quê?
> **I:** O que ele dissesse era aquilo mesmo. Alguém desunido ele deixava ficar unido, e assim foi (Jandira Firmino Paulo, moradora de Pedra D'Água. Entrevista concedida em 22/03/2016).

A fala de "dona Jandira" fornece indicativo, embora se criem dúvidas sobre o Manuel Paulo Grande, da figura de um pai, de alguém que impõe uma ordem que deve ser obedecida: "o que disse era aquilo mesmo".

Nos diálogos com “seu Zito” não foi possível extrair igualmente maiores detalhes, são relatos vagos, mas que remetem ao mesmo Manuel Paulo Grande como um dos primeiros da família “Paulo” a se instalar no que hoje é Pedra D’Água.

Ouvimos de “seu Zito” o respeito que tinha por Manuel Paulo Grande, o qual “Dona Jandira” menciona na narrativa anterior. Porém, a fala de “seu Zito” atentou ao fato do Manuel Paulo Grande ter sido “inspetor”, alguém confiado pela polícia para assegurar a “ordem” – “Rapaz, eu ouvi que ele era um cabra que a polícia entregava a ele o povo pra ele tomar conta, era o inspetor aí”, afirmou “seu Zito”.

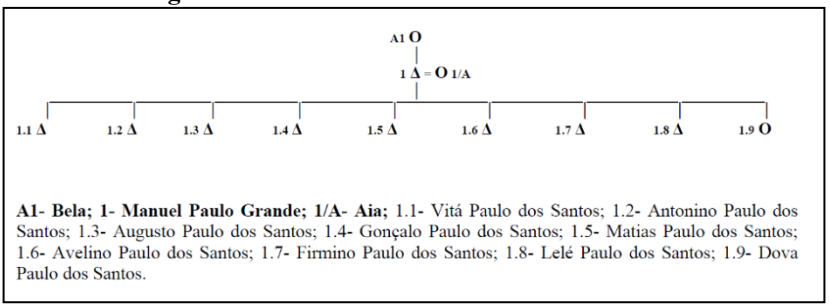
Ressalte-se que tal questão pareceu curiosa, uma vez que a figura do ancestral é apresentada como alguém que, numa determinada fase da história, encontrava-se como “fugitivo”, a polícia se enquadra enquanto uma ameaça a sua integridade e liberdade. Seria algum tipo de estratégia de Manuel Paulo Grande, a fim de proteger o território e os familiares de possíveis inimigos, da polícia, dos fazendeiros? Pois as narrativas revelam uma contradição: ao tempo em que foge da polícia, ele age em colaboração.

Deparamo-nos com laços dentro dos marcos territoriais da comunidade, mas também para além deles – com atenção às redes de parentesco com Matão, Grilo, Matias, que viabilizam outras formas de conexão solidárias, inclusive política, que se manifestam na luta pela demarcação do território quando estão juntas nas reivindicações e na conquista de demandas em prol das comunidades, ou nas festas em que cada uma delas organiza,

onde reelaboram as sociabilidades e solidariedades com parceiros e parentes.

No diagrama de parentesco dos descendentes de Manuel Paulo Grande, Nascimento (2009) observou até a sexta geração. O ancestral comum teve nove filhos com uma mulher chamada "Aia" (somente Aia), conforme está expresso no diagrama a seguir. Desses oito filhos, descendem hoje na comunidade as famílias Paulo, Firmino e Coelho.

Diagrama 1: Descendentes de Manuel Paulo Grande.



Fonte: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID de Pedra D'Água. Diagrama de parentesco organizado por Nascimento (2009).

É comum uma família constituída a partir de práticas de endogamias em Pedra D'Água. O casamento entre primos é muito constante, como afirmada por "seu Zito", Lima (1992), Nascimento (2009) e Batista (2009).

Apesar da "regra" ou do "padrão matrimonial" ser o mais comum entre parentes, é possível encontrar união matrimonial com pessoas de "fora" do núcleo central, inclusive, com pessoas brancas. Não existem códigos formais para o caso, isso era

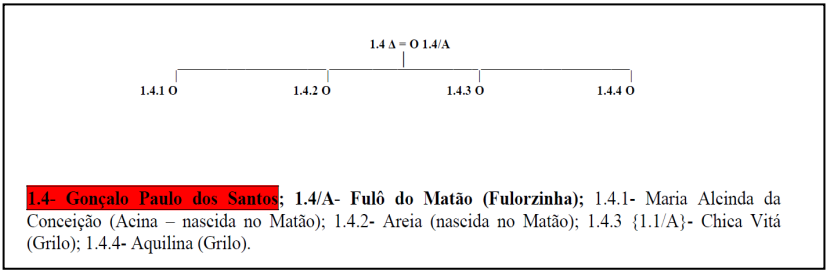
naturalmente conhecido, trata-se aqui de uma organização social em que prevalece o casamento entre negros e parentes.

Entre os nove filhos de Manuel Paulo Grande, chamamos atenção para o Gonçalo Paulo dos Santos, apontado como pai de "Alcinda", mãe de "dona Isaura" (moradora de Pedra D'Água mencionada no início deste artigo) e de "Aquilina" (moradora do Quilombo Grilo). O nome dessa última filha coincide com pré-nome da mãe de "dona Dôra" (*in memoriam*), que é a ancestral do quilombo Grilo, porém com divergências da ascendência entre os dados fornecidos por alguns interlocutores do Grilo, por Batista (2009) e os dados do diagrama presente em Nascimento (2009).

Além disso, consta também no diagrama de parentesco de Gonçalo Paulo, o nome de "Chica Vitá" como uma das suas filhas, muito conhecida no quilombo Grilo por "tia Chica". Ela era mãe de "Mané Vitá", que tem descendentes também no Grilo.

Gonçalo Paulo dos Santos, o quarto filho de Manuel Paulo Grande, nasceu em Pedra D'Água e casou com uma moça chamada Flor do Matão, "Fulorzinha", a qual, como o próprio nome indica, era "uma cabocla pega para os lados de Matão", fazendo referência à localidade onde se encontra o quilombo Matão (NASCIMENTO, 2009, p. 87, grifo nosso).

Diagrama 2: Descendentes de Gonçalo Paulo dos Santos, um dos filhos de Manuel Paulo Grande.



Fonte: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID de Pedra D'Água. Digrama de parentesco organizado por Nascimento (2009).

Deparamo-nos em Batista (2009) e em Nascimento (2009) com testemunhos que dão a "dona Dôra" (do quilombo Grilo) a condição de filha da "Aquilina", e essa mesma "Aquilina" associa sua descendência a Gonçalo Paulo dos Santos, seu pai. Esses fatos apareceram num diálogo entre "Paquinha", "dona Isaura", "seu Zito" e os pesquisadores em 2009[35].

Há a ocorrência de uma dispersão dos descendentes do fundador, por motivo não sabido. Do mesmo modo, houve a saída dos filhos de Gonçalo também da região para onde ele havia migrado.

[35] No ano de 2009, foi elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Grilo, Matão e Pedra D'Água, a partir do contrato firmado entre o INCRA e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB). Vale salientar que, em virtude dessa parceria, o levantamento técnico para regularizar o território tornou-se mais rápido, uma vez que o INCRA-PB, há algum tempo, tem no quadro permanente apenas duas antropólogas responsáveis pelo atendimento de todas as demandas do estado.

Todos esses casos, no que tange às constantes circularidades em termos espaciais, estão relacionados à busca por terras de trabalho. Como não havia área suficiente para a manutenção das famílias, as terras de Manuel Paulo Grande foram sendo deixadas pelos seus filhos, que passaram, a partir de então, a estabelecerem-se no Matão, no Grilo ou até mesmo no Matias.

De uma maneira geral, o filho ou a filha quando casam e constituem suas famílias tem como prática a saída da casa dos pais. Esse novo pai de "família" se vê obrigado a garantir condições de terra para fins de moradia (lar), ao tempo em que também deverá responsabilizar-se pelo sustento dos seus.

Quando não se tem terra suficiente para sua reprodução, a nova família geralmente se estabelece nas terras de outrem, quando não é morador "de condição" nas terras dos "fazendeiros", passa a trabalhar com áreas arrendadas, geralmente mais próximas da localidade de morada. De todo modo, será nessas condições e relações de trabalho que essa nova família será situada.

A partir das pesquisas, constatamos que, tanto o Matão quanto o Grilo significaram alternativas de alargamento do território, apesar de todas as relações de trabalho serem baseadas na exploração e na servidão[36], não havia a opção de escolha para eles, a não ser o trabalho de submissão e de exploração, melhor dizendo, submissão ao trabalho de "assujeitamento", expressão muito usada por Batista (2009) ao referir que para os negros do Grilo "viver nas terras alheias é ser assujeitado". Para muitos

[36] Sobre as relações de trabalho no Nordeste do Brasil, ver Martins (2004) - "O cativeiro da terra".

moradores de Pedra D'Água, Matão e Matias, as condições não foram diferentes.

Nas falas dos moradores, é perceptível que os mesmos dependiam do arrendamento das terras ou do estabelecimento em terras alheias para a sobrevivência das famílias. Uma alternativa bastante utilizada para que as famílias pudessem se reproduzir no território foi a saída das terras para os centros urbanos. Assim, o Rio de Janeiro, tornou-se o destino mais procurado pelas famílias e, nele, igualmente foram instauradas outras redes como estratégia para manutenção do território de saída e da família que permaneceu.

Ainda sobre a dispersão de Pedra D'Água às áreas vizinhas, ela não ficou restrita aos primeiros ancestrais do Manuel Paulo Grande. Isso foi extraído de uma boa conversa que tivemos com seu Antonio Coelho dos Santos, mais conhecido por "Tota", que é morador de Pedra D'Água.

"Seu Tota", com 71 anos à época da entrevista, em 2017, ofereceu em diálogo as vivências nas terras do Matão, local onde nasceu e ficou até os 15 anos de idade. A mãe e o pai junto com alguns filhos saíram de Pedra D'Água e foram buscar no Matão[37] possibilidades de trabalho na terra, já que em Pedra D'Água havia escassez de área para o trabalho de roçado.

"Seu Tota" faz parte da quinta geração do Manuel Paulo Grande. Rememorou o nome dos pais, Manuel Coelho – conhecido por Manuel do ouro - e Petronila Maria da

[37]Partes dessas terras estão incluídas no processo de demarcação do território quilombola.

Conceição, e dos avós, Manuel Coelho e Marcolina (sem indicação de sobrenome).

Sua família viveu nas terras do Matão na condição de "morador"[38], trabalhando no alugado na fazenda de "seu Adalto", que logo depois foi vendida a Antonio Sabino[39].

> **P**: Foram para o Matão morar em qual terra?
> **I:** Na terra do homem, da propriedade lá. Passamos muito tempo lá.
> Ficou tudo pra lá, Matão mesmo é um quilombo lá, a gente morava na terra dos outros. Era, era tudo Matão.
> **P**: Saíram sem nada? Não tinham carteira assinada?
> **I:** Nada, trabalhava no alugado, no outro, não tinha não. (Antonio Coelho dos Santos, conhecido por Tota, morador de Pedra D'Água. Entrevista concedida em 30/09/2017).

"Seu Tota" demonstrou certa inquietude ao relatar sobre o retorno para Pedra D'Água, apesar de seus referenciais encontrarem-se ali, mantém ainda memórias representativas do Matão, uma vez que foi o local em que viveu parte da sua

---

[38] Em decorrência da superexploração, alguns jovens, quando atingiam a maioridade, comumente migravam para o Rio de Janeiro. Essa migração ainda acontece com muita frequência, mas, quanto ao momento revelado, percebemos que eles migravam muitas vezes porque não queriam ter o mesmo destino dos pais. Sobre as relações de trabalho no Nordeste do Brasil, cambão ou servidão, ver Martins (2010) - "O cativeiro da terra".

[39] Contam os moradores de Matão que foi a partir dessa venda que passaram a não ter acesso à localidade (GRÜNEWALD, 2009, p. 150). A posse atualmente é do fazendeiro Alcemir Antonio Lisboa, "Fazenda Santo Antonio". Parte da área encontra-se em trâmite de desapropriação para os quilombolas.

adolescência. Cresceu naquelas terras, nas quais construiu relações afetivas e de afinidades com o lugar. O retorno para Pedra D'água foi uma determinação dos pais. Aqui prevaleceu o respeito às decisões da família (pai e mãe), com ênfase para o "medo de levar pisa"[40].

O apego às terras do Matão decorre ao fato de lá, além de ser o seu local de nascimento, ter terras de trabalho: "voltava pro Matão, uma terra pra trabaiar lá, eu gosto de trabaiar". Encontramos "seu" Tota pela primeira vez quando caminhávamos pela comunidade Pedra D'Água, tratava-se de um período chuvoso na região.

Figura 2: "Seu Tota" - Comunidade Pedra D'Água.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.
Foto: FREDRICH, Maria Salomé Lopes

[40] Termo usado no nordeste brasileiro para designar sova, surra.

Numa conversa longa que tivemos com João José dos Santos, morador da comunidade Matão (quilombola), descendente do fundador Manuel Rufino dos Santos, recordou a presença da família de "seu Tota" naquelas terras, até nos indicou o local da antiga moradia da família. A casa não existe mais, mas as lembranças foram acionadas pelos geossímbolos[41] que ainda estão no local.

> **P:** O senhor conhece seu Tota, que mora em Pedra d'água?
>
> **I:** Conheço. Esse Tota morava na terra do senhor Adalto, que era pessoa muito boa, e então a propriedade de seu Adalto foi vendida a Antônio Sabino.
>
> **P:** Faz parte dessa área hoje?
>
> **I:** Entendeu, é, exatamente. Antônio Sabino, que Tota, depois que seu Adalto vendeu pra Sabino, o pessoal, seu Tota, a mãe dele, a família ficou morando com Sabino. Daqui a senhora vê onde é. A senhora tá vendo aquele pé de Cajá? Era ali, Tota morava ali, seu Tota, mãe dele, pai dele, e o pai dele chamava-se Manuel de Ouro, um velho. A mãe dele se chamava dona Tutu, uma velha, e tinha uma filha dele, tinha Tota, tinha um que a gente chamava ele de velho, que esse morou até trabalhava no Rio, tinha Noeme, tinha Maria Chata, e tinha Branca, e tinha essa menina que é irmã de Tota, que aqui a gente chamava

[41] De acordo com Bonnemaison (2002, p. 109) um geossímbolo pode ser "[..] um lugar, um itinerário, uma extensão, que por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade".

> dona Mana (Minervina). (João José dos Santos, morador de Matão. Entrevista concedida em 22/11/2017).

"Seu Tota" diz ser integrante da família de "Zeca Rufino", um dos descendentes do fundador do quilombo Matão. Entretanto, não encontramos qualquer relação entre os descendentes de Pedra D'Água e os Rufinos - exceto por alguns poucos casamentos que aconteceram entre os Calô, referência de família para "Dona Isaura", esposa de "seu Zito", e à qual sua mãe pertencia, e alguns moradores da família Rufino.

Não localizamos no relatório técnico de Grünewald (2009), nem nas pesquisas de Souza (2012; 2016) pontos que convergem as relações de parentesco entre Matão e Pedra D'água, bem como entre Matão e Grilo.

Conforme o trabalho de campo na comunidade Matão, não localizamos lembranças que denotem essas relações, apesar de termos obtido caminhos que reconhecem a presença da família Calô naquela área.

A comunidade Matão está localizada oficialmente no município de Gurinhém. Assim como ocorre nas demais comunidades foco desse estudo, tem como fundador a figura de um homem chamado Manuel Rufino dos Santos. Todos asseguram descender dele. Manuel Rufino dos Santos, pelo menos até onde coletamos, não tem nenhuma relação com o fundador de Pedra D'Água.

Assim como foi em Pedra D'Água, esse mito fundador estabeleceu-se nas terras e formou o que hoje é denominado como quilombo Matão. O processo de autorreconhecimento do

Matão assemelha-se a de muitas outras comunidades, com destaque para o Grilo, Pedra D'Água e Matias.

Dois "Matão": de qual Matão tratam os referenciais de Pedra D'Água e do Grilo?

Segundo Grünewald (2009, p. 75), Matão:

> Era uma área de mata virgem e, por isso, recebeu este nome ainda em um passado distante que remonta talvez a período anterior ao estabelecimento de **Manuel Rufino dos Santos** ali. Hoje, tanto na comunidade quanto no município de Gurinhém, algumas pessoas entendem por Matão uma área mais extensa do que a ocupada pela Comunidade de Matão - ou "Matão dos Negros", como é referida naquela cidade [...] Segundo o Sr. Otacílio João da Silva (84 anos), Matão se estendia da fazenda de Dona Rosita ("para os lados de Alagoa Grande e Ingá") a Riacho Verde e Buenos. (Destaque nosso).

Sobre a citação, podemos compreender os silêncios no que tange às afirmativas dos moradores do Matão ao não destacar laços de parentesco entre eles, da família Rufino, com as famílias centrais do Grilo e de Pedra D'Água, tampouco do Matias. Ademais, a área denominada de "Matão" não se restringe à atual área ocupada pela comunidade quilombola, reconhecida por Grünewald (2009) como sendo "Sítio Matão", a mesma da família Rufino.

O autor levanta pontos-chave com indicações da área territorial reconhecida por Matão referenciada pelos moradores

de Pedra D'Água e do Grilo. Tratam-se de localidades vizinhas, mas que são reconhecidas também como Matão, ou seja, "fazenda Matão (mais próxima à divisa com o município de Ingá - PB) que é chamada pelos habitantes da comunidade de 'Matão de Dona Rosita'"[42].

O que ficou evidente no exercício do autor foi que não são estabelecidos fios que conduzem os parentes de Matão (Sítio Matão) para as demais comunidades foco desse estudo porque, aqui, estamos tratando, talvez, de outra área territorial reconhecida como Matão pelos interlocutores e pelos pesquisadores Batista (2009) e Nascimento (2009), muito embora nenhum deles faça menção ao fato.

É comum nas conversas com "dona Isaura" ela afirmar que seus parentes ainda moram no Matão, assim como Leonilda dos Santos do quilombo Grilo, mais conhecida por "Paquinha", ter evidenciado que "Zefinha", uma das moradoras do Matão (quilombola = "Sítio Matão" (GRÜNEWALD, 2009) é sua prima, já que esta é neta de um senhor chamado Otacílio, já falecido, que era tio de "dona Dôra", sua mãe.

Entre o estágio da não certeza por falta de subsídios, a interlocutora vai fornecendo contribuições para ativarmos novamente as relações entre as comunidades. No relato em que estávamos a conversar sobre a família Coelho em Pedra D'Água, "Paquinha" revelou a seguinte questão:

[42] Grünewald (2009, p.75).

> Tem os “Coelhos”, porque os “Coelhos”, eles lá são primo da gente porque foi do Matão também. Veio alguém do Matão também, casou e ficou por ali os “Coelhos”. Aqueles “Coelhos” é tudo da família da gente, da minha mãe. Até que minha mãe dizia assim: “Oh minha filha eu quero, eu quero ver antes deu morrer o tio Otacílio, que mora lá no Matão, que mora lá no Matão”, **que é irmão do pai dela**. Otacílio faleceu. Otacílio era preto. Era irmão do meu avô. (Leonilda dos Santos Coelho, moradora do Grilo. Entrevista concedida em 06/09/2017). (Destaque nosso).

Foi primordial voltar com “Paquinha” ao exercício das lembranças das ocasiões em que sua mãe remete ao Matão como local onde tinha familiares. A interlocutora reforçou a característica física do lugar apontada por Grünewald (2009). Era uma localidade de mata extensa, e isso serviu, muitas vezes, de abrigo para aqueles obstinados a esconder-se.

> **P:** Então essa história com o Matão não é recente?
>
> **I:** A gente já sabia, só que a gente não tinha...só que o Matão de antigamente era muito...O Matão é pequenininho, mas era mato. Quando fazia uma arte era pro Matão. Minha mãe nunca encontrou (o tio) e ela, quando ela tava...ela dizia: “eu quero ver meu tio Otacílio, que é irmão do meu pai. Mas ela faleceu de repente, né? E a gente também não sabia por onde começar, o Matão é no final do mundo (longe/distante). Aí a gente vai descobrir agora quando a gente veio... (Leonilda. Entrevista concedida em 06/09/2017).

Debruçadas sobre as indicações de Leonilda sobre o “tio Otacílio” de “dona Dôra”, fomos buscar nas memórias de “seu

João José", o mesmo já relatado anteriormente, meios que indicassem o paradeiro daquele homem que tanto fazia falta à sobrinha.

Para nós, aquela conversa, assim como outras tantas, quando envolvia Matão, não trazia maiores detalhes, era tudo muito incompreensível pelos motivos já explicitados inicialmente.

Muito do que foi dito por João José dos Santos robusteceu o que estávamos por encontrar e reforçou a existência de uma circularidade e relações de parentesco não limitantes a único território. Nesse sentido, é necessário considerar tratarem-se de múltiplos territórios envolvidos por territorialidades diversas.

O território tem um caráter multidimensional, e é a partir disso que decorrem as territorialidades, reflexos de uma materialidade do poder Raffestiniano decorrentes "[...] das relações multidimensionais entre o vivido e o território, [...] são as 'faces vividas' e as 'faces agidas' de um poder exercido pelos membros de uma coletividade." (MARQUES, 2015, p. 49). Embora a autora estabeleça a sua análise para os grupos étnicos do Litoral Sul paraibano, aqui tomamos sua leitura como referência ao nosso estudo de campo.

Buscamos saber junto a "seu João" sobre as lembranças de um homem cujo pré-nome era Otacílio. Ouvimos o nome Otacílio em dois momentos, um foi indicado por "Paquinha" (Grilo) como tio, e outro apontado por "dona Isaura" (Pedra D'Água) como sendo um antigo namorado antes de casar-se com "seu Zito".

Para nossa surpresa, havia dois Otacílios. Os mesmos são reconhecidos por “seu João José” como primos. Com um deles, Otacílio João da Silva, que estava com 94 anos, tivemos a oportunidade de conversar em 2016. Foi este o antigo namorado de “dona Isaura”.

O outro Otacílio, mais velho, ousamos lançar uma conjectura de que era o tio que deixara saudade a “dona Dôra”. Aqui são só conjecturas, pois não tivemos maiores detalhes, apenas o fato de “Paquinha” discorrer sobre as relações de parentesco do “tio Otacílio” com uma das moradoras da comunidade quilombola Matão, vejamos o registro no trecho da conversa com “Paquinha”.

> Aquela Luzia é prima da gente, Luzia que vem pra cá é aquela altona, a mãe de Marta...**agora quem é prima da gente mesmo é Zefinha**, que Otacílio é tio dela...aquela baixinha, sabe quem é aquela baixinha, tu já foi no Matão? (Respondo que sim). Não tem a primeira casa que tem uma casinha assim? A primeira casa é a casa de Zefinha...é logo na entrada, perto do colégio. **Quer dizer que a gente é primo**...é tudo família da gente, porque Otacílio é tio delas, né?. Eu fui fazer uma casa lá mais Marcelo e ele tinha falecido. A gente não sabia, aí Zefinha abraçou com a gente e chorou muito, que Otacílio era tio dela. A mãe de Zefinha é irmã de tio Otacílio... A maioria daquelas negadas é tudo família da gente, Zefinha é por causa de mamãe. Agora Luzia que não parentesco assim de tio, como irmão não, ela já é segunda, sabe? (Leonilda. Entrevista concedida em 06/09/2017). (Destaque nosso).

Registre-se ainda que “seu Otacílio”, com quem conversamos, pouco relatou sobre ele e a família. Com suas limitações por conta da idade avançada, repetia inúmeras vezes dos trabalhos pela “redondeza”, fazia tudo, “limpava mato, cortava cana, roçava o mato, colocava madeira, fazia todo o serviço, depois fui adoecendo...”. Demonstrou orgulho por nunca ter necessitado, como os filhos, migrar para os centros urbanos como São Paulo e o Rio de Janeiro, já que é uma prática recorrente entre os seus familiares do Matão.

Ainda envolvidas na fala de “seu Otacílio”, presenciamos a emissão de lembranças de um tempo no qual ele, trajando uma roupa branca de “linho”, sentado sobre o cavalo, circulava por vários lugares da região – “Em Ingá, ia muitas vezes mandar costurar roupa paletó, calça... Gostava demais”. Suas recordações destacam que andava pelas feiras livres de Serra Redonda e do Ingá. Era lá no Ingá que havia alfaiate para fazer suas roupas. Gostava de andar “arrumado”, usava “perfume”.

“Seu Otacílio”, que é bisneto do fundador de Matão, nos indicou relações do Grilo e de Pedra D’Água com Matão. É interessante demarcar alguns posicionamentos do interlocutor, pois ele não se reconhece enquanto parente, mas reconhece que havia uma circularidade e um espraiamento desses familiares pelas redondezas.

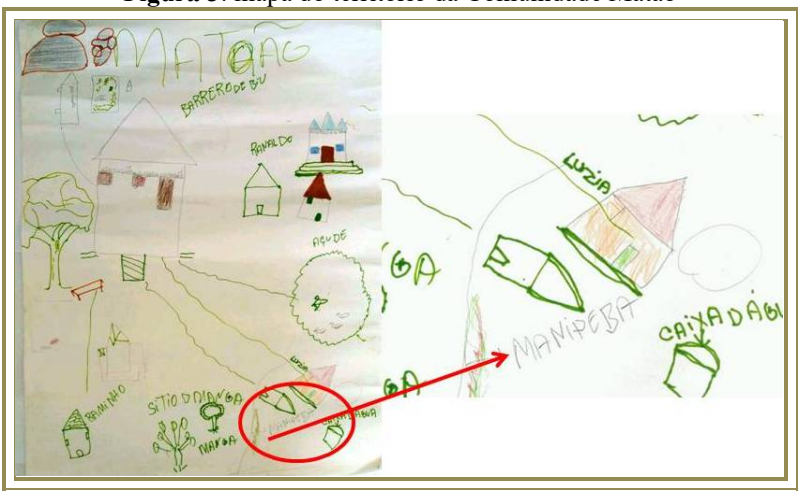
> **P:** Tem família lá no Grilo?
> **I:** Não.
> **P:** E lá em Pedra D’água?
> **I:**Também não tem, às vezes chega alguém, um, dois lá mas não tenho conhecimento, ia lá mas não tenho esse sentimento (conhecimento?) mais.

> **I:** Sabe me dizer se o senhor tem família lá no Grilo? (Repito a pergunta em outro momento)
> **I:** Não, não. Eu lembro que tem família aqui, **no Matão**, **Manipeba, pessoa que morava aqui**, tem família pra lá também, **foi se espalhando o povo**, tem gente da minha família que foi pro Rio, passou tempo pro lá e tudo, mas naquele tempo eu era bom, eu parti pras usina. (Otacílio João da Silva, 94 anos, morador do Matão. Entrevista concedida em 30/03/2016). (Destaque nosso).

Manipeba é uma localidade vizinha à comunidade quilombola Matão, indicada pelos moradores desse local, onde reside a família Calô, família referida por "dona Isaura" como seus parentes. Na atividade promovida pelo projeto da Rede de Núcleos de Extensão e Desenvolvimento territorial/NEDET/UFPB (território do vale do Paraíba) tivemos a chance de encontrar as quatro comunidades quilombolas. O mencionado projeto realizou a II Reunião do Comitê de povos e populações tradicionais, em 2016, no qual estive como facilitadora com a Profa. Amanda Marques (UFPB), numa oficina voltada às temáticas: terra, território e cartografia social. Um dos produtos elaborados durante a oficina foram os mapas dos territórios, construídos a partir da vivência de cada comunidade. Na representação do mapa da equipe composta pelos moradores da comunidade quilombola Matão, está incluso o registro da área conhecida por Manipeba.

Apesar da comunidade Matão não fazer referência aos laços de parentesco com a família Calô, evidenciamos o pertencimento com esta área, já que uma parte da mesma está dentro dos limites da área reivindicada como fazendo parte do território quilombola.

Figura 3: mapa do território da Comunidade Matão



Fonte: Reprodução do mapa social produzido por Dona Luzia (53 anos), seu José João (67 anos), Dona Zefinha (entre 50 e 60 anos), 2016.

É a área de Manipeba que os moradores de Pedra D'Água reconhecem como sendo Matão. Não há registros sobre dois "Matãos"[43], pelo menos para Pedra D'Água e Grilo, assim como não foi registrada nas pesquisas de Batista (2009) e Nascimento (2009), quando também indicam as relações de parentesco entre as comunidades.

Assim, interpretamos que, quando há indicações de redes de parentesco com Matão, os entrevistados estão tratando sobre a área conhecida como Manipeba. Há apontamentos no Relatório Técnico do quilombo Matão de que, ao se iniciar o processo de autorreconhecimento da área como quilombola, os moradores de Manipeba (entre eles, a família Calô) optaram por não se reconhecerem como quilombolas, apesar de seus modos

[43] O uso no plural foi escolha própria.

de vida, histórias de opressão sofrida e as relações com o território perpassarem pelas mesmas questões de Pedra D'Água, do sítio Matão, Matias e Grilo.

Para os moradores do Matão (quilombola), inclusive nos relatos do próprio Otacílio, os moradores de Manipeba não desejavam ser associados a "negros".

Reconhecer-se como comunidade quilombola significa tomar essa marca identitária que, na história do Brasil, teve o peso da escravidão e do racismo, e de um racismo velado. São negros e, ao mesmo tempo, são novos sujeitos com pretensão de cidadania plena, comunidades remanescentes de quilombos, na verdade, o que "restou" das comunidades negras rurais vinculadas aos quilombos.

Sobre a questão referida ainda acerca dos dois "Matãos", no qual se faz referência a Manipeba, "seu João José" (comunidade Matão), trouxe nomes e informações da família dos Calô.

> **P:** Então ela disse (falávamos sobre dona Isaura) que a mãe dela nasceu aqui no Matão, ela tem um referencial muito forte com Matão. A mãe dela nasceu aqui, e o pai casou com a mãe aqui no Matão, mas depois foram pra Pedra D'água.
>
> **I:** Agora, inclusive é o seguinte, aliás, tem dois Matão, tem esse Matão daqui que eles chamavam o Matão dos nego e então tem o Matão de dona Rosita, que é perto, eu tou achando que essa dona Isaura já é do Matão de dona Rosita...Por que assim, ali no Matão de dona Rosita teve um pessoal dos Calô que tinha uns parente pro lado de

> lá, que tinha uma tal de **tia Dego**, eu via o meu pai, Otacílio chamar **tia Dego**, uma véia que morava até na casa dessa dona Rosita, naquele tempo ainda vinha escravo né, aí era quase escravizada lá.
>
> **P:** Dona Rosita é branca é?
>
> **I:** Branca, rica.
>
> Entrevistadora: Então tia Dego, o senhor acha que ela é da família dos Calô?
>
> **I:** Ela fazia parte desse povo, se não fosse irmã era parente, podia ser primo, do velho Manuel Calô, pai de **Obidias,** o povo chamava de **Dego**. Já esses menino, tinha **Obidias**, tinha **João Calô**, tinha **Genival Calô**, tinha **João Calô**, aliás, tinha **Antônio Calô**, aí eu acho quatro irmão homem né, então mulher tinha **Leobina**, irmã de Obidias, tinha **Ana**, irmã de Obidias, e essa Ana era comadre de Otacílio, eu ouvia muito "comadre Ana". (João José. Entrevista concedida em 22/11/2017). (Destaque nosso).

O referencial retratado e resgatado por ele serviu como instrumento de acionamento das lembranças de "seu Zito" e de "dona Isaura". Em posse dos nomes apontados por "seu João", indagamos ao casal "Zito" e "Isaura", em Pedra D'Água, se reconheciam os nomes indicados. Todas as pessoas referidas na narrativa de "seu João" são reconhecidas por "dona Isaura". Disse-nos ela tratar-se de seus primos do Matão e da família Calô.

Na mesma prosa com o casal, defrontamo-nos com incertezas de sobre qual Matão relatam. Por um dado instante,

“seu Zito” afirmou para nós que Matão não é Manipeba. Isso ficou evidente ao buscarmos informações dos locais de nascimento e de moradia dos primos de “dona Isaura”, e “seu Zito” prontamente respondeu: “no Matão”. “Mas qual a área? Manipeba?”, indagamos a ele. “Um é Manipeba e outro é Matão”, respondeu categoricamente. Novamente, estamos diante das imprecisões e, assim, o indagamos: “mas por que a senhora chama a Manipeba de Matão?”. “Por que desde que eu nasci era o nome dessa área”, respondeu Isaura. “Seu Zito” corrobora as questões suscitadas por sua esposa e, assim, revela: “Matão Manipeba”. “Mas é o mesmo Matão que tem hoje?”. Perguntamos. - “É”. Rebateu “seu Zito”.

Aproveitamos ali com eles e logo tratamos de perguntar sobre um senhor chamado Abdias (Abdias Antonio de Oliveira), tratado por “seu João” e de quem obtivemos uma fotografia. Ao apresentarmos a imagem a “dona Isaura”, ela reconheceu um dos homens, “seu Abdias”.

> **Dona Isaura (I):** É meu primo.
> **Seu Zito (Z):** É primo dela, vinha aqui. Sobrinho da mãe dela de segundo, sobrinho da mãe era o pai de Obidias. Casou com aquela menina, Severina.
> **P:** Casou com Severina agora né? E a primeira que ficou viúvo?
> **Z:** Alexandrina, a primeira mulher dele.
> **I:** Vinham aqui, agora não que mãe morreu.
> **Z:** Eles afastaram mais depois que ela morreu, quando a velha tava viva todo domingo aparecia gente de lá. Tinha Osvaldo, tinha aquele que mora em Juarez, Genival. (José Firmino dos Santos, conhecido por “seu” Zito, e Isaura Firmino dos Santos, moradores de Pedra D’ Água.

> Entrevistas concedidas em 23/11/2017). (Destaque nosso).

"Seu Abdias" residia no Matão (quilombola) porque casou com Severina Gomes de Oliveira, mas também já trabalhava nas terras, onde colhia algodão dos fazendeiros.

A referência de ligação com o "Matão" em Pedra D'Água, portanto, é "dona Isaura": "é lá onde mora minha família quase toda", diz ela. A família é a dos Calô, da qual sua mãe fazia parte. Era uma localidade que costumava visitar. Tinham muitas festas, casamentos dos parentes, brincadeiras de baile de sanfona e coco de roda. Os parentes de Matão retribuíam-lhes as visitas. Contudo, depois da morte da mãe, na casa onde os parentes tinham o apoio, as visitas ficaram menos frequentes.

Dentre as informações já destacadas, demos especial atenção às que indicam para uma rede de parentesco entre as comunidades. "Seu Tota" também nos forneceu pistas dessas relações que colocam novamente os Coelhos, de Pedra D'Água, como parentes que dispersaram para o Grilo, com destaque para "seu Antonio", conhecido por "Pitota", que nasceu e se criou em Pedra D'Água e foi para o Grilo.

Apesar das divergências em torno das informações, concordamos com Batista (2009) ao destacar que é muito comum e se faz muito presente entre essas duas comunidades o reconhecimento de que fazem parte da mesma parentela, e é isso que os une.

A compreensão é complexa porque estamos diante de redes de parentesco que envolvem territórios e territorialidades que ultrapassam limites territoriais, aqui não estamos restritos apenas a Pedra D'Água, como já foi dito.

E nos Matias, têm parentes?

Era dessa maneira que buscávamos direcionamentos, não o fechamento, das redes, e a possibilidade de se abrir outros horizontes.

- ✓ Não, no Matias eu ia para pescar ("seu Zito", comunidade Pedra D'Água).
- ✓ Passava por lá quando íamos para Serra Redonda, o caminho é mais curto ("Dona Jandira", Moradora de Pedra D'Água).
- ✓ Não, mas tem uma moça daqui de Pedra D'Água, a Josenilda, conhecida por Tata, que casou com um rapaz lá do Matias ("Maria de Lourdes", comunidade Pedra D'Água).
- ✓ Tenho parente sim, aquelas meninas são primas minhas, Eliane, por causa de tia Madalena ("Leonilda – Paquinha", comunidade Grilo).

A partir dessas narrativas, podíamos pensar numa rede entre as quatro comunidades, redes apoiadas não somente a partir dos laços de parentesco ou a relação com o território, mas que envolvem outros elementos de referência, nas relações interpessoais com conteúdos que expressam também

sociabilidades. Não podemos negar que elas se conhecem e partilham, desde outros tempos, as festas, as brincadeiras, as informações e os enfrentamentos etc.

A comunidade Grilo foi o caminho que nos permitiu a ativação da construção da ligação/redes com o quilombo Matias. Isso foi em 2013, quando tínhamos presenciado as narrativas sobre o parentesco entre elas.

Aqui não tivemos como fazer nenhuma genealogia a fim de facilitar esse direcionamento. Apenas registramos tais laços a partir das entrevistas sem que fizéssemos um mergulho em torno dos ancestrais que ligam uma a outra. Os apontamentos foram obtidos de três entrevistas que realizamos com moradores do quilombo Matias, "dona Rita" e "dona Iracema" e com "seu Antonio Matias". Nesses diálogos, pudemos encontrar caminhos que nos levaram às demais comunidades.

Em Batista (2009) e Nascimento (2009) são encontradas conjecturas de que os filhos de Manuel Paulo Grande possam ter se encaminhado para outras localidades mais distantes ou circunvizinhas a Pedra D'Água. Assim como aconteceu com o Grilo e Matão, pode ter ocorrido com a comunidade Matias. Sobre tal questão, constatamos nas falas de moradores do Matias indicações que fazem parte da família de Pedra D'Água e do Grilo, assim como havia familiares que moraram nas terras do Matão.

"Dona Rita", na época em que concedeu entrevista estava com 83 anos de idade, recordou passagens envolvendo os seus parentes, o que nos permitiu retomar mais uma vez os direcionamentos que nos levam aos descendentes de Manuel

Paulo Grande, nos conduzindo a refletir sobre o papel desse homem na composição dos grupos negros que se formavam na área territorial onde estão abrigadas Pedra D'Água, Grilo, Matão e Matias.

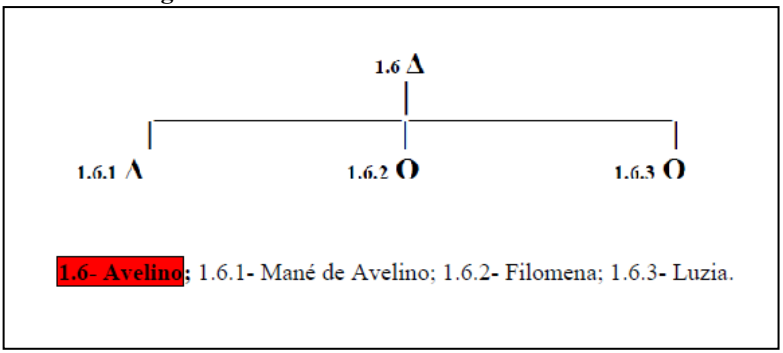
> **P**: E a senhora tem família lá em Pedra D'água?
> **I: (Dona Rita)**: Tenho.
> **P**: Lembra o nome dos seus parentes de lá?
> **I**:Lembro nada.
> **P**: Nem os sobrenomes?
> **I**: Não. Porque era uma prima de minha mãe. Sobrinha do meu avô. Por parte do meus bisavô tudo é João. Mas tem João Gomes e João Matias, por parte de minha mãe. Eu sei que tem uma irmã dele (bisavô) lá, que era casada em Pedra D'água. Tem esse rapaz que chamava, filho de um tal Antonino.
> **P**: Mas é da família dos Firminos?
> **I**: Sei não. Sei que essas duas mulher, ela morava... uma chamava Luzia e a outra chamava Filomena, parece que era. Agora todas duas era...esse homem era marido delas duas. De Filomena e de Luzia.
> **P**: Tem outra família lá que é Paulo Grande. É dessa família?
> **I**: Acho que não. Essa família dessa Luzia, e o marido dela chamava Antonino. (Rita Gomes das Neves, moradora da comunidade Matias, Entrevista concedida em 02/ 08/2015).

A lembrança de "dona Rita" adiciona marcas importantes na composição das redes que estamos a verificar entre os territórios investigados. Ali, em 2015, nos deparamos com alguns nomes que estão nos registros do diagrama de parentesco

de Nascimento (2009) e que fazem referência ao núcleo central de Pedra D'Água, Manuel Paulo Grande.

As informações fornecidas por "dona Rita", confirmam que as duas mulheres, ao que tudo indica, são irmãs, filhas de Avelino Paulo, um dos filhos de Manuel Paulo Grande, conforme expusemos no diagrama dos descendentes de "Avelino Paulo".

Diagrama 3 – "Descendentes de 'Avelino Paulo'"



Fonte: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID de Pedra D'Água. Digrama de parentesco organizado por Nascimento (2009).

Não constatamos descendentes das duas mulheres citadas, tampouco sobre possíveis cônjuges. Consta como irmão do "Avelino Paulo", o Antonino Paulo dos Santos e que tem, dentre os seus 8 filhos, o "Chico Antonino", o mesmo nome tratado pela interlocutora.

Rita Gomes das Neves, que é rezadeira, é filha de Manuel Luiz Gomes e Maria das Neves Gomes. Nasceu e vive na comunidade chamada Sítio Matias (reconhecida como quilombo pela FCP), onde tem como ancestral João Matias, que

habitou aquela área para trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar (SILVA, 2011).

Das quatro comunidades que estamos tratando, essa foi a última a obter o autorreconhecimento como área de remanescente de quilombo em 2006. Além do mais, é a única em que ainda não foi realizado o levantamento para o RTID.

Voltando às histórias de "dona Rita", faz-se necessário destacar que a mesma faz menção ao Grilo e a Matão como locais em que tem ou tinha parentes. Sobre o primeiro, destaca: "lá no Grilo, eu tenho família lá. Mas eles não sabem que é minha família não". "Dona Rita" equivocou-se ao retratar o desconhecimento dos moradores do Grilo no que tange às relações entre eles e os moradores do Matias.

Durante esse dia de campo na comunidade, fomos indicadas para uma boa conversa com "dona Iracema", que também é prima e comadre de "dona Rita". Da conversa com "dona Iracema", foi registrado o nome de uma negra, sua madrinha, chamada Madalena, com a qual "dona Rita" havia aprendido o poder da reza, "Ela rezava muito [para "dona Rita" a Madalena "tinha reza forte"], comadre Rita aprendeu muito com ela"[44].

Segundo os relatos, Madalena pertencia à família dos Matias. Para "dona Iracema", ela fazia parte da família do pai, José Matias e era bisneta de João Matias, o mesmo bisavô de "dona Rita" ao qual é atribuído o papel de fundador do Sítio Matias (atual quilombo).

---

[44] Iracema Matias Gomes, 80 anos, moradora da comunidade Matias. Entrevista concedida em 2 de agosto de 2015, grifo nosso.

Sobre a vida de Madalena, obtivemos detalhes de que era uma negra que morava sozinha próxima a casa de “dona Rita” e que detinha poderes da reza forte, inclusive tendo sobrevivido em um confronto com uma vaca “medonha”, brava, e que todos acreditaram que ela, no seu “arranque”, mataria a dita Madalena. Era uma pessoa que circulava muito por outras comunidades, “saía pela casa do povo, ela. Batia as comunidade todinha rezando”.

Trouxemos essa fala de “dona Rita” sobre Madalena porque iríamos ouvir sobre a mesma no Grilo, numa conversa na qual Leonilda, “Paquinha”, indicava-nos o seu parentesco, em 2017, com Matias, a partir da “tia Madalena”.

“Paquinha” enuncia que Madalena era prima de seu pai. “Eliane ainda é prima minha, terceira [tem dúvida] por causa de tia Madalena. Madalena é tia de papai. É prima de papai, Madalena. Madalena do Matias [...] Ela é família dos Matias, do pai de Eliane, Zé Antonio Matias, do pai Lô, de tudo era”.

O “Lô”, a quem “Paquinha” referia-se, faz parte da genealogia dos filhos do mesmo Antonino Paulo dos Santos, a quem já mencionamos. Ainda ouvimos dela que a Madalena era “uma pessoa que andava muito sozinha. Papai tinha o maior cuidado...Te lembra [fala com a irmã Aquilina] de tia Madalena? Era mulherona [grande]”.

A interlocutora retoma suas lembranças quando tinha entre 12 e 14 anos. Costumava ir com seus pais a Matias e a Pedra D’água nessa época. Também é por essa idade que “Paquinha” recorda das ocasiões em que Madalena passava pelo Grilo:

> Eu tinha mais ou menos uns 12 anos, 13 anos, 14 anos quando ela passava... papai não deixava de dar almoço a ela, comida a ela. Papai tinha um carinho muito grande por ela. Agora a parte dele era de meu tio, do meu avô Zé Duda, era o pai de papai. Era família, só que a gente não pegou o sobrenome de Matias. Naquele tempo ninguém tinha entendimento, ia tirando (o sobrenome), mas o que eu sei de madalena era isso, morou, nasceu e criou-se no Matias. (Leonilda. Entrevista concedida em 06/09/2017).

Havia e ainda há uma rede de sociabilidade com o acolhimento dos que chegam, seja de Pedra D'Água ou do Matias e vice-versa. Os laços de parentesco, embora frágeis pelos silêncios e as imprecisões de dados, os tornam parte da mesma família. São redes que formam territórios múltiplos.

A fala ainda identifica o porquê das relações de parentesco serem enunciadas pela oralidade, porém não se fazem presentes, muitas vezes, os sobrenomes do núcleo familiar. Há um entendimento de que "antigamente" havia certa dificuldade de se obter a documentação de nascimento, ou até mesmo, por meio de união matrimonial, se suprimia os nomes das famílias no novo estado civil.

Bonnemaison (2002) é assertivo ao partir de uma perspectiva da não existência de um grupo cultural ou etnia que não tenha se relacionado física e culturamente a um território. Portanto, o território está conectado a uma rede de itinerários. É nesse momento que o grupo se fortalece, entre a junção do "enraizamento" e as "viagens". A territorialidade está situada "[...] na junção dessas duas atitudes ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade." (BONNEMAISON, 2002, p. 100).

Hoje, esses grupos ainda se concebem como parte da mesma família, evocando do passado reminiscências de sua ancestralidade e as formas de uso e de apropriação do território. Conectam-se e, através da memória, instauram os laços de parentesco, o sentimento de pertencimento entre grupos que se identificam como iguais, embora haja diferenças.

A apropriação do termo família por eles que, às vezes, ultrapassa os limites da própria comunidade quilombola, é relevante no sentido de que a rede da qual falamos está expressa, sobretudo, na identificação simbólica e cultural, não só entre os membros da comunidade (interno), que também é muito forte, mas se estende para além dos limites do próprio território construído (espaço social), e também do território vivido (espaço cultural).

Considerações finais

As comunidades tradicionais que estivemos investigando são compostas por grupos negros que, com base constitucional, autorreconheceram-se como quilombolas. Suas reivindicações estão para além do documento de posse da terra ancestral e de trabalho, objetivam, do mesmo modo, a possibilidade de manterem-se vinculados aos seus territórios, tanto por uma questão social e política de acesso à cidadania, quanto ao acesso aos meios nos quais poderão reproduzir-se a partir também de suas práticas culturais e simbólicas com a terra.

Apreende-se de seus relatos, desenhos e mapas que revelam o território de uso tradicional. As múltiplas

experiências. Assim, o universo simbólico compartilhado caracteriza-se como forma de resistências, não só para Pedra D'Água, mas para o Grilo, Matão e Matias.

Essas redes, numa perspectiva mais abstrata, mediam outras relações em termos espaciais, estão voltadas às interações e à (re)criação de sociabilidades e territorialidades que, muitas vezes, não são mediadas pelos elementos fixos, mas por demandas e articulações eminentemente identitárias, políticas e de resistência.

O vetor mais importante, e que foi o ponto chave para manutenção da identidade territorial, vincula-se à ascendência histórica de Pedra D'Água, que deu à figura do ancestral comum o caráter de ter sido o primeiro a habitar aquelas terras, onde vivem os seus descendentes, por intermédio de alguns desses, os primeiros, a ocorrência de uma dispersão para outras terras.

Em meio a essas histórias, traçamos as rotas e os itinerários daquele grupo que tem como marca uma identidade comum, a negritude, e, como herança, a terra deixada pelo mito fundador. Os laços de parentesco promovem uma concepção de que o território pertence a todos, porém cada um herdou o que pertencia aos pais.

Pedra D'Água articula-se e efetiva-se como núcleo radial das redes de parentesco e foram as territorialidades emanadas por "dona Isaura" que possibilitaram o encontro dos nós, dos nexos, das tramas com seus parentes do Matão/Manipeba, do Grilo, do Matias.

Dessa maneira, a terra advinda das gerações anteriores expressa-se no modo de vivência das gentes de Pedra D'Água. As relações internas são reguladas no modo de vida, na projeção e no sentido de pertencer ao território tradicional.

Consideramos que as lembranças sobre os trabalhos na terra em Pedra D'Água, as relações de parentesco intra e entre comunidades, os processos de permanência e mobilidade, marcam as territorialidades.

Por fim, denotamos que as territorialidades dos quilombolas de Pedra D´Água envolvem, entre outras questões, uma rede de sociabilidades entre grupos que expressam sua identidade diferenciada, entre as quais perpassam uma unidade de práticas culturais e um universo simbólico compartilhado entre este e outros territórios.

Referências

ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M; MENDES, G. F. Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 22, p.23-25, mai/ago. 2011.

BATISTA, M. R. R. **Grilo:** das memórias de assujeitado ao direito quilombola. Relatório Final da Pesquisa Antropológica. Campina Grande: INCRA /PaqTc, 2009.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In:* CORRÊA, R. L.; ROZENDHAL, Z. (org.) **Geografia Cultural:** um século (3). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 fev. 2017.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora Universitária da UFSC, 2011.

FREDRICH, M. S. L. **Tramas territoriais e tessituras multidimensionais em comunidades quilombolas na Paraíba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2018.

GEERTZ, C. **A Interpretações das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GRUNEWALD, R. A. **Os Negros de Matão**: etnicidade e territorizalização. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Campina Grande, 2009.

LIMA, E. C. de A**. Os negros de Pedra D'água**: um estudo de identidade étnica, história, parentesco e territorialidade numa comunidade rural. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1992.

MARACAJÁ, M. S. L. **Território e memória**: a construção da territorialidade étnica da Comunidade quilombola Grilo, Paraíba. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MARACAJÁ, M. S. L.; VARGAS, M. A. M. Redes de práticas simbólicas e identitárias dos territórios quilombolas na Paraíba. **Anais...** ANPEGE, Porto Alegre, 2017 ISSN: 2175-8875.

MARQUES, A. C. N. **Fronteira étnica:** Tabajara e comunidades negras no processo de territoralização do Litoral Sul paraibano – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2015.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTHEWS, E. **Compreender Merleau-Ponty**. Tradução Marcus Penchel. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, R. H. Z. **O quilombo de Pedra D'Água**. Relatório Final da Pesquisa Antológica. Campina Grande: INCRA /PaqTc, 2009.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2010.

SANTOS, R. H. **Entre águas e agentes:** vivências e (in) visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe. Tese paraibano – Programa de

Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2015.

SOUZA, V. E. **Honra, migração e memória em Matão – PB**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2012.

SOUZA, V. E. **Trabalho e migração em Matão-PB**: entre o quilombo, o Rio de Janeiro e João Pessoa. **Anais...** 30ª RBA. João Pessoa/PB, 2016.

VARGAS, M. A. Introdução. *In:* VARGAS, M. A.; DOURADO, A. M.; SANTOS; R. H. (Orgs.) **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Edise, 2015.

“Como é bonito ver as coisas do meu quilombo”: identidade territorial e o coco de roda na comunidade negra do Ipiranga, Paraíba – PB

Amanda Christinne Nascimento Marques

Maria Geralda de Almeida

“Lengotengolengotengo
eu morro de trabalhar
de dia tô na enxada
de noite tarrafear
Samba negro
branco não vem cá
se vier
pau há de levar
Negro rachar os pés
de tanto sapatear
de dia tá no açoite
de noite pra batucar”

(Letra da Música cantada no coco de roda do Quilombo do Ipiranga, abril de 2013).

Introdução

Os cantos da Comunidade Negra do Ipiranga trazem, em suas letras, diferentes formas de expressão. Algumas composições referem-se a momentos vivenciados pelo grupo, como brincadeiras, relações de trabalho e resistências à escravidão. Outras letras são cantadas para dialogar no cotidiano sobre atitudes de determinado morador da comunidade.

No geral, os versos entoados são rimas referentes ao cotidiano de mulheres e homens que territorializaram aquele espaço, desde o início do tráfico de pessoas negras. São também cânticos de trabalho que os animam em suas tarefas rotineiras. Conforme relata Pimentel (1978) e Sampaio (2001), a origem do coco de roda é imprecisa e controversa. As músicas trazem em suas letras o universo tradicional dos grupos. Frequentemente as reelaborações se dão por falhas de memória, como também, por intencionalidades.

O grupo de coco de roda denominado "Novo Quilombo" se reúne uma vez por mês, aos sábados, em um espaço localizado na Comunidade Ipiranga, município do Conde/PB. Esses dias são festejados com dança, em que são comercializados artesanato, comidas e bebidas para os visitantes que vão prestigiar a atividade. É um momento comemorado com alegria e muita satisfação, em que todos são convidados a brincar na roda, a aprender os passos da dança e se divertir com o ritmo do coco.

Cabe ressaltar que Almeida (2012) apresenta que, etimologicamente, *festa dhies* é um dia de celebração marcado por um contexto religioso. Em latim, le *dies festus* é o dia

“tocado” de um signo especial, como, no caso, o coco de roda. É o dia da demonstração pública pela qual se deseja “tocar” o espírito do próximo, atrair fortemente sua atenção, mostrar evidência, fazer a celebração triunfar, manifestá-la associando o coco, com a existência e territorialização do grupo de coco de roda.

Dentre as várias canções entoadas pelo grupo, a letra acima destacada chamou atenção, não só pela sua identificação com a escravidão, mas principalmente porque delimita as fronteiras étnicas do grupo.

Embora tenhamos observado que, desde o período de contato, esses grupos viveram no entre-lugar, com base na concepção de Bhabha (2008), ou entre-territorialidades conforme M. G. Almeida (2008)[45], do ponto de vista político, as comunidades negras constroem traços de distinção, ou sinais diacríticos, de delimitação das fronteiras étnicas[46]. Esses traços, ao mesmo tempo em que diferem entre si, aproximam esses grupos, até a forma como relacionam-se com os parentes ou convivem com a natureza, como de uso comum dos territórios tradicionais e cultura.

Estes elementos estão expressos nas músicas e na própria construção social de reconhecimento étnico, como sinais trazidos por meio da memória desses grupos. Trata-se de

---

[45] Almeida (2008) quando estuda os imigrantes internacionais desenvolve a concepção de Inter- entre- territorialidade, que para ela os grupos extravasam suas escalas para além dos seus limites territoriais em virtude da alianças, ligações e articulações entre territórios de origem e aquele para qual migra. Os migantes vivem entre-territorialidades.

[46] Cf. Barth (2000).

elementos que remetem a uma condição de resistência e aos vínculos territoriais e hereditários.

Priorizamos neste artigo, as vozes da comunidade negra do Ipiranga no sentido de compreender as dinâmicas territoriais desses grupos por meio da memória, considerando o coco de roda como sinal de diferença e pertença da identidade territorial.

Para a Comunidade Negra do Ipiranga, os limites e as relações com o território são relembrados como Halbwachs comenta:

> [...] uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo (HALBWACHS, 1990, p. 53-4).

Nesse sentido, consideramos que a concepção de território para esses grupos é reproduzida por meio da predominância e/ou das características simbólicas, sendo adquirida uma relação identitária com o lugar, o que se constitui como um fator de singularidade do grupo étnico em questão.

“Contando as histórias da gente, começamos a descobrir quem éramos nós! ”[47]

A frase de Dona Lenita Lina, de 76 anos, é representativa por nos reportar às histórias de ocupação do território do Ipiranga, reconhecida hoje como Comunidade Negra do Ipiranga. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares – FCP em 08 de setembro de 2006.

Sobre a ocupação do Ipiranga, as vozes nos reportam à doação de terras feita por Dom Pedro II, cujos limites do território foram demarcados com balizas de concreto (Ilustração 1). Alguns desses marcos desapareceram, mas outros ainda estão preservados nos limites. Na fala de A.M. Rodrigues destaca-se a existência histórica dos limites territoriais impostos pelo Imperador:

> E lá em uma dessas fazendas, que eles chamam granja, tem um marco que tem um símbolo da Coroa Real. Esse marco desapareceu, a gente já foi lá já procurou e esse marco desapareceu de lá, mas tinha o símbolo da Coroa Real que era o limite do Gurugi com Ipiranga. Hoje é uma granja e é justamente o lugar onde a gente tirava mangaba, tem muita mangabeira lá. Entra ali no bar Raça Negra, você passa por ela. Se a gente for por lá eu mostro a vocês inclusive onde ficava o marco, né (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Ana Maria Rodrigues do Nascimento. Grifos nossos).

[47]Entrevista em janeiro de 2014. O título deste subcapítulo, foi fruto de anotações feitas em entrevista a Dona Lenita Lina do Nascimento, liderança de muito prestigio e sabedoria na comunidade, e que faleceu no dia 17 de abril de 2015.

Figura 1: Marco de pedra utilizado para delimitar o território do Ipiranga.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Foto: MARQUES, Amanda.

Dona Lenita ressalta como foi o processo:

> O Ipiranga é de posseiro, então antes o dono dessa fazenda Gurugi era tudo uma fazenda só, Ipiranga fica no centro. Aqui em Piranga era pequenas posses, era o pessoal antigo, né. Eles disseram que ganharam de Dom Pedro em um documento só e cada um tinha um trechinho e cada um tomava conta (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento. Grifos nossos).

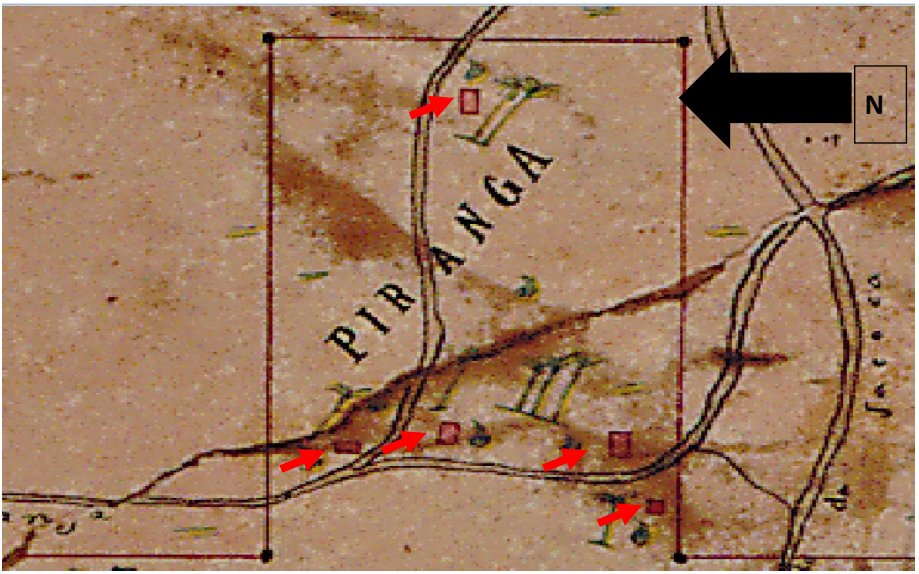
Os registros oficiais presentes nas narrativas, nas vozes da comunidade, foram sendo utilizados como monumentos de uma história viva, representando a manutenção de uma herança territorial coletiva.

Conforme destaca Marques (2015), a demanda étnica de delimitação territorial das terras ancestrais fez com que o grupo passasse a reunir suas histórias familiares, ora individual e das famílias nucleares, ora coletivas. Nesse sentido, as primeiras formas organizativas da Comunidade Negra do Ipiranga pela identificação Quilombola, deram-se por meio de reuniões e conversas entre si. Assim:

> [...] fomos procurar resolver como que ficava a questão das terras do Ipiranga, aí sentamos, começamos a conversar, aí quem sabia mais contava, a gente conversava, o outro contava menos e assim fomos acertando a história do Ipiranga porque aqui só morava cinco famílias (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento. Grifos nossos).

O relato de Dona Lenita, corrobora a Ilustração 2 a seguir, na qual Justa Araújo representa, em 1867, cinco casas no território do Piranga:

Figura 2. Fragmento da Carta da Sesmaria da Jacoca, com setas para as casas no Território do Ipiranga



Fonte: AN.

O marco de Pedra, os pontos residenciais representados na carta da Jacoca, testemunhos materiais da identidade étnica somam-se às marcas da escravidão e da presença negra referenciadas por meio de uma mulher chamada Torquata que vivia no Ipiranga:

> Tinha escrava, aqui na frente mesmo tinha uma escrava e chamava-se Torquata. Era Torquata Maria da Conceição era o nome que ela tinha. Era três irmãs, uma foi pra Gurugi, uma para Mituaçu também e aqui. Eu não sei como ela apareceu, quando eu era nova ainda ela já tava

> por aqui (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento).

Torquata residia no Ipiranga, mas tinha irmãs que moravam em outras localidades do Litoral Sul, especificamente Gurugi e Mituaçu. De acordo com Léo Neto (2013, p. 94), as três irmãs desembarcaram no Porto de Gramame e fugiram para localidades diferentes: Torquata, para Ipiranga; Silivégia, para o Gurugi e a terceira, cujo nome não foi indicado, para Mituaçu. As três localidades nas quais se encontravam as irmãs no passado, são reconhecidas atualmente como territórios Quilombolas.

Apesar do território do Ipiranga ter sido reduzido por meio das doações e regularização das posses após 1850, parte deste território foi mantido como terras de herança, ocupação que segundo Dona Lenita:

> [...] foi passando de pai pra filho, de pai pra filho. Piranga nunca teve briga porque foi passando de pai pra filho, de pai pra filho e hoje tem eu e outras pessoas, sendo que as outras são tudo mais nova né (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento).

Embora houvesse, no território, uma sucessão hereditária dos lotes divididos por família e a produção de uso familiar, as formas de trabalho dentro do território do Piranga se davam comunitariamente. Ou seja, as famílias se organizavam em mutirões nos momentos de plantio e colheita.

Em virtude dessa forma de organização, o grupo considera o território do Piranga como *terra de comum*[48], cujo traço identitário é moldado pela relação com a terra de trabalho e de herança. Para Almeida (2008), os sistemas instituídos como *terras de comum* ou *terras de uso comum* na estrutura agrária brasileira:

> [...] designam situações na quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias intrínsecas às regiões de ocupação recente. [...] Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob a acepção corrente de "terra comum" (ALMEIDA, 2008, p.133-134).

Little (2002) anteriormente já afirmava que a manutenção dos territórios étnicos se dá por meio de um

[48] Sobre a diversidade de grupos étnicos no Brasil e suas dimensões territoriais, Almeida (1989) analisa as "terras de preto", "terras de santo" e "terras de índio".

“regime de propriedade”, ou seja, as formas de uso do território se diferenciam de um grupo étnico para outro.

Cabe destacar que as dinâmicas territoriais das comunidades negras são reconhecidas, desde que estejam ocupando suas terras tradicionalmente. O Artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988, pelo Ato das Disposições Transitórias Constitucionais – ADTC[49] é o documento base para o processo de regularização das comunidades Quilombolas.

Nesse sentido, podemos afirmar que a ocupação tradicional no território quilombola não está circunscrita única e exclusivamente nas ocupações permanentes e históricas do território, tendo em vista que estes lugares comportam elementos materiais, mas também imateriais, e que fazem parte da memória social do grupo que embora tenha passado por um processo de desterritorialização, guardam em suas lembranças, e até práticas de permanência no território, suas materialidades.

É o caso tanto da Comunidade Negra do Ipiranga, embora esse grupo tenha a propriedade de parte de espaços tradicionalmente ocupados no Litoral Sul, eles continuam sendo utilizados por meio de práticas agrícolas, de pesca, lazer, caça, dança e religiosidade[50].

Parte das famílias mantiveram uma permanência temporal no território, mas em virtude da redução das terras de

---

[49]Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 68 do ADTC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct. Acesso em: 30 mar. 2012.
[50] Cf. Marques (2015).

cultivo, algumas migraram para outros territórios. O que não quer dizer que tais situações de diásporas sejam condicionantes para o entendimento da perda do direito e identidade territorial.

Seu Serafim[51] relata que as terras ocupadas pelo seu grupo, por meio de arrendamentos, seguiam os mesmos princípios de solidariedade familiar:

> Aí pronto! A atitude da gente não era brincar, era trabalhar compreendeu? Aquilo se juntava turma de 30 homem pra fazer um roçado. Rapaz, no dia, isso era meio mundo de homem roçando mato, quando era pra plantar a mesma coisa, se fosse pra limpar era a mesma coisa. Cada um era dono de si, de seu roçado, eles dava uma força entendeu como é? Mas cada um era dono de si. O roçado era meu, você ia pra lá, mas o roçado era meu, e eu ia pro seu o seu era seu, compreendeu? (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Manoel Lourenço de Moura, Serafim).

Nesse sentido, as relações de parceria também reforçam o sentido da *terra de comum* e da solidariedade familiar. As famílias se organizam para trabalhar e, ao mesmo tempo, estabelecer a manutenção da tradição do coco de roda dentro e fora da comunidade, conforme relato:

> O coco, eu comecei a dançar coco desde pequenininha, minha mãe ia brincar coco com o pessoal por ai com meus compadre, aí não tinha com quem deixar a gente, aí levava. Aí aprendemos e começamo a dançar. Aí depois

[51] Seu Serafim é assentado de reforma agrária no assentamento Barra do Gramame, mas parte de sua família ainda permanece no Ipiranga.

> continuou todo mundo dançando (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento. Grifo nosso).

A herança do coco e das solidariedades costumeiras relatadas anteriormente, são símbolos da hereditariedade da ocupação e permanência no Ipiranga, "passada de pai para filho".

As relações de sociabilidade vinculadas à pesca também estão nas canções do coco de roda. Algumas letras foram compostas dentro dos rios e marés em momentos de pesca, a exemplo do coco seguinte:

> "Deu um grito na camboa do lado de lá que eu ouvi/Eu vou marido,/eu vou marido/Mulher tu vai se perder/Deu um grito na camboa do lado de lá que eu ouvi..."

Esse coco de roda retrata os mistérios da pesca dentro das camboas do manguezal do Rio Gramame:

> Quer dizer que ela ia pescar e mangue é uma coisa misteriosa, quem conhece os mangues sabe. É muito fácil você se perder dentro do mangue. Você tá a dez metros da saída do mangue, você perdida sem saber onde está. E aí ele alertando [letra do coco] que ela desse um grito na camboa. Camboa é um braço de maré, tipo um rio formado dentro do mangue, do manguezal. E aí ela desse um grito que ele ia buscar ela (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

A letra do coco: “o rio dá tanta volta que só o curral de gré”, de composição de Luiz de França dentro do Rio Gramame, faz alusão ao afluente do referido rio, que é composto por curvas que foram sendo talhadas conforme a geologia e declividade do relevo.

Tal sinuosidade é identificada no coco, como analogia de uma armadilha de pesca, chamada curral de Gré. No curral de Gré, o peixe entra na armadilha e fica encurralado em virtude da quantidade de voltas empreendidas.

> O rio Gramame dá muitas voltas até chegar na boca da barra lá em barra de Gramame. E curral de Gré, era um curral, uma armadilha de pegar peixe. Então ele vinha fazendo essas voltas e o peixe ia entrando. Quando chegava aqui não sabia sair. Então era o curral de Gré, o rio dá tanta volta que só um curral de Gré (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

O sentido das voltas também é usual para retratar o Gramame, ao querer enfatizar seus mistérios. Dentro do leito, são os peixes que ficam perdidos na imensidão de curvas, afluentes e camboas, mas no seu curso também os homens que não conhecem os mistérios do rio. Portanto, o inexplicável da natureza passa a ser objeto de interação das práticas culturais da comunidade negra. O coco de roda surge e faz referencia a este universo, território quilombola e se apresenta como sinal diacrítico que dimensiona um evento cotidiano, assim como político no Ipiranga.

“O coco, eu comecei dançar coco desde pequenininha, minha mãe ia brincar coco com o pessoal por aí” [52]: Coco de Roda Novo Quilombo

A origem do coco de roda, conforme Pimentel (1978), é apresentada por autores como José Aloísio Vilela e Luís da Câmara Cascudo, que descreveram a dança, como sendo de gênese negra e indígena.

O primeiro autor, exemplificado por Pimentel (1978), afirma que o coco é uma dança originária da região alagoana da Serra da Barriga, especificamente no Quilombo dos Palmares. A iniciação se deu por meio das relações de trabalho, em que os negros se organizavam em grupos para quebrar o coco. A batida da quebra, era simetricamente orquestrada, dando um ritmo, cantos e uma dança para a realização da atividade.

Como sinal de resistência das comunidades negras, o coco de roda Novo Quilombo da Comunidade Negra do Ipiranga apresenta dimensões elucidativas do cotidiano e da identidade cultural negra. Segundo Ayala (1999), ao registrar cocos em diferentes municípios paraibanos, por meio de pesquisas vinculadas ao Leo (Laboratório de Estudos da Oralidade) da UFPB:

> Vários estudiosos assinalam a origem negra dos cocos – africana, para uns, alagoana, para outros –, mas não chegam a examinar cuidadosamente os aspectos que dão aos cocos uma identidade cultural afro-brasileira. São fortes as marcas da cultura negra nos cocos, especialmente nos dançados (AYALA, 1999, p.232).

[52] Frase de Dona Lenita Lina, janeiro de 2014.

Tais atividades comportam temporalidades. No caso do coco de roda, na Comunidade Negra do Ipiranga, é uma atividade realizada para a comunidade, assim como para o público externo.

Atividades externas à comunidade se dão nos casos em que são convidados para dançar em outras localidades. Internamente, em outros momentos são realizados, como: datas comemorativas religiosas e nas casas de pessoas da comunidade que realizam festas de casamento, aniversário, batizados, dentre outros eventos. Sampaio (2001) faz um relato da organização do coco de roda para os festejos de São João na Comunidade do Ipiranga:

> A festa era planejada com um ano de antecedência. Havia, geralmente, alguém que levantava o mastro do São João motivado pelo pagamento de uma promessa por uma graça alcançada – poderia ser em virtude da cura e uma doença grave de algum membro da família [...] ou simplesmente para agradecer o sucesso de um ano agrícola. Alguém chegava e convidava os outros dizendo que no ano seguinte haveria o mastro em sua casa. O convite era dirigido obrigatoriamente para os parentes mais próximos e para todos os compadres e comadres da família anfitriã. A partir de então todos passariam a se preparar para a festa. A família promotora do evento passava o ano juntando recursos para a festa. Os convidados também eram participantes, pois, diferentemente de uma festa burguesa, eles tinham, por questões morais, que contribuir de alguma forma, ajudando na organização da festa: nos enfeites da casa, na arrumação [...] na preparação dos alimentos (SAMPAIO, 2001, 168-169).

Fica expresso no trecho citado, que o sentido de comunidade no grupo não se dá apenas na concretização do coco de roda. A dança é a finalização de um evento que foi planejado, partilhado e organizado coletivamente. Existe, nesse processo formativo do coco, agregação por laços étnicos e de parentesco.

Os parentes são familiares e os compadres também. Os laços estabelecidos no cotidiano são reafirmados e festejados com a brincadeira (Ver ilustrações 3 e 4). Ao tratar da brincadeira do coco, Dona Lenita afirma:

> E no último sábado do mês a gente brinca aqui com a comunidade, com todo mundo aqui. Olhe desde que eu aprendi a dançar coco, pra mim o coco é muito importante. Pois é uma coisa que ta dentro do sangue da gente. Olhe quando eu me operei eu não podia dançar coco, eu tava operada do coração. Eu dizia: eu queria dançar coco! Aí as menina me levava, aí botava a cadeira pra eu sentar, aí quando o povo começava a dançar eu começava a chorar com pena porque não podia dançar coco. Tem uma neta que ela hoje já tá de maior, ela começou a dançar coco, ela tinha uns seis anos, mas ainda hoje ela dança coco. Aí quando a gente olha ela dançando, a gente diz, mas Peu, gosta de coco mesmo, viu! Gosta de brincar. O marido dela diz: "eu quero ver tu dançar coco"! Mas ela nem liga, veste a roupa e vai embora (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento. Grifos nossos).

Figura 3: Puxadores do coco de roda do Ipiranga em atividade externa.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lenita Lina, 2000.

Figura 4: Dona Lenira no centro da roda do coco, em atividade externa à comunidade.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lenita Lina, 2000.

Estruturalmente, o coco comporta dinâmicas espaciais, conforme a função do local e de cada membro do grupo na dança. Os lugares são identificados por meio das margens do barracão. Este é o local de disposição dos atiradores/puxadores, espaço da dança externo e espaço da dança interno.

As margens do barracão são espaços de sociabilidade e de recepção dos convidados (Figuras 5, 6 e 7). É o ponto de apoio para a festa que se inicia por volta das 19h30min. Nele, as comidas e bebidas são comercializadas e os encontros familiares

são realizados. A organização da festa movimenta famílias das Comunidades Negras do Ipiranga que comercializam seus produtos em pequenas barracas. Os gêneros alimentícios, em geral, são caldinhos, ensopados, feijão, macaxeira, frango cozido, churrasquinhos e comidas de milho. O artesanato também é comercializado, sendo produzidos brincos, colares, pulseiras, prendedores e demais adereços produzidos com materiais da natureza e denominados de biojóias.

Nos casos em que ocorrem a presença de convidados e/ou dos parentes que vêm de sítios mais distantes do barracão, é ofertado um lanche como forma de agradecimento pela presença na atividade. O lanche é resultado de doações entre as famílias que ajudam tanto financeiramente, como com mantimentos para o cardápio proposto.

O local em que ocorre o coco mensal é o Barracão. Até 2013, a estrutura do barracão se dava no anexo de um bar localizado na Comunidade. No final de 2013, foi construído o barracão dentro do sítio da família de Dona Lenita, no Ipiranga, e desde então, ali ocorrem os encontros mensais..

A estrutura nova recebeu o nome de “Mestre Bitonho”, um antigo zabumbeiro do coco de roda que faleceu em 2011, aos 89 anos:

> Tinha um ciúme do zabumba que não tinha quem pegasse no zabumba dele. E todo mundo pega nos instrumento um do outro, mas o dele ele agarrava assim, que não tinha quem segurasse, e ele fazia milagres com o zabumba né, tocava divinamente! (Entrevista concedida em julho de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

Em dias de festa, os organizadores cortam erva cidreira e espalham no terreiro do barracão. O ritmo da dança permite que as folhas sejam pisadas, ao tempo em que exalam um cheiro agradável por todo o ambiente.

Figura 5: Antigo Barracão do Coco no Gurugi.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lenita Lina, 1990.

Figura 6: Barracão do coco de roda Mestre Bitonho.

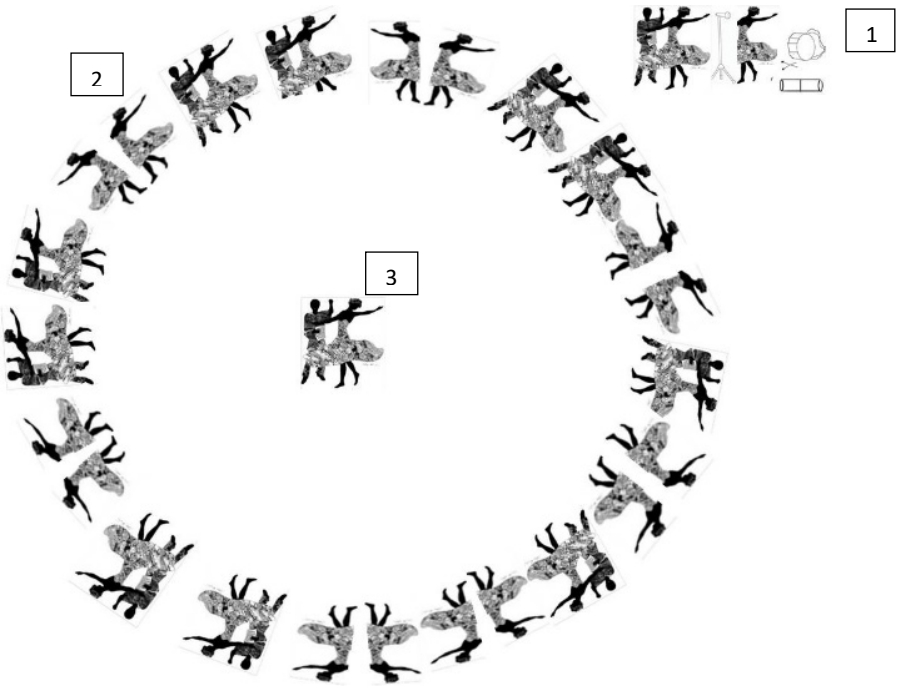
Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Foto: MARQUES, Amanda.

Figura 7: Dançarinas do coco no alpendre. Alpendres são utilizados para descanso e contemplação das visitantes do Coco no Ipiranga.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lenita Lina, 1990.

A dança é realizada em círculos. A disposição dos membros se dá em espaços diferentes, sendo eles: Tocadores/Puxadores (número 1, na Ilustração 1); espaço da dança externo (número 2, na Ilustração 1) e espaço da dança interno (número 3, na Ilustração 8).

Figura 8: Disposição do coco de roda Novo Quilombo



Organização: MARQUES, Amanda, 2014.

No círculo externo, as pessoas dançam no sentido horário, realizando passos de umbigadas para a direita e para a esquerda. Sempre encontrando os pés do seu companheiro de ambos os lados. Crianças, mulheres, homens da comunidade, convidados, todos podem brincar ao ritmo do coco. Existem, nos cocos, uma predominância da coletividade dos grupos:

> Nos cocos dançados predomina o coletivo: para que haja a dança é preciso gente para (a)tirar os cocos e para responder dentro da roda de dançadores, gente que toque os instrumentos, gente que saiba os passos que caracterizam a dança e esteja disposta a entrar na roda (AYALA, 1999, p. 232).

No círculo interno da dança, ou centro da roda de coco, casais se posicionam para dar o ritmo à dança, como também para animar o público do círculo externo. No centro existe a alternância dos pares que são, amiúde, trocados por dançarinos do círculo externo. O coco deve ser cantado e respondido pelos dançarinos de ambos os círculos.

Os tocadores e puxadores se posicionam ao lado do grande círculo. Os puxadores, que são os cantores/compositores/tiradores do coco, ora se dispõem no referido lugar, ora entram no círculo para brincar junto com o público.

Alguns compositores do coco de roda do Ipiranga já faleceram, dentre eles Dona Lenita, Luiz de França, Zé Maria, Zé Cocó e Joana Calixta. Atualmente, as principais cantoras e compositoras dos cocos no Ipiranga são Dona Lenira e Ana Lúcia. Dona Lenita assim explicava o processo:

> As letras, eu as vezes sento com minha irmã, componho, mais Ana as letras. Teve algumas que foi o filho de compadre Luiz que compôs. E tem vez que a gente se senta sozinha aí eu faço (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento. Grifos nossos).

Compadre Luiz, referenciado na entrevista anterior, é Luiz de França considerado pelo grupo como grande coquista. Ele é referenciado com respeito e admiração. Para o grupo, esse compositor tinha muita habilidade para compor cocos. Segundo depoimento:

> A gente tava tocando coco, aí a gente começava a conversar alí uma fofoca de alguém, ai começavam a rir. Aí ele escutando, ele dava uma saidinha com o ganzá. Quando ele voltava dizia: a resposta do coco é essa! Já tirava o coco, do nada assim, escutando uma conversa, uma coisa que aconteceu, um evento que aconteceu já ia (Entrevista concedida em julho de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

Atualmente, os tocadores do coco de roda Novo Quilombo, são: Janduí, Pedro, Elias, Jurandi e Seu Vanda. Eles permanecem ao lado do grande círculo durante as atividades e se utilizam de instrumentos como Zabumba, Ganzá e Bumbo (Ilustrações 9, 10 e 11). A batida da zabumba e do bumbo são fortes e acompanhadas pelo ritmo dos pés dos dançarinos.

Figuras 9 e 10: Instrumentos utilizados no coco de roda do Ipiranga.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Lenita Lina, 1990.

Figura11: Instrumentos utilizados no Coco de Roda do Ipiranga.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.
Foto: MARQUES, Amanda.

Para caracterizar e dar animação a realização dos cocos mensais e atividades externas do grupo o Grupo preocupou-se em produzir vestimentas de identificação dos membros, também chamadas de fardas.

A farda das mulheres é composta de saias coloridas e floradas. Os homens usam calça branca. Ambos usam blusa branca, sendo que na frente da vestimenta tem o desenho de mãos entrelaçadas, sendo uma branca e uma negra, com o nome

do grupo “Coco de Roda Novo Quilombo” circulando o desenho.

As letras do coco têm significados diferenciados. Eles emanam de uma conjuntura vivida pela Comunidade seja localmente, seja nacionalmente. No geral, as músicas relatam sobre o cotidiano. Segundo Dona Lenita e Ana Lucia:

> Tem um significado porque todo coco ou a gente dá um recado pra uma pessoa, ou aconselha outra pessoa, ou critica outra pessoa e assim vai (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento).

> Nesses vinte e dois anos de caminhada do grupo, a gente já tem entre nossos e dos mais antigos que já se foram, 130 cocos só nossos! (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

O coco a seguir foi composto por Luiz de França e Zé Cutia em uma festa de São Pedro realizada em Jacumã. Ele trata da realidade dos pescadores do Litoral Sul:

> Olha o barco iá, iá,
> Olha o barco
> Olha o barco iá, iá quero ver
> Se esse barco virar todos nós
> Lá nas ondas do mar ninguém ver.

Dona Lenita Lina e Ana Lúcia, foram compositoras do coco transcrito a seguir. A canção foi feita para uma apresentação do grupo de coco em um Congresso de Naturismo realizado na Praia de Tambaba, localizada no Litoral Sul.

Caracteriza a junção do lugar de origem do grupo, com o de destino da dança:

Morena, minha morena
Pra onde tu queres ir
Vou tomar banho em Tambaba
E dançar coco em Gurugi.

O coco seguinte foi de composição dos coquistas do Gurugi. Ana Lúcia ao referenciar o coco, informou que ficou na dúvida se a letra foi de Zé Cócó ou Zé Maria, os dois já faleceram.

Correio, correio, correio
Pra onde vai?
Correio foi pra Goiana
Correio não volta mais.

O duelo de conquistas, também é uma forma usual da brincadeira do coco. A composição é característica de repentes improvisados. Na letra, a disputa se faz entre Luiz de França que só tinha filhos homens e outro coquista só tinha filhas mulheres. Dessa relação de gênero foi produzido o coco:

Eu sei fazer
Eu sei fazer
Eu sei fazer
Menino Macho
Eu nunca fiz
Eu nunca fiz
Mas se eu for fazer, eu faço!

A letra apresentada na sequencia deste parágrafo foi de composição de Ana Lúcia. E durante o canto desse coco, alguns eventos que ocorrem no momento da dança são incorporados ou atirados à letra. Nesse tipo de coco é adicionado ao repertório eventos que se destacam na noite, como a beleza das saias rodadas das coquistas, a dança do círculo, um convidado, a presença de turistas e assim sucessivamente. Esse tipo de letra é chamada, conforme Pimentel (1978) ao realizar divisões do coco, como sendo coco repentista, em que a característica da letra está atrelada à permanência do refrão da letra:

> Janduí toca o ganzá
> Seu Vanda toca o Bombo
> <u>Como é bonito ver</u>
> <u>As coisas do meu Quilombo</u>
> As meninas rodando a saia
> Seu Vanda tocando Bombo
> Como é bonito ver
> As coisas do meu Quilombo (Grifos nossos).

O coco seguinte, é cantado ao final de cada atividade mensal. Para os coquistas essa letra é dançante, mas tem o caráter de despedida

> Lê, lê ô Cauã
> O galo canta é de manhã
> Carneiro quando se molha
> Bate o pé
> Sacode a lã
> Dale Cauã
> Dale Cauã
> Dale Cauã
> Cauã, Cauã.

Trecho desse coco também é cantado na Comunidade Negra da Caiana dos Crioulos, situada no município de Alagoas Grande – PB, e é referenciado por Ayala (1999), como sendo uma gira nos cultos africanos. Segundo a autora:

> Esta é uma outra situação do coco. Cocos costumeiramente encontrados na brincadeira, quando aparecem na *gira* (como é denominada a dança nos cultos afro-brasileiros) ganham feitio de oração, isto é, de ponto cantado (AYALA, 1999, p.244).

Ao ser indagada sobre esse trecho referenciado, Ana Lúcia faz relatos primorosos sobre a relação dos grupos no Litoral Sul com o coco de roda e a Jurema[53]. Na Comunidade Negra do Ipiranga, a principal indicação das práticas da Jurema é Dona Maria de Pinha, coquista e já falecida; e Luiz de França, também coquista falecido e compositor de muitas músicas do coco de roda:

> Quem é de matriz africana diz que coco de roda é jurema pura. Até as roupas, as saias é dos caboclo, né. É dos caboclo da jurema, os preto velho, as preta velha. Inclusive tem coco aqui que a gente canta e nos terreiros cantam. É uma ligação muito grande. Luiz de França, ele curava as pessoas que estavam com problema de encosto, né. Recebia os espíritos. Ele curava as pessoas, ensinava remédios através de ervas. Tinha dona Maria de Pinha que também dançava coco, tinhas uns quatro antigamente (Entrevista concedida em julho de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

[53] Jurema é um ritual sagrado de tradição religiosa indígena e negra cultuada no Litoral Sul Paraibano.

Luiz de França é referenciado como sendo alguém que recebeu o dom da cura, chamado também de "mesa branca[54]". Embora não gostasse da dádiva que recebeu, o mesmo realizava seções de aconselhamento e cura de doenças espirituais, denominadas pelo grupo de "encosto".

Assim relata quem o conheceu:

> Ele não rezava, ele só tinha o dom de curar as pessoas, de cuidar das pessoas, das coisas espirituais, era mesa branca. Eu lembro que ele usava um copo branco com água, um pauzinho que batia. Ele recebia as entidades e dava conselhos. Via se se aproximava de algum problema. Ele não queria, não gostava, mas quando vinha tinha que se render (Entrevista concedida em julho de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

Segundo Vandezande (1975), a mesa branca, que foi tratada na entrevista anterior, fazia parte do culto da Jurema, que foi difundido no Litoral Sul, por meio das relações interétnicas entre os Tabajara e as comunidades negras. As atividades com uso da Jurema se faziam por meio de relações sincréticas em que os cultos mediúnicos tinham a mesa branca, seguida de toré "[...] onde os espíritos se manifestam nas pessoas que participam de uma dança em forma de roda [...]" (VANDEZANDE, 1975, p. 51-52).

Essa referência ao toré pode ser relacionada com a afirmação de Câmara Cascudo *apud* Pimentel (1978), quando relata da aproximação do coco de roda com o ritual indígena.

---

[54] É a sessão onde os participantes se sentam a uma pequena mesa para consultar, sob a direção de um "mestre", os espíritos, que se manifestam nos mestres e às vezes nas pessoas que participam da solenidade. (VANDEZANDE, 1975, p. 51-52).

Uma das letras de coco faz referência à fronteira étnica estabelecida no Litoral Sul. A letra denota a presença da atribuição étnica como traços de distinção entre os grupos. Esse coco foi escrito por Lenira Nascimento, em um momento de efervescência das demandas étnicas na região. Período em que os Tabajaras reivindicam seus direitos territoriais e o reconhecimento tutelar da identidade indígena:

> Já trabalhei no roçado do senhor,
> Nessa vida eu já fui trabalhador,
> Já plantei muito roçado para o meu amo senhor,
> Já fui escravo, hoje sou um Quilombola,
> Amanhã sou Tabajara e depois não sei quem sou!

O referido coco é resultado de uma efervescência ocorrida quando os Tabajara passam e reivindicar sua identidade étnica. Durante esses momentos, alguns rumores de que todo o território seria ocupado e demarcado como terra indígena, causava apreensão e discussões em torno da atribuição:

> Esse coco é de Dona Lenira, quando surgiu a história que os Tabajara iam tomar esse território, ai ela disse: danou-se e agora? Cada dia que passava vinha uma realidade diferente: Quilombola, negro, ex-escravo, agora Tabajara (Entrevista concedida em julho de 2014 por Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento).

Segundo Dona Lenita:

> Esse coco foi minha irmã que tirou,porque tava mudando de instante, instante. E depois não disseram o que a gente vai ser (Entrevista concedida em janeiro de 2014 por Lenita Nascimento).

Considerações Finais

No coco de roda são reproduzidas e revivenciadas as conjunturas de lutas territoriais, assim como as dimensões cotidianas que marcaram a história das comunidades negras no contexto da escravidão e da permanência tradicional no território do Litoral Sul.

As letras do coco são a expressão de uma fronteira que se faz tênue em momentos históricos diferenciados, mas que ao mesmo tempo é reavivada ludicamente. Existe uma multidimensionalidade territorial no Ipiranga. Ela faz-se sedimentada também, por meio do canto e da dança.

As territorialidades desses grupos estão projetadas em sinais diacríticos, ou seja, elementos de diferença que estão impressos no território, a exemplo do toré e o coco de roda. Essas territorialidades não se reduzem apenas a esses símbolos de diferença, mas também as práticas e formas de uso do território que ganha visibilidade em sua toponimia e no modo de vida local.

Quem está de fora para participar de uma atividade do coco imagina que aquelas músicas são escritas apenas para rimar. Entretanto, ao adentrar no universo das representações sociais dessas comunidades negras, vê-se que elas têm um sentido. Este, emana de um território escravizado, que foi conquistado, mas cotidianamente faz-se necessário novas reconquistas. As reconquistas se dão, seja na luta pela sustentação dos territórios tradicionais, seja pelas manutenções das relações que fortalecem as unidades familiares e as manifestações de identidades territoriais.

Referências

ALMEIDA, A. W.B. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio." *In:* **Na trilha dos grandes projetos.** E. Castro and J. Hebbete, comps., 163-96. Belém: NAEA, UFPA, 1989.

ALMEIDA, M.G. Sentidos das festas nos lugares e patrimonio turísticos. *In:* COSTA, E.B.; BRUSADIM, L.B.; PIRES, M.C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo:** limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 157-171.

ALMEIDA, M. G. de. Identidades territoriais em sítios patrimonializados: comunidades de quilombolas, os Kalunga de Goiás. **Anais...** 27ª Reunião Brasileira de Antropologia – RBA, Belém, 2010.

ALMEIDA, M. G. de. Diáspora: Viver entre-territórios. E entre-culturas? *In:* SAQUET, M.A; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e Territorialidades:** Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ANDRADE, M. de P. **Terra de índio**: terras de uso comum e resistência camponesa. Tese (Doutourado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ANJOS, R. S. A. dos. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. São Paulo: **Terra Livre**, n. 17, p. 139-154, 2° semestre, 2001.

AYALA, M. I. N. Os cocos: Uma manifestação cultural em três momentos do século XX. **Estudos Avançados** 13 (35), 1999.

BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: UNESP, 1998.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**. Vol IV (2), 2000.

LÉO NETO, N. A. As Flores do (I)Piranga: etnicidade e territorialização em uma Comunidade Negra no Litoral Sul da Paraíba. RTID/CTR/PB05/2012. João Pessoa: Incra, 2013.

LITTLE, P.E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. 322. Brasília, 2002.

PIMENTEL, A. de A. **Coco praieiro**: uma dança de umbigada. João Pessoa: EdUFPB, 1978.

VANDEZANDE, R. **Catimbó**: pesquisa exploratória sobre uma forma nordestina de religião mediúnica. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975.

Dentre rios, afluentes e córregos: nas águas da memória, as professoras mergulham no universo de suas histórias

Anderson Teixeira de Souza

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Águas da Memória: entre suas correntes, vozes e histórias

> Um rio, tal como a história de uma vida, é formado por correntes. Essas correntes são mais bem vistas, percebidas com mais vivacidade em determinados lugares, em determinados tempos. Mas sua força e energia provêm do que há rio acima e rio abaixo. Provêm, também, das margens que as canalizam e lhes imprimem movimentos próprios.
> Rio acima está a fonte, o nascimento, o passado sempre presente e atuante com seus afluentes, suas influências, as chuvas recebidas, as terras atravessadas, as represas, as estações, o sol...
> Rio abaixo, encontra-se a distância que nos separa do fim do rio, o futuro com seus projetos, suas recusas, suas aberturas, suas perdas, suas mortes, suas transformações, seus ressurgimentos...
> As margens são os nossos limites. Elas represam as correntes, mas, também, lhes dão força e forma.
> Elaborar sua história significa criar seu próprio rio: Encontrar e revelar suas fontes. Projetar seu futuro.

> Delimitar, arrumar e povoar suas margens.
>
> (PINEAU; JOBERT *apud* ABRAHÃO; FRISON, 2012, p. 70 -71).

Assim como os movimentos dos rios, são as histórias de vida. Águas e memórias imprimem em si oscilações das mais variadas formas, sendo elas instrumentos de atualização das suas próprias formações. No que tange às histórias de vida, mergulharmos em nossos rios é preciso, ainda que seja uma tarefa de fôlego. Ao imergirmos nas águas da nossa memória, somos arrastados por suas correntes, que ora nos envolve em águas calmas, profundas e claras, ora em águas agitadas e bastante turvas, ainda que rasas. Compreender o seu percurso passa por se surpreender, pois, é certo que em suas margens nunca encontraremos as mesmas paisagens. Isso porque não somos arrastados apenas pelos rios. Muitas vezes, os cursos d'água nos levam para os seus afluentes dando a ver novas paisagens. Mas além dos rios e afluentes ainda somos conduzidos para os córregos, que geralmente desembocam suas águas no fundo dos vales, tornando-se essas, quase sempre esquecidas. É então, no vai e vem das águas da memória, que a releitura de um passado emerge, possibilitando a constituição das nossas próprias histórias de vida.

Nessa perspectiva, é a partir dessa metáfora que buscamos pôr em evidência como cada indivíduo movimenta as suas águas da memória, ou seja, seus conhecimentos e experiências, dentre espaços e tempos vividos. Na visão de Thompson (1981, p. 182), tanto os homens quanto as mulheres "[...] experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades". Dessa forma, ficam nítidos os aspectos

apresentados pelo autor; a história social e cultural, que fundamentam uma biografia vista de baixo, a qual oportuniza aos anônimos descreverem as suas histórias, e aos historiadores entendê-las. Seus enredos/correntes compostos por lembranças, ganham representatividade a partir do momento em que eles formam os seus rios, os quais toda história os remete. Em meio às águas da memória, se encontram muitas narrativas: recentes, antigas, lembradas e muitas vezes até esquecidas, mas todas indispensáveis, pois, em conjunto, sempre revelam a identidade de um "eu" e/ou de um grupo. Mover essas águas da memória, torna-se então necessário, já que oportuniza um conhecimento de quem somos, do outro, de um grupo, ou melhor, do universo que nos cerca, por conta das relações sociais que experienciamos e logo estabelecemos.

Conforme Halbwachs (2006), ao movimentarmos as águas da nossa memória, ou seja, ao retrocedermos o nosso pensamento a um determinado tempo, nele encontramos registrados preconizações, ou seja:

> Quando dizemos que um indivíduo recorre à memória do grupo, devemos entender que esta ajuda não implica na presença real de um ou mais de seus membros. De fato, continuo a sofrer a influência de uma sociedade mesmo que dela me tenha afastado – basta que eu carregue comigo em meu espírito tudo o que me permite estar à altura de me postar no ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu ambiente e em seu próprio tempo, e me sentir no coração do grupo [...]. (HALBWACHS, 2006, p. 146).

Diante desse esclarecimento e, na busca por navegarmos pelas águas da memória de um grupo que se constituiu por lembranças individuais com circunstâncias educacionais coletivas, elegemos como objeto de análise a “memória”, a fim de compreender como foram estabelecidos os saberes e modos de educar entre as professoras atuantes nas cinco primeiras séries do ensino escolar na década de 1980, na cidade de Aracaju. Como objetivo específico, elencamos interpretar as lembranças/memórias de educadoras, hoje, idosas aposentadas, que atuaram na educação primária nas cidade e década já mencionadas. Intuindo

Ao acentuarmos o nosso olhar para os fatos educacionais no estado de Sergipe, em especial na cidade de Aracaju, nos reportamos à década de 1980, a fim de compreendermos as peculiaridades da cultura escolar da época, precisando algumas vezes digredirmos às décadas antecessoras. Em meio a essa perspectiva, passamos então a questionar: como foram estabelecidos os saberes e modos de educar, entre as professoras atuantes nas cinco primeiras séries do ensino escolar na cidade de Aracaju, década de 1980, esses envoltos à cultura escolar instituída nos estabelecimentos de ensino formal? Sendo assim, foi esse o questionamento inicial que nos motivou a investigarmos determinado contexto, para aprofundarmos os estudos que possibilitam a compreensão do desenvolvimento da educação brasileira e, consequentemente, o preenchimento de lacunas existentes na configuração educacional, em especial, sergipana.

Sabe-se que na contemporaneidade, as novas abordagens da história, as quais se configuram em meio ao processo da interdisciplinaridade e transversalidade, vêm proporcionando

cada vez mais alterações em seu contexto teórico-metodológico, causando com isso uma captura para um novo tipo de história voltada para novos objetos, elucidando atuações de personagens notados ou até mesmo anônimos. Nesse sentido, a História da Educação tem nessas novas abordagens um aporte para as suas investidas, pois, como ressaltam Melo e Valle (2012, p. 202) "A história da educação tem aberto as suas fronteiras a novas realidades, revelando territórios que até agora permaneceram desconhecidos". Nesse entendimento, com o propósito de aprofundarmos a compreensão do objetivo proposto, na busca por compormos uma página da História da Educação Sergipana, além da pesquisa voltada para os referenciais teóricos e documentos oficiais, também foi necessária a coleta, análise e interpretação de narrativas.

Para tal, fizemos uso da metodologia da história oral, conhecida como um instrumento de constituição de fontes, o que permitiu registrarmos memórias vivas de professoras que vivenciaram a época pesquisada, além de interpretá-las. Na percepção de Alberti (2004, p. 27), "A metodologia da história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado". Assim sendo, para a coleta de narrativas, foram entrevistadas nove professoras, todas aposentadas, atuantes entre as cinco primeiras séries do ensino escolar na década de 1980, na cidade de Aracaju, tanto em escolas privadas, quanto públicas, com o fito de revelar[55] e

[55] Ao utilizarmos o verbo revelar, ratificamos que não há uma preocupação com a "verdade" dos fatos, e sim com uma das versões contada através das narrativas das professoras pesquisadas e ouvidas. Desta forma, fica claro que, quando elas oferecem os seus próprios testemunhos, revelam um modo de ver de um determinado fato.

confrontar suas vozes com o que foi instituído como cultura escolar, o que recai necessariamente em uma cultura de escola.

Como critério estabelecido para com a quantidade de professoras entrevistadas, foi utilizado o "ponto de saturação", que segundo Bertaux (1980) condiz como instrumento decisivo para a quantidade ideal de indivíduos a serem entrevistados. O autor ressalta, que para o pesquisador estar seguro do momento de "saturação", é preciso diversificar o processo seletivo entre os entrevistados. Nesse caso, o processo de diversificação entre as entrevistadas baseou-se em suas faixas etárias, além dos municípios em que nasceram, embora todas tenham atuado como professoras primárias na cidade de Aracaju na década de 1980. Para Alberti (2005, p. 36), pode ser bastante útil recorrer ao "ponto de saturação", pois "[...] há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa". Por conseguinte, entendemos que, quando fazemos uso da metodologia da história oral, as entrevistas realizadas em uma pesquisa, em um certo momento, tendem a tornarem-se repetitivas, e dar continuidade a elas, é ter um retorno com cada vez menos informações.

Assim, baseando-nos no "ponto de saturação", estabelecido por Bertaux (1980), apresentamos as nove professoras/rios. São elas: Ana Lúcia Menezes Santos (69 anos); Normélia Maria Pereira Batista (71 anos); Maria Luíza Santos de Aragão (72 anos); Maria Amélia Lima Andrade (75 anos); Izabel Fiel Oliveira (78 anos); Maria da Conceição Fiel (85 anos); Maria Paulina de Andrade (85 anos); Terezinha de Jesus Melo (87 anos) e Maria Leozira Chagas Santos (88 anos).

De acordo com as individualidades de suas narrativas, que se configuram entre os reveses de suas águas da memória, fizeram-se perceptíveis os seus entrelaçamentos através do encontro dos seus saberes, adquiridos desde os tempos de infância, dentre eles os escolares, que contribuíram especialmente para o "fazerem-se professoras". Essas percepções só são possíveis, pois, suas histórias narradas[56] transcorrem entre espaços e tempos semelhantes, apoiadas em experiências sociais que se fazem coletivas. Sobre isso Halbwachs (2006, p. 69) alerta: "[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes". Diante dessa assertiva, entendemos que a memória individual revela uma história pessoal, e essa, nada mais é, do que um fragmento do nosso "eu", refletido por uma memória maior que, por basear-se em semelhanças e ser compartilhada, se faz coletiva.

---

[56] Para esta pesquisa, todas as entrevistas foram cedidas a partir da Carta de Cessão de Direitos, dispondo sobre os direitos e deveres das entrevistadas, bem como o esclarecimento sobre o uso delas de forma original para fins de pesquisas acadêmicas. As entrevistas foram realizadas nas residências das entrevistadas, gravadas em áudio e vídeo, transcritas em Microsoft Word 2010, e todas poderão ser encontradas no Centro de Memória Oral da Educação Sergipana. Segundo Meihy (2005, p. 197), a transcrição corresponde ao registro do que é falado pelo o que é escrito. Para o autor, no texto escrito "são colocadas as palavras ditas em estado bruto". Assim, ao entendermos que esta pesquisa, mesmo estando vinculada à História da Educação, possa servir a outros pesquisadores de áreas distintas a exemplo das Letras, as transcrições foram feitas de forma absoluta, mantendo as palavras em seu estado bruto, repetições, cortes, vícios de linguagem, erros gramaticais e semânticos.

Posto isso, atentos a compreensão de Halbwachs (2006), e com o desígnio de constituirmos uma memória coletiva através das águas das memórias que inicialmente se fizeram individuais, navegaremos em um dos rios principais desta pesquisa, que somado aos outros oito que aqui também serão navegados, contribuirão para a formação do que se espera: um encontro de águas da memória, ou melhor, um manancial. Iniciemos então, navegando pelo rio Ana Lúcia Menezes Santos, 69 anos, nascida no município de Simão Dias, estado de Sergipe, no ano de 1951. Filha de Maria de Lourdes Menezes, dona de casa, e de Antônio da Cruz Menezes, lavrador, ela teve onze irmãos, todos nascidos no mesmo município.

Ao movimentar suas águas, Ana Lúcia trouxe à tona lembranças da infância, rememorando quando ingressou pela primeira vez na Escola Reunida Augusto Maynard, entre sete e oito anos de idade, matriculada por sua irmã primogênita. Ao ingressar nessa escola no ano de 1959, aproximadamente, passou a se apropriar das práticas de leitura e noções de cálculo através da sua primeira professora, "Cecília Cardozo". Sobre o ensino instituído por sua professora, ela recorda:

> Todo o ensino era voltado a ler e saber as quatro operações. Pronto. O resto... história, ciência, era consequência". E completa: "Era aquele ensino tradicional, n/é? Homi a pamató... a palmatória [risos] na época da sabatina, ela falava mais alto... a palmatória. (Ana Lúcia Menezes Santos, 2014).

Diferente de Ana Lúcia, há Maria Luíza Santos de Aragão de 72 anos, que antes mesmo de entrar na escola, assegura que já sabia ler, pois, já tinha aprendido as primeiras letras ensinadas por sua mãe. Nascida em Aracaju, capital do Estado de Sergipe,

teve nove irmãos, alguns deles nascidos no povoado Taboca, localizado na cidade de Nossa Senhora do Socorro, também estado de Sergipe. Sua mãe, Lucila Ferreira, era solteira e trabalhava como feirante. Ao ingressar com sete anos de idade no Educandário São João Bosco, aproximadamente no ano de 1958, localizado em Aracaju, Maria Luíza teve como sua primeira professora, "Maria Eulina". A respeito dessa experiência, relata:

> [...] eu já entrei com o alfabeto pronto, n/é? E tinha a Cartilha do Povo naquela época [...] Na primeira página tinha uma mão [mostra a mão esquerda] onde tinha as vogais. E depois, das dições seguintes, ela ia juntando os sons das vogais. Ai, ei... Aqueles monossílabos. E... Daí, depois quando... já tinha o som das vogais que a gente aprendia, aí ia pra vogal... Consoante e vogal, só que era de maneira diferente [...] Primeiro o "B", depois, o "C" ela pulava, n/é? Porque tem dois sons... E por aí ia com as consoantes formando os sons. (Maria Luíza Santos de Aragão, 2014).

Essas características apresentadas por Maria Luíza, se assemelham com a narrativa de Maria Amélia Lima Andrade, 75 anos, nascida no povoado Piranhas, município de Siriri, estado de Sergipe. Filha de José Lima, lavrador e de Laura da Silva Lima, dona de casa, ela só teve um irmão. Aos cinco anos, Maria Amélia foi levada por seu pai a uma "Escola Isolada", sem nome, sendo permitida que lá estudasse entre os alunos com idades sucessoras à sua. Isso só foi permitido porque a professora, conhecida por "tia Lora", era sua prima. Maria Amélia recordou que, antes de ingressar nessa escola, já sabia o "ABC", pois tinha aprendido com seus pais que, mesmo com pouca escolaridade, a ensinaram. Sobre esse período, rememora:

> Quando eu fui à escola eu já sabia o "ABC" [...] Isso eu com cinco anos eu já sabia [gagueja] o alfabeto... Daí, comprava uma cartilha, naquela época, que chamava-se Cartilha do Povo [...] A gente aprendia a soletrar. Foi assim que nós apren... [gagueja] Era esse o método dela [refere-se à professora]. (Maria Amélia Lima Andrade, 2014).

Tanto a narrativa de Maria Luíza quanto a de Maria Amélia, se assemelham à de Maria Paulina de Andrade, 85 anos. Filha de Maria do Carmo Andrade e de Davi Gomes de Andrade, Maria Paulina nasceu no povoado Sítio Coqueirinho, no município de São Cristóvão, estado de Sergipe. Nesse povoado, nasceram os seus 11 irmãos, quatro deles falecidos ainda pequenos. Sobre suas experiências formativas, ela relembra que mesmo na escola, já tinha uma "simplória" noção da escrita.

> Quando eu fui pra escola, eu já sabia escrever meu nome. Porque, alé... além da gente morar no sítio, o meu pai era analfabeto como ele dizia. Não tinha... não tinha escola na época. Nem a minha mãe. Mais ele com o padrinho dele, ele aprendeu a escrever o nome dele [...] E meu pai apren... Me ensinou a... eu era a mais velha... me ensinou a escrever o nome. (Maria Paulina de Andrade, 2014).

Maria Paulina entrou na escola pela primeira vez aos sete anos de idade, levada por sua mãe, já que seu pai passava o dia trabalhando na roça. A escola, que se localizava na Praça Getúlio Vargas, na cidade de São Cristóvão, era o Grupo

Escolar Vigário Barroso[57]. No ressaltar como foi ensinada a ler, ela conta:

> Escrevia no quadro e dizia as letras. As letras pra depois a gente juntar [...] ela [a professora] juntava as letras pra formar o nome, e depois ela colocava no quadro pra gente copiar os nomes das questões e a cópia. (Maria Paulina de Andrade, 2014).

As narrativas de tais professoras nos remetem a existência de um método de ensino, que fez uso de uma cartilha. Envoltas aos aspectos memoriais, metodológicos e investigativos, Mortatti (2012) ratifica que as cartilhas "[...] são instrumentos fundamentais para a compreensão da alfabetização no Brasil, graças ao papel por elas desempenhado ao longo da história desse ensino". (MORTATTI, 2012, p. 96). Utilizada por Maria Luíza e Maria Amélia quando crianças, a Cartilha do Povo, datada de 1928, foi a pioneira entre as obras didáticas de Lourenço Filho (1897-1970), designada no início do século XX para alfabetizar de forma rápida.

Lourenço Filho, ao propor o seu projeto de alfabetização às crianças e adultos, buscou diminuir as necessidades educacionais da época. Através da criação dessa cartilha, ofereceu ao povo um instrumento de educação, voltado ao ensino da leitura e escrita. Pensou ser essa uma ação propícia a ingressar o Brasil na modernidade. Esse projeto, originado nos

---

[57] O Grupo Escolar Vigário Barroso, foi inaugurado no ano de 1923, na cidade de São Cristóvão: primeira capital do estado de Sergipe. Implantado no governo de Graccho Cardoso, ocupou o prédio da antiga cadeia pública, que foi reaproveitado para atividades educacionais. Localizado na Praça da Matriz, centro histórico da ex-capital, o prédio manteve suas características estruturais, não apresentando alterações do seu traçado original.

estudos teórico-experimentais destinado ao aprendizado da leitura e escrita, apresentava-se em posição de superação, frente às disputas travadas entre os defensores do método analítico[58] e do método sintético[59]. Assim, constituiu-se tensões entre o pensamento "tradicional" e aquele apontado por Lourenço Filho como "novo", voltado ao aprendizado da criança. Acerca da motivação e do uso da cartilha e de outros materiais, Mortatti (2012) ressalta:

> Assim como os métodos, a cartilha e os outros materiais de ensino se enquadravam no caráter "relativado", e a figura do professor tornava-se também relativamente "secundarizada", uma vez que a motivação da aprendizagem sobrepunha-se ao ensino. Decorrência importante para o pensamento educacional da época foi essa secundarização do papel do professor, uma vez que poderia contribuir para amenizar a falta de professores necessários para a desejada expansão do ensino primário [...]. (MORTATTI, 2012, p. 103).

Diante dessa circunstância, a autora deixa claro que até um leigo poderia ensinar, pois, o que se preconizava era a aceleração e o aumento do número de alfabetizados. Ao voltarmos o olhar às teorias e métodos contidos na Cartilha do Povo, a partir dos estudos de Mortatti (2012), percebemos que esses foram preservados e divulgados às classes de alfabetização, mesmo com a existência de aspectos inovadores apresentados ao campo da educação. O que se propunha de inovador era o método analítico em detrimento do sintético, o que era calcado na soletração e memorização das letras, sílabas e

[58] O método analítico é aquele que analisa o todo, ou seja, a palavra inteira.
[59] O método sintético é aquele que faz interação entre o som e a grafia, oral e escrita.

formações de palavras. Já o método analítico preconizava o aprender a ler, sem antes ter que aprender as letras e sílabas. Sobre o método sintético, a memorização é atestada por Ana Lúcia.

> A gente tinha um "ABC". Quando a gente tinha que decorar as letras, e depois ela [a professora] pegava um pedacinho de papel, furava no meio, aí saía: - que letra é essa? - Que letra é essa? [apontando] Que letra é essa? Sautiano que era pra gente memorizar as letras. Depois que a gente memorizasse as letras, aí ela [a professora] ia fazendo a junção através de uma cartilha. (Ana Lúcia Menezes Santos, 2014).

Ainda fazendo alusão ao método sintético, tem-se Maria da Conceição Fiel, 85 anos, nascida no município de Itaporanga D'Ajuda, estado de Sergipe. Filha de Júlia da Silva, costureira, e de Firmino Fiel, turbineiro[60], teve sete irmãos, todos nascidos no mesmo município que ela, mas só conheceu seis, pois uma de suas irmãs já tinha falecido antes dela nascer. O seu pai que era analfabeto, trabalhava como turbineiro em uma usina daquele município, instalada dentro da Fazenda Belém. Por ele trabalhar na usina, o dono dela o concedeu uma casa para morar com a família. Naquela fazenda existia uma escola particular, sem nome, fundada pelo dono da usina. Ela servia para que os filhos dos seus empregados estudassem. Levada por sua mãe nessa escola, Maria da Conceição começou os seus estudos.

[60] De acordo com as lembranças de Maria da Conceição Fiel, o termo "turbineiro" era destinado àqueles homens que trabalhavam nas usinas de cana-de-açúcar, envolvidos na produção e refinamento.

Questionada sobre a entrada na sua primeira escola, instalada dentro da Fazenda Belém, Maria da Conceição acredita que tinha sete anos de idade, mas mostra-se um pouco confusa: "Eu admito que tenha sido uns sete anos, que minha mãe era uma pessoa muito [gagueja] exigente, assim... com educação, pra gente estudar [...]". (Maria da Conceição Fiel, 2014). Nessa escola, as aulas eram ministradas por um professor contratado pelo dono da usina. Maria da Conceição, ao mergulhar em suas lembranças, rememorou esse seu fragmento escolar por volta do ano de 1942, e logo ressaltou:

> Eu lembro até do nome dele [gagueja]. Ele era... paralítico, andava num carrinho. Professor Izidório José Ramos. Não esqueço nunca. Me deu muita palmatorada, que eu levei na mão [gagueja] daquele aleijadinho [risos]. (Maria da Conceição Fiel, 2014).

Ao contar como o professor Izidório José ensinava os seus alunos a ler, ela faz referência ao uso da Cartilha Analítica. Contudo, de acordo com sua narrativa, percebemos a presença do método sintético.

> Primeiro a gente estudava o "ABC". Não sei se conheceu [refere-se ao entrevistador]. "A", "B", "C", "D"... [risos]. O alfabeto todo. Depois ali vinha as vogais e eu como toda vida fui inteligente eu pegava as coisas facilmente. [risos]. Era "A", "B", "C" primeiro, depois a cartilha. Cartilha Analítica. Eu num me esqueço nunca desse nome. (Maria da Conceição Fiel, 2014).

A “Cartilha Analítica”, mencionada por Maria da Conceição, foi escrita por Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925), publicada presumidamente no ano de 1909, destinando-se às crianças que estavam iniciando o ensino da leitura. Segundo Mortatti (2000b), no ano de 1967, a “Cartilha Analítica” já se encontrava na 74ª edição. Intitulada “methodo da palavração”, essa cartilha trazia consigo um conjunto de características, assim sintetizadas:

> [...] a *Cartilha Analytica* inicia suas lições com uma historieta, formada por sentenças numeradas e com letras manuscrita vertical, sempre precedidas por estampas. As lições são organizadas de acordo com os passos já apontados e, ao longo delas, vão sendo introduzidas a letra de imprensa, com tipo redondo e liso, e “pensamentos de outrem”, por meio de diálogos, poemas, adivinhas e contos que se subdividem em capítulos. (MORTATTI, 2000b, p. 94-95).

Ao analisar tais características da “Cartilha Analítica”, ratifica-se que o seu método instituído fazia uso de imagens que estampavam as pequenas histórias, tendo como finalidade conduzir as crianças a observá-las e descrevê-las, dando margens para que fossem criadas pequenas novas histórias, desde que elas fossem analisadas do “todo” até as “partes”. Através do método sintético, também foi alfabetizada Normélia Maria Pereira Batista, 71 anos.

Filha de Carmelita Pereira Santos, costureira, e de Pedro Bispo dos Santos, motorista, Normélia Maria, assim como os seus dois irmãos, nasceu na usina São Carlos, em um povoado do município de Itaporanga D’Ajuda, estado de Sergipe. O seu pai, órfão aos dois anos de idade, foi criado pelos donos da

usina, Sílvio Garcez, e sua esposa, Maria Augusta Garcez, na condição de empregado, não tendo a oportunidade de estudar. Tempos depois, Normélia Maria e família foram morar na sede do município de Itaporanga D'Ajuda. Lá, ingressou pela primeira vez aos sete anos de idade no Grupo Escolar Felisbelo Freire, levada por sua mãe que tinha o sonho de vê-la professora. Ao relembrar o Grupo Escolar, Normélia Maria menciona o nome da sua primeira professora, "Raulinda", que também fez uso da Cartilha do Povo para ensinar seus alunos, embasando-se no método sintético. Assim, ela narra:

> Ói, o "ABC" era bom por isso, n/é? Quando a gente terminava... Conhecia as letras do "ABC", a gente já juntava... Duas sílabas, que não era duas sílabas... Falava duas letras. Junte o "b" com "a", "bá", "b" com "é", "bé", "b" com "i", "bí" [...] Quando a gente terminava a carta do "ABC", que se chamava a carta do "ABC", aí passava pra um livro chamado Cartilha do Povo [...] Aí passava pa [sic] cartilha, e ali a cartilha já era assim, já começava com palavrinhas, n/é? (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

Normélia Maria, ao continuar relembrando do seu tempo escolar, tal qual Ana Lúcia, faz alusão à palmatória e sabatina.

> Era assim, tinha uma ré... [gua] uma palmatória. Aí, quem chegava sem saber ar letras... Vamos dizer, você errou, "a", "e", "i", você errou, era um bolo [...] A tabuada... fazia a sabatina [...] aí ela [a professora] me perguntava: cinco vezes sete? Aí eu me... aí, eu ficava assim, queria logo chorar, aí eu não queria dizer trinta e cinco. Não sabia ou esquecia, aí ela perguntava o outro: [refere-se ao colega] cinco vezes sete? Aí o menino: trinta e cinco. Sete vezes cinco? Ela perguntava o

> contrário. Como eu errei e ele acertou, quem me batia era ele. (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

Ao analisarmos a narrativa de Normélia Maria, percebemos que a palmatória era utilizada por sua professora Raulinda como instrumento pedagógico. Baseada no poder disciplinador, Raulinda castigava os seus alunos quando eles não correspondiam aos seus ensinamentos. Igualmente, fizeram os professores Cecília Cardozo e Izidório José com suas alunas, Ana Lúcia e Maria da Conceição, respectivamente. Segundo Foucault (2010, p. 164) "[...] a disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício". Logo, entendemos que, através do processo de "fabricação disciplinar", os professores esperavam dos seus alunos habilidades e comportamentos da autodisciplina. Sobre a palmatória e a Cartilha do Povo, também as referenciou Izabel Fiel de Oliveira, 78 anos.

Izabel Fiel, ao recapitular fragmentos de sua história, faz alusão a algumas características semelhantes às narradas por Maria da Conceição. Por serem irmãs, elas estabelecem uma relação fraterna, dentro de um ciclo de vida similar, mas que mudou, por terem crescido seguindo caminhos ora semelhantes, ora distintos. Pela posição na ordem de nascimentos, idades, tempos vividos diferenciados, dentre outras variáveis, há alterações nas formas de ver e perceber o mundo, assim como em suas próprias lembranças, pois, como afirmou Bosi (1994, p. 55) "[...] o simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a diferença de ponto de vista". Dessa maneira, entendemos que o lugar que cada uma ocupa no seu contexto familiar, influencia e

ao mesmo tempo pode vir a determinar vivências e experiências únicas e/ou compartilhadas.

Izabel Fiel nasceu no ano de 1941, na Fazenda Belém. Segundo ela, não tem certeza de que município sergipano essa fazenda pertencia: se a cidade de Itaporanga D'Ajuda ou a de São Cristóvão. Filha mais nova de Júlia da Silva, reconhecida por ela como dona de casa, e de Firmino Fiel, que foi lavrador antes de trabalhar como turbineiro, Izabel Fiel teve uma infância difícil junto aos seus sete irmãos, todos nascidos na mesma fazenda. Dentre as suas lembranças, pelo fato do seu pai ter sido contratado para trabalhar na usina que se instalava dentro da Fazenda Belém, o dono o concedeu morar na fazenda junto à sua família. Nela existia uma escola, mantida pelo dono da usina, para que os filhos dos seus funcionários pudessem estudar, como já lembrado pela sua irmã, Maria da Conceição.

Nessa escola, ingressou pela primeira vez Izabel Fiel aos sete anos de idade, no ano de 1948, aproximadamente. Segundo ela, os alunos que lá estudavam eram maiores que ela, e por isso, só pôde estudar lá a pedido da sua mãe. A respeito desse tempo escolar, ela ressalta não lembrar de quem conduzia as aulas e nem dos seus métodos de ensino aplicados ao aprendizado da leitura e escrita, mas lembra do "ABC" e da Cartilha do Povo, ambos utilizados por ela. Sobre o "ABC" ela revela:

> A primeira parte, as letras eram de forma [...] Aquelas letras grandes, pretas. Na [gagueja] primeira página tinha do "A" ao "Z". Menos as três letras que foram usadas depois. [refere-se ao K, W e Y]. E em seguida tinha as

> letras já cursivas[61]. Eu não sei se na época se chamava cursivas, n/é? E depois do "ABC" tinha assim, "bá", "bé", "bí", "bó", "bú", "cá", "có", "cú", isso eu lembro. (Izabel Fiel de Oliveira, 2014).

As Cartas do "ABC", relembradas por Izabel Fiel, assim como por Maria Amélia, Maria da Conceição e Normélia Maria, perderam espaço para outros modelos de alfabetização, mas não deixaram de ser utilizadas. Resistindo às inovações, há indícios que ainda se utilize delas, por meio do método sintético: através da sua impressão realizada pela "Bahia Artes Gráficas", distribuída nas regiões Norte e Nordeste; e do livreto "Método do ABC: ensino prático para aprender a ler", encontrado em papelarias no Brasil. Acerca desses indícios, Mortatti (2012) expõe:

> Ao fazer uma história da alfabetização, por intermédio da fonte livro, não podemos deixar de lado os livros não escolares que visam a ensinar a ler, como os abecedários populares, que se carregam como folheto e que ainda são editados e circulam nos meios populares, sobretudo no Nordeste. Para evidenciar relações entre o popular, o escolar e o não-escolar, precisamos reforçar estudos sobre as denominadas *Cartas do ABC*, muito citadas em vários textos memorialísticos e pouco conhecidos por nós. (MORTATTI, 2012, p. 188).

Izabel Fiel, ao "mergulhar em seu rio", além das Cartas do ABC, relembrou também do uso da Cartilha do Povo, essa associada ao uso da palmatória.

---

[61] As letras cursivas correspondem àquelas letras com estilo de escrita feita à mão. Elas são geralmente ligadas umas às outras, permitindo com que uma palavra inteira seja escrita através de um único traço.

> Eu lembro-me que os primeiros livros, quando eu estudei ainda foi, não com ela [refere-se ao/a seu/sua primeiro(a) professor(a)] foi a Cartilha do Povo. Era uma cartilha maravilhosa, toda... é... toda escrita separando as sílabas, e era muito fácil da gente, de aprender, na época da palmatória, n/é? [gagueja] (Izabel Fiel Oliveira, 2014).

Ainda sobre o seu aprendizado através desse método, ela narra: "Eu soletrei muito, n/é? 'Bê', 'ó', 'bó', 'nê', 'é', 'né', 'cê', 'á', 'cá' [risos]". Possuindo esse mesmo entrosamento com o método de soletração, tem-se Maria Leozira Chagas Santos, 88 anos, nascida na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Filha de Antonina Santos, doméstica, e de Melquíades Francisco da Chagas, pedreiro, teve uma infância difícil. O seu pai, além de não ter vivido com a sua mãe, faleceu quando ela tinha quatro anos de idade. Por parte de pai, só conheceu dois irmãos, nascidos na cidade de Aracaju e já falecidos. Ao rememorar a infância, revelou que sua mãe trabalhava lavando e passando roupas para fora, ganhando pouco. Diante disso, Maria Leozira teve que trabalhar ainda criança, mas não deixou de estudar.

Levada por sua mãe, aos sete anos de idade, ingressou pela primeira vez no Grupo Escolar General Valadão[62], localizado na Rua de Vitória, sendo alfabetizada pela professora Joventina Teixeira. Ao também submergir em seu rio, Maria Leozira foi arrastada pelas correntes para o fundo dos vales, onde ficam as águas das memórias esquecidas. Por conta disso, mostrou-se não

[62] O Grupo Escolar General Valadão, foi inaugurado no ano de 1918, na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, durante o governo do General Oliveira Valadão. O seu prédio, construído de forma financiada por campanha realizada pelos sócios do Comício Agrícola, apresentou padrões arquitetônicos iguais aos dos prédios do Grupo Modelo, Grupo Central e do Grupo Escolar Barão de Maruim, esses construídos anteriormente.

se lembrar sobre todos os métodos utilizados para a sua aprendizagem, mas mencionou a soletração, a qual aprendeu e, por certo, não esqueceu, assim como diria Bosi (1994), sempre fica tudo aquilo que significa. No tocante a esse método, ela narra como sua professora ensinava aos alunos, e logo desponta: "Era, era soletrar [...] Era 'á', 'bê', 'á', 'bá', 'xis', 'í', 'xi'... Abacaxi, n/é? 'a', 'bê', 'á', 'bá', 'cê', 'á', 'cá', 'xís', 'í', 'xi', abacaxi. Agora que é de letra em letra, n/é? Agora. Mais antigamente era sílaba". (Maria Leozira Chagas Santos, 2014). Ainda relembrando tal método, tem-se Terezinha de Jesus Melo, 87 anos que, assim como Maria Leozira, foi arrastada pelas correntes que desembocam no esquecimento, ou seja, no fundo dos vales.

Terezinha de Jesus, filha de Rita Xavier de Melo, dona de casa, e de Bruno Alves de Melo, fazendeiro, teve quatro irmãos, todos nascidos no município de Porto da Folha. Ao rememorar a infância, mesmo afirmando não lembrar de muita coisa, assegurou ter residido até os 11 anos no município de Gararu, estado de Sergipe. Ensinada a ler por sua mãe, ingressou na escola no ano de 1939, aproximadamente, aos cinco anos de idade. Ela foi levada pela primeira vez por seu pai a uma "Escola Isolada", localizada na "Fazenda Intança". Lá, conheceu a sua primeira professora, "Ana Maria", que ensinava uma turma variada, o que para Terezinha de Jesus "Parecia, parece assim, um... trabalho de artista, porque pra [gagueja] se desenvolver as quatro classes em uma classe só, era muito difícil". (Terezinha de Jesus Melo, 2014). Segundo ela, as dificuldades se faziam justamente pelo fato da professora ter que ensinar 4 classes em uma única sala de aula, entre crianças, jovens e adultos com idades distintas, necessitando de ensinamentos e métodos distintos.

> Quando eu completei 11 anos, aí ia fazer a 4ª série. Mamãe pediu pra demorar [continuar estudando nessa classe], pra eu demorar mais porque não tinha outra escola lá. [...] aí com 11 anos, papai foi... foi pra Porto da Folha pra poder a gente estudar. (Terezinha de Jesus Melo, 2014).

Ainda sobre a sua primeira escola, em especial aos ensinamentos da sua primeira professora, Terezinha de Jesus expôs que Ana Maria fazia os seus alunos aprenderem a ler e escrever através das Cartas do ABC. Primeiro conhecendo as letras e depois as soletrando. Quando questionada sobre o método utilizado pela professora, ela explica: "Era estudando 'a', 'b', 'c' e ia fazendo: [gagueja] que letra é essa? É 'a', é 'b', vamos forma palavras, sabe [...]?", e ainda completa: "Ela [refere-se à professora] fazia a palavra no quadro, e... Vamos assoletrar [*sic*]. Vamos fazer... Dividir as... é... colocar assim, a palavra [...]". (Terezinha de Jesus Melo, 2014). Assim como Terezinha de Jesus, as Cartas do ABC também foram utilizadas por Maria Leozira, que ao relembrá-las, narra:

> Aquele "ABC", a... Ficou... O "ABC", o meu, ficou até furado, de tanto estudar. [...] Era um livrinho, um livreto assim, destamanho, [*sic*] [mostra com as mãos] fininho, poucas páginas, sabe? Mais eu demorei muito a aprender. Muito ruim o "ABC" pra aprender, n/é? "A", "bê", "cê", "dê", "é", "fê"... N/é? Mais eu aprendi, graças a Deus. (Maria Leozira Chagas Santos, 2014).

Maria Leozira ainda relembrou da sabatina e da palmatória, ambas instituídas por sua professora "Joventina Teixeira". Ela ressalta que a sabatina "[...] todo sábado, tinha. Quando a gente errava apanhava [mostra como era dado a

palmatorada na mão]". Mas afirma que não era a professora que batia, e sim os colegas entre si a mando dela. Sobre a palmatória, Terezinha de Jesus também relembrou:

> Ela [a professora] botava todo mundo assim na roda, e ficava perguntando as coisas [...] A gente estudava e depois, e depois [pausa para rememorar], depois que a gente estudava, ela aí fazia as perguntas. O aluno que não sabia, que num, num, num estudou, não aprendeu, não sei, ele [gagueja] levava bolo [palmatorada], porque se o outro descobrisse... Eu era pequena, e às vezes dava, [risos] dava bolo, batia aqueles rapaizão. (Terezinha de Jesus Melo, 2014).

Assim como Maria Leozira e Terezinha de Jesus, Izabel Fiel também aprendeu a ler através do método de soletração, mas da mesma forma que Maria Luíza, revelou indícios do método fônico ao seu aprendizado, percebidos através da sua narrativa: "[...] 'sí', 'á', 'sá', 'pê', 'á', 'pá', 'tê', 'ó', 'tó'... 'sí', 'á', 'sá'. Era mais fácil dizer 'sá'. Esse, á, já complica mais a... o som". (Izabel Fiel Oliveira, 2014). O método de soletração objetivava maior aprendizado através da combinação entre as letras do alfabeto e seus sons. Ao partir da soletração para a consciência fonológica, o aprendizado iniciava-se pelas vogais e consoantes que, unidas, formavam sílabas que, unidas, formavam palavras. Esse método que baseava-se na associação de estímulos visuais e auditivos, valia-se do método de memorização. Tendo como integração principal a letra, Frade (2007) explica, que esse método partia da:

> [...] decoração oral das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior em pequenas sequências (*sic*) e numa seqüência (*sic*)de todo o alfabeto e, finalmente, de

> letras isoladas. Em seguida a decoração de todos os casos possíveis de combinações silábicas, que eram memorizadas sem que se estabelecesse a relação entre o que era reconhecido graficamente e o que as letras representavam, ou seja, a fala. (FRADE, 2007, p. 22).

Logo, o método fônico, constituído pelo som emitido ao pronunciarem as letras, caracteriza o processo de soletração. Tendo como unidade central o fonema, partia-se da necessidade de compreender as relações entre as letras e seus sons, para que dessa forma pudesse estreitar uma relação entre a palavra escrita e falada, sendo esse o objetivo principal. A respeito desse método, assim como Izabel Fiel, também relembrou Maria da Conceição: "[...] era assim, por exemplo, bola. 'Bê' com 'ó', não é? A gente hoje diz 'bê' com 'ó', mas naquele tempo era 'bê', 'ó', 'bê', 'lê', 'á', 'lá'. Era assim, soletrando sílaba por sílaba". (Maria da Conceição Fiel, 2014). Ainda referenciando tal método, Ana Lúcia narrou sobre as famílias silábicas:

> Quando a gente já sabia o [gagueja] alfabeto todo, já distinguindo as letras, aí ela [a professora] ia partir pra o "bê", "á", "bá", "bê", "é", "bé", "bê", "í", "bi", "bê", "ó", "bó", "bê", "ú", "bú". Aí depois ela [a professora] ia mostrar que aquelas letrinhas que tavam acompanhando o "bê", eram chamadas de vogais, mais já tavam inclusa no, no alfabeto e ali a gente ia aprendendo na base do assoletramento [*sic*]. (Ana Lúcia Menezes Santos, 2014).

O método de soletração, também fônico, relembrados por Izabel Fiel, Maria da Conceição e Ana Lúcia, transcorrem pelo método sintético como já ressaltado. Segundo Mortatti (2000a), até o final do século XIX, o ensino da leitura escolar resumia-se à repetição de textos através da memorização, aprendido

oralmente, iniciando-se pelas vogais, chegando às consoantes de forma isolada. Até o final do século XIX, leitura e escrita se voltavam aos ensinamentos baseados no método sintético, como revelou Normélia Maria:

> Ela [a professora] fazia assim: muitas frases, ou então, começava pelas letras, n/é? Ela fazia e eu cobria. Quando era no dever de casa, já não era pra cobrir. Ela passava uma tarefa pra casa, era pra eu fazer aquilo copiando... Que isso era difícil [...]. (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

Em relação ao ensino da escrita, também relembrou Terezinha de Jesus: "A gente tinha o 'ABC' e fazia pelo 'ABC'. Ela [a professora] botava no quadro, a gente copiava [...]". (Terezinha de Jesus Melo, 2014). Segundo Mortatti (2000a), até o final do século XIX, a escrita se restringia à prática da caligrafia e ortografia. Já o seu ensino limitava-se à cópia, formação de frases e ditados, realçando a reprodução de letras desenhadas, remetendo ao que identificou Vidal (1998) como grafia muscular. Foi entre o final do século XIX e início do XX, por conta de uma constatação de que as crianças estavam escrevendo de forma cada vez pior, que técnicas voltadas à escrita passaram a ser pensadas e no fazer pedagógico.

Realizada nas escolas primárias, a técnica da grafia muscular baseava-se em movimentos corporais, focando a ação ritmada do antebraço em conjunto com a mão, resultando em uma letra inclinada, sem corte, uniforme no tamanho e ligações e impetradas, não mais pela pressão, mas pela tração. Para Vidal (1998, p. 126) "[...] no início do século XX, em vários estados brasileiros, discursos pedagógicos, apoiados em preceitos higienistas, preocuparam-se em normatizar a escrita". Diante

disso, rememorou Maria da Conceição sobre o que recai na técnica da grafia muscular e o uso da caligrafia. Assim ela revela:

> As carteiras... tinha um negócio assim que tinha o, o, o... pra botar o tinteiro. Tinteiro, que era aquela canetinha de molhar... Molhava assim [mostra como molhava a caneta] e usávamos uma pedra... a... a... o... o... [gagueja] Chamava pedra, nera? [sic]. A gente escrevia muito nessa... Fazia caligrafia, recuava assim [recua o corpo] pra quando fosse escrever. (Maria da Conceição Fiel, 2014).

Sobre a grafia muscular, também narrou Ana Lúcia:

> [...] a gente tinha um caderninho que aprendia cobrindo. Enquanto a gente ia, a gente ia cobrindo, que era como uma coordenação motora, cobrindo, cobrindo. Depois a gente ia tentando desenhar o que tava [sic] no quadro, as, as, conforme a palavra. Ela colocava, e a gente ia imitando a letra dela. (Ana Lúcia Menezes Santos, 2014).

Através das narrativas de Normélia Maria, Maria da Conceição e Ana Lúcia, percebemos que a técnica da grafia muscular funcionava tal qual explica Vidal (2000), ordenando o ritmo regular do traçado da letra, além da manutenção do lápis ou da pena sobre o papel. Para Faria Filho (1998), os preceitos corporais acompanhavam o ensino para esse método de escrita. Além da postura ao sentar-se, era preciso posicionar o lápis ou caneta adequadamente, situando o papel paralelamente à carteira. Segundo Vidal (1998), à medida em que essas práticas eram normatizadas, alguns recursos pedagógicos eram substituídos, a exemplo da pedra ardósia. Composta por rocha

metamórfica, ela era utilizada individualmente pelos alunos como suporte à escrita. Ao racionalizar uma nova cultura escolar, essa pedra foi trocada pelo caderno de caligrafia impresso, possibilitando entre os alunos melhor aparência na escrita. Sobre os cadernos de caligrafia, narrou Maria Luíza:

> Para escrever a gente usava muito aquele caderno... de caligrafia, que tinha as fininhas [refere-se a linhas], estreitinhas, e as mais largas para controlar a consoante, a... as minúsculas das maiúsculas. Começava-se escrevendo por letra, depois por sons, depois frases, palavras, frases, e por aí seguia, de acordo com a cartilha ou livro que era adotado na época. (Maria Luíza Santos de Aragão, 2014).

Com a incorporação do caderno, foi-se largueando possibilidades de extensão da escrita de uma forma mais homogênea. Através desses fragmentos de narrativas escolares, percebemos que muitos foram os aprendizados apreendidos na fase da infância que, por sua vez, estavam condicionados às cartilhas como instrumentos alfabetizadores designados por seus professores. Comumente baseadas no método sintético, representado pela memorização das vogais, consoantes, operações numéricas, além do processo de silabação, soletração e prática fônica, aprenderam tais personagens a ler, escrever e contar.

Seguindo as correntes das águas professorais

Ainda mergulhados nas "águas da memória" das nove professoras, sujeitos desta pesquisa, daremos a ver o encontro

dos seus saberes docentes. Assim, navegaremos novamente pelos seus rios, mas por águas memoriais que imprimem em si suas distinções que nos levam a um espelho d'água, responsável por refletir os modos de educar estabelecidos, vivenciados e experienciados pelas professoras na década de 1980, na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. Nessa acepção, para narrar fragmentos da sua história professoral, traremos à luz um dos rios principais e reveladores desta pesquisa: o da professora Ana Lúcia Menezes Santos, 69 anos.

Ana Lúcia iniciou suas atividades professorais aos 18 anos, após se submeter e ser aprovada em um concurso público no estado de Sergipe. Ainda residindo em Simão Dias, começou a ensinar na "Escola João Cardoso" como professora polivalente[63], passando a ensinar, também, nas séries ginasiais no decorrer dos anos. No ano de 1977, se mudou para Aracaju, capital do estado. Já residindo na capital, foi removida para uma escola a qual diz não lembrar o nome[64], localizada em um bairro próximo ao bairro José Conrado de Araújo, onde reside até hoje. Ensinando quase sempre como professora polivalente, ela revelou que em todas as escolas que ensinou manteve o ensino tradicional. Sobre sua atuação, ela ressalta:

---

[63] A partir das narrativas das professoras, pudemos compreender que ser professor polivalente significa que o profissional trabalha com conteúdos diversos, abrangendo não apenas cuidados básicos, mas também conhecimentos específicos, advindos de áreas distintas. Na década de 1980, os professores polivalentes eram responsáveis pela educação infantil e pelo ensino primário, ensinando para com essa última modalidade a Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências.

[64] Como é próprio das "águas da memória", algumas delas, quando desembocadas no fundo dos vales, acabam sendo esquecidas.

> Eu era exigente toda vida. Perfeição na escrita. Eu não admitia aluno também com... com letra feia, desorganizado o caderno, entendeu? Agora... eu fui mais assim... um pouco mais aberta. Eu gostava de ir pra o quadro, eu gostava de mastigar o assunto, de trabalhar mesmo. (Ana Lúcia Menezes Santos, 2014).

Semelhante ao embasamento de Ana Lúcia sobre a caligrafia muscular, em busca de uma escrita perfeita diante dos seus alunos, recorremos às "águas da memória" de Normélia Maria Pereira Batista, 71 anos, que se mudou para a cidade de Aracaju ainda criança, sendo matriculada em um colégio interno, o qual ela intitula "Colégio das Freiras", possivelmente Colégio Nossa Senhora de Lourdes ou Patrocínio São José. Nessa instituição, formou-se professora aos 17 anos, e logo em seguida prestou concurso público para o estado de Sergipe sendo aprovada, mas antes disso já ensinava no Jardim de Infância e ao primeiro ano em uma "Escolinha da Professora Aglaé[65]". Ao ser aprovada no concurso público no ano de 1968, partiu para o ensino público, iniciando suas atividades na extinta Escola General João Pereira de Oliveira, que se localizava dentro do quartel da polícia. Relembra ela:

---

[65] Aglaé D'Ávila Fontes nasceu no ano de 1934 no município de Lagarto, Estado de Sergipe. Formada em Filosofia, se pós-graduou em Educação Musical e em Educação Infantil. É professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe – UFS, escritora, folclorista e historiadora. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGS e do Conselho de Cultura do Estado. Também é Presidente da Comissão Sergipana de Folclore e integrante da Academia Sergipana de Letras. Já foi Secretária de Estado por três vezes. É ganhadora do prêmio Talentos da Maturidade na categoria Contador de Histórias do Banco Real. Como escritora, é vencedora de vários prêmios literários, entre as diversas condecorações: Medalha Sylvio Romero, da Academia Sergipana de Letras. Também é palestrante e consultora de Arte-Educação.

> Foi difícil fazer o concurso [do estado] porque eu era menor, mais aí as irmãs [refere-se às freiras] foram e pediram. Quem era o Secretário de Educação era o professor Carlos Alberto, e ele consentiu eu fazer, porque eu fazia 18 anos no meio do ano. Aí eu fiquei [...]. (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

Normélia Maria, ao rememorar a sua entrada no estado através do concurso público, rememorou ainda sobre as suas práticas educativas as quais assemelham-se as de Ana Lúcia no sentido da exigência da perfeição na escrita entre os alunos.

> Fazia no quadro [refere-se às letras, sílabas e palavras], aí eles [os alunos] repetiam. Aí a vez era... Entregava assim, umas folhas. Aquele papel ruim, mas era bom pra eles treinar, sabe? Porque quando ia pro caderno, aí já ficava mais bonitinha. O lápis, eu fazia a ponta do lápis da turma quase toda. Todo dia a ponta fininha que era pra fazer a letra bem bonitinha, e era assim [...]. (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

A partir das narrativas de Ana Lúcia, quanto as de Normélia Maria, percebemos, dentre suas vivências professorais, a presença do quadro de giz, folhas de papel, cadernos de exercícios e o lápis. Esses materiais utilizados nas escolas primárias, dentre outros envoltos a prática da escrita, são reveladores de suportes materiais escolares que concretizaram a instrução pública na cidade de Aracaju, e que, por sua vez, remetem a uma cultura material. Ainda através das revelações de Normélia Maria sobre suas práticas, percebe-se indícios não só referentes à falta, mas também à precariedade voltada à cultura material escolar dentre as escolas primárias em Aracaju. Segundo Souza (2004), essa era uma realidade do Brasil, pois o

legado educacional na transição do século XIX para o século XX, apresenta uma série de carências, que não se resumem apenas ao material escolar.

Ainda de acordo com Souza (2004), apesar de nas primeiras décadas do século XX ter havido uma expansão dos estabelecimentos escolares em todo o país através dos Grupos Escolares, a situação do ensino primário manteve-se precária. Essa interpretação da autora faz alusão, aproximadamente, ao período que se estende até a década de 30 do século XX. Referenciando ao estado de Sergipe, através das narrativas, percebemos que tal realidade se estendeu até a década de 80 do mesmo século, ratificando, com isso, um atraso maior.

Ainda em busca de informações sobre a instrução pública na cidade de Aracaju, tem-se a professora Maria Luíza Santos Aragão, 72 anos, que assim como Ana Lúcia e Normélia Maria, experienciou a realidade da escola pública. Maria Luíza, que nasceu na cidade de Aracaju, após concluir o curso ginasial, foi estudar na Escola Normal[66], já com o propósito de ser professora. Ainda estudando o terceiro ano do curso pedagógico, prestou concurso para o estado de Sergipe e, ao ser aprovada, mesmo ainda não tendo concluído seus estudos, tomou posse, começando a trabalhar imediatamente. Assim como Ana Lúcia,

[66] De acordo com Melo (2009), no Brasil a primeira Escola Normal foi instituída no ano de 1835, no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro. No ano de 1871, no estado de Sergipe, foi instituído o primeiro curso normal, disponibilizando vagas para a formação de jovens do sexo masculino. A partir do ano de 1877, as vagas passaram também a ser contempladas pelas mulheres, através da criação da Escola Normal feminina, que iniciou suas atividades no Asilo Nossa Senhora da Pureza.

Maria Luíza também iniciou suas atividades professorais ensinando no polivalente, mas a menores carentes.

Semelhantemente a Maria Luíza, Maria Amélia Lima Andrade, 75 anos, também ensinou no ensino primário como já ressaltado. Nascida no povoado de Piranhas, município de Siriri, estado de Sergipe, Maria Amélia mudou-se para a cidade de Aracaju no ano de 1958, objetivando estudar, sendo matriculada na "Escola de Aplicação". Nessa escola estudou até 1968, concluindo o terceiro ano do curso pedagógico, o que a habilitou ensinar no ensino primário em um orfanato que abrigava menores. Nesse orfanato, Maria Amélia trabalhou por 18 anos.

Assim como Maria Amélia e Maria Luíza, Maria Paulina de Andrade, 85 anos, ensinou a menores carentes. Nascida no povoado Sítio Coqueirinho, no município de São Cristóvão, estado de Sergipe, iniciou suas atividades escolares ainda criança no Grupo Escolar Vigário Barroso, localizado no mesmo município. Nesse Grupo Escolar, estudou todo o curso primário, concluindo-o aos 12 anos de idade. Ainda no município, por falta de escola que oferecesse o curso ginasial, parou de estudar. No final da década de 1960, através do seu pai, Maria Paulina foi convidada pelo senhor Lourival Baptista, então governador do estado de Sergipe, para ser professora no Orfanato Imaculada Conceição, também no mesmo município.

Aos 18 anos de idade, só com o curso primário, Maria Paulina tornou-se professora. Ao mergulhar em sua memória, ela narra: "[...] quando eu fui ser professora, eu só tinha o curso primário [...] então, com 18 anos eu... Houve [gagueja] eleição. Eu fui ser secretária... Nomearam o meu nome como professora". (Maria Paulina de Andrade, 2014). No Orfanato

Imaculada Conceição, trabalhou por alguns anos até pedir remoção para trabalhar na cidade de Aracaju, onde reside há mais de 40 anos. Tornando-se professora através de um convite, ingressou no estado oficialmente como secretária por só ter o curso primário, mas desenvolvia na prática atividades professorais, o que nos revelou uma estratégia do estado para suprir a carência de docentes, mesmo à revelia da legislação, que pregava a normatização de que, para ser professora primária, deveria no mínimo ter o segundo grau completo.

Já residindo na capital, Maria Paulina ensinou no curso primário no Colégio Olímpia Bitencourt e na Escola Estadual Ruy Elói, ambos localizados no bairro Santos Dumont, e ainda no Colégio Estadual Arício Fortes, localizado no bairro América. Além desses, ensinou também no Jardim Escola Cristo Rei, uma instituição particular localizada no bairro José Conrado de Araújo, que tem como proprietária Izabel Fiel Oliveira, 78 anos, a qual também recorremos.

Izabel Fiel, nascida na Fazenda Belém, iniciou a sua vida professoral aos 14 anos de idade. Ainda no município de Itaporanga D'Ajuda, começou a ensinar auxiliando a sua irmã mais velha, que tinha uma banca escolar em sua residência. Ao mudar-se para a cidade de Aracaju, começou a lecionar na Escola Estadual Professor Ruy Elói, localizada no bairro Santos Dumont. Nessa escola, ensinava a primeira série do ensino primário. Lá se aposentou. Ao sentir falta do trabalho, transformou a sua residência no Jardim Escola Cristo Rei, em atividade até os dias atuais. Mesmo com 78 anos de idade, Izabel Fiel ainda dá aula na sua própria escola, entre alunos distribuídos do maternal ao quarto ano. Congênere à mudança

de Izabel Fiel para a cidade de Aracaju, também se mudou a sua irmã, Maria da Conceição Fiel, 85 anos.

Assim como a sua irmã Izabel Fiel, Maria da Conceição revelou que pouco estudou, e que quando se tornou professora no município em que nasceu, só tinha estudado até a quarta série do ensino primário. Por necessidades profissionais voltou a estudar, se submetendo ao Exame de Supletivo, objetivando a certificação do ensino ginasial. Após obtê-la, matriculou-se no Colégio Dom José Tomaz localizado na Rua Laranjeiras, centro de Aracaju, onde concluiu os estudos com o curso pedagógico. Ao movimentar as suas "águas da memória", ela narra: "Por incrível que pareça, eu vou contar uma história. Eu comecei a ensinar, eu só tinha a quarta série". (Maria da Conceição Fiel, 2014). Ao mudar-se para a cidade de Aracaju, foi alocada na Escola Estadual José da Silva Ribeiro Filho, localizada no bairro Santos Dumont, onde atuou como professora polivalente.

O Exame de Supletivo, vivenciado e rememorado por Maria da Conceição, também foi vivenciado por Maria Paulina em virtude da mesma circunstância, mas apresentando-se como "Exame de Madureza". De acordo com Maria Paulina, durante os quatro anos de governo do Doutor Lourival Baptista (1967-1971), todos os professores que não tinham concluído o ensino ginasial foram obrigados a participar desse exame, que objetivava o diploma de conclusão ginasial e/ou colegial. Dentre este contexto Maria Paulina ressalta:

> Teve um governo chamado doutor Lourival Batista, que no período de férias, todo professor tinha que viajar. [...] era difícil os professores serem formado. Então, o estado todo na época de doutor [gagueja] Lourival Batista, ele... era Estância, era Simão Dias, era Itabaiana, n/é? Por

> setores. Então os professores mais próximo, tinha que ir pra fazer o ginásio madureza, n/é? Que chamava, é... aquele curso que faz hoje em dia, pra acelerar o... o segundo grau, n/é? [refere-se ao que hoje se conhece por supletivo] Que a gente ia... [...] (Maria Paulina de Andrade, 2014).

O Curso de Madureza Ginasial criado pelo Decreto-Lei nº 4.244 do dia 8 de abril do ano de 1942, tratava-se de um curso destinado à educação de jovens e adultos, maiores de 16 anos de idade e com escolaridade incompleta, tendo como função a preparação destes indivíduos para a realização de Exame de Madureza Ginasial, garantindo aos inscritos certificações de conclusão, desde que aprovados.

Na perspectiva de continuarmos navegando pelos rios memoriais, através das releituras das histórias de vida das professoras que, ao evocar de suas memórias individuais, por semelhanças e compartilhamentos, compõem uma memória coletiva, trouxemos à luz Terezinha de Jesus Melo, 87 anos, que assim como Ana Lúcia, Maria Luíza, Maria Amélia e Maria da Conceição, também cursou o pedagógico. Ela, que estudou só até concluí-lo, ressaltou que ao tornar-se professora no município de Porto da Folha, estado de Sergipe, ensinava no curso primário. Ao mudar-se para a cidade de Aracaju, foi nomeada professora polivalente, ensinando na Escola Estadual Lourival Baptista, no bairro Castelo Branco.

Terezinha de Jesus, ao recorrer as suas "águas da memória", em especial àquelas desembocadas no fundo dos vales, ressaltou ter esquecido de muitas coisas que vivenciou, podendo ser o seu esquecimento reflexo do próprio tempo ou mesmo de uma intencionalidade. Nesse sentido alerta Bosi

(2003, p. 56): “Se a memória é, não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo”. Ou seja, “fica o que significa”. Assim, além de Terezinha de Jesus, trouxemos à luz Maria Leozira Chagas Santos, 88 anos, que também se mostrou muitas vezes esquecida durante as suas narrativas.

Nascida na cidade de Aracaju, Maria Leozira ressaltou que após ser “abandonada” pelo seu marido, precisou sustentar a si e aos seus filhos, indo trabalhar como feirante. Passando dificuldades, foi percebida pelo seu vizinho que, atuando na política, a concedeu um emprego para ensinar em uma escola. Assim, tornou-se professora. Coçando a trabalhar como professora polivalente, ensinou a alunos do curso primário, em uma escola municipal localizada no bairro 18 do Forte, a qual ressalta não se lembrar do nome. Durante todo o tempo em que trabalhou como professora, assegura ter ensinado da mesma forma como aprendeu. “Eu... eu procurei fazer como eu aprendi, entendeu? [...] Eu ensinava da mesma forma”. (Maria Leozira Chagas Santos, 2014). Envolta às suas práticas educativas de aluna, referenciando os rudimentos da leitura e da escrita, ainda revelou que ensinava aos seus alunos “soletrando [...] porque antigamente a gente soletrava pela sílabas, n/é? E agora é pela letra. Pelas letras”. (Maria Leozira Chagas Santos, 2014). Semelhante ao seu método de soletração, também fez menção Maria Luíza que narrou:

> A gente trabalha com famílias, n/é? [refere-se às sílabas]. Porque tem... tem aquela maneira de assoletrar... daquela antiga, e tem a maneira do... do estudo das famílias que é mais suave o som. Tá entendendo? [...] Assoletrei sim, e hoje ainda assoletro [...] porque quando você faz "bá", "bé", "bí", "bó", "bú", isso é assoletrar. (Maria Luíza Santos de Aragão, 2014).

Através das narrativas de Maria Leozira e Maria Luíza, além das outras que a elas se somam, percebe-se que na cidade de Aracaju, na década de 1980, para o ensino, houve a utilização do método sintético, embora nessa década o método propagado já fosse o analítico. De igual modo a Maria Leozira e Maria Luíza, também utilizou desse método de soletração Normélia Maria, que mesmo sendo treinada tecnicamente e supervisionada para trabalhar com os seus alunos utilizando o método analítico, persistiu em ensinar utilizando o método sintético. Assim revelou:

> A gente fazia assim, [refere-se às professoras] um treinamento. Era abelhinha. Trabalhava com aquela palavra da abelhinha. "A", n/é? "B", e no sei o quê. Eu fazia até porque eu tinha medo delas chegarem, [refere-se às supervisoras] fazerem uma pergunta e eles [refere-se aos alunos] não saberem. Eu tinha cuidado muito com isso. Fechava a porta e assoletrava. (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

E continuou a narrar, demonstrando, inclusive, os modelos de como burlavam a supervisão pedagógica.

> É o melhor método do mundo, a tabuada e assoletrar. Esse método é muito bom. Eu às vezes ensinava, sabe o que era que eu fazia? Por causa da supervisão, aí quando via, ói a supervisora! Aí a gente [refere-se às professoras] tinha que tá com tudo em dias, n/é? Tudo direitinho. Aí eu pegava, fechava a porta, ensinava assoletrando. [risos]. [...] Num instante eles aprendia [refere-se aos alunos]. (Normélia Maria Pereira Batista, 2014).

Sobre as monitorias referentes ao ensino, Terezinha de Jesus também rememorou:

> Tinha aquelas coordenadoras... da SEED, [refere-se à Secretaria de Estado da Educação] da DRE, [refere-se à Diretoria Regional de Educação], n/é? E assim, muitas [refere-se às professoras] ficaram com medo... ficaram com medo e faziam o que eles mandavam, n/é? Elas mandavam que a gente fosse pra classe com um... com uma... uma... uma aula... aula pronta, n/é? (Terezinha de Jesus Melo, 2014).

Ainda referindo-se às supervisoras, coordenadoras e à organização do trabalho pedagógico escolar da Secretaria de Estado da Educação (SEED), têm-se Maria da Conceição que ressaltou:

> Lá [em Itaporanga D'Ajuda] a gente tinha a orientação da supervisora. Que lá era supervisora. Quando eu vim pra aqui [refere-se à Aracaju] foi que já tinha a comissão toda, que era na equipe pedagógica. Eu trabalhava com a equipe [...] recebi orientação através delas [das coordenadoras] como aplicar os testes, porque antigamente era aquela coisa muito... Passe para o

> feminino, passe para o... Não tinha interpretação de texto logo no início, n/é? (Maria da Conceição Fiel, 2014).

De acordo com as narrativas de Normélia Maria, Terezinha de Jesus e Maria da Conceição, há que se considerar que na década de 1980, na cidade de Aracaju, os professores recebiam instrução e treinamento dos coordenadores da SEED, de como se posicionarem diante do ensino e das exigências da época. Além disso, recebiam a visita de supervisores nas salas de aula, com o propósito de fiscalizarem como estavam sendo instituídos os métodos de ensino. Contudo, mesmo com todo esse monitoramento, percebe-se, através das narrativas, que muitas práticas educativas foram alteradas, já que não eram constituídas de acordo com o presente, mas da forma como essas professoras aprenderam, enquanto alunas do curso primário.

Maria Paulina, em suas narrativas, evidencia ter se valido do método sintético, com o qual foi alfabetizada enquanto criança. Assim, ela discursa: "Ensinei a eles a ler, porque a gente tem que primeiro conhecer as letras, tem que se juntar as famílias das... das... da... das... das sílabas das famílias, n/é? Pra poder juntar, fazer frase, e eles aprender a ler". (Maria Paulina de Andrade, 2014). Mesmo com a presença de outros métodos/práticas, a disputa entre os defensores dos métodos sintético e analítico não cessou, mas foi perdendo as forças gradativamente, à medida em que se acentuava a tendência de sua relativização e a presença do método misto ou eclético. Alguns professores passaram também a inteirar-se do método global, que tinha preceitos do método analítico, porém de forma ampla.

Nessa compreensão acerca da amplitude dos métodos, buscando despertar nos seus alunos a motivação e criatividade, Izabel Fiel salientou:

> Eu gostava de passar os textos pra eles, ler com eles, ler junto com eles, e depois fazer perguntas pra ver quem entendeu melhor, e sempre se interessar pra ditar o que era que... [gagueja] o que o texto tava perguntando. Eu sempre gostei muito de ler os textozinhos. (Izabel Fiel Oliveira, 2014).

Ainda ressaltou que costumava trabalhar da seguinte forma:

> [...] com famílias [tosse], por exemplo, palavra: tijolo. Eu sempre pegava pra iniciar a palavra tijolo, pra explicar de onde vem o tijolo, e pra explicar sobre a construção. Depois eu escrevia todas as famílias da palavra e ia formando as palavras possíveis com aquelas famílias e me saía muito bem. (Izabel Fiel Oliveira, 2014).

De modo afim, Terezinha de Jesus evidenciou o uso que fez do método tradicional inteirando-o ao método global. Assim ressaltou: "Eu sempre misturava os métodos modernos e tradicionais". (Terezinha de Jesus Melo, 2014). E completou:

> [...] eu conversava com eles [refere-se aos alunos], fazia aquele debate do assunto... do assunto que eu ia dá. Eles aí ficavam com vontade de saber o que era. Por exemplo: crase: - hoje vai ser aula sobre crase. – Quem sabe o que é crase? (Terezinha de Jesus Melo, 2014).

Ainda sobre a fusão dos métodos, também vivenciou Maria Amélia.

> [...] eu buscava um pouco do que eu aprendi com um pouco do... do atual... do atual [...] Eu já fazia um... já fazia um esquema. Já explicava aquilo com mais riqueza no detalhe, é... já ilustrava [...] já passava trabalhos, já fazia... Tinha as tarefas de casa [...] Já foi uma implantação já nova. (Maria Amélia Lima Andrade, 2014).

Ao nos debruçarmos sobre esses relatos, percebemos não só a forma como essas nove mulheres chegaram à docência, mas a constituição dos seus saberes professorais. A construção do *habitus* professoral está evidenciada no exercício atrelado, na maioria das vezes, às suas experiências vivenciadas em salas de aula, ainda enquanto foram alunas do curso primário. Consoante Chartier (2002a);

> A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo (*sic*) uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem". (CHARTIER, 2002a, p. 26).

Ao apropriarem-se dos ensinamentos do curso primário, essas professoras constituíram uma representação daquela experiência vivida, projetando-a para si e para os outros. Aprendendo e ensinando, esse processo constitui-se um reflexo de influências não só de uma estruturação escolar e de um contexto econômico e social, mas também de uma cultura familiar, que adentra às instituições escolares.

À vista disso, com base nas “águas da memória” que constituíram os rios dessas nove senhoras professoras, o que foi possível perceber para além das suas distintas formações, foi que, embora elas tenham exercido a profissão docente, nem todas estavam aptas para isso. De acordo com a página oficial do Ministério da Educação - MEC, ao referenciar a primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB de Nº 4.024, do ano de 1961, fica claro que para se exercer o magistério, em especial no ensino primário, era preciso no mínimo ter formação em escola normal de grau ginasial, sendo essa uma exigência dos artigos 52 a 54, próprios do Capítulo IV, intitulado “Da Formação do magistério para o ensino primário e médio”.

Com isso, dez anos após a implantação da primeira LDB, através da sua reformulação amparada na Lei de Nº 5.692, do ano de 1971, os requisitos para se exercer o magistério continuaram os mesmos, pois também era preciso, no mínimo, ter concluído o 2º grau, de acordo com o que ditava o artigo 30, do Capítulo V, intitulado “Dos professôres e especialistas”. Tal normatização perdurou até pouco mais da metade da década de 1990, ou seja, até a implantação de uma nova LDB, instituída através da Lei de Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Diante dessas normas e por meio das interpretações dadas aos fragmentos de histórias dessas professoras, as representações vão ganhando formas, e vão sendo compreendidas à luz de Chartier (2002b), como uma imagem distante da realidade, mas ainda assim, uma imagem que contempla o tempo, espaço, pessoa, prática, evento, dentre outros, os quais não se pode ter acesso diretamente. Destarte, entendemos que o exercício de rememorar mobiliza subjetividades para a constituição das representações sociais,

pois, se torna da releitura de um passado. Desse modo, fica claro que as narrativas trazem consigo potencialidades que contribuem para a escrita da história, uma vez que elas dão a ver uma realidade.

Ao corresponderem a práticas discursivas, as narrativas, na interpretação de Foucault (2012, p. 144), refletem em

> [...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Nesse sentido, entendemos que as práticas discursivas, fruto das relações de poder, estabelecem entre os sujeitos as suas próprias maneiras de ser e agir.

Portanto, os elementos contidos nas narrativas proferidas pelas professoras, também podem ser considerados como um conjunto de enunciados, que para Foucault (2012, p. 147), são entendidos como "[...] coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos, para as quais preparamos circuitos preestabelecidos [...]". Dessa maneira, fica claro que todos os enunciados presentes nas narrativas traduzem o que as professoras consideram como suas "verdades", instituídas dentre os tempos e espaços vividos.

Considerações Finais

Ao navegarmos em vários rios, mais precisamente nas "águas da memória" das nove professoras as quais fazem parte desta pesquisa, podemos perceber a formação de um manancial. De fato, esperávamos que em seu espelho d'água pudesse ser refletido uma imagem reveladora, de como foram estabelecidos os saberes e modos de educar entre as professoras primárias, em meio aos seus tempos e espaços vividos. Mas, para que isso viesse a ocorrer, também foi preciso manusearmos documentos, a exemplo de material bibliográfico, decretos e leis.

Sobre os reflexos advindos do espelho d'água, tem-se como grande revelação o convite feito pelo governador Lourival Baptista, para que Maria Paulina, mesmo só tendo estudado até a 4ª série do ensino primário, assumisse uma sala de aula, indo de encontro ao que ditava a LDB, de 1961 e sua reformulação, em 1971. Tal revelação assemelha-se ao de Maria da Conceição, que assumiu uma sala de aula tendo estudado também até a 4ª série do ensino primário, e ainda ao de Maria Leozira, que era feirante e por passar dificuldades, foi convidada a ser professora, mesmo tendo o mínimo de preparo para ensinar.

Esses pontos percebidos e interpretados dentre as narrativas, dentre outros, não poderiam ser identificados apenas através dos documentos oficiais. Assim, fica clara a importância das inteirações entre os documentos oficiais e as "águas da memória", já que através delas, pode-se perceber que entre o requerido e o praticado, há elementos que não constam na historiografia, devendo ser registrados para compreendermos como se delineou a educação, neste caso, a sergipana.

Diante das fontes ressaltadas e imagem que nos fizeram enxergar, percebemos que, ao contarem suas histórias, baseadas nas "águas das suas memórias", as professoras enfocaram, na maioria das vezes, como ensinaram seus alunos a ler e escrever, quase não dando atenção aos ensinamentos dos cálculos, e em nenhum momento aos conteúdos curriculares, a exemplo da Geografia, História e Ciências, ainda que questionadas. Essas ações nos fazem pensar que o ensino, a partir de suas óticas, privilegiava o ler e escrever em detrimento de outras habilidades.

Ao privilegiarem o ler e escrever na cidade de Aracaju, década de 1980, a maioria dessas professoras primárias ensinava seus alunos através do método sintético, esse considerado ultrapassado para a época, sendo inclusive objeto de fiscalização da Secretaria de Estado da Educação. Ficou claro nas entrevistas que, embora no estado de Sergipe houvesse uma equipe pedagógica destinada a treinar as professoras a utilizarem o método analítico, havia aquelas que desrespeitavam os normativos em nome de velhas práticas, ratificando a apropriação que fizeram dos ensinamentos recebidos enquanto alunas do curso primário.

Por fim, através dos documentos oficiais e das "águas da memória", percebemos que a educação brasileira teve métodos de ensino específicos exigidos pela legislação, embora não tenham sido seguidos como preconizados. Tal (des) cumprimento talvez tenha razão de ser quando analisados sob esta forma de pesquisa, que alia o concebido e o praticado e a metodologia da História Oral. O que ficou claro foi que não adianta recomendar um método, por mais bem-sucedido que seja em outros cronótopos, se ele não tem ressonância nas

experiências vividas, resultando em descumprimentos ou adaptação do modo de educar.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Práticas docentes e práticas de (auto)formação.** Porto Alegre: EDIPUCRS; Natal: EDUFRN; Salvador: EDUNEB, 2002, p. 70-71.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BERTAUX, D. **L'approche biographique:** sa validité méthodologique, ses potentialités. Cahiers Internationaux de Sociologie, LXIX, p. 197-225, 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244 de 8 de abril de 1942**. Rio de Janeiro: Presidência da República - Lei orgânica do ensino secundário, 1942.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 9 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 9 set. 2013.

CHARTIER, Roger. **A História cultural:** entre práticas e representações. 2. d. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algés, Portugal: Difel, 2002a.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002b.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A legislação como fonte para a História da Educação**.** *In:* FARIA FILHO. Luciano Mendes Faria de et al. **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 8. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2012.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *In*: ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.) Dossiê alfabetização e letramento. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, UFSM, v. 32, n. 1, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2. ed. Tradução Beatriz Sidou. Centauro: São Paulo, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Sônia Pinto de Albuquerque. **Representações das práticas de leitura de normalistas do Instituto de Educação "Rui Barbosa" durante as décadas de 60 e 70 do século XX.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2009.

MELO, Marilândes Mól Ribeiro de; VALLE, Ione Ribeiro. Professoras catarinenses: razões para escolher e permanecer na carreira. **Revista Brasileira de História da Educação, Campinas-SP**, v. 12, n. 3 (30), p. 199-228, set./dez. 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano 19, n. 52, p. 41-54, 2000a.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização:** São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000b.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil:** uma história de sua história. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Marília, SP: Oficina Universitária, 2012.

SOUZA, R. F. de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. I*n:* SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do Século XX.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria** – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita**.** Experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Revista da Faculdade de Educação,** São Paulo, v. 24, n. l, p. l26-140, jan./jun., 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, L. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

Fontes Orais

ANDRADE, Maria Amélia Lima. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 11/05/2014.

ANDRADE, Maria Paulina de. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 26/05/2014.

ARAGÃO, Maria Luiza Santos de. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 11/05/2014.

BATISTA, Normélia Maria Pereira. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 10/05/2014.

FIEL, Maria da Conceição. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 10/05/2014.

MELO, Terezinha de Jesus. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 20/05/2014.

OLIVEIRA, Izabel Fiel. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 17/05/2014.

SANTOS, Ana Lúcia Menezes. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 24/05/2014.

SANTOS, Maria Leozira Chagas. **Entrevista concedida a Anderson Teixeira de Souza.** Aracaju, 11/05/2014.

Quando anarquistas encontraram *gauchos*: origens de uma cultura política rebelde no sul do continente americano[67]

Rafael Zilio

El gaucho debe morir en su lay; peliando
con l'autoridá; si no, no es
un gaucho: es una mulita que la mata
cualquier perro.
(Juan Crusao)

Introdução

A formação social e territorial do que hoje conhecemos por Argentina, Uruguai e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul tem no encontro colonial violento entre imigrantes europeus, povos originários, africanos escravizados e mestiços, um amálgama cultural singular, onde o conflito e a guerra sempre estiveram presentes em variadas formas ao longo dos tempos. O espaço da pampa ao sul do continente americano presenciou no final do século XIX e início do século XX um encontro *sui generis* entre dois universos valorativos até então muito

[67] Este texto é oriundo de uma parte de minha tese de doutorado defendida em dezembro de 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

distantes: a identidade sócio-espacial *gaucha* e o anarquismo[68]. O primeiro tem em suas origens significações imaginárias sociais[69] atreladas a ideias de liberdade, insubmissão e combate à propriedade privada da terra. Remete ao suposto representante da pampa que hoje se estende por parte da Argentina, todo o Uruguai e parte do Rio Grande do Sul, e comporta uma variedade de vertentes já exploradas em outros trabalhos (ZILIO, 2016), sendo os *gauchos* "filhos" do supracitado encontro colonial. Já o segundo é originário do âmago do movimento operário europeu do século XIX e se deslocou para as américas via fluxos migratórios.

As mobilizações de elementos do universo valorativo *gaucho*[70] por parte de libertárias e libertários, notadamente anarquistas, são bem documentadas e analisadas na Argentina

---

[68] O anarquismo é a corrente historicamente mais conhecida do pensamento libertário. Este se caracteriza por uma multiplicidade de correntes e perspectivas que abrigam desde o anarquismo clássico, passando pelo neoanarquismo e pelo autonomismo contemporâneos. Tais perspectivas têm em comum a crítica radical à separação estrutural entre dirigentes e dirigidos (em qualquer âmbito social ou escala geográfica) e uma oposição simultânea ao modelo civilizatório capitalista e às alternativas autoritárias de cunho marxista-leninista, tendo no Princípio Federativo (ou Federalismo) sua projeção espacial. Para mais detalhes, ver Souza (2017) e Zilio (2018).

[69] Utilizo-me da terminologia empregada por Castoriadis. Para mais sobre significações imaginárias, consultar Castoriadis (1983).

[70] O universo valorativo *gaucho* é uma miríade de símbolos, valores, hábitos e costumes que permeia a identidade sócio-espacial *gaucha*. Entre tais elementos podemos citar desde costumes cotidianos como *tomar un mate* (bebida de origem indígena resultante da infusão da erva-mate servida em uma cuia) ou andar a cavalo até significações contestatórias. Para este trabalho, interessam valores críticos de cunho sócio-político como a insubordinação, a insubmissão a patrões e à propriedade privada rural, dentre outros.

pois, como veremos, foi nesse país que durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX deram-se as mais significativas apropriações libertárias da identidade sócio-espacial *gaucha*, o encontro entre o anarquismo e o *gaucho*. Em quais circunstâncias históricas e geográficas esse encontro se deu? Que repercussões tiveram no campo simbólico-cultural? O que foi produzido em termos de música, literatura e manifestos a partir desse encontro? O presente texto procura responder a tais questionamentos atentando, sempre que possível, para o fato de que esse encontro não se deu sem contradições ou resistências por parte de *gauchos* e de anarquistas, contudo, resultou em um tipo que podemos chamar de "*gaucho*-anarquista", ou um "anarquismo à moda campeira".

Para esse intento procedeu-se à técnica de pesquisa documental com foco nas relações entre a identidade sócio-espacial *gaucha* e o anarquismo, em arquivos do *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas em Argentina* (CEDINCI), sediado em Buenos Aires, da *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), sediado em Montevidéu, e da *Federación Anarquista de Rosario* (FAR), sediada em Rosario, interior da Argentina. Após, realizou-se análise do discurso e produção de tabelas, textos explicativos e esquemas gráficos para melhor compreender tais relações.

O encontro

Nas últimas décadas do século XIX ocorre na Argentina um grande processo de mobilidade populacional via

desplazamiento[71] de trabalhadores(as) rurais em função do avanço da grande propriedade de terra e dos investimentos do governo nacional concentrados na província de Buenos Aires em vias de urbanização. Nesse período não foram poucas as insurgências populares e por parte de caudilhos interioranos contra o centralismo do recente Estado argentino, sendo que em muitas passagens da historiografia e da literatura o interior, o campo, as populações rurais eram vistos como "esquecidos" pelos governantes e, em alguns casos, chegou-se a vislumbrar o separatismo de certas províncias do norte argentino e da *pampa húmeda*[72]. O contexto foi de êxodo rural de populações grandemente identificadas com o universo valorativo *gaucho* para cidades em rápido crescimento, como Rosario, mas principalmente para a capital nacional – em 1869 Buenos Aires possuía cerca de 180 mil habitantes, ao passo que em 1915 a população superou a marca dos 1.500.000, cerca de dois terços destes nascidos fora da Argentina (BETHELL, 2008). Essa des-re-territorialização contribuiu para uma rápida disseminação dos hábitos da vida campeira no contexto citadino formando um dinâmico e singular caráter urbano (PRIETO, 1988), principalmente nos *arrabaldes* (periferias), criando-se uma heterogeneidade de tipos suburbanos – é nos arrabaldes onde se nota os maiores autoritarismos da modernização urbana

---

[71] Termo recorrente na literatura acadêmica argentina para designar os pobres expulsos do campo.

[72] *Pampa húmeda* e *pampa seca* são denominações mais correntes na Argentina. A primeira distingue-se da segunda por seu regime pluviométrico superior a 500mm/ano e corresponde aproximadamente às províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fe e Entre Ríos, estendendo-se ao Uruguai a ao sul e sudoeste do Rio Grande do Sul. Já a *pampa seca*, ou pampa ocidental, encontra-se em terras mais áridas à oeste até o sopé da Cordilheira dos Andes.

(DELGADO, 2012) e onde as *gentes* do campo encontrarão os imigrantes anarquistas.

O anarquismo chega à região transnacional *gaucha*[73] com o fluxo migratório de espanhóis e italianos, em maior grau, e franceses e suíços, em menor grau, para Argentina e Uruguai; e de italianos para o Rio Grande do Sul. Apesar disso, foi em terras argentinas que o pensamento libertário apresentou maior capilaridade no passado. Os primeiros sindicatos argentinos foram fundados pelos estrangeiros recém-chegados e, dente estes, a corrente política que mais se destacava era o anarquismo, mas outras correntes socialistas também se somaram nesse processo. Disso, formam-se círculos libertários e começa-se a publicar e distribuir folhetins, e logo outras formas de comunicação e propaganda são elaboradas, como peças teatrais, poemas e revistas literárias e culturais que desde já apresentavam uma linguagem compreensível para os *desplazados* do campo, além, é claro, dos tradicionais periódicos *obreros*. O começo do século XX em Buenos Aires e arredores se dá com a efervescência de produção de materiais da classe

[73] A região transnacional *gaucha* é, resumidamente, uma regionalização original que indica a mobilização de elementos do universo valorativo *gaucho* para propósitos políticos e que, grosso modo, corresponde ao referencial empírico em questão. Seus principais pressupostos são: é definida a partir do agente social *gaucho* e da identidade sócio-espacial *gaucha* em constante transformação ao longo do tempo até o presente, ainda que o universo valorativo *gaucho* esteja hoje demasiado transformando nos três países; a identidade sócio-espacial *gaucha* enquanto identidade transnacional, possuindo um componente além-fronteiras estatais; é berço de uma regionofilia cultivada por diferentes grupos; apresenta a mobilização de elementos do universo valorativo *gaucho* por grupos situados em diferentes pontos do espectro político; forma outras fronteiras, não estatais, mas que também são políticas. Para mais detalhes, ver Zilio (2014 e 2016).

trabalhadora que abordavam os mais variados temas, desde a primordial contradição capital-trabalho até novas ou alternativas formas de sociabilidade e entendimento do mundo a partir do lugar, do cotidiano e das experiências anteriores das gentes periféricas. Contudo, o anarquismo não se limitou a influenciar as lutas dos trabalhadores urbanos, e é parte da capilaridade do pensamento libertário no meio rural (ou a partir deste) que examinarei agora.

Canções e lutas *gaucho*-anarquistas: semeaduras libertárias na Pampa

O espaço rural argentino experimentou até meados do século XX diversas manifestações e lutas onde a típica figura da pampa, o *gaucho*, foi proeminente. A chegada de imigrantes anarquistas no campo não foi o único modo de imbricação do anarquismo com a identidade sócio-espacial *gaucha*: muitos escritores associam o *gaucho* a um espírito libertário "por natureza". Características como a liberdade, a insubmissão, a luta contra a grande propriedade rural e a expropriação fizeram com que nos *gauchos* fosse identificado um *ethos* libertário, e isto possibilitou a confluência e mesmo certas hibridizações entre a identidade *gaucha* e uma identidade anarquista, de modo que teríamos uma perspectiva libertária mais ou menos própria dos grupos sociais da pampa, e não simplesmente uma assimilação de valores e ideias importados da Europa. Tais argumentos serão pormenorizados a partir de canções e *payadas* anarquistas, seguindo-se de algumas lutas sociais históricas onde os *gauchos* foram importantes ou mesmo protagonistas.

Uma das experiências que mais claramente associa a identidade sócio-espacial *gaucha* às ideias libertárias são as canções e *payadas* anarquistas. Sucintamente, a *payada* é uma poesia declamada com acompanhamento musical, onde a temática geralmente gira em torno do cotidiano campeiro e também da visão de *gauchos* sobre a política, a economia e a cultura. No início do século XX a *payada* foi utilizada por anarquistas não em grandes centros urbanos, mas sim em plena pampa. Considerando o conflito patrão-peão, os libertários compuseram canções que dialogam diretamente com o peão, incitando reflexão e insurgência contra os latifúndios através da mobilização de elementos da identidade sócio-espacial *gaucha*, e é com a cultura política do caudilhismo que primeiramente os valores libertários se chocam na dualidade heroísmo dos anarquistas X covardia dos militares repressores.

Em geral, estes *payadores* não queriam ter patrão nem caudilho, defendiam a abolição da propriedade privada e das fronteiras e eram ateus anticlericais, internalizando um caráter de habitante do campo pobre, um sujeito de existência nômade que vive de pago em pago levando sua guitarra e seus versos. Muitas *payadas* demonstravam a ruralofilia/urbanofobia contra os chamados centralistas de Buenos Aires, exaltando os valores do campo e defendendo que era na pampa aberta onde a liberdade e a igualdade poderiam florescer. De três assuntos importantes do universo *gaucho* os *payadores* anarquistas se apropriaram: uma utopia da pampa sem cerca nem fronteiras estatais; o ataque a militares, ao governo, à igreja e à burguesia; e a desmistificação da suposta igualdade *gaucho*-caudilho.

Porém, no conjunto destas canções encontramos contradições de posicionamentos quanto à ideia de pátria: a

primeira geração de *payadores* anarquistas, nos primeiros anos do século XX, tinha a pátria e a bandeira nacional como uma espécie de pano de fundo, não criticando a pátria em si mas sim os "falsos patriotas" (HAGEMEYER, 2002). No entanto, na década de 1920 surge Martín Castro, mais conhecido como *El Payador Rojo*, um anarquista que não fazia concessões ao patriotismo e aos caudilhos, tendo deixado uma obra onde os elementos do pensamento libertário até então se faziam coerentemente presentes. Na compilação *Los Anarquistas (1902-1936)*[74], temos um apanhado de canções elaboradas por anônimos ou por conhecidos declamadores e *cantautores* da classe trabalhadora na Argentina, inclusive Castro. Uma das mais emblemáticas *payadas* dessa época é a *Milonga Social del Payador Libertario*, de 1902:

Milonga Social Del Payador Libertario

Cantado:
Grato auditorio que escuchas,
grato auditorio que escuchas
al payador anarquista
no háganse a un lado la vista
con cierta expresión de horror,
que si al decirte quien somos
vuelve a tu faz la alegría
en nombre de la anarquía
te saludo con amor.

[74] Para ouvir na íntegra, acessar: https://www.youtube.com/watch?v=maSDrJJA5ew.

Somos los que defendemos,
somos los que defendemos
un ideal de justicia
que no encierre en sí codicia
ni egoísmo ni ambición
el ideal tan cantado
por Reclus y los Graves
los Salvoechea y los Faures
los Kropotkin y los Tudor.

Somos los que despreciamos,
somos los que despreciamos
las religiones farsantes
por ser ellas las causantes
de la ignorancia mundial
sus ministros son ladrones
sus dioses son una mentira
y todos comen de arriba
en nombre de la moral.

Somos esos anarquistas,
somos esos anarquistas
que nos llaman asesinos
porque al obrero inducimos
a buscar la libertad,
porque cuando nos oprimen
golpeamos a los tiranos
y siempre nos rebelamos
contra toda autoridad.

Anônimo (1902)

No início, como é corrente em diversas *payadas*, o *cantante* pede permissão para o público, se apresenta e prepara-o para as ideias que irá compartilhar, entendendo de antemão que sua plateia a princípio teria receio ou medo de um anarquista. A canção traz elementos comuns ao anarquismo como um ideal amplo de justiça, posicionamento anticlerical, políticos e todos os *de arriba*, inclusive citando nomes de grandes geógrafos anarquistas como Reclus e Kropotkin. Nesta canção vemos que o autor apresenta uma identidade anarquista a partir da diferenciação e contraposição com aquilo de que são chamados pelas autoridades (*nos llaman asesinos/ porque al obrero inducimos / a buscar la libertad*) e, à medida em que se coloca ao lado dos trabalhadores, quer deles sua simpatia e sua confiança para juntos se rebelarem contra tiranos e autoridades.

Outra canção de apresentação e de afirmação da identidade é *Milonga Anarquista*, de 1906:

Milonga Anarquista

Recitado:
Sí, ya a principios de siglo
las ideas anarquistas han hecho pie
bien tierra adentro
y las cantan payadores criollos.

Cantado:
Soy un nuevo payador
del territorio argentino

y voy buscando el camino
de nueva felicidad.

Solamente la verdad
es el arma que yo entono
y con mi canto pregono
el sol de la libertad.

Abajo los usureros
mueran todos los rentistas
todos los capitalistas
y la religión impía.

Que ya se aproxima el día
de la paz universal
y del concierto social
bajo el sol de la anarquía.
Anônimo (1906)

Aqui o autor, também anônimo, destaca a recente chegada no território argentino de um *payador* libertário, esclarece quem são seus inimigos (usurários, rentistas, capitalistas e a religião) e que com esperança uma época de paz nos campos se dará sob as ideias anarquistas.

Já *Guitarra Roja* (1928), d'*El Payador Rojo* Martín Castro, entoa um grito de combate aos *de arriba* tendo seu instrumento musical como principal arma contra os opressores, principalmente os frontalmente atacados caudilhos:

Guitarra Roja

Recitado:
En esos años
aparecerá el gran cultor
de la payada libertaria;
será el payador rojo
Martín Castro.

Cantado:
Ven guitarra libertaria
libertaria y redentora
del que sufre
del que llora
del delincuente y el paria.
Tu acorde no es plegaria
el servilismo indecente
el bardo altivo y valiente
cuando te pulsen sus manos
ante todos los tiranos
sabe atacarlos de frente.

Guitarra que entre mis manos
vibras y ruges conmigo
fiel amiga de este amigo
pregón de versos humanos
y en tus trinos soberanos
del libertario cantor
se inspira en versos de amor
de rebelión y templanza

augurando una esperanza
en los hijos del dolor.

Guitarra, los payadores
hicieron de tu cordaje
palenque del caudillaje
para amasar electores
rutinarios, corruptores
en vez de hacerte valer
te hicieron envilecer
con caudillo de partido
guitarra, guitarra te han corrompido
como una débil mujer.

Guitarra, si en mi vejez
llegara a serte profano
quisiera ser un insano
sin vista y en la mudez
si pierdo la rigidez
del convencido varón
antes de hacerte un baldón
coyunda para tus notas
quiero, quiero ver tus cuerdas rotas
quebrado tu diapasón.
Martín Castro (1928)

Muitas dessas canções eram entoadas em festas e reuniões de trabalhadores/peões em momentos de pausa na lida dentro dos galpões destinados a estes ou em festas campeiras. Várias das *payadas* anarquistas se espalharam pelo boca-a-boca em boa parte da pampa argentina, algumas até tendo reconhecido sucesso e chegando a serem gravadas, como é o caso destas canções na compilação *Los Anarquistas*. A respeito das apropriações libertárias de elementos do universo valorativo *gaucho* nas canções anarquistas, Hagemeyer (2002, pp. 103-104) assim coloca:

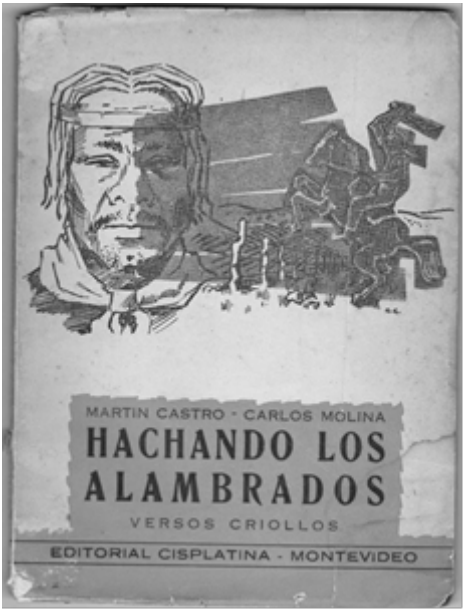
> Misturado com os antigos valores da pampa, o anarquismo parecia ganhar um novo significado, qual seja, o do retorno à antiga pampa livre, do tempo em que não havia fronteiras, em que o gado xucro andava solto pelos campos, em que a autoridade ultramarina ainda não impunha suas ordens. No tempo em que o *gaucho* não era obrigado a abrigar-se sob a autoridade do grande estancieiro, nem seguir a liderança política desses caudilhos.

Alguns limites destas *payadas* merecem, no entanto, ser destacados. O passadismo com que os *cantautores* tratavam o espaço rural pode limitar a compreensão das transformações sócio-espaciais, dificultando a elaboração de estratégias de luta e resistência e, associando-se à ruralofilia/urbanofobia, podem se tornar um perigo por defender o campo como único lugar onde se possa concretizar a emancipação social. Isto, contudo, é compreensível em um contexto em que o Estado centralista argentino apostava todas as suas fichas no desenvolvimento urbano-industrial de Buenos Aires, provocando um forte conflito entre o campo e a cidade-capital.

A mescla entre as significações libertárias e a identidade sócio-espacial *gaucha* não se limita ao passado. Da segunda metade do século XX até hoje temos músicos que cantaram as coisas de seu pago e do mundo por meio de *payadas*, milongas, *chacareras* etc. com fortes conotações libertárias, denominando-se anarquistas ou não. Três destes são os uruguaios Carlos Molina (1927-1998), Daniel Viglietti (1939-2017) e Chito de Mello (1947-). O primeiro, próximo à *Federación Anarquista Uruguaya*, é considerado o maior *payador* do século XX. O segundo é um dos maiores expoentes do canto popular uruguaio e reconhecido internacionalmente. O terceiro é uma figura

conhecida na fronteira Brasil-Uruguai (Santana do Livramento-Rivera) por, dentre outras razões, valorizar o portunhol em suas canções. A Figura 1 mostra a capa do livro *Hachando los Alambrados* (Cortando as Cercas) com versos de Martín Castro e Carlos Molina, onde se vê do lado esquerdo o rosto de um *gaucho* e do lado direito o *gaucho* passando por cima ou destruindo o alambrado, marco espacial da propriedade privada da terra.

Figura 1: Capa de *Hachando los Alambrados* (Martín Castro e Carlos Molina, 1959).



Fonte: CEDINCI

Algumas passagens emblemáticas das obras musicais de Viglietti e Mello são:

A Desalambrar

Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que la tierra es de nosotros
Y no del que tiene mas.

Yo pregunto si en la tierra
Nunca habria pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den.

A desalambrar a desalambrar
Que la tierra es mia tuya y de aquel
De pedro maria de juan y jose.

Si molesto con mi canto
A alguno que ande por ahi
Le aseguro que es un gringo
O dueño del uruguay.

A desalambrar a desalambrar
Que la tierra es mia tuya y de aquel
De pedro maria de juan y jose.
Daniel Viglietti (1973)

Nesta canção de Viglietti temos a luta pela terra como foco e a autodeterminação do trabalhador rural com a

coletivização da terra como um objetivo. Assim como os *payadores* do passado, Viglietti dialoga com os trabalhadores (seu público-alvo) em uma linguagem direta e acessível, com um raciocínio simples que provoca a reflexão sobre a posse da terra.

Em *Yo Soy del Asentamiento*, Chito de Mello utiliza o portunhol para se colocar como humilde morador de um assentamento rural, que apesar da pobreza e das mazelas não cai na conversa de políticos profissionais e segue trabalhando arduamente no cerro, lutando por outras vias como pregava o citado músico Alfredo Zitarrosa. Termina entoando uma máxima muito cara para os anarquistas contemporâneos - *se vota por los de arriba o se lucha por los de abajo*.

Yo Soy Del Asentamiento

Yo soy del asentamiento
Pa que sepas compañero
Yo soy del asentamiento
Pa que sepas compañero

Y dependo de mis brazos
Pra ganar mi puchero
Y dependo de mis brazos
Pra ganar mi puchero

Mi casa de trace rustico
Martillo, clavo y tenaza
P'alguno sera una choza
Pero pa mi es una casa

Yo'xisto con la mujer, los gurises y los perros
Yo'xisto con la mujer, los gurises y los perros
Aguantando la tacada en la cacunda del cerro
Aguantando la tacada en la cacunda del cerro

La pobreza me da rabia y de caliente me empedo
La pobreza me da rabia y de caliente me empedo
E ya meto por pelear como pensaba Alfredo
E ya meto por pelear como pensaba Alfredo

Que el político me usa hace rato que lo noto
Que el político me usa hace rato que lo noto
Este sólo me visita cuando precisa mi voto
Este sólo me visita cuando precisa mi voto

De tanto errar he aprendido esas verdades carajo
De tanto errar he aprendido esas verdades carajo
Se vota por los de arriba o se lucha por los de abajo
Se vota por los de arriba o se lucha por los de abajo.
Chito de Mello (2003)

Não apenas em músicas e poemas encontra-se a mobilização da identidade sócio-espacial *gaucha* com caráter libertário. Alguns episódios históricos ocorridos no interior argentino retratam bem a luta de *gauchos* contra variadas opressões e se tornaram míticos no imaginário social. Os *gauchos* foram muitas vezes associados ao banditismo e à vagabundagem pelas autoridades da época. Na Argentina durante fins do século XIX e a primeira metade do século XX os chamados *bandidos rurales* povoaram o campo e a imaginação das populações rurais, tornando-se conhecidos pela destreza com o cavalo, com as armas brancas e de fogo, a luta contra autoridades e o caráter de expropriação de suas ações - em geral,

assaltos a trens, bancos e instalações militares. Nomes como Vairoletto "*El protetor de los pobres*", *Mate Cocido*, os irmãos Izidro e Carlos Velázquez ("*Los vengadores*") e Antonio "*El Gauchito*" Gil[75] foram símbolos de transgressão e representantes, por assim dizer, dos "últimos" *gauchos* clássicos, nômades foras-da-lei com um código de honra próprio. Em um contexto histórico e geográfico em que o habitante do campo era obrigado a solicitar aos senhores, caudilhos, proprietários e aparato repressor do Estado a permissão para simplesmente ir de um local para outro, os *bandidos rurales* desafiaram autoridades ao mesmo tempo em que encorajaram muitos atos de resistência por parte das populações *desplazadas* do campo, e são reivindicados por anarquistas até hoje[76].

Outra experiência de luta de *gauchos* no campo argentino foram as chamadas *montoneras gauchas*. As *montoneras* caracterizaram-se ao longo do século XIX por serem formações militares irregulares de populações de um determinado local, semelhante a milícias, geralmente sob a liderança de um caudilho e surgidas a partir das guerras contra a colonização espanhola. Considera-se as *montoreras* fundamentais para se entender a formação social e territorial dos campos argentinos, notoriamente os espaços ao norte de Buenos Aires até o *chaco* paraguaio (ALABART, 2015).

---

[75] Hoje o *Gauchito Gil* é um santo popular argentino e uma das figuras históricas mais conhecidas e devotadas do país.

[76] A canção *Bandidos Rurales* de Leon Gieco detalha os feitos destes *gauchos*. Diz ela "*Bandidos rurales, dificil de atraparles / Jinetes rebeldes por vientos salvajes [...] Igual que alambrar estrellas en tierra de nadie (...) Bandidos populares de leyenda y corazón / Queridos por anarcos, pobres y pupilas de bordel / Todos fuera de la ley*".

Nesse âmbito algumas *montoneras* apresentavam uma estrutura tal que os *gauchos* em geral decidiam os rumos destas organizações e o comandante *montonero* apenas os liderava militarmente, como ocorre em certas guerrilhas. A chamada *Guerra Gaucha*, uma série de batalhas no norte argentino pela independência, contaram com as *montoneras* como base estratégica de suas ações.

A seguir veremos algumas repercussões urbanas do encontro entre a identidade sócio-espacial *gaucha* e o pensamento libertário.

Periódicos, manifestos e contos no movimento operário

O anarquismo enquanto corrente política e conjunto de ideias chega à região transnacional *gaucha* junto aos milhares de imigrantes vindos principalmente da Itália e da Espanha, como já foi mencionado. A maior parte dos trabalhadores na grande Buenos Aires em fins do século XIX, por exemplo, era de origem estrangeira, alijados de sua terra natal e de suas tradições onde nem Estado nem Igreja representavam suporte a estes (SURIANO, 2000).

Buenos Aires e Rosario foram os dois centros urbanos onde as ideias libertárias melhor tomaram forma; porém, o projeto libertário era "[...] integral e se espalhou pelo campo e por cidades menores nos âmbitos político, econômico ou cultural." (*idem*, p. 301). Os primeiros círculos anarquistas de importância começaram na década de 1880 na capital federal e ganharam força com a chegada de uma figura da envergadura de

Errico Malatesta, um dos maiores nomes do anarquismo clássico. Malatesta funda em 1885 o Círculo Comunista Anárquico e anima outras organizações em variados arrabaldes portenhos. O anarquista italiano regressa à Europa em 1889, porém deixa um legado organizacional fundamental para o desenvolvimento posterior do campo libertário na Argentina.

A última década do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX foram efervescentes com a fundação do famoso periódico operário *La Protesta Humana* (1897-), a constituição da *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA, 1901-) – que durante uma década (1905-1915) recomendou em seu programa a adoção do comunismo anarquista – e a publicação e divulgação de diversos produtos culturais como revistas, poemas, canções e peças de teatro com pano de fundo libertário. Para se ter uma ideia da difusão do anarquismo no meio operário, em 1904 contou-se uma tiragem de 8.000 exemplares de *La Protesta Humana* contra 3.300 exemplares de *La Vanguardia*, publicação do Partido Socialista (MINGUZZI, 2016). Nomes como Alberto Ghiraldo, Florencio Sanchez (estes dois na primeira década do século XX) e Diego Abád de Santillán[77] (na segunda década do século XX) tornaram-se referências na difusão de ideias advindas da Europa e também na reelaboração de tais ideias para a realidade argentina.

No contexto de surgimento dos tipos suburbanos em um espaço periférico e precarizado compartilhado por imigrantes pobres e campeiros *desplazados* mesclam-se elementos do

[77] O anarquista espanhol Santillán (1897-1983) migrou com 8 anos de idade para a Argentina onde realizou seus estudos até a adolescência. Voltou à Espanha com 15 anos e, posteriormente, regressou à Argentina em 1918, tendo atuado como sindicalista na FORA e editor de La Protesta Humana.

universo *gaucho* e do anarquismo, e os *Centros Criollos* surgem nos arrabaldes como espaços de socialização desses grupos. Ali eram encenadas peças teatrais de dramaturgos anarquistas (o mais conhecido deles foi Florencio Sanchez), entoados cantos e improvisadas *payadas* que contavam a luta e o cotidiano *gaucho* sob um ponto de vista libertário, entre outras atividades recreativas e políticas.

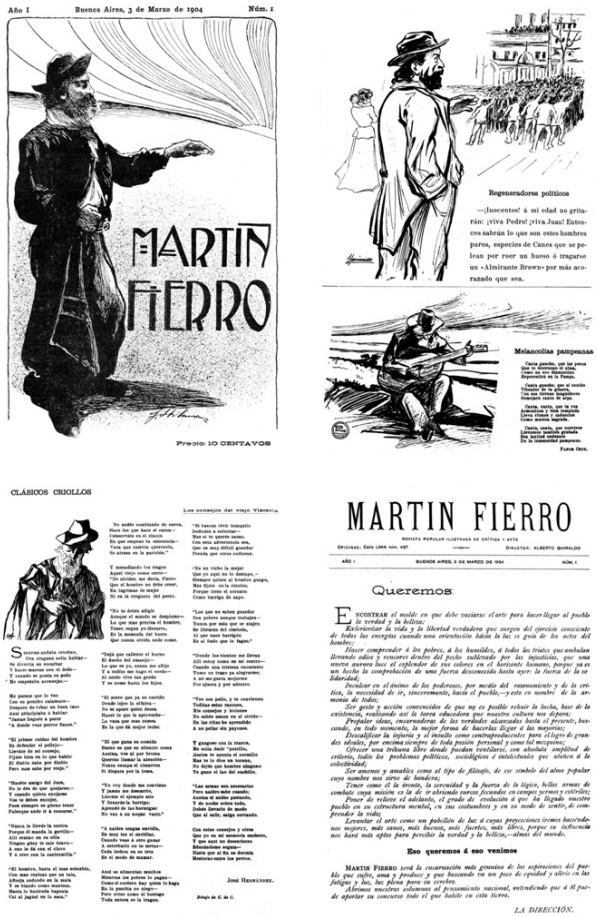
Disso reconstitui-se parte do universo *gaucho* em direção à valorização dos elementos que convergem com um espírito insurgente, insubmisso e revolucionário. Contudo, como aconteceu também no Rio Grande do Sul, essa época presenciou o advento da ideologia nacionalista, onde a figura do *gaucho* foi também apropriada por aqueles que objetivavam construir um sentimento de pátria e de pertencimento nacional – aqui vemos como a identidade sócio-espacial *gaucha* foi objeto de disputa por campos opostos do espectro político.

Alberto Ghiraldo (1875-1946), escritor e produtor cultural, fundou e editou *Martín Fierro - Revista popular e ilustrada de crítica y arte*[78] entre março de 1904 e fevereiro de 1905, que teve 48 números sendo que a partir do 31º tornou-se suplemento de *La Protesta Humana*, quando Ghiraldo também foi diretor do periódico (DÍAZ, 1991). Martín Fierro foi uma revista de caráter político-cultural que buscava uma interpretação alternativa à da ideologia nacionalista quanto ao mundo *gaucho*/campeiro e um diálogo com os recém-chegados trabalhadores rurais. Por isso foi uma revista de muitas figuras, poemas e textos curtos sobre o cotidiano, o universo rural, as dificuldades de se exercer os hábitos e costumes interioranos na

[78] A revista encontra-se digitalizada e disponível em: http://americalee.cedinci.org/portfolio-items/martin-fierro/.

cidade grande e, também, sobre a importância da solidariedade para com os imigrantes europeus pobres. A Figura 2 traz uma composição com quatro páginas de números diversos que ilustram seu conteúdo.

Figura 2: Composição de páginas da Revista Martín Fierro.



Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Número 1, capa; Número 2, p. 11; Número 4 p. 4; e Número 1 p. 3. Fonte: CEDINCI.

Corriqueira é a figura do *gaucho/criollo* em diferentes situações no campo e na cidade: ora aparece como o centauro da pampa, absoluto em seu cavalo, sua determinação e sua bravura; ora aparece com um mendigo na cidade grande; ora também aparece ironizando clérigos e poderosos; e ora aparece mirando o horizonte como metáfora de seu futuro. A respeito da capa do número 1, que se repete até o número 3, Minguzzi (2016, p. 5) comenta:

> Emblemática resulta la figura del gaucho que aparece en el número 1 y que se repite en otros. Su serena postura y su forma de otear el soleado horizonte reflejan en la caracterización de esta figura que se hace en el manifiesto del número inicial en donde se habla de lo ameno, amable y sereno que resulta el personaje de Hernández, con su postura irónica y filosófica.

É importante destacar que, como muitas das publicações operárias da época, Martín Fierro reflete uma multiplicidade de correntes críticas em suas páginas mas, apesar de alguns reformistas, partidários e socialistas moderados terem publicado textos e imagens anticlericais, antimilitaristas e contra o Estado opressor e centralista, a maior parte de seus colaboradores e o espírito central da revista são claramente libertários.

O estilo de Ghiraldo e sua sensibilidade estética refletem em um estilo de escrita apaixonado e sem grandes preocupações com referências teóricas (outros periódicos já faziam isso), pois seu intento é, antes de tudo, tocar os leitores e inspirá-los a seguir cultivando ideias libertárias de solidariedade e luta contra a heteronomia em suas variadas formas.

> De este modo, en la revista de Ghiraldo se advierte que la mayoría de las cuestiones referidas a la problemática del anarquismo son planteadas desde una lógica que podríamos llamar del "sentido común" y que a ella se apelará para la transformación de la sociedad. Ghiraldo, especialmente, es quien más utiliza esta forma discursiva, poniendo en ese "sentido común", apasionado, sentimental y justiciero, la clave del cambio individual y social. Nunca mejor que en sus artículos se transparenta la fuerza de la individualidad anarquista que, transformándose a sí misma, motoriza el cambio de la sociedad (REY, 2004, pp. 26-27).

Os contos de Alberto Ghiraldo publicados na Martín Fierro foram posteriormente reunidos em *Carne Doliente* (GHIRALDO, 1907). A ordem com que o autor sistematiza os contos é sugestiva: os primeiros se passam numa *llanura* aberta onde o meio telúrico é central e, por vezes, certo determinismo ambiental também aparece. Ao longo dos contos percebe-se as transformações do campo, o aumento das opressões e do autoritarismo, até chegar ao final do livro no espaço urbano, onde o *gaucho* se vê obrigado a desenraizar-se e a moldar-se com tipos tão diferentes. Na reterritorialização na cidade o indivíduo começaria seu processo de alienação pois tirado de sua terra, de seu espaço-abrigo original. Vejamos alguns trechos da obra como exemplo da maneira pela qual um anarquista retrata o *gaucho* (a grafia original foi mantida).

> A concretar las aspiraciones de los que ya se consideraban poseedores y dueños detentados, vienen después los cerebros de hábiles políticos constituyendo ellos la luz, el foco revolucionario que había de irradiar á poco con resplandores de incendio por todo un continente.

> Producto mestizo de español y de indígena tenía el criollo tanto del empuje y la soberbia del primero cuanto de la astucia y felinidad del segundo.
> En el territorio ocupado por el virreinato del Río de la Plata se agrupaba un pueblo productor, ganadero por excelencia, pero cuya organización económica y costumbres sociales íbanse, naturalmente, amoldando á las introducidas por el español. Un día sintióse fuerte, capaz de bastarse á sí mismo y entonces sin pretender cambiar de hábitos quiso no tener tutela, es decir emanciparse del poder explotador. Una coyuntura histórica le favoreció. El tutor atacado constreñido por un enemigo audaz, necesitaba de su más grande esfuerzo para resistirle. Y habló la astucia; el criollo desplegó su bandera, hizo un nuevo símbolo con diferentes colores y se lanzó á la guerra.
> Vino ésta con todos sus horrores. El español residente, empecinado en sostener su dominación, llevó al extremo su actitud intransigente y la lucha adquirió los contornos de las tragedias más luctuosas de la historia. Fué la noche de América (La Independencia, GHIRALDO, 1907, pp. 18-19)

Aqui Ghiraldo mostra a formação étnica do *gaucho* (*criollo mestizo de español y de indigena*), suas principais ocupações (*ganadero por excelencia*), e a tomada de consciência de sua condição subalterna (*quiso no tener tutela, es decir emanciparse del poder explotador*). As características pelo autor colocadas são aquelas que mais aproximam o *gaucho* do ideário anarquista, vendo na figura do mestiço campeiro um potencial revolucionário. A rebeldia também é demonstrada no seguinte trecho do mesmo conto:

> El rebelde aquel era un símbolo. Había batallado ofreciéndose, entero, en holocausto á un principio. El era el abanderado de la libertad; peleaba en los campos de América contra el poder español hoy reinante porque ese era el obstáculo presente, la piedra inmediata cuyo derrumbe se hacía necesario para que el río de agua dulce y fecunda se esparciese en el mundo. Hoy el español, cruel y retrógrado, empecinado en sostener dogmas falsos, era el enemigo. Mañana lo sería el criollo estanciero y logrero, ese á quien se aludía con frase agresiva y mordaz (*idem*, p. 23)

A insurgência dos *gauchos* contra os dominadores espanhóis é tema recorrente da literatura em geral e anarquista em particular, porém Ghiraldo procura diferenciar a luta do *gaucho* contra seu opressor imediato de uma luta patriótica ou nacionalista: apensar de reconhecer o papel daquele no processo de expulsão dos espanhóis, não vê o *gaucho* com um objetivo independentista. Estratégias de resistência anticlerical dão as caras em *Postrer Fulgor*, em um contexto de guerra onde os recursos escassos não são obstáculo suficiente para frear os *gauchos*.

> Indios y gauchos alzados ocupaban la Pampa. Perseguidos á muerte por el cristiano tenaz y bárbaro, civilizador y salvaje, habíanse diseminado en grupos, fuertes y ágiles, con el fin de distraer al enemigo, obligándole á desunirse también haciendo una guerra de recursos, sin contar con las facilidades de concentración y desbande inmediato con que cada día asombraban ellos, los hijos del cardal y las pajas bravas (Postrer Fulgor, GHIRALDO, 1907, p. 33).

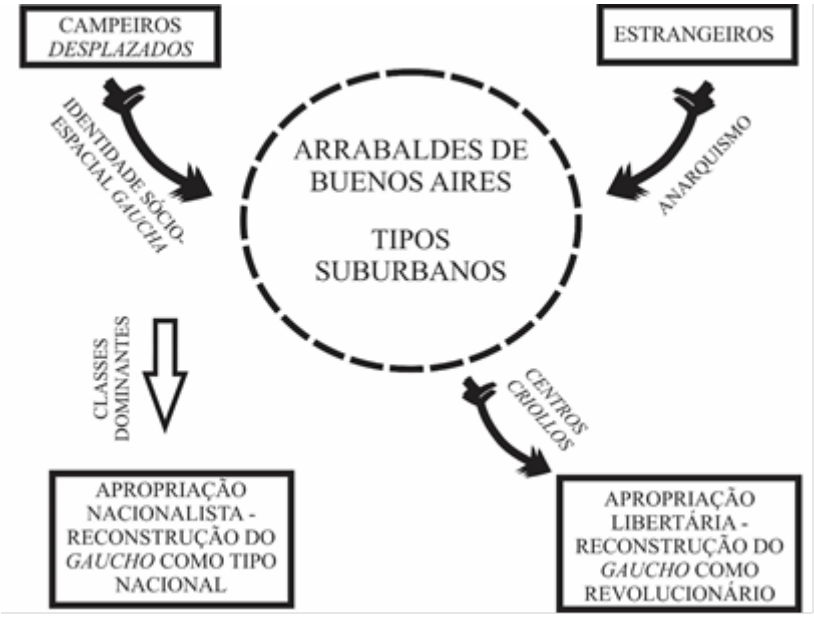
Com o personagem *El Matrero Ibañez* em *La Traición*, Ghiraldo glorifica a figura do *gaucho* utilizando-se de símbolos presentes no imaginário anarquista, como a bandeira negra:

> La melena flotando á los vientos como una negra bandera llena de pliegues, la mirada intensa y fija, con reflejos de lanza nueva, clavada en el grupo armado, el ademán sereno, resuelto del que ha jugado su vida y sólo teme al cautiverio, dábale al gaucho todo el aire de un héroe legendario digno de ser cantado por un homérida ó esculpido en mármoles valientes (La Traición, GHIRALDO, 1907, p. 85).

Pode-se considerar a obra de Alberto Ghiraldo a principal expoente do que poderíamos chamar de uma "literatura gauchesca libertária", pois demonstra de maneira profunda e sensível o encontro simbólico e concreto entre o anarquismo e a identidade sócio-espacial *gaucha*, além de ter influenciado toda uma gama de escritores e músicos libertários ao longo do século XX.

Sintetizando o encontro do anarquismo com o universo *gaucho* nas periferias portenhas, a Figura 3 traz um esquema com o intuito de facilitar a compreensão dos desdobramentos dessa mestiçagem simbólico-cultural.

Figura 3: Esquema gráfico do encontro do anarquismo com a identidade sócio-espacial *gaucha* em fins do século XIX e início do século XX, simultaneamente à apropriação nacionalista da identidade.



Elaboração: ZILIO, Rafael.

Posteriormente aos primeiros anos da mescla "*gaucho*-anarquista", vários textos entre cartas e manifestos surgiram influenciados pela reconstrução do *gaucho* como um potencial revolucionário. Um texto fundamental para a compreensão dessa mescla é o manifesto *La Carta Gaucha*, escrito em 1928 por Juan Crusao, pseudônimo de Luis Woollands, um trabalhador sazonal do campo profundamente imerso e conhecedor por

experiência do universo *gaucho*. *La Carta Gaucha* é um dos textos mais reivindicados, resgatados e estudados do campo libertário do Prata. Por sua importância, principalmente pela rápida disseminação entre os trabalhadores rurais nas décadas de 1930 e 1940 na pampa argentina e uruguaia, resgato a seguir diversos trechos emblemáticos de um manifesto escrito em dialeto *gaucho*, de maneira objetiva e "sem os floreiros dos literatos" como diz o próprio autor. O objetivo geral do texto é incitar os *gauchos* a refletirem sobre sua condição de subalterno, de trabalhador superexplorado que está longe de receber o que merece pelo seu trabalho, destacando a luta contra os estancieiros, políticos profissionais e poderosos em geral, ao mesmo tempo em que semeia a solidariedade com os imigrantes pobres recentes e, junto destes, insurgirem-se e lançarem-se à revolução. O autor, em um "prefácio" de sua carta, assim comenta a recepção do texto por parte dos anarquistas e o intento do manifesto:

> A mis amigos los anarquistas se les puso que la carta tiene cosas muy buenas y muy útiles para instruir a los gauchos. Ser'asi. Ellos saben mejor que yo las cosas. Yo no me pong'orgulloso por ello. Lo que sí, me gustaría que mis paisanos la leyeran con cariño y cuidasen bien el librito; y que cuando vayan a pasiar a'lguna casa e gente criolla, lo saquen y lo lean, pa que todos se den cuenta de lo que deben haser pa que los campos argentinos vuelvan a ser de los pobres, como han sido en otros tiempos, y que l'hasienda gorda no se la coman los frigoríficos, sino los trabajadores, y pa que del trigo argentino se haga pan pa los hijos del páis y no que se lo lleven pa Uropa, como están hasiendo.

> Todas estas cosas se deben remediar con la revolusión que tenemos que haser prontito. Es por eso que se presisa saber q'es y cómo se hase la revolusión, y la CARTA GAUCHA les dice clarito a los gauchos lo q'está bien, como pa q'elijan. El que no comprienda con eso, es porque tiene agua en la cabesa o alma de milico. Los demás todos l'han d'entender (CRUSAO, s/d, p. 6).

Logo no início o autor convida os leitores a aproximarem-se dos "gringos" pobres pois os subalternizados de todas as nações merecem respeito e solidariedade, colocando os habitantes da pampa em posição de inferioridade intelectual e organizativa perto dos estrangeiros pobres que teriam muito o que ensinar:

> ¡Amigos! Cuando me acuerdo de aquellos hombres, me da vergüenza llamarles gringos… D'ellos aprendí que los verdaderos gringos somos los pobres de cualquier nasión, y que los argentinos d'inorantes que somos los despresiamos. ¡Somos bárbaros los hijos d'esta tierra, y atrasaos! Nos creemos saber todo y somos más redondos que argoll'elaso; no tenemos más que mala boca pa insultar a los trabajadores y pa ráirnos de lo que no sabemos. Y somos más desgrasiaos q'ellos, porq'ellos siquiera se defienden de las picardías de los ricos y nosotros ¡ni eso! (CRUSAO, 1928, não paginado)

O tema da superexploração do trabalho é recorrente na carta. Aqui Crusao exalta as habilidades do *gaucho* e que este não pode se sujeitar a patrões e estancieiros que se apropriam das riquezas geradas no trabalho para, no final das contas, continuar pobre e manter a riqueza dos proprietários.

> Les diré que en esta vida he trabajao en todo lo que se diera vuelta, como hijos e pobres y por no haber nasido con estancia, como algunos tísicos d'este p'ais; he domao potros, h'esquilao y acarriao hasienda, he trabajao en las trillas, en las aradas y he cortao y emparvao pasto. En todas partes he regao elsuelo con mi sudor. Y voy llegando a viejo y siempre pobre. Resien comprendo que mi trabajo ha servido pa enriqueser a otros, y que yo he quedao con el orgullo del sonso; con el cuento de que he trabajao mucho y no tengo en que cáirme muerto. Porque así es la suerte del que trabaja…Y así como yo, andan por ay muchos criollos que no pueden con el peso de su pobresa (*idem*).

As desigualdades de acesso aos mantimentos de subsistência consequentes da apropriação da riqueza produzida são explicadas de maneira simples mostrando como o trabalhador é alienado de sua produção:

> Yo h'estao en muchas estansias en donde se voltiaban pa los piones las vacas enfermas de la garganta; y estos infelises de mis paisanos se las comían sin protestar siquiera. L'hasienda gorda y sana la vendían los patrones p'al frigorífico, y se daban corte que habían sacao tanto y tanto ¡como si tal cosa!...; no se acordaban de que los que habían cuidao es'hasienda se habían alimentao con las que s'estaban mueriendo de peste. (...) Y después que los pobres revientan sinchando pa llenar miles de bolsas de trigo, se pasan todo el año con galleta dura, y eso cuando tienen; del pan no hay que acordarse, porq'esta tan caro que los pobres no se le ponen ni en buenas. Los patrones mirando trabajar a sus esclavos, comen de lo mejor y nunca se les pega la camisa con el sudor (CRUSAO, 1928, não paginado).

Após a abordagem do trabalho, Crusao conta o momento em que encontrou alguns trabalhadores estrangeiros (espanhóis e italianos) e como esse encontro o marcou, o fez ver que os "gringos" poderiam ensiná-lo muito sobre justiça, liberdade e revolução.

> ¡Amigo!... pero no siento el haberme quedao. Jui a vivir a la carpa d'esos estranjeros que les digo. Eran españoles los más y un italiano. ¡Alegadores! […] Sabian lo que desian. Pero lo que más me gustaba era cuando hablaban de revolusión. ¡Qué lindas cosas desian! Yo me quedaba con la boc'abierta. Allí he abierto los ojos yo, mejor que si hubiera ido a la escuela toda la vida, ¡Amigo! Desían que los pobres no debíamos aguantarles más a los ricos y que ha llegao el momento que los ricos trabajen como nosotros si quieren comer; que todos somos iguales, porque no porq'ellos sean más istruidos que nosotros han de valer más; si ellos tienen la istrusión, nosotros tenemos los brasos hechos al trabajo y ellos no; que los ricos, sin nosotros que hasemos todo, no podrían vivir y que nosotros pa vivir no presisamos d'ellos (*idem*).

Outra advertência recorrente para os *gauchos* é não confiar nos políticos profissionais ainda que se vistam como trabalhadores (apropriem-se de seus símbolos) ou que se chamem socialistas ou comunistas.

> Pero son como todos los demás, igualitos. Todo lo arreglan con palabras; charla, eso sí, no les falta: pa prometer son como hachaso, pero todas esas posturas las hasen pa conseguir votos. En eso son más diestros que los otros. Hasta se visten de trabajadores a veces y se llaman socialistas o comunistas para parecer mejores. Y según disen los que saben, donde gobiernan ellos se llevan todo

> por delante; ¡hast'han llegao a fusilar a los trabajadores! Así son todos los políticos. Ni con colgarlos pagarían todo el daño que hasen (*idem*).

O serviço militar obrigatório é um dos problemas que mais preocupa Crusao em seu escrito. Para ele, os jovens pobres, filhos dos *gauchos*, eram submetidos a um regime praticamente escravo e altamente disciplinatório que deturpava e mesmo fazia com que os valores de liberdade fossem perdidos. Nesse sentido, o antimilitarismo de Crusao se dava na recusa em se alistar no exército, porém pegar em armas para se preparar a revolução.

> Y la cosa es bien sensilla: ellos están pa cuidar los bienes de los ricos, pa que los pobres que tienen hambre no se puedan apropiar de lo que les sobra a los ricos. De este modo están en conta nuestra, y en contra d'ellos mismos, que son tan pelagatos como los trabajadores. ¡Y estos animales de milicos no se dan cuenta!
>
> ¡Criollos, paisanos míos: no manchen la memoria de sus padres vistiéndose con la ropa de la polisia, y en lugar de agarrar esas armas pa servir con ellas a los ricos, agarrenlás pa'hacer la revolusión! (CRUSAO, 1928, não paginado).

No encontro com os "gringos" o autor relata que foi estimulado a ler e escrever, pois praticamente um analfabeto, e que era preciso estudo e reflexão (muitos livros) se quisesse enxergar melhor as injustiças e as formas de superá-las para emancipar-se.

> Entonse jué cuando aquellos hombres me aconsejaron que liera y escribiera. Con ellos aprendí a formar las letras, porque yo era un redondo p'estas cosas. ¡Y hay

> que ver la pasensia que tenían! Como eran tan entendidos en todo, daba gusto como l'enseñaban a uno. Al mes ya léia de corrido y escribi'algo, después a juersa de costansia y afisión m'hise un escribano, hecho y derecho. Todas las noches, con lus, meta pluma y meta ler. ¡Y tenían cada libro!... Ah, pero les voy a'lvertir: aquellos hombres que tanto me enseñaron y que m'hisieron el mayor servisio qu´he resibido, eran anarquistas (*idem*).

E continua explicando que também tivera no começo preconceitos contra anarquistas, mas que com o contato percebeu que se tratavam de companheiros, ao ponto de Crusao também denominar-se anarquista.

> Yo al principio les desconfiaba. ¡Se desían tantas barbaridades de los anarquistas!... Pero después, ¡qué diablos! si eran los hombres más buenos nos que había conosido en mi vida. En la carpa d'ellos todo lo que había era de todos, era del COMUNISMO como ellos desían; no había que pedir permiso p'agarrarlo y no les gustaba tampoco que uno anduviese con cumplidos. Por eso les créía más, porque lo qu'ellos desían que harían después de la revolusión, lo hasían allí mismo, ¡no había tutía! Eran hombres de una sola piesa y sin revés. Desd'entonse yo no tengo a menos de llamarme anarquista y hasta teng'orgullo e serlo. Y también digo que después de saber todo lo que les cuento, únicamente los sinvergüenzas y los ricos pueden hablar mal de los anarquistas, porque es claro, no les conviene que los pobres abran los ojos. Si no, el día que los trabajadores se hagan anarquistas y les griten: ¡Aquí estamos!, ese día los cogotudos van a tener qu'hinchar el lomo si quieren comer, porque nadies v'a ser tan sonso pa seguir manteniendo a sánganos (*idem*).

Após ter esclarecido que seus amigos estrangeiros eram anarquistas e que os preconceitos contra eles não tinham cabimento, Crusao explica o que seria uma sociedade futura sob o ideário libertário e que não era preciso ter medo de uma sociedade "sem governo" pois todos teriam a capacidade de se autogovernar.

> Los anarquistas, amigo, no quieren tener gobierno; porque disen que cada cual debe gobernarse a su gusto y que nadie tiene derecho a mandar a los demás; porque los hombres todos somos iguales, es desir, somos hombres lo mismo uno que los otros. Y eso se ve bien claro: nadies presisa del gobierno para poder comer y haser las demás nesesidades; lo que sabe uno desde que nase. Por falta de gobierno no vamos a dejar de comer y vestirnos, ¡no hay miedo! Y tan lindo que andamos, con gobierno y todo, los pobres: desnudos y muertos de hambre. Así es qu'el dia que falten esos señores, no los vamos a estrañar mucho. Que nos dejen d'historias esa manga de sinvergüenzas, que se pasan la vida gorda con el cuento de que hay que gobernar al páis porque si no, se acabaría el mundo;que hay que respetar el orden, las leyes, la religión de los curas y ¡qué sé yo! El caso es qu'ellos, con esas matufias tienen todo embarullao y viven del sudor de los que trabajan. (...) el gobierno quiere que los pobres guarden el orden y respeten la propiedá e los ricos; mientras tanto él no respeta ni siquiera la vida de los trabajadores, y por cualquier cosa, basta que los trabajadores se junten en la calle, pa que les haga cáir con su milicada, que no anda con chicas cuando la mandan dar palos o tirar tiros a los pobres (CRUSAO, 1928, não paginado).

E menciona o problema da propriedade resultando em que quem trabalha nada tem e quem não trabalha tudo tem:

> ¿Ý qu'es la propiedá e los ricos?... Es todo lo que han conseguido sin trabajar, robando con el cuento susio del negosio. Porqu'es así: los que han trabajao toda su vida no tienen nada; y los que no han hecho nunca más que rascarse y mandar, esos son los que lo tienen todo, todo: más ovejas y vacas que buenas intensiones y campos más grandes que la misma mar. Y eso no es justo aunqu'el gobierno lo apruebe; lo justo sería que los trabajan pudieran comer un poco mejor (*idem*).

Em um raciocínio estratégico, Crusao defende a solidariedade entre os trabalhadores para isolar os ricos e expropriá-los:

> Los hombres debemos d'irnos uniendo hasta llegar a formar una cadena tan juerte que no la puedan romper y tan larga que no la puedan arrollar. Despúes, con esa cadena haremos serco a los ricos, como se hasía antes con las avestruses, y una ves que estén adentro s'empiesa la ¨desplumada¨: qu'entriegue cada cual lo que tenga y venga a reunirse con los pobres, aumentando los eslabones de la cadena. D'ese modo, este páis tan grande y que tiene tanto campo lindo pa sembrar y hasiendas y montes a patadas, dejará de ser un infierno pa los pobres; cada gaucho podrá tener su casa y su familia: y como la tierra ni los animales no tendrán dueño, cada uno sembrará donde le guste y podrá carniar sin fijarse la marca (*idem*).

Crusao busca persuadir seus leitores de que os estrangeiros não são um problema em si, mas sim aqueles do

andar de cima da sociedade de classes, ou seja, é preciso focar o olhar na luta de classes entre pobres *gauchos* e "gringos" contra ricos argentinos e estrangeiros.

> Los criollos creen que los gringos son culpables de qu'este páis se háiga echao a perder; y no es así, qu'esperansa! El mal consiste en que los ricos se han adueñao de todo y mesquinan hasta l'agua. No son los gringos pobres, entonse, los que han arruinao el páis, sino los gringos y los argentinos ricos, que son todos igual en lo pijoteros. No hay más que ver las estansias donde antes un gaucho podía parar el tiempo que quisiera; no l'iba faltar que comer pa él y su tropilla. Hoy lo echan de la tranquera y si se descuida lo mandan preso por vago. ¿Y qué culpa tienen d'esto los extranjeros pobres? Debemos ponernos en razón y que cargue con la culpa el que la tenga. Debemos comprender que los ricos, sean criollos o gringos, son los verdaderos enemigos de los pobres, y comprendiendo eso debemos unirnos toditos los pobres de todas las nasiones y rasas p'haser la revolusión que se presisa y cortarles el pico a los chimangos que nos están sacando los ojos (CRUSAO, 1928, não paginado).

Objeto geográfico fundamental para a manutenção da propriedade da terra, a estância e seu alambrado são inimigos dos *gauchos* e devem ser destruídos para que os caminhos voltem a ser livres:

> ¡Y qu'estancia mácua: todo el p'ais de los argentinos no será más que un solo potrero! Porque lo primero que hay que haser es meterle hach'a los alambraos pa que las hasiendas se mesturen; que las vacas y ovejas d'esta provincia se vayan pa la Pampa, y de la Pampa se crusen pa Córdoba, y las de allá pa la provinsia d'Entre Rios

> […] Los alambraos también son enemigos de los gauchos; los inventaron los ricos pa que no les pisemos el campo y pa mesquinarnos el pasto. Causa d'eso tenemos que galopiar leguas y leguas pa dir allí serquita. Es claro, ellos s'evitan con eso de que nos arrimemos a sus estansias y les pidamos permiso pa desensillar. En eso nomás se puede ver lo que son de patriotas todos esos generales, coroneles y diputados dueños d'estansias; y se puede ver también lo que les importa de los demás hijos de la patria que no tenemos estansia. La patria d'ellos es un campo bien alambrao, y pa los pobres la calle (*idem*).

Crusao vislumbra um futuro melhor para o *gaucho* semelhante àquele onde a organização do espaço rural não conhecia propriedades e latifúndios, em que qualquer um podia cruzar os campos livremente, numa visão um tanto mistificadora do passado.

> Volverá el tiempo, paisanos en qu'en cada rancho se hasía una romería y mesturaos con las paisanitas se amanesían bailando los gauchos, y al llegar el día, después de unos buenos asaos, s'iba cada cual a su trabajo, contento y satisfecho de la jornada. Se trabajará a gusto, sin capatás que lo reprienda ni patrón que le dé las cuentas si a uno le sale mal una cosa; y uno hará más de lo que deba porqu'el trabajo será una diversión y no un castigo como es hoy. Y así, entre bailes, trabajo y churrasquiadas, la vida del pobre será una delisia; nadies se matar'hasiendo juersa, porque los hombres no tendrán que sinchar como burros, ni nadies tendrá que dormir tirao com'un perro, ni se comerán esas comidas pa chanchos que les dan en algunas partes a los trabajadores (*idem*).

O autor finaliza a carta convidando os companheiros trabalhadores a prepararem-se para o conflito que levaria à revolução anarquista e à liberdade dos *gauchos*:

> ¡Gauchos, paisanos míos, compañeros de desdichas: preparen los facones q'va empesar la yerra! No se me quede ninguno. Hagan coraje si no quieren que los tratemos de mulitas y les cortemos las orejas. Vamos a la revolusión, aunque sea con una lansa el que no tenga otr'arma.
> ¡Adelante!, que los gringos nos darán una manito.
> ¡Viva la revolusión!
> ¡Viva la revolusión anarquista y la libertá de los gauchos! (CRUSAO, 1928, não paginado).

Vê-se que na Argentina, em maior grau, e no Uruguai, em menor grau, o encontro do anarquismo com a identidade sócio-espacial *gaucha* rendeu muitos frutos até meados do século XX via dois processos de mobilidade populacional: imigrantes espanhóis e italianos de um lado e trabalhadores desterritorializados da pampa e reterritorializados nas periferias das grandes cidades de outro. No entanto, no Rio Grande do Sul esse encontro demorou para se dar e, quando ocorreu, foi de maneira extremamente rarefeita. Isso pode ser compreendido pela formação social e territorial distinta da parte brasileira da região onde a pampa, território e lugar de *gauchos*, restringe-se à fronteira-oeste, à fronteira-sul e à Campanha, ao passo que as principais cidades e áreas de destino de imigrantes europeus encontram-se fora da pampa.

Em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, alguns periódicos e certas mobilizações operárias tiveram influência do anarquismo vindo com os estrangeiros. Examinando o periódico

A Luta (Porto Alegre, 1906-1907) e as contribuições de Aravanis (1996), Loner (2010) e Poletto (2010 e 2014), não encontrei menções ao universo valorativo *gaucho* na imprensa anarquista sul-riograndense da primeira metade do século XX. Isso se deve ao fato de que a identidade sócio-espacial *gaucha* até aquela época era restrita à zona da pampa fronteiriça com Argentina e Uruguai. O processo denominado por Haesbaert (1988) de transposição da identidade da Campanha para o resto do estado se deu com o avanço do movimento tradicionalista a partir dos anos 1960, quando a influência anarquista nas lutas operárias do Rio Grande do Sul já havia quase desaparecido.

À época, fins do século XIX e primeira metade do século XX, a ideologia e a historiografia nacionalistas e suas apropriações conservadoras da identidade sócio-espacial *gaucha* exerceram grande papel na construção de um ideário de pátria nos dois países do Prata transformando o *gaucho* em "tipo nacional amistoso" e pouco ou nada rebelde, enquanto na parte brasileira o *gaucho* clássico foi sendo apagado pelo tempo e transformado em representante de todos os agentes do campo (incluso patrões), num primeiro momento, e figura regional reivindicada por habitantes de outras partes do estado, posteriormente. Soma-se a isso as rarefeitas comunicações no início do século passado entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, a despeito de suas proximidades fronteiriças, para que o quadro argentino de influência mútua e mescla entre anarquismo e identidade sócio-espacial *gaucha* não pudesse reverberar significativamente para outras paragens da região transnacional *gaucha*[79].

[79] Contemporaneamente o quadro é um pouco diferente. O ativismo transnacional anarquista nessa região se dá basicamente pela rede

Considerações finais: a cultura política rebelde *desde abajo*

O presente texto examinou um encontro frutífero *desde abajo* entre dois universos valorativos até então distantes. Pensar este encontro é refletir sobre de que maneira se pode mesclar diferentes culturas políticas das classes trabalhadoras (topometricamente distantes ou não) em direção a um horizonte que busque autonomia e emancipação social. Diante disso, considero a dimensão simbólico-cultural da sociedade não um mero epifenômeno, mas sim central para as lutas sociais em geral.

A apropriação conservadora/elitista da identidade sócio-espacial *gaucha*, explorada em outros trabalhos[80], via movimento tradicionalista e que, ao longo da migração "gaúcha" para o Centro-Oeste e Norte brasileiros caracterizou-se pela chegada também do latifúndio monocultor, não deve ser tomada de maneira reducionista como sinônimo de identidade *gaucha*, como este trabalho também demonstrou.

Vejo a dimensão cultural da sociedade indissociada da luta de classes e das lutas sociais em geral – identidade e política caminham juntas. Este artigo, pois, mostra um exemplo de "trabalho de base" em que a classe trabalhadora foi embebida de significações insurgentes, um dos maiores desafios das lutas sociais contemporâneas. Enxergar a história (e a geografia) em perspectiva pode nos legar caminhos interessantes para

---

estabelecida entre as Federações Anarquistas situadas em Rosário (FAR), Montevidéu (FAU) e Porto Alegre (Federação Anarquista Gaúcha – FAG), caracterizando uma *regionofilia libertária* onde a identidade sócio-espacial *gaucha* é um mero pano de fundo. Para mais detalhes, consultar Zilio (2019).

[80] Ver, além dos textos já mencionados, Zilio (2017).

(re)pensar as práticas sociais e espaciais de hoje sob um olhar emancipatório, onde uma cultura política rebelde possa reemergir e reencantar aqueles e aquelas *desde abajo*.

Referências

ALABART, M. Gauchos, montoneras y caudillos: una interpretación a través de la historieta *El Chumbiao*, de Fermín Chavez y Juan Arancio. **Folia Historica del Nordeste**. nº24. Resistencia: CONICET/UNNE, 2015. p. 11-34.

ARAVANIS, E. A utopia anarquista em Porto Alegre nos anos de 1906 e 1907 - os anarquistas porto-alegrenses do periódico "A luta e sua tentativa de mudar o rumo local da história." **Estudos Ibero-Americanos**. V. 22, nº 2. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

BETHELL, L. **História de América Latina**. Tomo 8 - Cultura y Sociedad (1830-1930). Barcelona: Crítica, 2008.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CRUSAO, Juan. La Carta Gaucha. **Manifiesto.** 1928.

DELGADO, L. Criollismo y anarquismo: de la decontrucción del gaucho al descubrimiento del arrabal. **Culturales**. V. 8, nº 16. Mexicali, 2012.

DÍAZ, H. **Alberto Ghiraldo**: anarquismo y cultura. Buenos Aires: CEAL, 1991.

GHIRALDO, A. **Carne Doliente (Cuentos Argentinos)**. Buenos Aires: 1907.

HAGEMEYER, R.R. *El gaucho sin patria*: a canção anarquista na Argentina. **Anos 90**. n.° 15. Porto Alegre: 2002. p. 93-118.

HAESBAERT, R. **RS**: latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias no Rio Grande do Sul no início da República. In: **Anos 90**. V. 17, nº 31. Porto Alegre: 2010. p. 111-143.

MINGUZZI, A. **La Revista Martín Fierro de Alberto Ghiraldo (1904-1905)**: pasiones y controversias de una publicación libertaria. Buenos Aires: CEDINCI, 2016.

POLETTO, C. Imigrantes e anarquistas: contornos da imprensa libertária de Porto Alegre e de Buenos Aires (1897-1916). **Métis: história & cultura.** Vol. 9. n.° 5. Caxias do Sul: UCS, 2010. p. 27-42.

_____. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). **Anais...** I Encontro de Pesquisas Históricas - PUCRS. Porto Alegre: 2014.

PRIETO, A. **El discurso criollista en la formación de la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

REY, A.L. Periodismo y cultura anarquista en la Argentina de comienzos del siglo XX: Alberto Ghiraldo en La Protesta y Martín

Fierro. **Hipótesis y discusiones**. nº 24. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras - UBA, 2004.

SOUZA, M.L. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SURIANO, J. Capítulo VII - El Anarquismo. *In:* LOBATO, M (Org.). **Nueva Historia Argentina** - Tomo 5. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 291-326

ZILIO, R. Apontamentos sobre a construção da região transnacional *gaucha*. **Entre-Lugar**. V. 5, n. 9. Dourados: UFGD, 2014. p. 59-73

_____. A identidade sócio-espacial *gaucha* em suas vertentes e espacialidades correspondentes. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. V. 43, n. 2.. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2016. p. 60-80

_____. **Regionofilia libertária**: da identidade sócio-espacial *gaucha* à dimensão político-cultural do Princípio Federativo. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

_____. O princípio federativo: um projeto político-espacial alternativo à lógica do Estado moderno. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, nº 2. Goiânia: UFG, 2018.P. 53-73.

_____. O ativismo transnacional anarquista no sul do continente americano: um exemplo de regionofilia libertária. **Geographia**. V.21, nº 45. Niterói: UFF, 2019. p. 16-31.

AUTORES E AUTORAS

Auceia Matos Dourado

Historiadora pela Universidade Estadual da Paraíba e Geógrafa pela Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande; Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Universidade Federal de Alagoas. Integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: Sociedade e Cultura (S&C/UFS) e de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL).

Anderson Teixeira de Souza

Turismólogo pela Universidade Tiradentes, Pedagogo pela Universidade Tiradentes e Geógrafo pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França, Pedagogia Empresarial pela Faculdade São Luís de França e em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Tiradentes; Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes. Professor no curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes e da Universidade Paulista/Polo Aracaju.

Amanda Christinne Nascimento Marques

Geógrafa, Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba; Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Departamento de Ciências Básicas e Sociais e do Programa de Pós Graduação em Direitos

Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Atua no Laboratório de Estudos em Processos Técnicos e integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: Território, Trabalho e Cidadania (GESTAR) e Grupo de Estudos em Território e Identidade (GETI).

Ana Carolina Santos e Silva

Geógrafa, Bacharel Licenciada pela Universidade Federal de Viçosa; Especialização em Valorização Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural e Especialização Inteligente pela Universidade de Évora; Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa. Professora da Secretaria Estadual do Estado de Minas Gerais e do Município de Rio Pomba/MG.

Daniele Ribeiro Alves

Psicóloga pela Universidade Federal de Sergipe; Especialização em Psicodrama pela Clínica-Escola Profissionais Integrados - Profint/Aracaju e em Saúde Mental pela Faculdade Estácio/SE. Coordena a Unidade de Acolhimento Adulto do município de Aracaju/SE. Integra o Coletivo Gestor de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do município de Aracaju/SE.

Felipe Santos Silva

Geógrafo, Licenciado pela Universidade Federal de Alagoas; Especialização em Geo-História e em Metodologia do Ensino de Geografia pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa-Arapiraca/AL; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em

Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: Sociedade e Cultura (S&C/UFS) e de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL).

Isis do Mar Marques Martins

Geógrafa pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense; Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pós-doutorado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM/UFRJ) e o Núcleo de Pesquisa sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES/UFOPA).

Joab Almeida Silva

Turismólogo pela Universidade Tiradentes; Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de Sergipe; Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: Pesquisa em Antropologia e Turismo (ANTUR/UFS) e de Estudos e Pesquisa em Turismo e Planejamento (PLANTUR/UFS).

Jéssica Poliane Gomes dos Santos

Geógrafa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Especialista em Meio Ambiente e Geoprocessamento pelo

Centro Universitário de Belo Horizonte, Mestranda no programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Vinculada ao Grupo de Pesquisa em Análise Geoespacial, Ambiente e Territórios Amazônicos, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

João Lourenço dos Anjos

Geógrafo, licenciado pela Universidade Federal de Uberlândia; Turismólogo, Bacharel pela Universidade Newton Paiva/MG; Especialização em Informática na Educação pela Universidade Federal de Lavras; Mestre em Geografia e Análise Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais.

José Wellington Carvalho Vilar

Geógrafo, Licenciado e Mestre pela Universidade Federal de Sergipe; Doutor em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada, Espanha. Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe; Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe Grupo de Pesquisa/CNPq: Líder do Grupo Gestão de Ambientes Costeiros (GESTAC-IFS).

José Antônio Souza de Deus

Geólogo pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutor em Ciências (Geografia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Grupo de Pesquisa/CNPq: Líder do Terra & Sociedade -

Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa (UFMG).

Larissa Santana Cunha

Psicóloga pela Universidade Federal de Sergipe; Especialização em Alta Complexidade Hospitalar pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. É psicóloga na Secretaria Municipal de Assistência social do município de São José/SC.

Lucyana Sobral de Souza

Pedagoga, Licenciada e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luiz de França; Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Instituto Federal da Paraíba. Grupo de Pesquisa/CNPq: Integrante do Grupo Escola Contemporânea e Olhar Sociológico (ECOS).

Maria Augusta Mundim Vargas

Geógrafa, Licenciada e bacharel pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Doutora em Geografia (desenvolvimento Regional) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro-SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Grupo de

Pesquisa/CNPq: Líder do Grupo Sociedade & Cultura (S&C/UFS).

Maria Geralda de Almeida

Geógrafa, licenciada pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de Bordeaux III, França. Professora colaboradora Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e titular da Universidade Federal de Goiás. Atua no Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER). Grupos de Pesquisa/CNPq: líder do Grupo Geografia Cultural: territórios e identidade (UFG), integra o Grupo Sociedade & Cultura (S&C/UFS).

Maria Lúcia da Silva Sodré

Socióloga, licenciada pela Universidade Federal da Bahia; Mestre em Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Bahia; Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Grupo de Pesquisa/CNPq: Integra o Grupo Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia (DAFAG/UFRB).

Maria Salomé Lopes Fredrich

Geógrafa, Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará. Grupos de

Pesquisa/CNPq: Integra o Grupo Território, Trabalho e Cidadania (GESTAR/UFPB) e o Grupo Sociedade & Cultura (S&C/UFS).

Maria Teresa Nobre

Psicóloga pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe; Doutora e Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Grupos de Pesquisa/CNPq: Integra o Grupo sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (GEPEC/UFS) e o Grupo sobre Política, Produção de Subjetividades e Práticas de Resistência da UFRN.

Marcos Paulo de Oliveira Sobral

Pedagogo, licenciatura Plena pela Faculdade Pio Décimo; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Federal de Alagoas. Grupos de Pesquisa/CNPq: Integra o Grupo em Educação, Currículo e Diversidades (GEDIC/UFAL).

Rafael de Oliveira Rodrigues

Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Antropologia Social pela mesma

instituição. Professor da Universidade Federal de Alagoas. Atua no Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC/UFAL).

Rafael Zilio

Geógrafo, licenciado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará. Coordena o Grupo de Pesquisa/CNPq Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES/UFOPA).

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Cientista Social pela Universidade Federal de Sergipe, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa. Professora do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Grupo de Pesquisa/CNPq: Líder do Grupo de estudos Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI/UFPE).

Roberta de Sousa Mélo

Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre e Doutora em Sociologia pela mesma instituição. Professora do Colegiado de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Coordena o

Laboratório de Estudos da Cultura Corporal (LECCORPO/UNIVASF).

Vanessa Santos Costa

Geógrafa, Licenciada, Mestra e Doutora pela Universidade Federal de Sergipe. Especialização em Gestão de Petróleo e Gás Natural pela Faculdade de Negócios de Sergipe. Professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Tutora do curso de Geografia da Universidade Aberta do Brasil da Universidade Federal de Sergipe. Grupo de Pesquisa/CNPq: Sociedade e Cultura (S&C/UFS).

Virginia Caroliny Silva Alexandre

Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina; Especialização em Escola e Comunidade e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe; Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Grupo de Pesquisa/CNPq: Integra o Grupo sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (GEPEC/UFS).

EDITORA BARLAVENTO